
CODIGO DO PROCESSO DO IMPERIO DO BRASIL

E

TODAS AS MAIS LEIS QUE POSTERIORMENTE
FORÃO PROMULGADAS, E BEM ASSIM TODOS OS DECRETOS
EXPEDIDOS PELO PODER EXECUTIVO, RELATIVAMENTE
A'S MESMAS LEIS, TENDO EM NOTAS
TODOS OS AVISOS QUE ENTENDEM COM A MATERIA
DO TEXTO E TAMBEM OS ACCORDÃOS DO SUPREMO TRIBUNAL
E DAS RELAÇÕES DO IMPERIO, QUE EXPLICÃO
A DOCTRINA DAS DIVERSAS LEIS E REGULAMENTOS
E ENSINÃO A MELHOR PRATICA,

POR

Araújo Filgueiras Junior

BACHAREL EM DIREITO

—
TOMO I



RIO DE JANEIRO

Em casa dos Editores-Proprietarios

EDUARDO & HENRIQUE LAEMMERT

66, Rua do Ouvidor, 66

—
1874

É esta a primeira parte de um trabalho que emprehendi, e que por motivos especiaes, os honrados editores Srs. E. & H. Laemmert só agora poderão publicar.

Entregue o manuscripto aos mesmos editores, antes da segunda parte, o *Codigo Criminal* no qual varias referencias fiz ás notas destes tres volumes que agora apparecem, não pôde, entretanto, a sua publicação ter a devida precedencia.

Este trabalho foi concluido em Janeiro do anno passado; é, pois, claro que não podem fazer parte de suas notas senão os actos expedidos até então.

O plano aqui seguido é o mesmo que o do Codigo Criminal.

Forão elementos das notas postas nestes tres volumes todos os actos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario que trouxerão alteração ou derão interpretação ás diversas disposições das leis que formão o texto.

Entendi conveniente reunir a esta edição diversos regulamentos e disposições de leis que, de incontestavel utilidade para os que habitualmente consultão trabalhos desta ordem, a muitos é no emtanto difficil recorrer a elles, por se acharem esparsos em a nossa collecção de leis tão volumosa e já de tal custo que nem todos podem possui-la. Assim, formei um *appendice*, que completei com o extracto e transcripção de alguns avisos e com o theor inteiro da ultima lei da reforma judiciaria e dos decretos consequentes, expedidos até a data já declarada.

O acolhimento que tem merecido o *Codigo Criminal* alenta-me a esperanza de que não será menos favorecido este outro trabalho, e faz-me crer em que não andei mal avisado em *pretender* prestar um pequeno serviço a quem delle precisar.

Em annexo aos tres volumes, e formando um outro, reproduzi com toda a fidelidade os modelos a que se refere o regulamento da Estatística.

Pareceu-me ser isto de grande vantagem, attendendo a que hoje difficilmente se obteem taes modelos, os quaes no emtanto são imprescindiveis para todos os presidentes de tribunal, magistrados de 1^a instancia, seus escrivães, autoridades policiaes, etc., etc.

A quem não é pretencioso, se não satisfaz-lhe a ambição, ao menos consola o bom conceito que aos entendidos possa merecer um trabalho, que expõe, apadrinhado apenas por um nome obscuro, ao apreço de poucos, mas á injustiça de todos.

A mim, hoje como hontem, arrastou-me uma boa intenção.

Rio de Janeiro, Outubro de 1873.

Araujo Filgueiras Junior.

CODIGO

DO

Processo criminal primeira instancia¹

PARTE I.

DA ORGANIZAÇÃO JUDICIARIA².

TITULO I.

**De varias disposições preliminares, e das pessoas
encarregadas da administração da justiça criminal,
nos juizos de primeira instancia³.**

CAPITULO I.

Disposições preliminares.

Art. 1º Nas provincias do Imperio, para a administração criminal nos juizos de primeira instancia, continuará a divisão em districtos de paz, termos e comarcas^{4 5}.

¹ Diz o Aviso de 13 de Abril de 1836 que a legislação antiga subsiste a respeito dos actos que não forão regalados pelo presente Código.

² Para a execução do presente Codigo derão-se instrucções em 13 de Dezembro de 1832.

³ Se ainda antes da Constituição podia duvidar-se da legalidade com que os juizes delegavão a sua jurisdição, dando commissão para que outrem exercitasse por elles alguns actos della, depois da Constituição, onde se acha estabelecida a divisão e harmonia dos poderes politicos, sendo os juizes membros do poder judiciario, mandatarios e delegados da nação, não é possivel admittir-se que possam deixar de exercitar por si todos e quaesquer actos da jurisdição que lhes foi concedida, do mandato e delegação que receberão da nação. Não se póde, portanto, reconhecer legalidade e legitimidade nas commissões. — Av. de 13 de Setembro de 1838.

⁴ Enquanto não fôr nomeado juiz de direito para uma comarca novamente creada, não tiver elle prestado juramento e entrado no exercicio de suas funcções, e não fôr marcado por Decreto o ordenado do promotor publico, não se pode considerar a comarca devidamente installada, devendo portanto os juizes de direito que têm jurisdição no

Art. 2º Haverá tantos districtos quantos fôrem marcados pelas respectivas camaras municipaes, contendo cada um, pelo menos, setenta e cinco casas habitadas⁶.

Art. 3.º Na provincia onde estiver a côrte, o governo, e nas outras os presidentes em conselho, farão quanto antes a nova divisão de termos e comarcas, proporcionada, quanto fôr possível, á concentração, dispersão e necessidade dos habitantes, pondo logo em execução essa divisão, e participando ao corpo legislativo para ultima approvação^{7 8 9}.

Art. 4º Haverá em cada districto um juiz de paz, 'um escrivão, tantos inspectores quantos fôrem os quarteirões, e os officiaes de justiça que parecerem necessarios.

Art. 5º Haverá em cada termo, ou julgado, um conselho de jurados, um juiz municipal¹⁰, um promotor publico¹¹, um escrivão das execuções¹² e os officiaes de justiça que os juizes julgarem necessarios.

territorio da nova comarca continuar no exercicio della. — Av. de 10 de Maio de 1862, e o de n. 267 de 33 de Julho de 1868.

⁵ A divisão ecclesiastica não altera a civil. — Av. de 31 de Janeiro de 1835.

⁶ Não lhes é comtudo concedido um illimitado arbitrio em taes divisões. — Av. de 15 de Julho de 1834.

⁷ Se o bem publico o exigir, conhecidos os inconvenientes de uma divisão, proceder-se-ha a outra, fazendo-se as competentes nomeações. — Av. de 22 de Novembro de 1833.

⁸ A divisão judiciaria compete pelo art. 10, § 1º do Acto Additional ás assembléas provinciaes.

⁹ Em officio n. 198 de 14 de Julho deste anno, o antecessor de V. S. submetteu á decisão do governo imperial varias duvidas, mencionadas pelo juiz municipal e de orphãos de Itambê, por occasião de haver elle exigido dos juizes municipaes de Goyana e Nazareth a remessa de todos os processos, em que forem partes interessadas pessoas residente no referido termo de Itambê, recentemente creado.

Em resposta declaro a V. Ex. que são destituídas de fundamento as duvidas referidas, porquanto desmembrado um termo de outro e creado fôro em o novo termo, *passão para elle todos os autos pendentes, relativos a questões de pessoas ahi residentes e ficão sob a nova jurisdição*, cessando desde logo a antiga, que perde, pela criação, a sua competencia na conformidade das provisões de 6 de Fevereiro de 1817 e 21 de Outubro de 1823 e Avisos de 15 de Outubro de 1832, 28 de Outubro de 1858, 31 de Agosto de 1861 e 22 de Dezembro de 1862 que resolvem a questão. — Av. de 30 de Setembro de 1868.

¹⁰ Vide arts. 20 da lei de 3 de Dezembro de 1841 e 31 e 32 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. Vide nota 13.

¹¹ Vide arts. 23 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 213 do Regulamento citado, e nota 13, § 7º e 8º.

¹² Vide art. 108 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 6º Feita a divisão, haverá em cada comarca um juiz de direito; nas cidades populosas, porém, poderão haver até tres juizes de direito com jurisdição cumulativa, sendo um delles o chefe de policia^{13 14}.

Este escrivão é excluído da distribuição geral dos autos civeis ou crimes. — Av. de 21 de Outubro de 1833.

O Decreto de 26 de Maio de 1835 encarregou um individuo na côrte da execução das sentenças proferidas em processos de contrabando, quando para esse fim fôrem dirigidas ao juiz municipal.

Póde-se accumular em algum dos escrivães o officio das execuções naquelles lugares cuja população e rendimento exija essa medida, por isso que o Decreto de 29 de Fevereiro de 1688 autorisa a reunião de dous officios na mesma pessoa, quando são tão tenues, que não basta cada um delles para congrua subsistencia, e este Decreto não está revogado. — Av. de 8 de Fevereiro de 1839.

¹³ *Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.*

Das autoridades e das substituições^{13a}.

Art. 1º Nas capitaes, que fôrem sédes de Relações, e nas comarcas de um só termo a ellas ligadas por tão facil comunicação que no mesmo dia se possa ir e voltar, a jurisdição de 1ª instancia será exclusivamente exercida pelos juizes de direito, e a de 2ª pelas Relações.

Na côrte e nas capitaes da Bahia, Pernambuco e Maranhão a provedoria de capellas e residuos será de jurisdição privativa.

§ 1º Para a substituição dos juizes de direito nas ditas comarcas haverá juizes substitutos, cujo numero não excederá aos dos juizes effectivos; sendo nomeados pelo governo d'entre os doutores ou bachareis formados em direito com dous annos de pratica de fóro pelo menos; e servirão por quatro annos nas mesmas condições e vantagens dos juizes municipaes.

§ 2º Os juizes substitutos somente exercerão a jurisdição plena, em falta dos effectivos, que substituem-se reciprocamente na mesma comarca, sempre que fôr possivel.

§ 3º São reduzidos a tres os supplentes dos juizes municipaes, delegados e subdelegados de policia em cada termo ou districto. Igual numero de supplentes terão os juizes substitutos.

§ 4º É incompativel o cargo de juiz municipal e substitutos com o de qualquer autoridade policial.

§ 5º Os chefes de policia serão nomeados d'entre os magistrados, doutores e bachareis em direito que tiverem quatro annos de pratica do foro ou de administração, não sendo obrigatoria a aceitação do cargo. E, quando magistrados, no exercicio do cargo policial, não gozarão do predicamento de sua magistratura; vencerão, porém, a respectiva antiguidade e terão os mesmos vencimentos pecuniarios, se fôrem superiores aos do lugar de chefe de policia.

§ 6º Nos impedimentos dos chefes de policia servirão as pessoas que fôrem designadas pelo governo na corte, e pelos presidentes nas provincias, guardada sempre que fôr possivel a condição relativa aos effectivos.

§ 7º Haverá em cada termo um adjunto do promotor publico proposto pelo juiz de direito da respectiva comarca e approvedo pelo presidente da provincia.

§ 8º Na falta de adjunto do promotor publico, as suas funções serão exercidas por qualquer pessoa idonea nomeada pelo juiz da culpa para o caso especial de que se tratar.

^{13a} Vide nota 10 ao Regulamento de 15 de Março de 1842 e notas 25 e seguintes á Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Art. 7º Para a formação do conselho de jurados poderão ser reunidos interinamente dous ou mais termos, ou julgados, e se considerará como formando um unico termo, cuja cabeça será a cidade, villa, ou povoação, onde com maior commodidade de seus habitantes possa reunir-se o conselho dos jurados¹⁵.

Art. 8º Ficão extinctas as ouvidorias de comarca, juizes de fóra e ordinarios, e a jurisdição criminal de qualquer outra autoridade, excepto o senado, supremo tribunal de justiça, relações, juizos militares¹⁶, que continuão a conhecer de crimes puramente militares, e juizes ecclesiasticos em materias puramente espirituas¹⁷.

Art. 9º A nomeação ou eleição dos juizes de paz se fará na fórma das leis em vigor¹⁸; com a differença, porém, de conter quatro nomes a lista do eleitor de cada districto¹⁹.

¹⁴ Sobre chefes de policia, vide a Lei de 3 de Dezembro de 1841, e Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 na parte correspondente e as notas respectivas.

¹⁵ Substituido pelo art. 31 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

¹⁶ No fôro commum deve ser julgado o director dos indios; porque, embora pelo art. 11 do Decreto n. 426 de 24 de Julho de 1845 lhe sejam conferidas graduações militares, não são militares as funcções que exercem, e são cousas essencialmente distinctas graduações honorarias e postos militares. — Av. n. 320 de 28 de Outubro de 1864.

Sobre competencia de fôro vide o Aviso do ministerio da guerra n. 234 de 13 de Maio de 1869, que declara que os réos, devendo responder por seus crimes no lugar onde os commettêrão, não devem ser removidos do foro do delicto para outro estranho ao seu crime.

¹⁷ Ainda depois da Lei de 3 de Novembro de 1830 subsiste a provedoria de capellas e residuos com seu respectivo escrivão, que deverá ser provido nos termos da Lei de 11 de Outubro de 1827 e Resolução do 1º de Julho de 1830. — Av. de 28 de Novembro de 1834.

As causas de divorcio pertencem ao juizo ecclesiastico, por serem de sua natureza e segundo os seus fins meramente espirituas, pois que só tendem a fazer annullar ou suspender *in perpetuum* ou *ad tempus* o vinculo espiritual do sacramento por que os conjuges se ligarão, sobre que nenhuma ingerencia póde ter a jurisdição secular.

Não é objecto de duvida o juizo a que estão sujeitos os ecclesiasticos tanto no civil como no crime. — Av. de 12 de Setembro de 1835.

¹⁸ A eleição faz-se para todos os districtos nos mesmos dias, e por occasião das eleições municipaes, segundo a legislação em vigor.

¹⁹ As listas dos votantes devem comprehender, não só as pessoas dos districtos do juiz de paz, mas as dos territorios que se lhes annexarem. — Portaria de 21 de Fevereiro de 1833.

O sentenciado a prisão não é elegivel, e por isso não póde tomar posse mesmo depois da sentença. — Port. de 3 de Junho de 1833.

Art. 10. Os quatro cidadãos mais votados serão os juizes, cada um dos quaes servirá um anno, precedendo sempre aos outros aquelle que tiver maior numero de votos²⁰. Quando um dos juizes estiver

Não compete ás camaras municipaes alterar as eleições populares, a respeito das quaes só lhe cumpre a execução, pertencendo á mesa eleitoral decidir qualquer duvida que se origine sobre o cidadão votado. — Av. de 29 de Agosto de 1833.

²⁰ Os juizes de paz não podem accumular o exercicio das funcções de juiz ordinario, de fóra nu de orphãos, nem de provedores. — Lei de 20 de Setembro de 1829, art. 1º.

Os Avisos de 6 e 24 de Março de 1829, assim como o de 26 de Novembro do mesmo anno, explicando aquelles, declararão incompativeis os cargos de juiz de paz e de vereador.

A Portaria de 10 de Outubro de 1833 e os Avisos de 4 de Setembro de 1834 e 15 de Dezembro de 1835 declararão que o individuo eleito juiz de paz e vereador pode accumular os dous cargos, si se sujeitou a servi-los, uma vez que não se achem em actual exercicio, ou como proprietarios nos respectivos annos, ou como supplentes no caso de impedimento, visto que a incompatibilidade só resulta da accumulção do exercicio dos dous cargos: se, porém, uma vez recusar algum dos dous cargos, não póde ter lugar segunda opção. Os Avisos, porém, de 22 de Junho e de 30 de Julho de 1849 declararão que, depois que a Lei de 3 de Dezembro de 1841 restringio a jurisdicção dos juizes de paz, e supprímio a attribuição que lhes competia de julgarem as infracções das posturas municipaes, não só não ha, repugnancia entre as funcções dos cargos de juiz de paz e vereador, como tambem não se dá impossibilidade de serem ambos servidos ao mesmo tempo satisfactoriamente, unicos fundamentos sobre que assenta a declaração de incompatibilidade na accumulção dos cargos publicos não decretada pela lei; ao que accrescendo a consideração de que a subsistencia da incompatibilidade na reunião daquelles dous cargos tende a estreitar o circulo das pessoas habilitadas para os empregos publicos, o qual já não é extenso, sobretudo fóra das capitaes, é razoavel que, revogando-se o Aviso de 15 de Dezembro de 1835, como revogado fica, com os que anteriormente fôrão expedidos no mesmo sentido se fique entendendo que pode ser accumulado o exercicio simultaneo dos cargos de vereador e juiz de paz, tanto durante o anno da serventia deste, como nos tres annos de substituição, devendo, porém, o cidadão que occupar os referidos cargos fazer-se substituir em um delles, quando se dê o caso de não ser possivel, sem prejuizo do serviço publico, a sua accumulção.

Devem as camaras municipaes eliminar da lista dos juizes de paz os cidadãos que aceitarem o cargo de supplente de juiz municipal ou qualquer outro incompativel de se exercer conjnctamente com o de juiz de paz, chamando em seu lugar os supplentes immediatos. — Av. de 6 de Outubro de 1847, § 3º.

Não é incompativel com o cargo de procurador fiscal. — Av. de 20 de Junho de 1834.

É incompativel com o serviço da guarda nacional — Av. de 13 de Setembro de 1833. — Serão todavia isentos deste serviço do dia da posse em diante. — Av. de 8 de Novembro de 1833. — Ha, porém, o direito da opção. — Av. de 24 de Agosto de 1834.

Os officiaes da guarda nacional podem ser eleitos juizes de paz, mas não accumular o exercicio das funcções de um e outro emprego. — Av. de 26 de Fevereiro de 1840.

Os juizes de paz deixarão, durante o effectivo exercicio de seus cargos, de servir na guarda nacional, quer como simples guardas, quer como officiaes, na fórmula do que dispõe o art. 16 da Lei de 19 de Setembro de 1850. — Dec. de 25 de Outubro de 1850.

Os cidadãos eleitos juizes de paz não estão inhibidos de ser jurados. — Av. de 15 de Dezembro de 1835.

O procurador da camara municipal póde exercer o cargo de juiz de paz, visto não haver lei ou razão que o inhiba disso, principalmente hoje que os juizes de paz não conhecem das infracções das posturas municipaes. — Av. de 24 de Abril de 1849. Se esta é a razão, já não procede depois do que dispõe a Lei 2033 de 20 de Setembro de 1871, e o § 1º do art. 19 do respectivo regulamento.

O cidadão que se acha no exercicio temporario do emprego de juiz municipal não está por isso privado do voto passivo para juiz de paz, e sendo eleito pôde tomar posse do lugar, ficando considerado como legitimamente impedido para o fim de ser substituido pelos outros, emquanto durar o referido exercicio, tendo lugar a demissão do cargo de juiz de paz unicamente no caso de aceitar o emprego de juiz municipal quando para elle seja reeleito. — Av. de 16 de Janeiro de 1841, § 1º.

O exercicio de um dos dous cargos, juiz municipal ou de paz (não assim o simples juramento), importa a renuncia tacita do outro para que anteriormente se foi nomeado ou eleito, e para se julgar este renunciado basta a simples nomeação ou eleição, pois que é ella sufficiente para dar o direito de opção. — Av. de 29 de Janeiro de 1849, § 1º.

Sendo incompativel o emprego de juiz de paz com o de juiz municipal, é evidente que o cidadão que aceita este deixa aquelle. — Avs. de 9 de Novembro de 1846, § 1º, de 21 de Dezembro de 1846, § 8º, de 8 de Março de 1847, § 1º, e de 6 de Outubro de 1847, § 1º.

A escusa pedida do emprego de substituto de juiz municipal pelo individuo collocado nestas circumstancias não o reabilita para continuar a exercer o de juiz de paz. — Av. de 6 de Outubro de 1847, § 2º.

É incompativel o cargo de juiz de paz com o emprego de promotor publico. — Avs. do 1º de Fevereiro de 1847, § 8º, e de 10 de Agosto de 1847.

O cidadão que, sendo juiz de paz, aceitou o cargo de promotor, se inhabilitou para continuar a exercer aquelle lugar na conformidade das decisões imperiaes. — Av. de 9 de Outubro de 1847.

Os cidadãos eleitos juizes de paz não estão inhibidos de ser jurados, uma vez que não se achem em exercicio, ou como proprietarios ou como supplentes, pois que a lei sómente julga incompativel a accumulção do exercicio das funcções dos dous cargos. — Avs. de 15 de Dezembro de 1835 e de 7 de Janeiro de 1840, § 3º.

O Av. de 5 de Outubro de 1871, publicado no *Diario Official* de 6, diz que o Av. supra de 7 de Janeiro de 1840 combinado com o de n. 12 de 14 de Janeiro de 1858, ensina que os juizes de paz só devem ser isentos do exercicio das funcções de jurados, quando estiverem em actual exercicio no seu respectivo anno, ou em razão de serem effectivos supplentes, visto que não se verifica a incompatibilidade dos cargos, mas sim a do exercicio simultaneo.

Não sendo compativel o exercicio do officio de curador de orphãos com o cargo de juiz de paz, não pôde o individuo que occupa o mesmo officio ser mais contemplado como juiz de paz supplente, por não ter desistido da serventia do indicado officio logo que soube da sua eleição, fazendo-o assim a camara municipal declarar por edital. — Port. de 13 de Outubro de 1831.

Esta Portaria trata do curador-geral dos orphãos, que sendo provido neste officio o exerce vitaliciamente, e não é applicavel áquelle que, sendo juiz de paz quando foi provido interinamente no officio, do qual pedio e obteve exoneração para o effeito de não perder o seu lugar de juiz de paz; e segundo a doutrina do Av. de 19 de Outubro de 1857 (Vid. adiante), desapparecendo o impedimento pela renuncia do officio interino, volta o individuo para o cargo que anteriormente occupava. — Av. de 4 de Novembro de 1864.

Os parochos não podem accumular as funcções de juiz de paz. — Dec. de 18 de Setembro de 1829; Av. de 15 de Fevereiro de 1837, § 3º.

O clerigo que, depois de eleito juiz de paz, exercer funcções parochiaes como vigario encomendado, renunciou o cargo de juiz de paz por força do Decreto de 18 de Setembro de 1829.

Convém ao serviço publico que os empregados das thesourarias e mais repartições de fazenda, quando fôrem eleitos juizes de paz, requeirão a sua escusa, porque não poderão exercer bem as funcções de ambos os empregos; mas si se não escusarem, não se lhes poderá impedir que entrem no exercicio do juizado de paz, cumprindo ás autoridades superiores da administração da fazenda dar as providencias que julgarem convenientes a bem do serviço em que fizerem falta. — Av. de 16 de Janeiro de 1841, § 3º.

Nenhuma incompatibilidade ha em que o juiz de paz sirva conjunctamente o emprego de procurador fiscal interino, e portanto não tem perdido por este facto o seu cargo. — Av. de 20 de Junho de 1834.

As funcções de thesoureiro da fazenda e de juiz de paz não são compativeis, e portanto não se podem accumular. — Av. de 28 de Novembro de 1837.

O lugar de collector é sem duvida incompativel com o de juiz de paz, como já se tem decidido em diversas Ordens do thesouro e nos Avisos de 5 de Março de 1847 e 11 de Janeiro de 1849. — Av. de 24 de Abril de 1849.

É incompativel o exercicio do emprego de ajudante da administração do correio com o cargo de juiz de paz, e, tendo tal empregado aceitado este emprego depois de ter exercido o cargo, deve presumir-se que renunciou a este. — Av. de 26 de Novembro de 1846, § 2º.

Os militares de tropa de 1ª linha do exercito, com excepção dos reformados, bem como os commandantes, majores e ajudantes de 2ª linha, têm constante impedimento para o exercicio das funcções de juiz de paz e seu supplente. — Dec. do governo de 21 de Janeiro de 1830, art. 1º. — Dec. Legisl. de 25 de Junho de 1831, art. 2º.

O official da guarda nacional, logo que fôr eleito juiz de paz, deixa vago o posto, pela incompatibilidade reconhecida pelo art. 11 da Lei de 18 de Agosto de 1831, e art. 8º, § 3º do Dec. de 25 de Outubro de 1832. A vaga do posto tem lugar quando entrar aquelle juiz em effectivo exercicio no seu respectivo anno, porque, servindo no impedimento temporario de outros, sómente se deve considerar impedido para o serviço do posto. — Avs. de 9 de Setembro de 1833, §§ 10 e 11, de 12 de Setembro de 1833, § 1º, e de 4 de Agosto de 1834.

O secretario da guarda nacional deixa vago este cargo quando fôr eleito juiz de paz, por não ser compativel o serviço da mesma guarda com as funcções de juiz de paz, observando-se o mais que se determina nos §§ 10 e 11 do Aviso anterior. — Av. de 12 de Setembro de 1833, §§ 1º e 2º.

Os officiaes da guarda nacional podem ser eleitos juizes de paz, mas não accumular o exercicio das funcções de um e outro emprego. — Avs. de 26 de Fevereiro de 1840, e de 106 de Janeiro de 1841, § 2º.

O cidadão votado para juiz de paz que fôr official da guarda nacional pode optar aquelle cargo, renunciando o posto, e a camara municipal deve aceitar a opção. — Av. de 23 de Abril de 1851.

A incompatibilidade entre os cargos de juiz de paz e substituto do juiz municipal não comprehende o caso em que o presidente da camara houver, nessa qualidade, de supprir a falta temporaria dos substitutos do juiz municipal. — Av. de 15 de Abril de 1851.

Não ha incompatibilidade na accumulacão do cargo de juiz de paz com os postos da guarda nacional. — Av. de 13 de Setembro de 1856.

O juiz de paz que interinamente exerce os lugares de promotor publico e de procurador fiscal não renuncia o cargo popular que anteriormente occupava, para o qual deve voltar logo que cesse o impedimento. — Av. de 19 de Outubro de 1857.

Aos juizes de paz, na limitacão das funcções que ora exercem, não é applicavel o Aviso de 28 de Agosto de 1843, que se refere exclusivamente aos juizes municipaes, não existindo portanto incompatibilidade de direito nos advogados para occuparem o cargo de juiz de paz, como a pratica o tem confirmado. — Av. de 11 de Dezembro de 1857.

Não ha incompatibilidade entre o cargo de juiz de paz e o exercicio de juiz de facto. — Av. de 14 de Janeiro de 1858.

Não ha incompatibilidade entre o cargo de juiz de paz e o de cirurgião do corpo de policia. — Av. de 13 de Julho de 1858.

Ha incompatibilidade do cargo de juiz de paz com o officio de tabellião, como foi declarado por Av. de 14 de Março de 1837.

Attendendo ao disposto no art 23 do Cod. do Proc Crim., e no Av. do ministerio da justiça, não impresso, de 4 de Maio de 1843, bem como á doutrina do Dec n. 501 de 17 de Fevereiro de 1847 e ás decisões dos Avs. de 13 de Outubro de 1831 e de 20 de Abril de 1849, onde se declara a incompatibilidade do officio de curador de orphãos com o cargo de juiz de paz, e dos officios de escrivão de orpbãos e escrivães dos auditorios com

o emprego de vereador, cujos fundamentos são applicaveis aos officios de escrivão do civil e orphãos, e aos juizes de paz, não podem ser accumulados os ditos empregos. — Av. de 7 de Fevereiro de 1861.

O cargo de juiz de paz é incompativel com o officio de escrivão de orphãos, conforme foi declarado por este Aviso; porém o juiz de paz que uma vez exerceu interinamente aquelle officio, não fica por isso privado do seu cargo; cumprindo á autoridade competente não consentir em semelhantes accumulações, para evitar que posteriormente se suscitem duvidas. — Av. de 11 de Setembro de 1868.

Conforme o Av. de 27 de Julho de 1850, não pôde exercer o cargo de juiz de paz o cidadão que não souber lêr e escrever, e portanto o que estiver nestas circumstancias deve ser pela camara municipal respectiva eliminado da lista dos juizes de paz e juramentado o immediato em votos ao 4º, afim de que esteja sempre completo o numero dos juizes da parochia. — Av. de 11 de Fevereiro de 1861.

Sendo eleito juiz de paz um cidadão, que era 2º escriptuario da thesouraria de fazenda, representou outro ao governo que o mandasse eliminar da lista dos juizes de paz por não poder exercer o cargo, á vista dos Avs. de 24 de Abril de 1849, 18 de Março de 1850 e 7 de Agosto de 1860. O governo indeferiu o requerimento, declarando que, segundo o Aviso de 16 de Janeiro de 1841, ao qual se referem os dous primeiros supracitados, e os de 5 de Março de 1847 e 20 de Março de 1848, uma vez que os empregados das thesourarias e mais repartições de fazenda que são eleitos juizes de paz não se escusão, não se lhes pôde impedir o entrar em exercicio desse cargo: cumprindo ás autoridades superiores da administração da fazenda dar as providencias que julgarem convenientes a bem do serviço em que fizerem falta os mesmos empregados; e portanto nada ha que obste ao mencionado escriptuario de exercer o cargo de juiz de paz para que foi eleito, ficando todavia sujeito ás providencias que, na forma das ordens do thesouro, forem tomadas pela autoridade competente, se porventura do exercicio de tal cargo resultar prejuizo ao serviço que desempenha na thesouraria. — Av. de 13 de Maio de 1861.

Á vista dos principios firmados no Av. de 4 de Junho de 1847, ha incompatibilidade entre o cargo de juiz de paz e o emprego de professor publico de primeiras letras. — Av. de 18 de Novembro de 1862.

É incompativel o exercicio do cargo de juiz de paz com os de officiaes de justiça, em cujo numero estão comprehendidos os escrivães de policia. — Av. de 5 de Janeiro de 1865.

Tambem com o officio de escrivão dos feitos da fazenda. — Avs. de 23 de Maio de 1865 e de 31 de Janeiro de 1867.

O juiz de paz que muda de domicilio perde o seu lugar. — Av. de 31 de Agosto de 1865.

Ha incompatibilidade no exercicio simultaneo dos cargos de juiz de paz e de almoxarife do arsenal de guerra. — Av. de 18 de Janeiro de 1868.

O juiz de paz que aceita posto da guarda nacional não renuncia aquelle cargo. — Av. de 27 de Agosto de 1868.

É incompativel o cargo de juiz de paz com o de escrivão do civil. — Av. de 25 de Setembro de 1868.

É incompativel o cargo de juiz de paz com o de collector. — Av. de 30 de Setembro de 1868.

A incompatibilidade entre os cargos de juiz de paz e juiz municipal supplente e promotor publico interino, é somente do exercicio e não do cargo. — Av. de 30 de Novembro de 1869, n. 572.

O Av. n. 144 de 9 de Março de 1869 decide que as funções eleitoraes não são consideradas parte integrante da jurisdicção civil; e que é indispensavel em todo o caso a communicação official para a transmissão e devolução da jurisdicção.

servindo, os outros tres serão seus supplentes, guardada, quando tenha lugar, a mesma ordem entre os que não tiverem ainda exercido esta substituição²¹.

²¹ Devem tomar posse no tempo marcado pela lei, e largar a vara d'ahi a um anno, ainda que o não tenham preenchido em exercicio. — Av. de 29 de Janeiro de 1834.

O juiz de paz que, sem motivo reconhecido, recusa prestar juramento e tomar posse do emprego para que foi eleito, deve ser processado como desobediente. — Avs. de 4 de Março, e 12 de Maio de 1834.

No caso de serem todos impedidos legitimamente, dever-se-ha seguir o que está disposto no art. 6º das Instrucções de 13 de Dezembro de 1832. — Port. de 12 de Junho de 1834.

Quando algum dos quatro cidadãos mais votados, que hajão de ser juizes, fallecer, ou fôr escuso nos termos do art. 4º da Lei de 15 de Outubro de 1827, a camara municipal juramentará outro mais votado, de sorte que haja sempre quatro juramentados. — Instr. de 13 de Dezembro de 1832, art 6º.

Qualquer juiz de paz, que tenha acabado o tempo que deve servir, fica sendo supplente, não só para substituir aos que se acharem servindo sem dependencia de novo juramento, como para fazer parte da junta de paz no impedimento do proprietario. — Port. de 8 de Julho de 1834.

Como a divisão ecclesiastica não altera a civil, o juiz de paz nomeado para um districto deve continuar a servir nelle embora se haja dividido por bem do serviço ecclesiastico, emquanto não houver nova eleição geral e nova divisão dos districtos. — Av. de 31 de Janeiro de 1835.

Não assim, quando os districtos fõrem supprimidos. — Av. de 16 de Junho de 1865.

Quando os quatro juizes de paz de um districto se acharem absolutamente impedidos por molestia, suspensão ou ausencia, deve-se proceder para sua substituição conforme o disposto no art. 6º das Instrucções de 13 de Dezembro de 1832; quando, porém, o impedimento, ainda que de todos os quatro, for sómente por motivo de suspeição em uma ou mais causas, seguir-se-ha o que determina o art. 62 do Codigo do Processo Criminal, remettendo-se os processos ao juiz mais vizinho. — Av. de 3 de Agosto de 1835.

São isentos de pagamento de novos e velhos direitos, como empregados de eleição popular, não incluídos no respectivo regimento. — Port. de 13 de Outubro de 1835.

Á vista do que determina o art. 10 do Codigo e 6º das Instrucções de 13 de Dezembro de 1832, é claro que qualquer juiz de paz a quem compete servir em um anno determinado não fica inhibido de exercer o emprego nesse anno como proprietario d'elle, por ter servido na qualidade de supplente em qualquer outro. — Avs. do 1º e de 19 de Fevereiro de 1836.

O juiz de paz que serve um anno como supplente (ou seja por impedimento, ou seja por escusa do proprietario) não perde o direito que tem de servir em outro como proprietario. — Av. de 14 de Maio de 1836.

O juiz de paz mais votado é o primeiro que deve substituir o impedido, se não tiver ainda exercido a substituição, que deve fazer com igualdade, de maneira que um supplente não substitua mais vezes do que outro. — Av. de 21 de Fevereiro de 1838.

O juiz de paz que no impedimento do proprietario serve por algum tempo do anno, que lhe não pertence, entende-se havê-lo feito em qualidade de supplente, sem que por isso perca o direito de servir como proprietario no anno que lhe competir, segundo a ordem por que foi votado. — Av. de 5 de Maio de 1840.

Havendo sido reunidos os districtos em que estava dividida uma freguesia, procedeu-se á eleição de juizes de paz, e consultando-se ao governo se o juiz mais votado deveria terminar o exercicio do emprego em 7 de Janeiro, ainda que não tivesse completado o anno, respondeu o governo, em Aviso do 1º de Julho de 1840 que o juiz mais votado

Art. 11. O juiz de paz reeleito não será obrigado a servir, verificando-se a sua reeleição dentro de tres annos que immediatamente se seguirem áquelle em que tiver servido effectivamente.

devia servir o primeiro anno que decorre do dia da posse até áquelle em que se completar o mesmo anno, não lhe podendo ser applicavel a regra ordinaria, porque a execução desta regra, inexequível no presente caso, importaria a preterição de outra exequível no mesmo caso, qual a que estabelece o art. 10 doCodigo, frustrando os votos e a confiança que no eleito depositarão seus comparochianos, dando-lhe a preferencia na votação para o primeiro lugar.

A regra das substituições estabelecida no art. 10 é que os juizes de paz mais votados sejam os primeiros chamados, e portanto o juiz de paz do 2º anno deve substituir o do 1º; o do 3º ao do 2º; o do 4º ao do 3º; e o do 1º ao do 4º; ficando esta regra sempre subordinada ao principio de igualdade e divisão de trabalho entre os juizes, devendo ser exceptuados da regra aquelles juizes que já tiverem servido como substitutos, para serem chamados, conforme a ordem designada, os que não tiverem ainda servido nesta qualidade. — Av. de 15 de Dezembro de 1840.

O substituto do juiz de paz é sempre o seu immediato em votos, seguindo-se na falta desse os seus immediatos até esgotar-se a lista dos quatro, porque então passa a substituição ao do 1º anno, que vem a ser o 1º substituto do 4º anno. — Av. de 13 de Julho de 1843, 11 de Janeiro e 24 de Maio de 1849, 2 de Agosto de 1862, e 30 de Março de 1865.

Sendo a suspeição um impedimento temporario, não se faz necessario que a camara juramente um novo supplente, salvo o caso de ficarem os mais todos impedidos, quer para o exercicio das funcções em geral, quer para conhecerem de um processo em particular, porque então cumpre que seja juramentado mais um para servir sómente durante o impedimento de todos. — Idem.

Não póde ser admittido a exercer o emprego de juiz de paz o que obteve escusa absoluta por alguns dos motivos declarados na lei, embora se apresente posteriormente disposto e em termos de cumprir os deveres do cargo de que foi escuso, quando por semelhante facto deixou de ser do mesmo cargo investido, e só por nova eleição será como tal reconhecido — Av. de 8 de Março de 1847, § 2º.

Em seus impedimentos os juizes devem remetter aos que os substituirem, com os papeis respectivos, os exemplares de leis e decretos recebidos. — Portaria de 22 de Julho de 1833.

Os Avisos do 1º e 19 de Fevereiro e 14 de Maio de 1836 tratão de substituições por impedimento temporario do juiz de paz, e não do que resulta do fallecimento de um dos votados, porque neste caso o substituto serve como proprietário. — Av. de 12 de Janeiro de 1856, de 26 de Junho de 1863, de 14 de Junho de 1864.

Achando-se enfermo o juiz de paz do 2º districto de uma freguezia da côrte, e sem juramento os respectivos substitutos resolveu a III.^{ma} camara municipal que o referido juiz de paz passasse a jurisdicção ao do 1º districto da mesma freguezia, visto não permittir a lei chamada dos supplentes sem que se verifique o impedimento daquelles, foi esta deliberação approvada pelo governo por Portaria de 16 de Outubro de 1861.

Tendo mudado de domicilio o 4º juiz de paz, ordenou o governo que o 1º supplente juramentado entrasse no exercicio daquelle cargo, porquanto a mudança de domicilio faz perder o cargo de juiz de paz, e de tal modo que ainda mesmo que volte para a parochia, não o póde recuperar. — Av. de 2 de Maio de 1864.

Desde que o juiz de paz tem impedimento legal de exercer as funcções judicarias de seu cargo, deve passar estas ao seu immediato, por isso que a propria lei eleitoral não exige que o juiz de paz presidente da mesa parochial seja o actual juiz, mas unicamente o cidadão mais votado dos que comparecem, ainda que suspenso das funcções judicarias. — Aviso de 10 de Março de 1865.

CAPITULO II.

Das pessoas encarregadas da administração da justiça criminal em cada districto.

SECÇÃO I.

Dos juizes de paz²².

Art. 12. Aos juizes de paz compete²³:

²² Em casos de conflicto de jurisdicção entre os juizes de paz e as camaras municipaes, deve-se recorrer ao respectivo governo. — Portaria de 5 de Março de 1833.

Devem-se prestar ás requisições dos inspectores das barreiras, e dar todas as providencias e auxilios que pelos mesmos inspectores fôrem requeridos, na intelligencia de que os guardas que se prestarem na conformidade do Decreto de 3 de Novembro de 1832 serão pagos pelos rendimentos das referidas barreiras. — Av. de 29 de Agosto de 1833.

Os juizes de paz, quando tiverem duvidas no cumprimento de suas obrigações, devem recorrer aos juizes de direito. — Av. de 2 de Abril de 1834. Mas não relativamente á materia eleitoral, porque o juiz de direito não é competente para dar instrucções a tal respeito ás autoridades inferiores. — Av. de 31 de Dezembro de 1869.

Devem participar á repartição da guerra a pronuncia de quaesquer militares por crimes em que lhes compete pronunciar. — Av. de 23 de Abril de 1834. O mesmo foi ordenado pelo Aviso de 15 de Maio de 1834 a respeito dos individuos pertencentes á armada nacional.

Na falta ou impedimento do juiz de direito, devem recorrer aos presidentes das provincias, que não sabendo decidir a duvida, consultarão ao governo. — Av. de 23 de Junho de 1834.

Os juizes de paz são isentos do pagamento de novos e velhos direitos, como empregados de eleição popular, não incluídos no respectivo regimento. — Port. de 13 de Outubro de 1835.

O Av. n. 485 de 25 de Outubro de 1869 declara que os actos regularmente e em boa fé praticados por juiz de paz, cuja eleição tiver sido annullada depois de haver entrado legalmente no exercido das respectivas funções, devem ser mantidos em todos os seus effeitos.

²³ Ainda que não seja prohibido por lei, não podem todavia os juizes de paz dar licença aos réos para sahirem das prisões em que se acharem. — Av. de 13 de Junho de 1833.

Devem remeter de tres em tres mezes aos presidentes das provincias uma relação circunstanciada de todos os processos que tiverem sido julgados em seus respectivos districtos, com a declaração da natureza do crime, naturalidade, idade, sexo, e qualidade dos delinquentes, e quaisquer occurrencias notaveis que hajão sobrevindo. — Av. de 11 de Junho de 1834.

Aos juizes de paz não é licito exercitar jurisdicção voluntaria ou contenciosa fóra dos casos claramente especificados nas leis que marcão suas attribuições. — Av. de 8 de Fevereiro de 1835.

Nas provincias os juizes de paz são competentes para tomar termo aos que voluntariamente quizerem servir no exercito e armada, na forma das instrucções, devendo nesse termo declarar-se as obrigações a que ficão sujeitos, e as vantagens que o governo lhes assegura. — Av. de 23 e de 24 de Dezembro de 1835.

§ 1º Tomar conhecimento das pessoas que de novo vierem habitar no seu districto, sendo desconhecidas ou suspeitas, e conceder passaporte ás pessoas que lh'o requererem.

§ 2º Obrigar a assignar termo de bem-viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbão o socego publico; aos turbulentos, que por palavras ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica, e a paz das familias²⁴ ²⁵.

Os juizes de paz não são competentes, nem revestidos da necessaria jurisdicção para julgarem a qualquer individuo com a qualidade de cidadão brasileiro e no gozo de direitos civis e politicos outorgados pela Constituição. — Avs. de 23 e 24 de Dezembro de 1835.

Por Circular de 30 de Março de 1836 incumbio-se aos juizes de paz da côrte que remettão ao arsenal de marinha o numero possivel de rapazes de idade de 12 a 16 annos, para serem (depois de instruidos nas primeira letras e doutrina christã) embarcados como grumetes á bordo dos navios de guerra.

Os juizes de paz da côrte, que encontrarem rapazes orphãos de pai e mãe, que se entregarem á vida ociosa, poderão remette-los logo ao arsenal de marinha, se tiverem de 8 a 16 annos. — Av. circular de 26 de Abril de 1836, em additamento ao de 30 de Março.

A jurisdicção policial e criminal dos juizes de paz fica limitada á que lhes é conferida pelos §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 9º e 14º do art. 5º da Lei de 15 de Outubro de 1827. No exercicio de suas attribuições servir-se-hão dos inspectores dos subdelegados, e terão escrivães que poderão ser os destes. — Lei da reforma, art. 91.

Competem aos chefes de policia em toda a provincia e na côrte, e aos seus delegados nos seus respectivos districtos, as attribuições conferidas aos juizes de paz neste artigo, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º. — Dita lei, art. 4º, § 1º.

As attribuições criminaes e policiaes que actualmente pertencem aos juizes de paz, e que por esta lei não fôrão especialmente devolvidas ás autoridades que crêa, ficão pertencendo aos delegados e subdelegados. — Dita lei, art. 6º.

Competem ao juiz municipal as attribuições criminaes e policiaes que competião aos juizes de paz. — Dita lei, art 17, § 2º.

Vide Av. de 8 de Abril de 1864, em a nota 10 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁴ São obrigados a participar aos respectivos agentes-estrangeiros a prisão correccional dos subditos de suas nações. — Av. de 14 de Setembro de 1833.

Nos casos crimes não se faz nenhuma communicação; e todos os estrangeiros presos correccionalmente deverão ser logo postos á disposição dos consules de sua nação, para lhes darem o competente destino. — Av. de 3 de Agosto de 1864.

Quando fôr mister perseguir desordeiros e prendê-los, lhes é permittido entrar em districto alheio, participando ao juiz de paz respectivo, se a diligencia der lugar. — Av. de 17 de Fevereiro de 1834.

²⁵ *Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.*

Das attribuições criminaes.

Art. 2º Aos juizes de paz, além de suas actuaes attribuições, compete:

§ 1º O julgamento das infracções de posturas municipaes com appellação para os juizes de direito; ficando, porém, supprimida a competencia para julgar as infracções dos termos de segurança e bem-viver.

§ 2º A concessão da fiança provisoria.

§ 3º Obrigar a assignar termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de commetter algum crime, podendo comminar neste caso, assim como aos comprehendidos no paragrapho antecedente, multa até 30\$000, prisão até 30 dias, e tres mezes de casa de correcção ou officinas publicas²⁵.

§ 4º Proceder a auto de corpo de delicto, e formar a culpa aos delinqüentes;

§ 5º Prender os culpados, ou o seião no seu ou em qualquer outro juizo.

§ 6º Conceder fiança na fórmula da lei aos declarados culpados no juizo de paz.

§ 7º Julgar: 1º, as contravenções ás posturas das camaras municipaes²⁶; 2º os crimes a que não esteja imposta pena maior que a multa até 100\$000, prisão, degredo, ou desterro até seis mezes, com

Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Art. 19. Além das attribuições subsistentes, compete aos juizes de paz:

1º Processar e julgar as infracções de posturas municipaes.

2º Obrigar a assignar termos de segurança e bem-viver, não podendo, porém, julgar as infracções de taes termos.

3º Conceder a fiança provisoria.

²⁶ Com appellação para o juiz de direito. Vide nota 25.

A camara exorbita tomando conhecimento da multa imposta por seus fiscaes, como já se acha declarado nos Avisos de 2 de Julho de 1840 e 4 de Julho de 1857. — Av. de 12 de Dezembro de 1866.

Em qualquer que fôr a quantia da multa. — Portaria de 15 de Fevereiro de 1834.

A disposição deste § 7º é uma verdadeira e rigorosa fixação da alçada dos juizes de paz, e não se pôde reputar ampliada pela outra do art. 206, que se deve entender subordinada á regra geral deste paragrapho, para deverem os juizes de paz proceder nos termos do art. 228, em todos os crimes cujas penas excedem ás designadas no mesmo art. 12, § 7º. — Av. de 18 de Outubro de 1834.

Compete aos juizes de paz julgar todos os delictos cujas penas não excedão ás que se achão marcadas neste artigo, sem outras excepções que não seião as que fazem os arts. 324 e 325. — Av. circular de Março de 1836.

As causas de que tracta o art. 12, § 7º não são da competencia da jurisdicção policial, e por isso não podem os juizes municipaes julga-las. — Av. de 12 de Maio de 1838.

multa correspondente á metade deste tempo, ou sem ella, e três menses de casa de correcção ou officinas publicas, onde as houver^{27 28}.

§ 8º Dividir o seu districto em quarteirões, contendo cada um, pelo menos, 25 casas habitadas.

Art. 13. Sanccionado e publicado o presente Código, proceder-se-ha logo á eleição dos juizes de paz nos districtos que fôrem novamente creados ou alterados, os quaes durarão até ás eleições geraes sómente.

SECÇÃO II.

*Dos escrivães de paz*²⁹.

²⁷ Os juizes de paz não devem mandar açoutar escravo algum sem que primeiro os tenham devidamente processado e sentenciado com audiencia de seu senhor. — Av. de 10 de Junho de 1837.

Nos crimes de que trata este § 7º os réos (que não fôrem vagabundos ou sem domicilio) se livrarão soltos. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 37.

²⁸ Pelo art. 12, § 2º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, são também competentes os juizes de paz para perante elles dar-se execução ao disposto nos arts. 132 e 133 deste Código.

Ainda pelo § 2º do art. 29 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, têm os juizes de paz a attribuição de fazer prender os indiciados culpados de crimes inafiançaveis, descobertos em seus districtos, sempre que tiverem conhecimento de que pela autoridade competente para a formação da culpa foi ordenada essa captura, ou por que recebessem directa requisição ou por ser de notoriedade publica que o juiz formador da culpa a expedira.

Executada a prisão, immediatamente o preso será conduzido á presença do mesmo juiz para delle dispôr.

²⁹ Os seus cartorios são o archivo do juizo: nenhum papel póde ser guardado ou retido pelos juizes de paz, que podem, quando os entregarem, exigir as cautelas que julgarem convenientes para evitar o extravio. — Av. de 5 de Dezembro de 1832.

Não é necessario especial nomeação e juramento ao escrivão do contencioso, que, na falta do juizo de paz, tem de servir nesse juizo. — Aviso de 12 de Dezembro de 1862.

Não podem o pai e o filho ser, um juiz e outro escrivão conjuntamente. — Av. de 12 de Novembro de 1833, referindo-se á Ord., Liv. 1º, Tit. 48, § 29, e Tit. 79, § 45, que, diz o Aviso, comprehende este caso. Os escrivães dos juizes de paz, apesar de que não haja razão para serem isentos dos velhos e novos direitos, deverão ser conservados na posse de os não pagarem. — Port. de 13 de Outubro de 1835.

Os escrivães dos juizes de paz não podem ser advogados, por estarem comprehendidos na prohibição da Ord. do Liv. 1º, Tit. 48, § 24, á excepção dos casos especificados no mesmo parographo. — Av. de 21 de Novembro de 1835.

Compete ao governo reparar, por meio de reintegração, a injustiça que qualquer juiz de paz possa irrogar a seus agentes e officiaes, no caso de demitti-los por motivo torpe ou illegal. — Av. de 18 de Janeiro de 1836.

Não deve e é illegal a nomeação de escrivão de juiz de paz feita pela camara municipal sem proposta do respectivo juiz; e é licito a este não obedecer a tal nomeação. — Av. de 16 de Novembro de 1835.

Art. 14. Os escrivães de paz devem ser nomeados pelas camaras municipaes, sob proposta dos juizes de paz, d'entre as pessoas que, além de bons costumes e 21 annos de idade, tenham pratica de processos, ou aptidão para adquiri-la facilmente³⁰.

Art. 15. Aos escrivães compete³¹:

Os escrivães de paz servirão perante os subdelegados, sob cuja proposta serão nomeados pelos delegados. — Lei da reforma, art. 9º.

Vide notas ao art. 19 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

³⁰ O Av. de 2 de Valo de 1868, publicado no *Diario Official* de 20, declara, de conformidade com os Avs. de 9 de Dezembro de 1857 e 12 de igual mez de 1866, que a simples falta de confiança não é motivo sufficiente para que possa ser destituido ou suspenso, ainda que temporariamente, um escrivão do juizo de paz.

Do mesmo modo o Av. n. 419 de 21 de Setembro de 1869 tambem diz que a simples allegação de falta de confiança ou de conveniencia do serviço publico não é motivo sufficiente para a destituição de um tal serventuario.

O Av. n. 110 de 12 de Abril de 1870 declara que, na falta de quem sirva o officio de escrivão do juizo de paz, deve ser chamado o do juizo municipal, e, na falta deste, o do juizo de paz do districto vizinho.

O *Diario Official* de 4 de Janeiro de 1872 publica, no expediente do ministerio da justiça de 3, que declarou-se ao presidente da Bahia ter sido approvada a deliberação que tomou de manter o acto pelo qual o juiz de paz da freguesia do Bom Jardim havia designado para servir perante elle o escrivão do 2º districto da subdelegaria da mesma freguezia, visto que por identidade de razão é applicavel ao caso o disposto no art. 16 do Reg. n. 122 de 2 de Fevereiro de 1842, combinado com o 19 do de n. 120 de 31 de Janeiro daquelle anno.

³¹ Não fôrão pelas disposições do Código do Processo privados das attribuições que lhes dão as leis em materia civil. — Av. de 14 de Abril de 1834.

O art. 15 do Código teve unicamente por fim marcar as attribuições dos escrivães de paz no que é relativo aos processos e diligencias criminaes, e por isso não revoga nem altera disposição alguma das leis anteriores, no que é relativo ás suas attribuições em materias civis. — Av. de 14 de Agosto de 1838.

Compete-lhes praticar actos de tabellães, na fórma da Lei de 30 de Outubro de 1830, ainda mesmo nos districtos de paz de uma só freguezia, quando elles fôrem distantes da villa ou cidade. — Av. n. 210 de 19 de Maio de 1865.

Perguntado o ministro da justiça se pôde o escrivão de paz lavrar escripturas de venda de escravos, quando estes ou um dos contratantes não pertençam a seu districto, respondeu que, em virtude dos Decs. n. 2833 de 18 de Outubro de 1861 e n. 4129 de 28 de Março de 1868, § 23, estão os escrivães de paz autorisados a lavrar escripturas de compra e venda de escravos em sua respectiva freguezia sem restricção. — Av. n. 491 de 27 de Outubro de 1869.

Por Av., porém, de 28 de Outubro de 1871, publicado no *Diario Official* de 1º de Novembro, declarou-se ao juiz de paz do 1º districto da Guaratiba, e sobre uma representação contra José Francisco de Oliveira, escrivão do 2º districto, mas com cartorio no 1º, cujo serventuario queixou-se por ser assim prejudicado, que, embora pertençam ambos á mesma freguezia, devem esses serventuarios residir e exercitar os cargos em seus respectivos districtos.

Sendo suspeitos os juizes de paz do districto do domicilio e da culpa, devolvendo-se o conhecimento do processo ao juiz de paz mais vizinho, qual deve ser o escrivão que escreva no processo? O governo, em Aviso de 17 de Agosto de 1838, respondeu que, supposto não se possa concluir da literal disposição dos arts. 63 e 64, nem que deve

1º Escrever em fôrma os processos, officios, mandados e precatorias.

2º Passar procurações nos autos, e certidões do que não contiver segredo, sem dependencia de despacho, comtanto que sejam *de verbo ad verbum*³².

3º Assistir ás audiencias, e fazer nellas, ou fóra dellas, citações por palavras ou por carta³³.

4º Acompanhar os juizes de paz nas diligencias de seus officios.

escrever o escrivão do juizo suspeito, nem o do formador da culpa, parece todavia mais razoavel e juridico que seja aquelle. Porquanto, sendo certo que a suspeição, bem como qualquer impedimento do juiz, não se communica ao escrivão, doutrina com que se conformou o art. 3º do Decreto de 3 de Outubro de 1838, não ha razão alguma para que, no caso controverso, deixe de ser escrivão do processo o que é competente por ser o do fôro da culpa, onde elle teve começo pelo auto do corpo de delicto, e aquelle mesmo a quem compete guarda-lo e lançar o réo no rol dos culpados; e sendo tambem evidente que, substituindo-se o juiz, pelo motivo da suspeição, se não substitue o juizo, pois que o juiz formador da culpa vem a ser juiz competente em razão do fôro, ainda menos razão se dá para a mudança de escrivão.

Vid. Av. de 6 de Junho de 1865, nota ao art. 18 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

³² Diz o Av. 447 de 28 de Setembro de 1865 que este paragrapho autorisando os escrivães de paz para — sem dependencia de despacho — passar certidões do que não contiver segredo, comtanto que sejam *verbo ad verbum*, e, conforme a doutrina do Av. de 2 de Setembro de 1833, uma providencia generica, commum á justiça criminal e á civil, e applicavel por consequencia a todos os juizes, tanto mais porque essa disposição se funda no principio da publicidade, que é um elemento essencial de toda a organização judiciaria nos paizes livres.

E pela mesma razão os juizes de direito não dependem dos juizes municipaes para obterem certidões dos actos respectivos, sendo que outrosim, como autoridade competente para processar e punir os crimes de responsabilidade, não devem ser embaraçados por qualquer modo nos meios indispensaveis para exercer essa jurisdição.

³³ O uso de permittir-se aos escrivães e officiaes de justiça do juizo de paz fazerem citações e mais diligencias sobre negocios pertencentes ao municipal, tem sido abusivo, illegal e em prejuizo das partes, pela nullidade de taes actos praticados por officiaes incompetentes; não só porque elles são notavelmente differentes dos do juizo municipal, quer pelo que respeita ás suas nomeações, quer pelo que pertence ás suas privativas attribuições, segundo se deduz do Codigo do Processo, arts. 14, 15, 20, 21, 39, 40, 41, 42 e 43, como tambem se conclue do disposto no art. 82, § 1º do mesmo Codigo, que quaesquer delles devem sómente executar as ordens dos juizes a que estão sujeitos; o que todavia não se entende a respeito da especie de que trata o art. 7º da Disposição Provisoria. — Av. de 2 de Janeiro de 1840.

SECÇÃO III.

*Dos inspectores de quartelrão*³⁴.

Art. 16. Em cada quartelrão haverá um inspector, nomeado tambem pela camara municipal sob proposta do juiz de paz, d'entre as pessoas bem conceituadas do quartelrão, e que sejam maiores de 21 annos³⁵.

Art. 17. Elles serão dispensados de todo o serviço militar de 1ª linha e das guardas nacionaes, e só servirão um anno podendo escusar-se no caso de serem immediatamente reeleitos³⁶.

³⁴ Compete ao governo reparar, por meio da reintegração, a injustiça que qualquer juiz de paz possa irrogar a seus agentes e officiaes, no caso de demitti-los por motivo torpe ou illegal. — Av. de 18 de Janeiro de 1836.

³⁵ Convém que não sejam tirados do numero dos guardas nacionaes activos. — Aviso de 21 de Junho de 1833. Salvo quando nos districtos não houverem outras pessoas idoneas para este encargo. — Av. de 2 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 1834.

A nomeação dos individuos para inspector de quartelrão deve recahir em pessoas não empregadas, para que não soffra detrimento o serviço publico. — Av. de 12 de Agosto de 1835.

Não se devem nomear para inspector de quartelrão pessoas qualificadas no serviço activo da guarda nacional. — Av. de 7 de Dezembro de 1835.

Nem os juizes de paz devem propor, nem as camaras municipaes approvar para o cargo de inspector de quartelrão, pessoas pertencentes ao serviço activo da guarda nacional. — Port. de 9 de Março de 1836.

As faltas que commettêrem os empregados em seus empregos por estarem em exercicio do cargo de inspector de quartelrão não lhes são abonadas. — Prov. do Thesouro de 9 de Setembro de 1842.

O cargo de inspector de quartelrão é incompativel com o emprego de official da secretaria das thesourarias. — Idem.

Os inspectores de quartelrão servirão perante os subdelegados, sob cuja proposta serão nomeados pelos delegados. — Lei da reforma, art. 9º.

Os inspectores de quartelrão não pagão emolumentos alguns pelos titulos que lhes passam os delegados de policia; porquanto, estando taes titulos comprehendidos na generalidade do art. 51 do Cod. do Proc. Crim., que manda que por elles se não cobre direito algum, não foi essa legislação revogada, pois que a Lei de 3 de Dezembro de 1841 não fez mais que transferir para os delegados do policia a nomeação dos ditos inspectores, que até então pertencia ás camaras municipaes. — Av. de 23 de Agosto de 1843.

Vid. nota ao art. 44 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

³⁶ Dos arts. 17 do Cod. do Proc. Crim. e 493 de Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 deve concluir-se evidentemente que os inspectores de quartelrão são obrigados a servir um anno, não se dando o mesmo quanto aos officiaes de justiça, cargo sem duvida especial e de occupação porventura continua, e sobre o qual não existe disposição obrigatoria. — Av. de 26 de Agosto de 1862.

Vid nota ao art 43 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Art. 18. Competem aos inspectores as seguintes attribuições³⁷:

1º Vigiar sobre a prevenção dos crimes, admoestando aos comprehendidos no art. 12, § 2º, para que se corrijão; e, quando o não fação, dar disso parte circumstanciada aos juizes de paz respectivos.

2º Fazer prender os criminosos em flagrante delicto, os pronunciados não afiançados, ou os condemnados á prisão³⁸.

3º Observar e guardar as ordens e instrucções que lhes fôrem dadas pelos juizes de paz para o bom desempenho destas suas obrigações.

Art 19. Ficão supprimidos os delegados.

SECÇÃO IV.

*Dos officiaes de justiça dos juizes de paz*³⁹.

Art. 20. Estes officiaes serão nomeados pelos juizes de paz, e tantos quantos lhes parecerem bastantes para o desempenha das suas e das obrigações dos inspectores⁴⁰.

³⁷ Devem apresentar com a mais exactidão possivel as listas dos moradores do seu districto, para serem qualificados os guardas nacionaes, sem terem direito de excluir alguém, sendo no caso contrario processados por desobedientes e omissos. — Av. de 5 de Março de 1835.

³⁸ Quando houverem de dar cumprimento a este paragrapho devem empregar para esse fim officiaes de justiça, que usarão então da prerogativa que lhes dá o art. 22 deste Código, não podendo ser responsaveis os que aos inspectores não obedecerem. — Av. de 6 de Março de 1834.

³⁹ Vide em a nota 62 o art, 3º do Dec. n. 4858 de 30 de Dezembro de 1871.

Compete ao governo reparar, por meio da reintegração, a injustiça que qualquer juiz de paz possa irrogar a seus agentes, no caso de demitti-los por motivo torpe ou illegal. — Av. de 18 de Janeiro de 1836.

⁴⁰ Por Aviso de 14 de Dezembro de 1836, ordenou-se aos juizes de paz da côrte que se limitassem a nomear para os respectivos juizos os officiaes de justiça indispensaveis ao expediente, recahindo taes nomeações em individuos isentos do recrutamento.

Ninguem pôde ser obrigado a aceitar esta nomeação. — Av. do 1º de Setembro de 1834.

Art. 21. Aos officiaes de justiça compete:

§ 1º Fazer pessoalmente citações, prisões, e mais diligencias⁴¹.

§ 2º Executar todas as ordens do seu juiz.

Art. 22. Para a prisão dos delinquentes e para testemunhar qualquer facto de sua competencia poderão os officiaes de justiça chamar as pessoas que para isso forem proprias, e estas obedecerão, sob pena de serem punidas como desobedientes.

CAPITULO III

Das pessoas encarregadas da administração da justiça nos termos

SECCÃO I.

Dos jurados.

Art. 23. São aptos para serem jurados todos os cidadãos que podem ser eleitores, sendo de reconhecido bom senso e probidade. Exceptuão-se os senadores, deputados, conselheiros e ministros de Estado, bispos, magistrados⁴², officiaes de justiça, juizes ecclesiasticos,

Quando não sejam sufficientes os officiaes que nomear para o desempenho de suas obrigações, póde requisitar os dos outros juizos. — Av. de 5 de Março de 1835, dirigido ao juiz de paz da cabeça do termo do Rio de Janeiro.

⁴¹ Vid. nota 33.

⁴² São magistrados não só os juizes letrados, mas tambem os que o não são, quaes os juizes municipaes, de orphãos e de paz, porque além de se entender em generalidade por magistrado todo aquelle que tem e exercita alguma porção de jurisdição e autoridade publica na administração da justiça, Mello Freire, Inst. Jur. Civ. Lus., Liv. 1º, Tit. 2º, § 11. Pereira e Souza, Dic. Jur., sempre nas leis antigas e modernas se designavão de magistrados os juizes territoriaes e locais das comarcas e termos. — Avs. de 7 de Agosto de 1835 e de 7 de Janeiro de 1844.

Podem ser jurados os que não sabem lêr nem escrever, por não ser esta qualidade exigida, e poder haver bom senso e probidade sem ella; mas como hajão disposições no Codigo do Processo Criminal que indicão a precisão de saberem os jurados lêr e escrever, para poder-se desempenhar o que nellas se determina, se acontecer que todos os sorteados para a formação do 1º e 2º conselho não saibão lêr nem escrever, dever-se-hão excluir os dous ultimos, e continuar o sorteamento até sahirem os que, sabendo lêr e escrever, estejam habilitados para serem presidente e secretario. — Av. de 12 de Agosto de 1835.

vigarios, presidentes, secretarios dos governos das provincias, commandantes das armas e dos corpos de 1^a linha⁴³.

Art. 24. As listas dos cidadãos que estiverem nas circumstancias de serem jurados serão feitas em cada districto por uma junta composta dos juizes de paz, parochio ou capellão⁴⁴, e o presidente ou algum dos vereadores da camara municipal respectiva, ou, na falta destes ultimos, um homem bom, nomeado pelos dous membros da junta que estiverem presentes⁴⁵.

Art. 25. Feitas as listas dos referidos cidadãos, serão affixadas á porta da parochia ou capella, e publicadas pela imprensa, em os lugares em que a haja, e se remetterão ás camaras municipaes respectivas,

Este Aviso não póde ser tido em consideração em face do § 2º do art. 224 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Os juizes de paz são magistrados, e estão por consequencia comprehendidos na disposição do art. 11, § 7º do Acto adicional. — Av. de 14 de Dezembro de 1835.

Os juizes municipaes e de paz são magistrados e estão sem duvida comprehendidos tanto no art. 23 como em quaesquer outras disposições legislativas que a magistrados se retirão. — Av. de 12 de Março de 1836.

Os juizes de paz só devem ser isentos do emprego de jurados quando estiverem em exercicio no seu respectivo anno; ou em razão de serem effectivos supplentes. — Off. de 7 de Janeiro de 1840.

As excepções deste artigo não são extensivas aos membros das assembléas legislativas provinciaes, porque, não se tendo comprehendido nellas os dos extinctos conselhos geraes, tambem se não podem considerar includos os deputados provinciaes que os substituirão. — Av. de 22 de Setembro de 1835.

Vide em a nota 20 os Avs. de 15 de Dezembro de 1835 e 7 de Janeiro de 1840 § 3º.

Vide art. 27 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 224 do respectivo regulamento.

⁴³ Tambem são exceptuados os commandantes militares das praças: assim foi decidido pela imperial resolução de consulta de 6 de Dezembro de 1865, que traz o relatorio do ministerio da justiça de 1866.

⁴⁴ Que não deve ser estrangeiro, sob pena de nullidade. — Port. de 4 de Novembro de 1833.

⁴⁵ Á camara municipal incumbe fazer intimar aos parochos e juizes de paz respectivos para comparecerem no dia determinado para a apuração dos jurados de sua freguezia, sob pena de lhes fazer effectiva a responsabilidade por falta de desempenho de seus deveres. — Port. de 10 de Setembro de 1835.

As juntas de que trata o art. 24 deste Codigo na escolha dos jurados devem-se conformar com as regras estabelecidas no mesmo Codigo, e no caso de prevaricação ou abuso se lhes deve fazer effectiva a responsabilidade. — Off. De 7 de Janeiro de 1840.

Vide arts. 28, 29 e 30 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e os correspondentes do respectivo regulamento.

ficando uma cópia em poder do juiz de paz para a revisão, a qual deve ser verificada pela referida junta todos os annos, no dia 1º de Janeiro⁴⁶.

Art. 26. A revisão tem por fim:

§ 1º Inscrever nas listas as pessoas que fôrão omittidas, ou que dentro do anno tiverem adquirido as qualidades necessarias para jurado.

§ 2º Eliminar as que tiverem morrido, ou que se tiverem mudado do districto, ou que tiverem perdido as qualidades acima apontadas. Com estas listas reformadas se praticará o mesmo que se faz com a primeira indicada no artigo antecedente.

Art 27. As camaras municipaes, com os juizes de paz⁴⁷ e parochos, logo que receberem as listas parciaes dos districtos, formarão uma lista geral, excluindo sómente della os que notoriamente não gozarem de conceito publico por falta de intelligencia, integridade e bons costumes. Se, porém, em algum termo ou termos, ainda mesmo depois de reunidos, como dispõe o art. 7º, resultarem apenas 60 juizes de facto, ou pouco mais, de sorte que não bastem para supprirem as faltas que por ventura occorrão, se ampliará a apuração até numero tal que seja sufficiente⁴⁸.

⁴⁶ Sendo manifesto pelo que se acha disposto nos arts. 25. 26, 27, 28 e 29 no Codigo, que os jurados, para servirem nas sessões de cada anno, devem ser annualmente apurados, é claro que nenhuns outros podem ser os legitimos para as ditas sessões. — Av. de 8 de Março de 1838.

⁴⁷ Não é nulla a apuração por falta de em juiz de paz. —Av. de 7 de Março de 1834.

⁴⁸ As camaras municipaes, por occasião de formarem a lista geral dos jurados, só podem fazer della a exclusão de que tratão os arts. 27 e 28, ou addita-la no caso especial de resultarem das listas parciaes 60 jurados, ou pouco mais, em algum termo, ou termos, ainda mesmo depois de reunidos. — Off. de 7 de Janeiro de 1840.

Os termos em que se não apurarem pelo menos 50 jurados, reunir-se-hão ao termo ou termos mais vizinhos, para formarem um só conselho de jurados; e os presidentes das provincias designarão nesse caso o lugar da reunião do conselho e da junta revisora. — Lei da reforma, art. 31.

Art. 28. Havendo queixas da parte de alguém ou por ter sido inscripto, ou por ter sido omittido nas listas, é do dever das camaras corrigi-las, eliminando ou inscrevendo os seus nomes⁴⁹.

Art. 29. Os nomes dos apurados serão lançados em um livro destinado particularmente para este fim, e será affixada nas portas da camara municipal, e publicada pela imprensa, havendo-a, uma relação contendo por ordem alphabetica os nomes dos cidadãos apurados.

Art. 30. Passados quinze dias da publicação das listas apuradas, as camaras municipaes farão transcrever os nomes dos alistados em pequenas cedulas, todas de igual tamanho.

Art. 31. Preparadas as cedulas na fórmula do artigo antecedente, as camaras municipaes, no dia seguinte, á portas abertas, com assistencia do promotor publico, mandarão lêr pelo seu secretario a lista dos cidadãos apurados; e, á proporção que fôrem proferidos os nomes, o promotor os verificará com as cedulas, e os irá lançando em uma urna.

Esta urna se conservará na sala das sessões, fechada com duas chaves diversas, uma das quaes terá o presidente da camara, outra o promotor.

Art. 32. Tudo quanto nos termos compete ás camaras municipaes, acerca das listas dos que podem ser jurados, será praticado nos julgados por uma junta formada dos juizes de paz dos districtos que nelles houverem, da qual será presidente o juiz de paz da povoação principal, ou cabeça delles, e secretario o seu escrivão.

⁴⁹ Da indevida inscripção ou omissão na lista dos jurados, segundo o art. 27 desta lei, haverá recurso para o governo na cõrte e para os presidentes nas provincias, os quaes procedendo ás necessarias informações, decidirão como fôr justo. — Dita lei, art. 101. Vide este art. e suas notas.

Este recurso será apresentado na secretaria da presidencia ou na de Estado dos negocios da justiça, dentro de um mez, contado do dia em que se tiverem afixado as listas, e será acompanhado de certidão desse affixamento, passada por um escrivão do juiz municipal. — Dita lei, art. 102.

SECÇÃO II.

Dos juizes municipaes.

Art. 33. Para a nomeação dos juizes municipaes as camaras municipaes respectivas farão de tres em tres annos uma lista de tres candidatos tirados d'entre os seus habitantes formados em direito, ou advogados habéis, ou outras quaesquer pessoas bem conceituadas e instruidas, e nas faltas repentinas a camara nomeará um que sirva interinamente⁵⁰.

Art. 34. Estas listas serão remettidas ao governo, na provincia onde estiver a côrte, e aos presidentes em conselho nas outras, para ser nomeado d'entre os tres candidatos um, que deve ser o juiz municipal no termo.

Art. 35. O juiz municipal tem as seguintes attribuições^{51 52}:

⁵⁰ Vide arts. 13, 14, 15, 16, 18, 20 e 21 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e suas notas.

Sobre a substituição destes juizes, vide art. 19 da dita lei, e as alterações indicadas nas respectivas notas.

⁵¹ Compete aos juizes municipaes:

I. Julgar definitivamente o contrabando, excepto o apprehendido em flagrante, cujo conhecimento, na fôrma das leis e regulamentos de fazenda, pertence ás autoridades administrativas e o de africanos que continuará a ser julgado na fôrma do processo commum^{51a}.

II. As attribuições criminaes e policiaes que competião aos juizes de paz^{51b}.

III. Sustentar ou revogar *ex-officio* as pronuncias feitas pelos delegados ou subdelegados^{51c}.

IV. Verificar os factos que fizerem objecto de queixa contra os juizes de direito das comarcas em que não houver Relação; inquirir sobre os mesmos factos testemunhas, e facilitar ás partes a extracção dos documentos que ellas exigirem, para bem a instruirem, salva a disposição do art. 161 do Código do Processo Criminal.

V. Conceder fiança aos réos que pronunciar ou prender.

VI. Julgar as suspeições postas aos subdelegados.

VII. Substituir na comarca ao juiz de direito, na sua falta ou impedimento. A substituição será feita pela ordem que designarem o governo na corte e os presidentes nas provincias. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 17.

Os juizes municipaes ficão substituindo os juizes de paz da cabeça do termo, ou districto, onde se reunirem os jurados para cumprirem quanto a este competia a respeito dos processos que tiverem de ser submettidos ao jury. — Dita lei, art. 52.

^{51a} Das sentenças dos juizes municipaes, nos casos em que lhe compete julgamento final, é permitido apellar para os juizes de direito. — Art. 78, § 1º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

§ 1º Substituir no termo ao juiz de direito nos seus impedimentos ou faltas⁵³.

Das sentenças do juiz de direito proferidas em gráo de appellação sobre o crime de contrabando, segundo o art. 17 § 1º desta lei, haverá o recurso de revista. — Dita lei, art. 89, § 1º.

^{51b} Os processos da formação de culpa, organisados pelos juizes municipaes, tenha ou não havido nelles pronuncia, serão examinados pelos juizes de direito das comarcas, nas correições que nellas fizerem, para o fim de emendar os erros, e proceder contra os juizes, escrivães e officiaes de justiça, como for de direito. — Art. 26, § 1º da Lei citada.

Os juizes de direito das comarcas, quando fizerem correições nellas procederão contra os juizes municipaes que por prevaricação, peita ou suborno houverem condemnado ou absolvido os réos em processos crimes, e para isso devem examina-los. — Dita lei, art. 26.

^{51c} Os juizes municipaes, no exame dos processos crimes que lhes forem remetidos pelos delegados ou subdelegados, podem proceder a todas as diligencias que julgarem precisas para ratificação das queixas ou denuncias, para emenda de algumas faltas que induzão nullidade, e para esclarecimento da verdade e do facto e suas circumstancias, ou seja *ex officio*, ou a requerimento das partes. — Art. 50 da lei cit.

⁵² Aos juizes municipaes fica competindo além das outras attribuições:

§ 1º A organização do processo crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2º O julgamento da infracção dos termos de segurança e bem-viver, que as autoridades policiaes e os juizes de paz tiverem feito assignar. Art 3o da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, e 16 do respectivo regulamento.

Compete-lhes exclusivamente: 1º O julgamento dos crimes de que trata o art. 12, § 7º deste Cód. e mais processos policiaes.

2º A pronuncia nos crimes communs, com recurso necessario para o juiz de direito respectivo. — Art. 17 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

⁵³ Sobre substituição dos juizes de direito das comarcas especiaes, vide nota 13.

Não entra em duvida que devem substituir os juizes de direito do civil, porquanto, não fazendo este paragrapho differença entre os juizes de direito do crime e do civil, a substituição de que trata o presente paragrapho é extensiva a ambos os juizes, o que é apoiado pelo art. 8º da disposição provisoria acerca da administração da justiça civil. — Av. de 28 de Agosto de 1833.

Por isto não percebem ordenado. — Av. de 22 de Outubro de 1833.

Vide as notas que tratão dos vencimentos do juiz municipal, quando substitue o de direito e que se achão lançados ao § 7º do art. 17 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Quando servirem de juiz de direito julgão-se impedidos para o exercicio do seu lugar, devendo-se então proceder da maneira indicada no art. 33. O juiz que fôr nomeado para esses impedimentos, deverá prestar juramento na camara municipal.

Só podem sentenciar afinal, quando não houver juiz de direito, porque então são seus substitutos, devendo, quando estes estiverem em outro termo, preparar os feitos até final sentença exclusive. — Av. de 3 de Setembro de 1833.

Substituem tambem o juiz de direito na presidencia do jury de revista. — Av. de 3 de Setembro de 1833. — E tambem na do conselho de jurados. — Port. de 6 de Setembro de 1832.

Na falta do juiz de direito em qualquer comarca, por vaga ou impedimento, serão julgadas as causas civeis pelos juizes municipaes do respectivo termo, e no impedimento deste, pelo do termo mais vizinho; podendo, porém, accordar as partes entre si em esperar, para o julgamento final, que a comarca seja provida, ou cesse o impedimento do juiz de direito. — Dec. de 15 de Outubro de 1833.

Não percebem ordenado algum, nem mesmo quando servem de juiz de direito. E ainda o da cabeça da comarca não substitue o juiz de direito impedido senão no seu respectivo districto. — Av. de 20 de Agosto de 1835.

Ainda que seja juiz municipal da cabeça da comarca, não póde por isso servir de juiz de direito em toda ella, mas só no seu municipio, da mesma fórma que os outros juizes municipaes devem substituir os de direito em seus respectivos districtos. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

§ 2º Executar dentro do termo as sentenças e mandados dos juizes de direito ou tribunaes⁵⁴.

§ 3º Exercitar cumulativamente a jurisdição policial⁵⁵.

SECÇÃO III.

*Dos promotores publicos*⁵⁶.

O juiz municipal não tem direito pelo Código á percepção alguma de ordenado por servir interinamente o lugar de juiz de direito. — Ord. de 18 de Agosto de 1835.

Sendo a primeira attribuição dos juizes municipaes o substituirem aos juizes de direito em seus impedimentos ou faltas, a lei nenhum ordenado lhes estabeleceu, e por isso nada devem perceber. — Port. de 13 de Setembro de 1836.

Sendo suspeito o juiz municipal em todas as causas de um individuo, e achando-se já nomeado pela camara juiz municipal para ellas, substituindo neste interim o juiz suspeito ao de direito, quem é o competente para o julgamento de taes causas por Aviso de 28 de Março de 188 decidio o governo que deve julgar as causas, como juiz de direito, o juiz municipal interino, a quem competem as attribuições declaradas no art. 35, não podendo ser o juiz municipal proprietario, por ser suspeito, e não devendo ser o juiz municipal especial, por ser limitada a sua incumbencia e jurisdição para o preparo do feito.

Vide notas á parte deste Cod. em que se trata de suspeições.

⁵⁴ Este paragrapho reformou os arts. 40 e 41 do Cod. Crim. — Av. de 21 de Outubro de 1833.

Não é o juiz municipal competente para executar uma sentença administrativa do tribunal do commercio que impôz multas. — Av. n. 492 de 23 de Outubro de 1865.

⁵⁵ Não é, porém, cumulativa acerca das contravenções de posturas. — Av. de 24 de Março de 1834.

Pela disposição deste paragrapho podem os juizes municipais julgar e impôr penas nos crimes policiaes, excepto nas infracções de posturas das camaras municipaes, que é privativo dos juizes de paz. — Av. de 23 de Setembro de 1836.

Das suas sentenças em causas policiaes ha recurso para as juntas de paz com effeito suspensivo. — Dec. de 16 de Dezembro de 1834, referindo-se aos Avisos de 18 e 26 de Setembro do mesmo anno.

Vide a Lei de 3 de Dezembro de 1841 e o seu Reg. na parte em que tratão das attribuições dos juizes municipaes, e bem assim as notas ahi lançadas.

⁵⁶ Não são incompatíveis as suas funções com o exercicio da guarda nacional. — Av. de 3 de Setembro de 1833, e Portaria de 31 de Junho de 1834.

Não podendo os secretarios dos governos provinciaes ser jurados na fórmula do art. 23, ao mesmo passo que só podem ser promotores os que se achão habilitados para serem jurados, segundo o art. 36; é evidente que nenhuma outra intelligencia se póde admittir acerca da disposição dos citados artigos, que não seja a litteral. — Av. de 26 de Maio de 1838.

Vide art. 22 e 23 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e suas notas.

É manifesta a incompatibilidade que se dá por sua propria natureza entre os empregos de promotor publico e subdelegado de policia. — Av. de 31 de Outubro de 1861.

É incompativel o lugar de promotor publico com o de solicitador dos feitos da fazenda, visto como, tendo sido considerado incompativel o lugar de promotor com o de procurador fiscal (Av. de 14 de Fevereiro de 1855), que não tem obrigação de comparecer diariamente na thesouraria, e só raras vezes precisará assistir pessoalmente a actos e diligencias judiciais, e com maioria de razão incompativel com o exercicio de solicitador, que tem de promover o andamento das causas e processos da fazenda, e

Art. 36. Podem ser promotores os que podem ser jurados; entre estes serão preferidos os que fôrem instruidos nas leis, e serão

residir nas audiencias, e ajudar ao procurador fiscal em trabalhos diarios e imprescindiveis. — Ord. de 16 de Julho de 1862.

Não ha incompatibilidade entre os cargos de promotor publico e de vereador. — Av. de 5 de Novembro de 1862.

À vista da terminante disposição do Av. de 15 de Janeiro de 1858, é fóra de contestação que o juiz de orphãos, tendo de nomear curador nos lugares em que não existem esses officios creados por lei ou providos vitaliciamente, deve fazer recahir a nomeação no promotor, o qual só pode ser dispensado quando allegar e provar impedimento legitimo. — Av. de 5 de Novembro de 1862.

Em 23 de Outubro de 1868 publicou o Diario Official um Aviso de 22, concebido nos seguintes termos:

Foi presente á S. M. Imperial o requerimento do bacharel F. pedindo restauração do Av. n. 115 de 27 de Abril de 1855, segundo o qual aos promotores publicos cabe o direito de excluir do cargo de curador geral, a quem já estiver servindo; e a revogação do de n. 547 de 21 de Dezembro de 1863, que a favor daquelles funcionarios apenas creou preferencia no acto de ser preenchido o lugar.

Ouvida a respeito a secção de justiça do conselho de Estado o mesmo Augusto Senhor houve por bem decidir que o direito do promotor publico limita-se á preferencia na occasião do provimento, e não vai até prejudicar o curador já nomeado, privando-o do emprego que exerce; e que os Avs. ns. 136 e 547 de 31 de Maio de 1859 e de 21 de Dezembro de 1863, longe de contrariarem a disposição do de n. 115 de 27 de Abril de 1855, expedido sobre resolução de consulta da secção de justiça do conselho de Estado, determinarão muito claramente a intelligencia daquella resolução e confirmarão a doutrina nella estabelecida.

Por Av. de 19 de Dezembro de 1868 decidio o governo imperial que, á vista do Av. n. 115 de 27 de Abril de 1855 e deste de 22 de Outubro de 1868, não podia o promotor publico, uma vez nomeado, ser excluido do cargo de curador geral dos orphãos.

Não é incompativel com o emprego de professor de historia e grammatica. — Av. de 19 de Maio de 1865.

Não são magistrados. — Av. de 18 de janeiro de 1869.

Os promotores publicos não se podem dar de suspeitos nem serem recusados; a elles não se estende a disposição do art. 61 do Cod. do Proc, que só se refere aos julgadores. Como órgão da justiça publica somente são impedidos de dar denuncias e promover accusações, quando a respeito delles se verificar alguma das hypotheses do art. 75, cumprindo-lhes em todos os mais casos desempenhar as funcções do cargo, e incorrendo, quando o não fação, no crime previsto no art. 129, § 5º do Cod. Crim. e em todos os de que trata a secção 6ª Cap. 1º, Tit. 5º do mesmo Codigo. — Av. n. 387 de 9 de Setembro de 1861.

Entretanto o Av. de 15 de Maio de 1868, publicado *Diario Official* de 20, diz bem positivamente que ao promotor se referem tambem as suspeições do art. 61 deste Codigo.

O Av. de 15 de Setembro de 1865 declarou que o cunhadio não é impedimento para figurarem em uma causa crime promotor e advogado, que sejam cunhados.

Em 20 de Junho de 1870 expedio-se o seguinte Aviso: Foi presente a S. M. o Imperador o officio n. 16 de 19 de Março ultimo, no qual o antecessor de V. Ex. communicou que suspendera do exercicio do seu cargo e mandára responsabilisar o promotor publico interino da capital, o qual, na qualidade de promotor effectivo, tinha sido d'alli removido para a comarca de Parentins.

E o mesmo Augusto Senhor manda declarar á V. Ex. que não póde ser approvada semelhante deliberação, porque pela aceitação da nomeação do juiz de direito da comarca, onde anteriormente era promotor effectivo, esse funcionario renunciou o novo lugar que lhe fôra destinado, mas não incorreu em falta, pela qual deva ser punido. Ao presidente do Amazonas. — Vide *Jornal do Commercio* de 22 de Junho de 1870, 1ª folha.

nomeados pelo governo na côrte, e pelos presidentes nas provincias por tempo de tres annos, sob proposta triplice das camaras municipaes.

Art. 37. Ao promotor pertencem as attribuições seguintes⁵⁷:

§ 1º Denunciar os crimes publicos e policiaes, e accusar os delinquentes perante os jurados, assim como os crimes de reduzir á escravidão pessoas livres, e carcere privado, homicidio, ou tentativa delle, ou ferimentos com as qualificações dos arts. 202, 203 e 204 do Codigo Criminal, e roubos; calumnias e injurias contra o Imperador e membros

⁵⁷ Devem-se-lhes dar gratis os documentos que exigirem como promotores, e em desempenho desse lugar. — Av. de 21 de Julho de 1834.

Cumpre-lhes sempre requerer aquillo que não se costuma expedir ou fazer expedir senão por despacho, reservando o uso de officios, que aliás se lhes não póde negar, para quando só tiverem de denunciar, indistintamente e sem referencia a processos ou casos especiaes, algumas providencias a bem da justiça em geral. — Av. de 15 de Novembro de 1834. — Este Aviso iguala os promotores ás partes.

O promotor publico não se póde encarregar da defesa de algum réo, salvo sendo o réo uma daquellas pessoas a que não pudesse accusar, e a quem é obrigado a defender. — Avs. de 21 de Novembro de 1835, de 31 de Outubro de 1859, de 5 de Junho de 1862 e de 5 de Outubro de 1867.

O promotor publico não é obrigado o assistir ás sessões dos jurados em que não tiver de fazer accusações. — Av. de 21 de Novembro de 1835.

O art. 16 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, dispõe:

Aos promotores publicos, alem das actuaes attribuições, compete:

§ 1º Assistir, como parte integrante do tribunal do jury, a lodos os julgamentos, inclusive áquelles em que haja accusador particular; e por parte da justiça dizer de facto e de direito sobre o processo em julgamento.

§ 2º Nos processos por crimes em que caiba a acção publica, embora promovidos por accusação particular, pertence tambem ao promotor publico promover os termos da accusação e interpôr qualquer recurso que no caso couber, quer na formação da culpa, quer no julgamento.

É opinião do governo que os emolumentos que competem aos promotores publicos devem contar-se pelo Regimento dos salarios de 10 de Outubro de 1754, excepto nos delictos de abuso de exprimir o pensamento, em que deve ter lugar a disposição especial do art. 86 da Lei de 20 de Setembro de 1830. O governo tem todavia levado ao conhecimento do corpo legislativo a materia da duvida. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Os seus emolumentos são contados segundo o Regimento de 3 de Março de 1855, que pelo § 6º do art. 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 foi o governo autorizado a revêr.

Por Aviso de 20 de Outubro de 1836 recommendou-se ao promotor publico da côrte que visitasse as prisões ao menos uma vez cada mez, para promover o bem da justiça, dar andamento aos processos e diligenciar a soltura daquelles réos que, tendo cumprido as suas sentenças, jazem nas prisões por não poderem, pela sua miseria e pobreza, tratar de suas solturas.

Ao promotor publico é licito appellar das sentenças appellaveis, em processos em que elle figure como parte, na fórmula dos arts. 73 e 279. — Av. de 5 de Novembro de 1836.

Vid. nota ao art. 221 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Vid. art. 73.

da familia imperial, contra a regencia e cada um dos seus membros, contra a assembléa geral, e contra cada uma das camaras⁵⁸.

⁵⁸ Nos casos em que ao promotor é incumbido denunciar os delictos, tambem é imposta a obrigação ou dada a faculdade de promover a accusação e mais termos do processo. — Avs. de 10 de Julho de 1834, e de 5 de Junho de 1862.

Sobre si o direito de denunciar envolve o de accusar no plenario, consulte-se a *Revista Juridica* de 1868, 1º vol., pág. 161.

De accôrdo com o Av. supra decidirão os Accordãos ns. 3576 de 12 de Fevereiro, 3061 de 26 de Março e 3717 de 7 de Junho de 1861, que declararão não ser nullidade o ter sido a accusação sustentada no jury pelo denunciante, a quem cabe, como ao queixoso, o direito de accusar, appellar e seguir o processo em todos os seus termos.

Vid. nota ao art. 74

O promotor publico não póde denunciar os delictos de responsabilidade nem quaesquer outros, posto que especificados no art. 37 do Codigo, quando elle mesmo for o offendido, e isto ainda que aliás elle não tenha a intenção de dar a denuncia e promover a accusação, como parte, porque a nenhum empregado publico é licito exercer o emprego a respeito de facto privativamente seu. — Av. de 16 de Janeiro de 1838.

Os promotores publicos são competentes para dar todas as queixas, denuncias de delictos publicos e particulares, afiançaveis ou não, em que interessar a fazenda nacional, e promover a accusação delles e a execução das sentenças. — Avs. de 15 e 24 de Novembro de 1852.

Vid. nota ao art. 221 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

O promotor não póde denunciar ao juiz ou escrivão quando commetterem crime naquelles processos em que elle seja advogado. — Av. n. 75 de 11 de Fevereiro de 1861.

Vid. art. 221 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

É dever dos promotores publicos accusar os delinquentes perante o jury, na conformidade dos arts. 37, § 14 do Cod. do Proc. Crim., 221 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e Av. de 10 de Junho de 1834, cumprindo-lhes requerer em tempo as diligencias necessarias emquanto for a bem da accusação, sendo-lhes facultado opinar opportunamente pela não pronuncia, segundo a letra do Av. de 15 de Fevereiro de 1855.

Esta decisão foi tomada por se haver um promotor publico recusado accusar um réo pronunciado em crime de roubo, quando elle entendia, que o devia serem furto. — Av. de 18 de Junho de 1861.

Á vista da doutrina do Av. n. 53 de 28 de Junho de 1843, pronunciado um réo em diversos crimes, o promotor publico é obrigado a accusar em todos, ou sómente naquelles em que, em sua consciencia, entender que elle se acha incurso, em face dos autos e disposições de direito?

O promotor publico póde, á vista da doutrina do Aviso citado, unicamente na apresentação do libello, separar-se da classificação do delicto feita na pronuncia, mas nunca deixar de accusar o pronunciado e innocentá-lo, assumindo o character de defensor, por isso que a lei, não consentindo que o réo seja julgado sem defesa, tambem não póde permittir que a causa da justiça fique abandonada, e que os actos das autoridades criminaes não tenham quem os justifique, ou pelo menos os explique. — Av. de 25 de Julho de 1861.

Póde allegar prescripção em favor do réo, não como defesa da parte, mas como obstaculo legal, que o impede de mover a acção. — Av. n. 269 de 21 de Junho de 1865.

Vide art. 222 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Por Av. de 23 de Outubro de 1868, publicado no *Diario Official* de 25, foi declarado que, cumprindo ao promotor publico, como é expresso neste paragrapho e nos arts. 221 e 222 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, promover a respeito dos crimes publicos a accusação e todos os termos do processo, infringe esse funcionario taes disposições, abandonando a acção publica e deixando passar em julgado uma sentença proferida contra a justiça publica, quando della ainda havia recurso.

§ 2º Solicitar a prisão e punição dos criminosos, e promover a execução das sentenças e mandados judiciais⁵⁹.

§ 3º Dar parte ás autoridades competentes das negligencias, omissões e prevaricações dos empregados na administração da justiça.

Art. 38. No impedimento ou falta do promotor, os juizes municipaes nomearão quem sirva interinamente.

SECÇÃO IV.

Dos escrivães⁶⁰ e officiaes de justiça dos juizes municipaes.

⁵⁹ Em 9 de Novembro de 1867 expedio-se sob n. 394 o seguinte Aviso:

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente o officio do antecessor de V. Ex., do 1º de Abril do corrente anno, houve por bem approvar a solução dada á consulta do promotor publico da comarca do Icó, sobre a competencia de intervir como órgão da justiça publica no processo ahi instaurado contra os individuos que auxiliárão a tirada de um guarda designado para o serviço de guerra do poder da escolta; porquanto, ainda que ex vi da Lei de 20 de Novembro de 1855 e Instrucções de 6 de Abril de 1841, não sejam competentes os promotores publicos para intervir, como partes, nos processos administrativos, comtudo não podem eximir-se ao cumprimento de ordens do governo, devendo por isso promover a instauração dos respectivos summarios e solicitar a prisão dos criminosos.

⁶⁰ O Decreto do 1º de Março de 1833 determinou o numero de escrivães que devião ter as villas creadas depois da publicação do Código do Processo, e o de 26 regulou os que devem servir perante o juiz municipal e os de direito. Este Decreto foi alterado pelo de 20 de Agosto de 1833.

Os officios são creados, annexados, desannexados e extinctos pelas assembléas provinciaes, ex vi do Acto Addicional; e os provimentos são feitos pelo governo imperial.

O Dec. n. 817 de 30 de Agosto de 1851 regula o modo por que nos impedimentos temporarios devem ser substituidos os serventuarios dos officios de justiça, e outros empregados della, e determina como se ha de proceder, nos casos de vaga, para o provimento definitivo desses officios e empregos.

O Dec. n. 4668 de 5 de Janeiro de 1871 alterou algumas das disposições daquelle.

O Dec. n. 1294 de 16 de Dezembro de 1853 determina a forma da substituição ou provimento dos officios e empregos de justiça nos casos de impedimento temporario, ou impossibilidade absoluta dos serventuarios vitalicios.

Este Decreto foi alterado pelo de n. 4683 de 27 de Janeiro de 1871.

Os escrivães escrevem tanto no civil como no crime, conforme lhes tocar por distribuição. — Dec. de 26 de Março e Av. de 21 de Outubro de 1833. O escrivão da provedoria é privativo desse juizo, segundo é determinado no mesmo Aviso.

Devem prestar gratis aos collectores das rendas publicas quaesquer informações que elles pedirem. — Port. de 2 de Setembro de 1833.

Não podem o pai e o filho ser um juiz e outro escrivão conjunctamente. — Av. de 12 de Novembro de 1833, referindo-se á Ord., Liv. 1º, Tit. 48, § 29, e Til. 79, § 45, que, diz o Aviso, comprehende este caso.

O escrivão dos auditorios póde ser vereador e conselheiro do governo. — Av. de 15 de Abril de 1834.

O escrivão do juízo de orphãos é incompatível para o cargo de vereador sómente quando é unico no municipio. — Av. n. 208 de 19 de Agosto de 1849.

Os escrivães do juízo de orphãos são exceptuados do serviço da guarda nacional. — Av. de 13 de Agosto de 1834.

O escrivão das execuções criminaes o é também das civeis, como bem se deduz do art. 12 da Disposição Provisoria; deve-se, porém, respeitar os direitos dos escrivães de execuções, proprietarios ou vitalicios. — Av. de 2 de Abril de 1836

Nas villas ultimamente creadas nas diversas provincias do Imperio haverá dous tabelliães do publico judicial e notas, servindo o primeiro de escrivão dos orphãos e dos residuos e capellas, e o segundo de escrivão das execuções civeis e crimes. — Dec. de 30 de Janeiro de 1834.

Emquanto pelo poder legislativo não fôr determinado o contrario, os escrivães da corôa e fazenda nacional continuarão a escrever em todos os feitos relativos a seus officios privativamente, como se praticava antes da publicação do Código do Processo e Disp. Prov., sem entrarem porém perante a Relação em concurso com os escrivães das appellações, escrevendo sómente nos feitos em que antes escrevião perante a mesma Relação. — Dec. de 6 de novembro de 1834.

No impedimento ou falta de alguns escrivães do juízo municipal, aos juizes municipaes pertence providenciar a serventia, nos termos da Lei de 11 de Outubro de 1827. — Av. de 24 de Novembro de 1834.

No caso de impedimento temporario dos escrivães que servem perante os juizes municipaes, deverão ser substituidos pelas pessoas que os mesmos juizes escolherem na conformidade da Lei de 11 de Outubro de 1827. — Av. de 20 de Outubro de 1837.

Os escrivães não devem entregar autos aos que não fôrem advogados ou procuradores legalmente providos dos respectivos auditorios, salvo no caso de os não haver e serem as entregas autorizadas por despacho dos juizes a pessoas de probidade, domiciliadas nos lugares, que por termo se sujeitem ás obrigações dos advogados e procuradores, e ás penas da lei. — Av. de 2 de Outubro de 1838.

Os provimentos interinos dos officios de justiça estão sujeitos ao pagamento de novos direitos. — Av. n. 316 de 20 de Outubro de 1855.

Por Av. n. 19 do 1º de Fevereiro de 1859 declarou-se que fôrão indeferidos os requerimentos em que diversos serventuarios de officios justiça pedião para pagar no prazo de cinco annos os novos e velhos direitos dos lugares que exercião; e fôrão indeferidos, visto ser tal pretensão manifestamente contraria ao disposto no art. 7º das Instrucções de 25 de Janeiro de 1842, as quaes não fôrão alteradas quanto aos referidos officios pela advertencia 2ª da tabella annexa á Lei de 30 de Novembro de 1841, como se declarou ao ministerio da justiça em Av. de 7 de Dezembro de 1858.

O cargo de escrivão é incompatível com o de procurador da camara municipal. — Av. n. 253 de 17 de Agosto de 1867.

O Av. n. 348 de 4 de Junho de 1861 declara que o juiz dos feitos da fazenda é o competente para prover interinamente o lugar de escrivão do mesmo juízo, vago pelo fallecimento do serventuario, e não o presidente da Relação, que o poderá fazer sómente quando houver impedimento temporario.

A Circ. n. 488 de 25 de Outubro de 1861 estabelece providencias no sentido de prevenir provimentos indevidos de officios de justiça, e as delongas e extravios que soffrem os requerimentos dos pretendentes.

O Av. n. 511 de 6 de Novembro de 1861 declara que o Aviso de 6 de Março do mesmo anno, que marcou um prazo aos serventuarios de officios de justiça para tirarem seus titulos, não é applicavel aos serventuarios suspensos.

S. M. o Imperador, a cujo conhecimento levei o officio dessa presidencia de 2 de Janeiro de 1862 e papeis que o acompanhão, versando sobre a demissão e prisão do tabellão e escrivão interior do termo de Castro, Joaquim Rodrigues de Andrade e Silva, decretadas pelo supplente do juízo municipal Francisco de Paula Saldanha, por crime de prevaricação e desobediencia ao mesmo juiz;

Visto o parecer do conselheiro consultor dos negocios da justiça;

Visto o parecer da secção de justiça do Conselho de Estado de 2 de Agosto ultimo, ha por bem approvar a decisão da mesma presidencia, declarando que foi irregular o procedimento do juiz: 1º Por ter feito aquella prisão sem observar a disposição de art. 204 do Codigo Criminal. 2º Por não ter levado ao conhecimento do supplente immediato, segundo prescrevem os arts. 203 e o cit., bem como o art. 486 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842. 3º Por haver, sem fundamento, demittido um funcionario approved pelo governo provincial, o qual, a ter commettido prevaricação, cumpria que fosse processado.

E manda recommendar a V. Ex. que promova não só a responsabilidade do juiz como a do tabellão, etc.

Quanto, finalmente, á duvida suscitada por essa presidencia em face do Av. n. 208 de 14 de Maio de 1860, que está ella resolvida pelo Av. de 18 de Janeiro de 1862; incluso por cópia. — Av. n. 420 de 16 de Setembro de 1865.

Av. de 18 de Janeiro de 1862, supracitado:

Communica V. Ex. a este ministerio, em officio, que, tendo o juiz municipal supplente do termo de Flôres nomeado a Joaquim José do Nascimento Wanderley para interinamente servir um dos officios de tabellão do publico judicial e notas e escrivão de orphãos e annexos do dito termo, e mandado pôr a concurso os referidos officios, entendêra não competir áquelle juiz fazer essa nomeação, visto não se tratar de vaga ou impedimento temporario, e determinar o Dec. de 30 de Janeiro de 1834 que um daquelles tabelliães sirva de escrivão de orphãos, capellas e residuos, e o outro de escrivão das execuções civeis e crimes, e por isso nomeara o referido Wanderley para os officios de tabellão do publico, judicial e notas e escrivães de orpbãos, capellas e residuos, baseado não só no citado Decreto, como ainda no art. 5º, § 6º da Lei de 3 de Outubro de 1834, mandando de novo pôr a concurso os mesmos officios.

Em resposta tenho a declarar-lhe que, em face dos Decs. ns. 817 de 30 de Agosto de 1851, art. 10, §§ 1º e 2º e 1294 de 16 de Dezembro de 1853 art. 1º, e do de 1º de Julho de 1830 combinado com a Ord. do L. 1º, T. 97, § 7º, não devia V. Ex. annular a nomeação, feita pelo referido juiz, unico competente para fazê-la; porquanto as expressões — que vagarem — importão o mesmo que — estar vago —, e neste caso se acha incontestavelmente o emprego ou officio em sua criação, quando não tem logo seu verdadeiro serventuario.

Outrosim devo observar á V. Ex. que não foi curial seu procedimento mandando abrir novo concurso, quando apenas devia reproduzir nessa capital o edital publicado pelo sobredito juiz, na fórmula do art. 11 do Dec n. 817 de 30 de Agosto de 1851.

Em 7 de Outubro de 1871 expedio-se um Aviso, publicado no *Diario Official* de 12, no qual se declara que, á vista do de 18 de Janeiro de 1862, não podia ser approved o acto pelo qual o juiz municipal e de orphãos do termo de Piancó annullou a nomeação interina do escrivão de orphãos do da Misericordia, ainda mesmo quando estivesse reunido ou annexo ao de Piancó, o que aliás se não verifica.

Os juizes territoriaes são incompetentes para determinar annexação ou desannexação de officios. — Av. n. 395 de 6 de Dezembro de 1864.

Sobre effeitos da divisão dos officios, vide o Av. 396 de 11 de Setembro de 1865.

O Av. n. 383 de 1º de Setembro de 1865 é concebido nos seguintes termos:

Tendo a Lei provincial n. 26 de 28 de Março ultimo desannexado o officio de escrivão de orphãos do termo de S. José da Parahyba do de tabellão, e revogado a de n. 25 de 22 de Abril do anno findo, que creára aquelle officio, consultão os respectivos juizes de direito e municipal:

1º Se o serventuario vitalicio desses officios, Carlos Gustavo Ribeiro Escobar, tem ou não o direito de opção, e, no caso affirmativo, qual a autoridade competente para declarar vago o officio, que fôr renunciado, e proceder ao concurso e provimento interino?

2º No caso negativo, á quem compete declarar vago um dos officios?

3º Sendo Antonio Augusto de Oliveira Cesar, tambem serventuario vitalicio do officio de escrivão de orphãos, em virtude da lei revogada, deverá prevalecer esta sua nomeação

para o officio creado pela Lei n. 26, ou aliás poderá vir a servir o de tabellião, se fôr renunciado?

S. M. o Imperador, a quem fôrão presentes semelhantes duvidas:

Visto o parecer do conselheiro consultor dos negocios da justiça; ha por bem mandar declarar á V. Ex. que é incontestavel o direito de opção da parte de Escobar, o qual deve usar desse direito, logo que lhe for por V. Ex. comunicada a desannexação, cumprindo a V. Ex., no caso contrario, declarar vago um dos officios mandar, abrir concurso e nomear o serventuario interino; sendo que Oliveira Cesar apenas tem o direito, se lhe approuver, de concorrer ao officio que vagar.

Em 23 de Junho de 1870 expedio o ministerio da justiça um aviso, que publicou o *Jornal do Commercio* de 25 concebido nos seguintes termos:

Tendo sido presente a S. M. o Imperador um officio de 24 de Maio ultimo do subdelegado de policia da freguesia do Espirito-Santo, consultando se os escrivães do seu juizo podem ser procuradores em outro, o mesmo Augusto Senhor manda declarar a V. S., para fazer constar áquelle subdelegado, que, como se deprehende do L. 1º das Ord. Tit. 48 §§ 22 e 23, *os escrivães* podem ser procuradores nos lugares em que não servem os seus effeitos.

Com officio n. 41 de 221 de Abril ultimo o antecessor de V. Ex. submetteu á consideração do governo Imperial uma representação do 2º tabellião e escrivão do termo de Itabaiana contra o juiz de direito da comarca, que, por provimento em correição, determinou não continuasse o petionario a escrever nos feitos civeis e crimes, e ficasse esse serviço privativamente á cargo do 1º tabellião e escrivão do crime, capellas e residuos. E S. A. Imperial a Regente, em nome do Imperador, a quem foi presente a dita representação, manda declarar á V. Ex. que não pôde ser approvada a pratica seguida pelo juiz de direito, cumprindo que, nos termos do Dec. de 30 de Janeiro de 1834 a Av. de 16 Dezembro do anno passado, prevaleça a regra de serem os dous tabelliães habeis para as causas do fôro commum, quer civeis, quer crimes, guardada unicamente a excepção do Av. de 9 de Julho de 1851. — Av. de 14 de Outubro de 1871, publicado no *Diario Official* de 15.

Consultando um escrivão do juizo municipal si era obrigado a servir em outro juizo quando fôsse chamado por faltar o respectivo, e si, como escrivão de qualquer autoridade, estava sujeito ao serviço do expediente, foi respondido que, quanto á 1ª, deve servir interinamente conforme o Av. n. 180 de 16 de Outubro de 1854, e, quanto á 2ª, que as obrigações do escrivão abrangem todo o expediente, nos termos do art. 15, § 1º deste Codigo e 18 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. — Av. de 6 de Junho de 1865.

Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Art. 81. Os delegados de policia poderão ter escrivães especiaes.

Servirão perante os chefes de policia, como escrivães, quaesquer dos empregados das respectivas secretarias, que elles designarem; e perceberão os emolumentos taxados no Regimento de Custas.

Art. 82. Os juizes de direito das comarcas especiaes, seus substitutos, os juizes municipaes e seus supplentes, para os actos da formação da culpa, poderão servir com os escrivães dos delegados e dos subdelegados de policia nos respectivos districtos.

Logo que os processos escriptos por esses escrivães tenham chegado ao termo de conclusão para a pronuncia, se não fôr presente o juiz desta, deverão ser remettidos ao escrivão do jury, que os fará conclusos ao mesmo juiz.

Decretada a pronuncia neste caso, será feito o lançamento do nome do réo pronunciado no rol dos culpados em o livro a cargo do escrivão do jury, que passará os mandados de prisão de taes réos.

Quando; porém, o juiz da pronuncia for presente e a decretar antes da remessa do processo ao escrivão do jury, esta se fará logo depois, afim de ter seguimento pelo cartorio do mesmo escrivão o recurso necessario para o juiz de direito, nas comarcas

Art. 39. Os escrivães das cidades e villas, que servem perante os juizes locais e ouvidores das comarcas, continuarão a servir perante os juizes de direito e municipaes, tanto no crime como no civil, enquanto bem desempenharem suas obrigações, conforme a Lei de 11 de Outubro de 1827.

Art. 40. Os escrivães que servirem perante os corregedores e ouvidores do crime e civil das Relações do Imperio servirão nas mesmas

geraes, ou o voluntario para a Relação nas especiaes. Em todo o caso o escrivão do jury lançará os nomes dos réos pronunciados no ról dos culpados.

Nos casos de urgencia e impedimento pôde qualquer juiz nomear escrivão para servir interinamente. — Av. n. 282 de 30 de Dezembro de 1853.

Vide tambem Av. n. 433 de 24 de Dezembro de 1864.

Os actuaes escrivães do civil e crime da côrte escreverão no crime perante todos os juizes de direito e no civil perante os respectivos. — Art. 3º do Dec. n. 4859 de 30 de Dezembro de 1871.

Os escrivães não gozão das férias, salvo com licença expressa dos respectivos juizes e presidentes dos tribunaes, e ficando em seu lugar o substituto legitimo. — Art. 6º do Dec. n. 1285 de 30 de Novembro de 1853.

2ª secção. — Ministerio dos negocios da justiça. — Rio de Janeiro em 12 de Janeiro de 1872. — Illm. e Exm. Sr. — Tendo-se suscitado duvidas sobre a doutrina contida no parecer da secção de justiça do conselbo de Estado de 19 de Abril do anno passado, adoptado pela resolução imperial de 26 de Julho seguinte, mandou Sua Alteza a Princeza Imperial Regente, em nome do Imperador, que a mesma secção, reunida á dos negocios do Imperio, consultasse novamente, e á vista da resolução de consulta de 3 de Novembro de 1860 e do Aviso n. 383 do 1º de Setembro de 1865, sobre o requerimento de Americo Vespucio Quadros, que representara contra o acto da assembléa legislativa dessa provincia, em virtude do qual foi supprimido o officio de terceiro tabellião da capital, cuja serventia vitalicia lhe havia sido concedida por Decreto de 14 de Setembro de 1870.

E a mesma Augusta Senhora, considerando que a resolução de consulta de 3 de Novembro de 1860 não tratou de simples suppressão de officio de justiça, mas de uma suppressão que envolvia a idéa de desannexação ou separação de officios, de modo que o respectivo serventuario não podia ser nelles mantido, sem contradicção de pensamento da lei, que os desannexára;

Considerando que nesse caso a serventia não foi supprimida absolutamente, mas limitada, e que o serventuario não podia allegar direito adquirido, porque solicitára sua carta depois de desannexado e supprimido o officio;

Considerando, por outro lado, que o Aviso n. 383 do 1º de Setembro de 1865 não decidio senão que o serventuario de um officio extincto só tem direito a ser provido em novo officio, mediante concurso e habilitação especial, que esse novo officio requer;

Manda declarar a V. Ex., para os fins convenientes, que a imperial resolução de 26 de Julho do anno passado, remettida a essa presidencia com o Aviso de 10 de Agosto seguinte, deve ser observada e cumprida, não só por ser posterior, como porque a sua doutrina concilia a attribuição incontestavel que têm as assembléas provinciaes de supprimir numericamente os officios de justiça com os principios de equidade e boa administração, segundo os quaes devem ser respeitados os direitos adquiridos por virtude de um titulo vitalicio, quando a isso não se oppõe interesse algum de ordem publica.

Deos guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. — Sr. presidente da provincia do Pará.

Relações de escrivães das appellações, promiscuamente com os escrivães existentes, e por distribuição em todas as appellações crimes e civeis⁶¹.

Art. 41. Os officiaes de justiça dos termos serão nomeados pelos juizes municipaes d'entre as pessoas de sua jurisdição maiores de vinte e um annos⁶².

Art. 42. Serão nomeados quando fôrem necessarios para o bom desempenho das obrigações que estão a seu cargo⁶³.

Art. 43. A estes officiaes compete executar as ordens e despachos do juiz municipal, e do juiz de direito quando estiver no municipio.

⁶¹ Este artigo não creou novos lugares de escrivães de appellações; seu fim foi unicamente respeitar os direitos adquiridos pelos proprietarios dos officios extinctos, mandando-os promiscuamente servir com os de appellações, providencia transitória como o motivo que a dictou, e que acaba com a vida dos proprietarios desses officios. — Av. de 14 de Maio de 1849.

Não tem ordenado. — Port. de 8 de Julho de 1834.

⁶² Os officiaes de justiça do juizo civil não são nomeados pelo juizo municipal, e só estes e os que tiverem titulos ou serventia vitalicia, que fôrem vistos e mandados cumprir pelo juiz municipal, serão reconhecidos como taes.

A Sua Magestade o imperador foi presente o officio dessa presidencia, de 7 de Agosto de 1863, submettendo á decisão do governo imperial a duvida suscitada entre o juiz de orphãos dessa capital e o juiz de direito interino da comarca sobre a competencia daquelle para nomeação de officiaes do seu juizo. O mesmo Augusto Senhor conformando-se com os pareceres do conselheiro consultor dos negocios da justiça e da secção de justiça de conselho de Estado, houve por bem, por sua imperial e immediata resolução de 21 de Junho ultimo, decidir que, sendo o espirito do Cod. do Proc. Crim. que cada juiz nomeie os seus officiaes de justiça, como bem explicarão os Avs. de 12 de Junho de 1834 e 14 de Março de 1837, deve ser mantido o juiz de orphãos no gozo dessa attribuição. — Av. de 3 de Agosto de 1865, no relatorio da justiça de 1866.

É da competencia de quaesquer juizes a nomeação e demissão dos officiaes de justiça que perante elles servirem. — Art. 3º do Dec. n. 4858 de 30 de Dezembro de 1871.

⁶³ Ao juiz municipal cumpre fixar o numero de officiaes de justiça que julgar necessarios, e, depois de fixado e participado ao governo, só poderá augmenta-lo representando-lhe a sua necessidade, e obtendo d'elle permissão. — Av. de 5 de Agosto de 1835.

Os officiaes de justiça devem continuar a pagar novos e velhos direitos, por não haver motivo que os desobrigue. — Port. de 13 de Outubro de 1835.

Pelas nomeações para servirem por menos de um anno não pagão sello proporcional. — Av. de 1 de Junho de 1865.

São isentos do sello proporcional os titulos de nomeação interina ou por menos de um anno e os de emprego de vencimento annual menor de 200\$000. — Art. 12, § 3º do Dec. n. 4505 de 9 de Abril de 1870. Mas do § 12 do art. 13 do mesmo Dec. vê-se que esses titulos ficão então sujeitos ao sello fixo de 1\$000.

CAPITULO IV.

Dos juizes de direito⁶⁴.

⁶⁴ Devem communicar á competente autoridade ecclesiastica os nomes dos sacerdotes contra quem procederem. — Av. de 22 de Julho de 1833.

São auditores da gente de guerra onde não hajão especiaes. — Dec. de 12, e Port. de 28 de Agosto de 1833.

Ficão autorisados para julgar por si sós os processos crimes anteriores á publicação deste Codigo, que já estiverem preparados para o definitivo julgamento, contanto que as partes convenhão; e os processos assim julgados terão os recursos estabelecidos neste Codigo para as Relações, e ahí serão julgados definitivamente pela forma e regras estabelecidas para os processos civeis. — Dec. de 22 de Agosto de 1833, arts. 1º e 2º.

Nos lugares em que houver mais de um juiz de direito, são supplentes uns dos outros, da mesma fórma e nos mesmos casos especificados nos arts. 10 e 62 do presente Codigo, e só no impedimento de todos terá lugar a substituição dos juizes municipaes. Cada um delles presidirá por seu turno ás sessões dos jurados, e quando, por qualquer legitimo impedimento, não possa presidir aquelle a quem tocar, será substituido pelo outro que se lhe seguir, ou pelo juiz municipal no caso especificado. — Dec. de 15 de Outubro de 1833.

Percebem os emolumentos que pelas leis existentes estiverem marcados para os seus actos. — Av. de 21 de Outubro de 1833.

Os juizes de direito não podem executar diligencias policiaes, mas deverão recommenda-las ao juiz municipal, ou aos juizes de paz, responsabilizando os que forem negligentes ou prevaricadores. — Av. de 9 de Abril de 1834.

Devem remetter de tres em tres mezes, ou antes se fôr possivel, na côrte á secretaria de estado dos negocios da justiça, e nas provincias aos respectivos presidentes, para estes o remetterem para a mesma secretaria, um mappa estatistico de todos os crimes commettidos em suas comarcas, com especificação de sua natureza, e da qualidade, naturalidade, sexo e idade dos delinquentes. O mesmo deverão fazer no fim de cada sessão judiciaria dos jurados a respeito dos criminosos processados em ambos os conselhos. — Avs. de 23 de Abril, e 11 de Junho de 1834.

Devem communicar á repartição da guerra a pronuncia de quaesquer militares por crimes civis, e tambem o destino que tiverem em consequencia das sentenças dos jurados. — Av. de 23 de Abril de 1834. — O mesmo se deve fazer á respectiva repartição quando os sentenciados pertencerem á armada nacional. — Av. de 15 de Maio de 1834.

Os juizes de direito, nas listas que devem remetter dos réos julgados no jury, devem comprehender não só os absolvidos, mas tambem os que fôrem condemnados. — Av. de 21 de Maio de 1835.

As attribuições dos juizes de direito, nas cidades populosas em que houver mais de um, estão sufficientemente marcadas pelas disposições dos art. 7º do Codigo do Processo, e dos Decretos de 29 de Março, 6 de Maio, e 15 de Outubro de 1833. — Av. de 27 de Maio de 1835.

Os juizes de direito devem mandar, com as cópias das sentenças exigidas no art. 3º da Lei de 11 de Setembro de 1826, cópias authenticas, ou certidões de libellos e contrariedades, que se offerecerem nos processos que se hão de decidir no jury visto que as cópias das sentenças summarissimas do juiz não satisfazem ao fim daquella lei. — Av. de 2 de Junho de 1835.

A respeito de licenças concedidas aos juizes de direito estão em vigor as disposições do art. 2º, § 11 da Lei de 22 de Setembro de 1823, e do art. 5º, § 14 da Lei de 3 de Outubro de 1834, que ambas se podem bem executar, não só por não serem entre si contrarias, como porque, quando das licenças concedidas pelos presidentes das relações resultarem inconvenientes graves, ha o remedio de as suspenderem os presidentes de provincia nos termos do art. 165 do Codigo Criminal. — Av. de 27 de Junho de 1835.

Art. 44. Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador d'entre os bachareis formados em direito, maiores de vinte e dous annos, bem conceituados, e que tenham pelo menos um anno de pratica no fôro, podendo ser provada por certidão dos presidentes das Relações ou juizes de direito perante quem tenham servido; tendo preferencia os que tiverem servido de juizes municipaes e promotores⁶⁵.

Em conformidade do art. 5º, § 14 da Lei de 3 de Outubro de 1834, compete ao governo provincial a decisão sobre os conflictos de jurisdicção entre os juizes de direito. — Av. de 14 de Novembro de 1835.

Nas relações que os juizes de direito têm de remetter a secretaria de justiça, acerca dos réos sentenciados pelo jury, ordenou-se que emittissem sua opinião motivada sobre a justiça ou injustiça das decisões proferidas sobre cada um dos réos. — Av. de 27 de Novembro de 1835.

Os juizes de direito para sua matricula devem, na fórmula do art. 4º § 3º da Lei de 18 de Setembro de 1828, apresentar por si ou por seu procurador a carta original ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça. — Av. de 19 de Fevereiro de 1836.

A relação dos processos submittidos ao jury, enviada ao governo geral, deve ser assignada pelo respectivo juiz de direito. — Av. de 5 de Março de 1836.

Quando o juiz de direito julgar mais util ao serviço, deve encarregar com preferencia ao juiz municipal das diligencias, que, segundo a disposição do art 35, § 3º do Codigo do Processo, se comprehenderem na alçada do dito juizo. — Av. de 17 de Março de 1836.

Não devem os juizes de direito continuar a servir de auditores da gente de guerra, mas sim um capitão. — Av. de 26 de Março de 1836.

Pelo facto de ter o juiz de direito excedido o tempo das licenças que tiver obtido, deve-se formar o respectivo processo de responsabilidade, afim de ser julgado competentemente. — Officio de 4 de Agosto de 1837.

Nos processos ordinarios devem funcçãoar como auditores os capitães, em conformidade do que tem disposto a legislação militar; e só nos crimes capitães, em que não podem servir capitães, servirão os juizes de direito, sendo pagos como determina o Dec. de 21 de Junho de 1845. — Av. de 19 de Janeiro de 1855.

Os juizes de direito quando fôrem chamados a exercer as funcções de auditores de guerra, se não tiverem titulo passado pela secretaria de estado dos negocios da guerra, só devem perceber vencimento na proporção do tempo durante o qual servirem, fazendo-se a conta ao soldo simples de capitão. — Av. de 9 de Julho de 1855.

O Av. n. 127 de 3 de Maio de 1870, firma a competencia do ministerio da justiça para marcar prazo e ajuda de custo ao juiz de direito nomeado auditor de guerra.

Para substituir os auditores de guerra nos lugares onde os não ha privativos, devem ser nomeados para os conselhos de guerra de crimes capitaes e graves os juizes de direito das comarcas, ou advogados, na fórmula da Prov. de 22 de Outubro de 1824, Dec. n. 418 A de 21 de Junho de 1845. — Av. de 9 de Outubro de 1855.

Os magistrados e advogados que servirem de auditores em conselhos de guerra, devem vencer a gratificação que lhes compete desde o dia da installação dos mesmos conselhos, e não da data de suas nomeações. — Ord. de 12 de Outubro de 1856.

Quando um dos corpos do exercito estiver destacado tão distante da capital da provincia que o auditor não possa ir lá funcçãoar sem prejuizo do serviço publico, deve esse facto considerar-se como um dos impedimentos previstos pelo Dec. n. 418 de 21 de Junho de 1845, para ser nomeado algum outro ministro ou advogado. — Av. n. 224 de 29 de Maio de 1863.

⁶⁵ O Aviso de 24 de Dezembro de 1834 declarou que, ainda que a Lei de 12 de Agosto de 1834 no art. 10, § 11, determine que aos presidentes das provincias pertence a

Art. 45. Os juizes de direito não serão tirados de uma para outra comarca senão por promoção aos lugares vagos das Relações a que tenham direito ou quando a utilidade publica assim o exigir.

Art. 46. Ao juiz de direito compete⁶⁶:

§ 1º Correr os termos de sua jurisdição para presidir aos conselhos dos jurados na ocasião de suas reuniões⁶⁷.

substituição e demissão de qualquer juiz de direito, todavia não podendo esta lei ter vigor senão depois que as assembléas provinciaes legislarem sobre o modo por que podem usar os presidentes desta attribuição, e occorrendo o que é disposto na mesma lei, que, nos casos omissos ou duvidosos, a interpretação pertence á assembléa geral; e não se tendo julgado reformavel o art. 102, § 3º da Constituição do Imperio, o governo não quer demittir de si uma attribuição que parece pertencer-lhe.

Fôrão depois expedidos alguns Avisos em data de 17, 18 e 23 de Março, e 6 de Maio de 1835, declarando que a nomeação dos juizes de direito compete aos presidentes das provincias, na fórma do art 10, §§ 7º e 11 da Lei de 12 de Agosto de 1834, devendo sujeita-la á approvação do governo central, á vista do art 102, § 3º da Constituição do Imperio, que não foi reformado, enquanto pela assembléa geral outra cousa não fôr deliberada.

Havendo o juiz de direito da comarca de Flôres pedido ao governo geral remoção para alguma das comarcas de Pernambuco, Bahia ou Rio de Janeiro, em consequencia da commoção em que se achava aquella comarca, e das violencias que tinha soffrido o mesmo juiz de direito, respondeu o governo geral que lhe não competia conceder a remoção pedida. — Av. de 19 de Novembro de 1835.

Por Aviso de 30 de Março de 1836 approvou o governo imperial a nomeação que o presidente de S. Paulo fizera de um individuo para juiz de direito interino por estar o da comarca impedido em commissão.

Por Aviso de 2 de Maio de 1836 deu-se ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça faculdade para mandar registrar a carta de um juiz de direito provido por um presidente de provincia, não obstante vir nella a declaração de dever ser aprovado pelo governo geral.

Por Aviso de 2 de Maio de 1836 approvou o governo geral a remoção de juiz de direito determinada por presidente de provincia, com o fundamento de serem os juizes de direito empregados provinciaes.

Vide art. 24 e seguintes da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e as respectivas notas.

Vide nota 13.

⁶⁶ Afiançar nos casos em que póde prender. — Av. de 12 de Setembro de 1865.

Das decisões definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito, nos casos que lhes compete haver por findo o processo, é permittido appellar para as Relações. — Art. 78, § 2º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

É permittido appellar para a relação das sentenças dos juizes de direito que absolverem ou condemnarem nos crimes de responsabilidade. — Dita lei, art. 78, § 3º.

Compete-lhes o conhecimento das escusas dos jurados, quer sejam produzidas antes, quer depois de multados. — Dita lei, art. 104.

⁶⁷ Os juizes de direito a quem é incumbido percorrer as villas e exercitar nellas a jurisdição criminal e civil, quando o fizerem para presidir ás sessões dos jurados, se demorarão o tempo necessario para julgarem a final as cansas civeis que estiverem preparadas para a execução do art. 9º da Disp. Prov. e do § 9º do art. 46 do Cod. do Proc., quando esta demora os não impossibilite do comparecimento e presidencia em

§ 2º Presidir ao sorteio dos mesmos jurados, ou seja para o jury de accusação ou para o de sentença.

§ 3º Instruir os jurados, dando-lhes explicações sobre os pontos de direito, sobre o processo e suas obrigações, sem que manifeste ou deixe entrevêr sua opinião sobre a prova.

§ 4º Regular a policia das sessões chamando á ordem os que della se desviarem, impondo silencio aos espectadores, fazendo sahir para fóra os que se não accommodarem, prender os desobedientes, ou que injuriarem os jurados, e puni-los na fórmula das leis⁶⁸.

§ 5º Regular o debate das partes, dos advogados e testemunhas, até que o conselho dos jurados se dê por satisfeito.

outros lugares, a que sejam obrigados. Quando, porém, forem tantas as causas civeis que não possam ser todas julgadas, ou tantas as diligencias a ellas relativas que se não possam concluir, o juiz de direito as reservará para outra occasião, não podendo, por qualquer motivo que seja, leva-las para fóra do termo, salvo convindo nisso as partes; mas ainda nesse caso sempre as sentenças serão publicadas nos respectivos termos, ou pelo mesmo juiz na occasião em que os fôr percorrer, ou pelo juiz municipal. No caso de necessidade poderá ir mais uma vez ao termo no intervallo de cada uma das reuniões dos jurados, e poderá então demorar-se por cinco ate dez dias. — Dec. de 15 de Outubro de 1833.

Ainda que em alguns termos de qualquer comarca não haja reunião dos conselhos dos jurados, deverão corrê-los os respectivos juizes de direito, para nelles desempenharem o que lhes incumbe o art. 9º da Disposição Provisoria ácerca da administração da justiça civil; e consequentemente devem as camaras municipaes preparar-lhes aposentatoria na fórmula do art. 47 do Codigo. — Av. de 10 de Setembro de 1835.

No caso de não poder o juiz de direito correr os termos de sua comarca e presidir aos conselhos dos jurados, por motivo justificado de molestia ou de serviço, não fica por isso inhibido de exercer a sua jurisdicção no lugar em que reside, se o seu impedimento lh'o permittir.

Nos casos de tal impedimento poderão as causas civeis dos termos ser remettidas ao juiz de direito, se as partes o requererem ou convierem, devendo o mesmo juiz fazer toda a diligencia por ir correr a comarca logo que cesse o sobredito impedimento, na fórmula e para os fins que declara o art 6º do Decreto de 15 de Outubro de 1833. — Av. de 3 de Outubro de 1835.

Se o juiz de direito, presidente do jury, ficar inhibido de continuar a funcção por impedimento repentino e superveniente, pôde passar a jurisdicção ao substituto mais proximo, até que chegue aquelle a quem pertence o exercicio desse cargo na ordem mareada pelo presidente da provincia. — Av. de 24 de Março de 1856.

⁶⁸ Segundo a intelligencia grammatical do art. 200, § 7º do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, que é a reproducção do § 4º do art. 46 do Cod. do Proc., não é permittido ao juiz de direito mandar sahir do recinto do tribunal do jury a um juiz de facto, mas sómente aos espectadores. — Av. de 4 de Fevereiro de 1858.

§ 6º Lembrar ao conselho todos os meios que julgar necessarios para o descobrimento da verdade⁶⁹.

§ 7º Applicar a lei ao facto, proceder ulteriormente na fórma prescripta neste Codigo.

§ 8º Conceder fiança aos réos pronunciados perante o jury, áquelles a quem os juizes de paz a tiverem injustamente denegado, e revogar aquellas que os mesmos juizes tenham indevidamente concedido⁷⁰.

§ 9º Inspeccionar os juizes de paz e municipaes, instruindo-os nos seus deveres quando careção⁷¹.

Art. 47. Nos lugares da reunião do jury as camaras municipaes respectivas apromptarão para os juizes de direito casa, cama, escrivaninha, louça e a mobilia necessaria para o seu serviço; os juizes

⁶⁹ Vide art. 200 § 9º do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

⁷⁰ Em conformidade do que aos juizes de direito incumbe o art. 46, § 8º do Codigo, devem elles revogar as fianças que os juizes de paz concederem por classificarem indevidamente os crimes em artigo que nenhuma analogia tem com elles, e isto mesmo quando se não haja interposto recurso. — Av. de 17 de Janeiro de 1838.

Para execução do Aviso de 7 de Janeiro de 1838, dando uma fórma para o exercicio da attribuição do art. 46, § 8º, quando o juiz de direito tiver noticia de haver-se injustamente concedido ou negado uma fiança, ainda que não haja recurso, se o caso fôr de gravidade exigira do respectivo juiz de paz uma informação circunstanciada por escripto, com certidão da pronuncia e da decisão que concedeu ou negou a fiança, e proferirá á vista de todo a sua sentença, concedendo-a ou revogando-a. — Av. de 13 de Fevereiro de 1838.

⁷¹ Da disposição do art. 46, § 9º do Cod. do Proc., claramente se deduz que os juizes de direito são obrigados a instruir aos juizes de paz e municipaes sempre que, pela inspecção activa sobre elles, conhecerem que o precisão, e não sómente quando fôrem consultados. — Av. de 29 de Abril de 1856.

Ao juiz de direito compete instruir e esclarecer as duvidas que se offerecerem aos juizes de orphãos. — Av. de 10 de Maio de 1836.

No civil tambem póde o juiz de direito instruir, com a differença, porém, de que não é obrigatorio segui-la. — Av. de 10 de Junho de 1843. *E quando é que póde obrigar?*

Instruir em these e em abstracto e nunca em especial sobre os casos occurrentes e pendentes. — Av. de 30 de Maio de 1851, e o de 26 de Novembro de 1868, que traz o *Diario Official* de 27.

O juiz de direito não é competente para dar instrucções ás autoridades inferiores em materia eleitoral. — Av. de 31 de Dezembro de 1869.

deixaráõ tudo no mesmo estado, repondo o que fôr consumido quando se retirarem⁷².

CAPITULO V.

Disposições geraes.

Art. 48. Os inspectores, escrivães e officiaes de justiça que se sentirem aggravados em suas nomeações, poderão recorrer, na provincia onde estiver a côrte, ao governo, e nas outras aos presidentes em conselho.

Art. 49. Os juizes de paz, juizes municipaes, promotores, escrivães e officiaes de justiça perceberão os emolumentos marcados nas leis para os actos que praticarem, e os juizes de direito vencerão interinamente o ordenado que lhes fôr marcado, na provincia onde estiver a côrte, pelo governo, nas outras pelos presidentes em conselho, que o poderão alterar, conforme as circumstancias, enquanto não fôr definitivamente fixado por lei.

Art. 50. O governo dará os diplomas da nomeação a todos os juizes de direito⁷³, e aos juizes municipaes da provincia onde estiver a côrte; uns e outros prestarão, por si ou seu procurador, o juramento nas mãos do ministro da justiça⁷⁴. Nas outras provincias do Imperio os

⁷² Só se deve entender dos lugares que o juiz tem de percorrer, e não do de sua residencia. — Av. de 31 de Outubro de 1833, e Port. de 8 de Julho de 1834. Este mesmo Aviso declara que os juizes de direito não têm aposentadoria.

⁷³ Os juizes de direito, posto que nomeados pelos presidentes de provincia e approvados pelo governo geral, devem solicitar suas cartas na secretaria de Estado dos negocios da justiça. — Av. de 4 de Outubro de 1836.

⁷⁴ Os juizes do civil, municipaes e de orphãos devem prestar juramento perante as respectivas camaras municipaes, por ser esta a maneira mais conveniente e regular de entender o art. 5º, § 10 da Lei de 3 de Outubro de 1834, e art. 54 da de 1º de Outubro de 1828, até por estar de accôrdo com o disposto no art. 2º da Lei de 4 de Dezembro de 1830. — Av. de 13 de Agosto de 1835.

Tendo um juiz municipal de exercitar jurisdição em toda uma comarca, em razão da reunião dos termos, deverá o juramento e posse ser-lhe dada pelo presidente da provincia, em virtude da generica e indistincta disposição do art. 5º, § 10 da Lei de 3 de Outubro de 1834, que só teve em vista a extensão do exercicio. — Av. de 29 de Setembro de 1842.

presidentes em conselho passarão os diplomas, e darão juramento aos juizes municipaes, ou seus procuradores, e as camaras passarão os titulos, e darão juramento a todos os encarregados da administração da justiça nos districtos e termos⁷⁵.

A posse dada pelos presidentes de provincias é bastante para habilitar os empregados ao exercicio de seus empregos em todos os lugares de sua jurisdição, logo que cheguem ao districto della, independente da publicação por editaes das camaras. — Av. de 14 de Junho de 1843.

Este Aviso accrescenta que, para bem do serviço, cumpre que os presidentes participem immediatamente a posse ás camaras de todos os municipios sujeitos á jurisdição ou autoridade dos empregados assim empossados, e que estas fação publicar por editaes a referida posse, logo que os ditos empregados apresentem seus titulos com a menção della, sem que se ingirão a discutir a validade dos mesmos titulos, uma vez que conste sufficientemente a posse, visto não lhes competir o reconhecimento delles, e sim sómente dos empregados que, não tendo superior no lugar, só têm exercicio em um municipio.

Neste caso estão não só os juizes de direito das comarcas, mas tambem os juizes municipais, delegados e outros que tenham jurisdição em dous ou mais municipios. — Av. de 14 de Junho de 1843.

Aos juizes de direito, e onde houver mais de um ao da 1ª vara crime, compete deferir juramento e dar posse aos juizes municipaes de sua comarca. Naquellas provincias em que existir Relação, esta attribuição será exercida pelo seu presidente. Quando, porém, o juiz municipal tiver por districto de jurisdição uma comarca, receberá o juramento e posse do presidente da provincia. — Av. de 20 de Dezembro de 1848.

O juramento e posse aos escrivães dos juizes municipaes, delegados e subdelegados, serão deferidos pelas autoridades perante quem servirem. — Av. de 20 de Dezembro de 1848.

Nos casos em que se demore a reunião das camaras municipaes para dar posse aos empregados de justiça e policia, e d'ahi resultem inconvenientes, podem os presidentes de provincia ordenar aos juizes de direito que defirão juramento e dêem posse aos juizes municipaes que têm por districto de jurisdição uma comarca: aos mesmos juizes e aos municipaes que procedão de igual modo a respeito dos delegados de policia, comtanto que o participem immediatamente ás camaras municipaes; isto quando os presidentes não tenham por mais conveniente admitti-los por si ou por procuradores a receber o juramento e posse immediatamente da presidencia, que fará em tal caso as comunicações ás camaras municipaes. — Av. de 11 de Abril de 1849.

Os promotores publicos prestão juramento nas camaras municipaes, e estas lhes dão o competente diploma. — Port. de 13 de Agosto de 1833.

⁷⁵ Ao juiz municipal compete deferir juramento e posse a todos os empregados que têm jurisdição dentro do municipio e suas freguesias*. (Lei do 1º de Outubro de 1828, art. 54.) — Dec. n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, art. 2º.

Á camara municipal compete igual attribuição a respeito do juiz municipal, não estando presente no termo o juiz de direito. (Lei do 1º de Outubro de 1828, art. 54 e Lei de 4 de Dezembro de 1830, art. 2º) — Idem, art. 3º.

Ao juiz de direito compete deferir juramento ao juiz municipal do termo em que residir, e com autorisação do presidente a qualquer empregado que tenha jurisdição em mais de um termo. — Idem art. 4º.

O presidente da provincia deferirá o juramento e posse aos chefes de policia, juizes de direito e juizes municipaes com jurisdição em mais de um termo. (Lei de 3 de Outubro de 1834, art. 5º, § 11.) — Idem, art. 5º.

Art. 51. Do juramento se lavrará termo em um livro, e será assignado por quem o dê e quem o deferir, e pelo diploma se não cobrará direito algum.

Art. 52. Os juizes de paz, juizes municipaes, promotores e os mesmos juizes de direito servirão por todo o tempo que lhes é marcado

Na côrte os juizes municipaes e juizes de direito prestarão juramento nas mãos do presidente do respectivo tribunal de 2ª instancia. (Lei de 4 de Dezembro de 1830, Cod. do Proc., art. 50.) — Idem, art. 6º.

O juramento pôde ser prestado por procurador; mas o acto da posse sómente se considera completo para os effeitos legais depois do exercício. — Idem, art 9º.

Dentro de oito dias da data da sua entrada em exercício, deve o empregado remetter a respectiva certidão na côrte á secretaria da justiça, e nas provincias ao presidente, o qual a transmittirá ao governo immediatamente. — Idem, art. 10.

O empregado nomeado não pôde entrar em exercício sem tirar o titulo, salvo quando o serviço publico assim o exija, devendo esta clausula ser consignada no acto de sua nomeação. — Idem, art. 11.

No caso do artigo anterior se expedirá directamente ao empregado uma cópia do acto da nomeação, ficando elle comtudo obrigado a tirar o titulo no prazo legal. — Idem, art. 12.

Incorrerá no art. 128 do Cod. Crim. o juiz ou camara municipal que, á vista do titulo ou da copia no caso do art. 12, deixar sem impedimento legitimo de deferir o juramento no prazo de tres dias. — Idem, art. 13.

Em caso extraordinario, o governo e os presidentes, a respeito dos empregados de sua nomeação, poderão por acto especial dispensar a posse, e havê-la como dada pela simples tradição do titulo. — Idem, art. 14.

O prazo legal para o empregado entrar em exercício, e tirar o titulo é de um mez para a côrte, dous para a provincia do Rio de Janeiro, quatro para a de S. Paulo e Espirito-Santo, cinco para todas as outras, com excepção de Matto-Grosso, Goyaz, Piauihy e Amazonas, para as quaes será de sete meses. — Idem, art. 15.

O empregado que não entrar no exercício do emprego para que fôr nomeado, e não tirar o respectivo titulo nos prazos marcados no art. 15, perderá o direito á nomeação. — Idem, art. 16.

Verificado na secretaria o lapso de tempo, será por despacho do ministro da justiça julgada sem effeito a respectiva nomeação e declarada a vacancia do lugar. — Idem, art. 17.

Provando a parte impedimento legitimo antes de expirar o prazo, ser-lhe-ha concedida uma prorogação por metade do tempo. — Idem, art. 18.

Os presidentes de provincia, e quaesquer autoridades perante quem prestão juramento os empregados do ministerio da justiça, devem communicar o lapso de tempo logo que se verifique, ordenando os presidentes a immediata suspensão daquelles que estiverem exercendo os cargos sem titulo. — Idem, art. 19.

Servirá de titulo de nomeação o proprio Decreto. Dez dias depois da publicação, não sendo solicitado, a secretaria o remetterá sem officio á presidencia da respectiva provincia, para ser entregue á parte logo que ella satisfaça os direitos. — Idem, art. 2º.

O registro dos Decretos de nomeação, depois de pagar os direitos e emolumentos, se fará na secretaria da respectiva provincia, devendo essa remetter immediatamente á secretaria da justiça a competente nota. — Idem, art. 21.

* Este artigo deve ser entendido com a clausula de não terem outro superior immediato no lugar, pois tal é a disposição da Lei do 1º de Outubro de 1828, art. 54, applicada por aquelle artigo aos empregados do ministerio da justiça. — Av. de 12 de Fevereiro de 1869.

neste Codigo, não commettendo crime por que percão os lugares; e os seus agentes e officiaes, emquanto fôrem de sua confiança, aos quaes fica comtudo o direito de queixar-se, na provincia onde estiver a côrte, ao governo, e nas outras aos presidentes em conselho, contra o juiz que os tiver lançado fóra por motivo torpe ou illegal⁷⁶.

Art. 53. Todas as autoridades judicarias ficão obrigadas a dar parte ao Tribunal Supremo de todas as duvidas e omissões que encontrarem no presente Codigo.

⁷⁶ Os empregos de juiz municipal e de orphãos e promotor publico, devem constante e inalteravelmente reformar-se de tres em tres annos, e para a entrada e posse dos novamente nomeados se ha de contar o triennio da data em que começou o exercicio dos primeiros que forão nomeados. — Av. de 9 de Novembro de 1835.

PARTE II

DA FORMA DO PROCESSO⁷⁷.

TITULO II.

Do processo em geral

CAPITULO I.

Da prescrição⁷⁸.

Art. 54. Os delictos e contravenções que os juizes de paz decidem definitivamente prescrevem por um anno, estando o delinquente presente, sem interrupção no districto, e por tres annos, estando ausente, em lugar sabido.

Art. 55. Os delictos, em que tem lugar a fiança, prescrevem por seis annos, estando o delinquente presente, sem interrupção no termo, e por dez annos, estado ausente, em lugar sabido, comtanto que seja dentro do Imperio⁷⁹.

Art. 56. Os delictos que não admittem fiança só prescrevem por dez annos, estando o delinquente presente, sem interrupção no termo⁸⁰.

⁷⁷ A fórma do processo será a mesma determinada pelo Codigo do Processo Criminal, que não estiver em opposição com a presente lei. — Lei da reforma art. 96.

Os julgamentos, nos processos criminaes, terão lugar independentemente do sello e preparo, que poderão ser pagos depois. — Dita lei, art. 100.

⁷⁸ Vide o Cap. VIII das disposições criminaes do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Proposta perante o jury a questão de prescrição, deve ella ser decidida pelo juiz de direito. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Vide nota ao art. 292 sobre o recurso que ha da decisão contra a prescrição allegada.

Pode ser allegada pelo promotor publico e julgada *ex-officio*. — V. Av. de 21 de Junho de 1865, nota ao art. 222. do Reg 31 de Janeiro de 1842.

⁷⁹ Os delictos em que tem lugar a fiança prescrevem no fim de vinte annos, estando os réos ausentes fóra do Imperio, ou dentro em lugar não sabido. — Art. 32 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

⁸⁰ Os delictos que não admittem fiança prescrevem no fim de vinte annos, estando os réos ausentes em lugar sabido dentro do Imperio: estando os réos ausente em lugar não sabido ou fora do Imperio, não prescrevem em tempo algum. — Dita lei, art. 33.

Art. 57. A prescrição não se estende á indemnização, que poderá ser demandada em todo o tempo⁸¹.

CAPITULO II.

Das audiencias⁸².

Art. 58. Em todos os juizos haverá uma ou mais audiencias em cada semana, com attenção á regular affluencia dos negocios; não havendo casa publica para ellas destinada, serão feitas na da residencia do juiz, ou em qualquer outra em que possa ser⁸³.

Art. 59. Todas as audiencias e sessões dos tribunaes e jurados serão publicas, a portas abertas, com a assistencia de um escrivão, de um official de justiça ou continuo, em dia e hora certa, invariavel, annunciando o seu principio pelo toque de campainha⁸⁴.

O tempo para a prescrição conta-se do dia em que fôr commettido o delicto. Se, porém, houver pronuncia, interrompe-se e começa-se a contar da sua data. — Dita lei, art. 34.

A prescrição poderá allegar-se em qualquer tempo e acto do processo da formação da culpa ou da accusação, e sobre ella julgará summaria e definitivamente o juiz municipal ou de direito, com interrupção da causa principal*. — Dita lei, art. 35.

* Das sentenças do juiz de direito proferidas em gráo de appellação sobre a prescrição de que trata o art. 35 desta lei ha o recurso de revista. — Art. 89, § 1º da mesma lei.

⁸¹ A obrigação de indemnizar prescreve passados trinta annos, contados do dia em que o delicto for commettido. — Dita lei, art. 36.

⁸² Vide a Ord. do L. 3º T. 19.

Art. 77. Todos os juizes, que preparão os feitos ou nelles cooperão, darão audiencia em dias certos e determinados, uma ou duas vezes na semana, conforme a affluencia do trabalho.

Os juizes substitutos darão suas audiencias nos mesmos dias em que as derem os effectivos antes ou depois destes, conforme fôr mais conveniente e de accôrdo combinarem. — Dec n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

⁸³ Os dias santos e feriados jamais devem obstar ao andamento dos actos da administração da justiça criminal, como se deduz das disposições deste Código. — Port. do 1º de Abril de 1833 e Av. de 13 de Abril de 1836.

Não só podem, como devem, os juizes municipaes fazer as suas audiencias durante o tempo das correições, tomando os escrivães as notas em separado para as lançarem depois nos protocollos, como sempre se usou, quando por qualquer accidente não estavam presentes os protocollos, porquanto a justiça das partes não deve soffrer por esse motivo, nem é essa a intenção e o fim da lei. — Av. de 21 de Janeiro de 1853.

⁸⁴ Deve pôr-se em execução as leis que ordenão a presença dos escrivães nas audiencias, levando seus protocollos para lançarem os requerimentos, fazendo-se effectiva a responsabilidade daquelles que, sem motivo justificado, deixarem de

Art. 60. Nas audiencias e sessões os espectadores, as partes e os escrivães se conservarão sentados; aquellas, porém, levantar-se-hão quando fallarem ao juiz, tribunal ou jurados, e todos quando estes se levantarem⁸⁵.

CAPITULO III.

Das suspeições e recusões^{86 87}.

Art. 61. Quando os juizes fôrem inimigos capitaes⁸⁸, ou intimos amigos, parentes, consaguineos, ou affins até 2º gráo de algumas

comparecer, ou não tomarem os requerimentos em seus protocollos. No caso de não comparecimento, por motivo justificado, mandarão os escrivães sempre á audiencia os protocollos, onde o escrivão que suas vezes fizer, ou qualquer outro do juizo, tomará os requerimentos e deferimentos respectivos. — Av. de 11 de Dezembro de 1837.

Na falta de officiaes de justiça, o juiz designará um dos escrivães para abrir a audiencia. — Av. de 7 de Dezembro de 1864.

⁸⁵ Sendo o promotor publico uma das partes que figurão nas audiencias, é evidente que está comprehendido na disposição do art. 60 do Cód. do Proc. Crim., pela qual se acha revogada nesta parte a Ord. Liv. 3º, Tit. 19, § 1º, e o Ass. de 7 de Julho de 1605. — Av. de 29 de Julho de 1853.

Deve ser mantido o costume, não derogado pelo art. 60 do Cod. do Proc., de nas audiencias fallarem os advogados de seus assentos e por sua antiguidade. — Dec n. 1799 de 7 de Agosto de 1856.

⁸⁶ As suspeições postas aos subdelegados^a, delegados^b e juizes municipaes^c, serão processadas e julgadas na fórma dos regulamentos do governo, conformando-se nesta parte com a disposição da Ord., Liv. 3, Tit. 21. A caução nas suspeições interpostas aos primeiros será de 12\$000, e para os segundos de 16\$000. — Art. 97 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

^a Compete ao juiz municipal julgar as suspeições postas aos subdelegados. — Art. 17, § 6º da lei cit.

^b As suspeições postas aos delegados são julgadas pelos juizes de direito das comarcas. — Art. 25, § 2º da lei cit.

^c Compete ao juiz de direito julgar as suspeições postas aos juizes municipaes e delegados. — Art. 25, § 2º da lei cit.

⁸⁷ Aos juizes de direito das comarcas especiaes compete exclusivamente a decisão das suspeições postas aos juizes substitutos (*São os que esta lei creou*) e juizes de paz. — Art. 13, § 7º do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Aos juizes de direito das comarcas geraes compete o julgamento das suspeições postas aos juizes inferiores e aos mesmos juizes de direito na ordem designada. — Art. 14 § 2º do Reg. cit.

As suspeições postas aos juizes de direito serão decididas:

§ 1º Nas comarcas de que trata o art. 1º desta lei, pelo presidente da respectiva Relação.

§ 2º Nas demais comarcas pelo juiz de direito da comarca mais vizinha do termo em que se arguir a suspeição.

Uma tabella fixará a ordem de proximidade reciproca de cada comarca. — Art. 11 da lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

As suspeições em materia civil, postas aos juizes de direito serão decididas pelo modo determinado no art. 11 desta lei. — Art. 26 da lei cit.

das partes, seus amos, senhores, tutores ou curadores, ou tiverem com alguma dellas demandas, ou fôrem particularmente interessados na decisão da causa poderão ser recusados⁸⁹. E elles são obrigados a darem-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados⁹⁰.

Art 62. O supplente que não fôr suspeito fará as vezes de juiz, e sendo os tres supplentes suspeitos, será o processo remettido ao juiz mais vizinho para proceder nelle como fôr de direito⁹¹.

Art. 63. O escrivão officiará ao supplente ou juiz a quem remetter o processo, declarando que lhe compete a decisão do pleito de F..., por haver-se reconhecido suspeito o juiz, ou quem suas vezes fazia⁹².

Art. 64. Se o juiz não se reconhecer suspeito, poderá continuar no processo, como se lhe não fôra posta a suspeição; mas o escrivão não continuará a escrever no processo, sem primeiro declarar por

⁸⁸ A Ord. do L. 3º, T. 56, § 7º define o que seja inimigo capital.

⁸⁹ Não é licito aos juizes darem-se de suspeitos, só porque as partes o exigem, sem motivo legal, mas sim nos casos marcados neste Codigo. — Av. de 23 de Junho de 1834. Vid. nota ao art. 37.

O Av. de 15 de Novembro de 1834 iguala os promotores ás partes. Juiz e promotor parentes, é este excluido na forma da Ord. do L. 1º, T. 48, § 29. — Av. n. 211 de 26 de Junho de 1858.

O Av. de 15 de Setembro de 1865 declara que o cunhadio não é impedimento para figurarem em uma causa crime promotor e advogado que sejam cunhados.

O Av. 387 de 9 de Setembro de 1861 diz que aos promotores não se estende a disposição deste art. 61.

O de 15 de Maio de 1868, publicado no *Diario Official* de 20, diz que, figurando o promotor como advogado de uma das partes a justiça, a elle se referem tambem as suspeições do art. 61 do Cod. do Proc. Este Aviso foi expedido em resposta a uma consulta sobre a incompatibilidade existente entre os cargos de promotor e de delegado de policia, exercidos por dous irmãos.

⁹⁰ Deve dar-se o juiz de direito nos recursos e no tribunal do jury, quando fôrem advogados seus sobrinhos ou cunhados. Av. n. 512 de 7 de Novembro de 1861.

⁹¹ Sendo impedidos todos os quatro juizes de paz de um districto e devendo-se recorrer ao mais vizinho, nos casos em que a lei assim o ordena, se deverá considerar e regular a vizinhança com relação sómente á de uns a outros districtos, comprehendidos dentro do mesmo termo ou julgado, pois de outra sorte se confundiria a divisão que se julgou conveniente estabelecer para a boa administração da justiça. — Av. de 12 de Dezembro de 1840.

⁹² Não se deve conceder aos escrivães a faculdade de deixar de enviar os autos aos juizes que entenderem ter contra si algum motivo de suspeição. — Av. n. 272 de 13 de Junho de 1862.

termo nos autos o requerimento vocal ou escripto sobre a suspeição, e a final resolução do juiz.

Art. 65. O escrivão que não observar o disposto no artigo antecedente será punido com um mez de prisão pela junta dos juizes de paz, depois de ouvir a parte e testemunhas.

Art. 66. Os juizes não podem ser dados de suspeitos no caso de formação de culpa, ou desobediencia.

Art. 67. Quando a suspeição fôr posta a um ou mais membros da junta de paz, se o juiz ou juizes não se reconhecerem suspeitos, poderão continuar, e o escrivão procederá na fôrma do art. 64⁹³.

Art. 68. Reconhecendo-se suspeito o juiz ou juizes, serão chamados pela junta de paz os supplentes mais vizinhos, quando possão comparecer a tempo de decidir a causa no prazo marcado para a sua actual reunião; e, não sendo possivel o comparecimento no dito prazo, ficará a decisão adiada para a reunião proxima seguinte.

Art. 69. Quando a parte contrária, reconhecer a justiça da suspeição, poderá, a requerimento seu, lançado nos autos, suspender-se o processo até que ultime o conhecimento da mesma suspeição.

Art. 70. As juntas de paz julgão as suspeições dos juizes de paz, e as dos juizes municipaes nos crimes de que conhecem cumulativamente com os juizes de paz. Os jurados as dos juizes de direito, as dos juizes municipaes e membros da junta de paz⁹⁴.

⁹³ Acontecendo que em uma junta de paz, composta de cinco juizes, correspondentes a cinco districtos de que se formava, fôssem suspeitos, em um processo de que a junta devia tomar conhecimento, os quatro juizes de um districto, perguntou-se ao governo o que se deveria fazer em tal caso, ao que respondeu-se por Aviso de 2 de Janeiro de 1840, que em tal caso devem ser chamados para a junta de paz supplentes dos juizes suspeitos, como dispõe o art. 62 e se pratica nos termos do art. 218 deste Código.

⁹⁴ Se o juiz de direito não reconhecer a suspeição, deverá remetter o conhecimento della ao jury presente, não convocar jury especial. — Av. de 2 de Julho de 1834.

Art. 71. Todo o processo feito perante o juiz que fôr julgado suspeito é nullo, e assim será declarado pela junta de paz e jurados que houverem julgado a suspeição, condemnando ao juiz que se não reconheceu suspeito a satisfazer á parte recusante as custas do processo: poderá, porém, reproduzir-se a acção⁹⁵.

CAPITULO IV.

Da queixa e denuncia⁹⁶.

Quando fôr suspeito o juiz municipal ou juiz de direito, deverá qualquer delles tomar por adjunto o juiz de orphãos do termo, não podendo ser o juiz municipal adjunto do juiz de direito, nem vice-versa, visto que já, conforme o direito, ambos devem intervir no processo, sendo um o preparador, e o outro o julgador a final. — Av. de 28 de Outubro de 1839.

Vide nota ao art. 255 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

Vide nota 87.

Nas comarcas de que trata o art. 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, o jury é presidido por Desembargadores; e o art. 27 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro do mesmo anno, expedido para a boa execução da dita lei, dispõe assim:

A suspeição posta ao presidente do tribunal do jury, se não fôr reconhecida pelo recusado, não suspenderá o julgamento.

O jury não julga suspeições postas ao presidente do tribunal.

Nas comarcas especiaes serão julgadas pelo presidente da Relação; e nas comarcas geraes pelo juiz de direito da mais vizinha na ordem designada.

⁹⁵ Na appellação n. 6225 por Acc. de 6 de Novembro de 1868 foi annullado um processo por ter sido sustentada a pronuncia por um juiz impedido, como se declarou mais tarde, quando teve de presidir o jury, em que devia ser julgado o réo.

⁹⁶ Fica abolido o procedimento *ex-officio* dos juizes formadores da culpa, excepto nos casos de flagrante delicto; nos crimes policiaes e nas especies dos §§ 5º e 7º deste artigo.

§ 1º No caso de flagrante delicto, se o réo obtiver fiança, a queixa ou denuncia será apresentada dentro dos 30 dias da perpetração do delicto.

§ 2º Se o réo estiver preso, a queixa ou denuncia será offerecida dentro de cinco dias.

§ 3º Não estando o réo preso nem afiançado, o prazo para a queixa ou denuncia será igualmente de cinco dias, contados da data em que o promotor publico receber os esclarecimentos e provas do crime ou em que este se tornar notorio.

§ 4º As autoridades competentes remetterão aos promotores publicos ou seus adjuntos as provas que obtiverem sobre a existencia de qualquer delicto, afim de que elles procedão na fórma das leis.

§ 5º Se esgotados os prazos acima declarados, os promotores publicos ou seus adjuntos não apresentarem a queixa ou denuncia, a autoridade formadora da culpa procederá *ex-officio* e o juiz de direito multará os promotores ou adjuntos omissos na quantia de 20\$ a 100\$, se não o offerecerem motivos justificativos de sua falta.

§ 6º O promotor publico, a quem o adjunto deverá communicar a queixa ou denuncia que tiver apresentado, poderá addiciona-la como entender mais justa e proseguir nos termos da culpa.

§ 7º As autoridades judiciais, sempre que reconhecerem casos de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia; e não o sendo remetterão ao promotor publico ou seu adjunto as provas que sirvão para fundamentar a denuncia,

Art. 72. A queixa compete ao offendido, seu pai ou mãe⁹⁷, tutor ou curador, sendo menor⁹⁸, senhor ou conjuge⁹⁹.

Art. 73. Sendo o offendido pessoa miseravel¹⁰⁰, que, pelas circunstancias em que se achar, não possa perseguir o offensor, o

participando esta remessa á autoridade a quem competir a formação da culpa. Se porém o promotor ou seu adjunto não officiar nos prazos dos §§ 1º, 2º e 3º applicar-se-ha a disposição do § 5º. — Art. 15 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

⁹⁷ Na appellação crime n. 6798, appellante o menor Severino Alves da Silva, appellada a justiça, a relação da côrte não conheceu da apellação por ter sido imposta pela *mãe natural* do supplicante, não tendo ella para isto direito.

⁹⁸ A queixa compete ao pai ou mãe a respeito de seus filhos, emquanto estes são filhos-familia. — Av. de 19 de Maio de 1866, no relatorio de justiça de 1867.

⁹⁹ A todos os que devem ou podem denunciar os delictos, tambem é imposta a obrigação ou dada a faculdade de promover a accusação e os mais termos do processo criminal. — Av. de 5 de Junho de 1862.

Depois do Dec. n. 1090 do 1º de Setembro de 1860 o crime de ferimento leve não tem procedimento official, salvo se o criminoso fôr preso em flagrante ou o offendido pessoa miseravel, segundo os arts. 73 e 74, § 6º do Cod. do Proc. ou finalmente se fôr empregado publico nos termos do art. 2º, § 3º do citado Decreto. — Av. de 3 de Junho de 1862.

Sendo a queixa negocio pessoal, não pôde ser dada senão pelo offendido, ou por outrem nos casos exceptuados nos art. 72 e 73 do Cod. do Proc. Crim., e tratando-se de legitimidade de pessoa para poder propôr uma acção ou procedimento criminal, materia que é de lei, não pôde ser supprida por uma interpretação, a que se não presta a letra do citado art. 72, para se decidir que o filho pôde apresentar queixa pelos crimes commettidos contra o pai. — Av. de 31 de Março de 1863.

¹⁰⁰ Por Av. n. 377 de 30 de Agosto de 1865 foi declarado que, á vista deste art. 73, se deve ter como miseravel, para o fim do mesmo art., aquelle que declara perante a autoridade, e esta reconhece, que por suas circunstancias não pôde perseguir ao offensor, salva ao réo, em sua defesa, a impugnação de tal declaração.

O escravo não pôde ser considerado pessoa miseravel para que o promotor denuncie por elle, porque a lei deu ao senhor o direito de por parte d'elle apresentar queixa ou denuncia, não podendo por si só apresentar-se o escravo em juizo. — Av. de 27 de Abril de 1853.

Nos ferimentos leves comprehendidos no art. 201 do Cod. Crim. não tem lugar o procedimento official, salvo sendo o offendido pessoa miseravel, ou sendo o offensor preso em flagrante; tem-o, porém, nos crimes de offensas physicas leves, em conformidade do art. 5º da Lei de 26 de Outubro de 1831, que os declarou policiaes. — Av. de 27 de Abril de 1853.

Se houver perdão da parte do offendido, põe-se termo á accusação. — Av. de 31 de Maio de 1864, como antes o de 19 de Agosto de 1853.

O Av. de 21 de Janeiro de 1867 decidiu, declarando que o crime particular torna-se publico pelo facto de ser o offendido pessoa miseravel, nos termos do art. 74 do Cod. do Proc., e portanto não tem lugar o perdão do offendido, segundo a doutrina do art. 67 do Cod. Crim.

Por Av. de 6 de Fevereiro de 1869 declarou o ministerio da justiça não haver antinomia nesses dous Avisos de 31 de Maio de 1864 e de 21 de Janeiro de 1867, porque tratando-se no 1º do perdão do offendido miseravel, cuja causa, independente de representação sua, fôra intentada pelo promotor, nessa hypothese tem elle o direito de impôr silencio á justiça publica, quanto aos crimes particulares na fórma do art. 67 do Cod. Crim.; e no 2º, do caso em que o offendido, depois de ter representado sobre a impossibilidade de

promotor publico deve, ou qualquer do povo póde intentar a queixa, e proseguir nos termos ultteriores do processo.

Art. 74. A denuncia compete ao promotor publico, e a qualquer do povo¹⁰¹:

§ 1º Nos crimes que não admittem fiança¹⁰².

perseguir em juizo seu offensor, e obtido a intervenção do promotor, pretende embaraçar a acção publica, interpondo seu perdão.

O Av. 212 de 21 de Julho de 1870 declara que o promotor publico deve intentar a queixa e requerer as diligencias necessarias, quando lhe fôrem remettidas por um juiz papeis relativos a crime praticado contra pessoa miseravel.

¹⁰¹ Vide Av. de 15 e 24 de Novembro de 1852 em a nota 58, e o de n. 394 de 9 de Novembro de 1867 em a nota 59.

Duvidando um juiz municipal em proceder *ex-officio* contra os autores de tentativa do incendio de um predio pertencente á Imagem de Santa Thereza, que não tem irmandade, consulta o presidente da respectiva provincia, e o governo imperial approvou a decisão do mesmo presidente, na qual se declarara que pelo facto da vacancia, os bens vagos passão para a fazenda publica, e ficão sujeitos á fiscalisação do juizo da provedoria na fórma do Dec n. 834 de 2 de Outubro de 1851 art. 49, § 2º e Av. n. 85 de 28 de Março de 1854; *cabendo por isso procedimento official da justiça*. — Av. de 1º de Maio de 1868, publicado no *Diario Official* de 9.

¹⁰² Entendeu o governo imperial que, em face deste §, competia ao promotor denunciar as tentativas e cumplicidades dos crimes inafiançaveis, embora admittissem ellas fiança; e de accordo expediu os Av. ns. 268 de 13 de Novembro de 1857, 262 de 24 de Novembro de 1852 e 42 de 27 de Janeiro de 1855.

Alguns juizes e tribunaes opinavão em contrario, e notavelmente o venerando tribunal da Relação do Rio de Janeiro, e o fôro da côrte, de tempos á esta parte, sustentarão invariavelmente esta jurisprudencia. No Accórdão n. 4481, appellante Estevão Leubeck, e appellada a justiça, diz esse tribunal: "Não se regulando a fiança pela natureza e character do crime, e sim pela pena, é cabivel a fiança nos casos de tentativa ou cumplicidade em crime inafiançavel, e deve-se nestes casos julgar-se perempta a acção, se a parte desistir, pois que *não cabe procedimento official*."

Como este, poderíamos citar mais Acc., o que hoje se torna desnecessario, por quanto o ponto está soberanamente decidido pelo art. 5º da Lei n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, que diz assim:

"Nos casos de tentativa ou cumplicidade, o art 101 do Cod. do Proc. Crim. só é applicavel quando a pena do crime, feito o desconto legal da terça parte, se comprehende nas disposições do referido artigo."

No relatorio que S Ex. o Sr. ministro da justiça tinha de apresentar a assemblea geral legislativa no anno de 1863, vêm expostas as duvidas que se suscitarão no fôro da corte a respeito deste artigo combinado com o art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e a solução dada pela secção de justiça do conselho de Estado. Reproduzimos esta parte do relatorio para conhecimento dos leitores:

"A questão foi assim posta:

O pronunciado em crimes meramente particulares, que não foi preso em flagrante, e cujas penas consideradas conjunctamente excedem ás indicadas no art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e art. 301 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, por exemplo, o furto e o damno com circumstancias aggravantes, não têm fiança; mas se o queixoso desistir, ou por qualquer motivo legal for lancado da accusação, ficará perempta a acção ou passará esta á justiça?

§ 2º Nos crimes de peculato, peita, concussão, suborno, ou qualquer outro de responsabilidade.

§ 3º Nos crimes contra o Imperador, Imperatriz, ou algum dos Príncipes ou Princeza da Imperial Família, regente ou regencia.

§ 4º Em todos os crimes publicos.

§ 5º Nos crimes de resistencia ás autoridades e seus officiaes, no exercicio de suas funcções.

Sustentão uns que a acção deve passar á justiça, porque nesta nova entidade creada pela lei preponderarão a quantidade da pena e o mal material e moral, e se tal entidade foi declarada inafiançavel, está ella ex jure sujeita ao disposto no art. 74 do Cod. do Proc. e art. 222 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. E nem é possível conceber-se que o legislador houvesse concedido o mais, — qual foi a prisão nesses casos —, e não consentir o menos, qual é a accusação por parte da justiça.

Outros sustentão pelo contrario que a acção deve ficar perempta, por isso que, embora esses crimes se tornem inafiançaveis pela circumstancia de sua accumulção, nem por isso perderão a natureza de meramente particulares; e o que o legislador teve em vista especialmente foi dar á parte offendida maior protecção, sem levar esta ao ponto de poder desonerar-se da accusação, para lançar a justiça nessa arena de meros interesses particulares. Dizem mais que essa nova entidade — accumulção de delictos — não se acha comprehendida no citado art. 74 do Cod. do Proc., aliás não alterado pela Lei de 3 de Dezembro de 1841; e que, devendo considerar-se o art. 301, § 8º do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, como excepção á regra geral dada no art. 101 do Código, sabido é em direito que o que se dispõe especialmente confirma os preceitos e regras legislativas em contrario. E demais, as regras da hermeneutica juridica, que admittem a interpretação extensiva, fahão completamente sempre que se trata de restringir a liberdade individual, ou de agravar a situação do homem em relação ás leis penaes sendo que a disposição do art. 301, § 3º, que manda sommar quantidades heterogeneas e reunir crimes, que podem ter processo e livramento independentes, para denegar fiança, fere a letra e espirito da Constituição.

Supponha-se, accrescentão uma accusação nesses termos por parte da justiça, e que o jury absolve o réo do crime de furto e o condemna pelo de damno, deverá o juiz de direito conformar-se com essas decisões? O que se deverá observar quando os processos fôrem separados e tiver lugar a accusação? Serão julgados reunidos, ou cada um por seu turno? Torna-se hoje indispensavel a folha corrida para a concessão da fiança, afim de verificar se o réo se acha pronunciado em um ou mais delictos?

Dizem, finalmente, que os sectarios da opinião que combatem são forçados, pelos seus principios, a seguir igual doutrina na hypothese do mesmo art. 301, § 4.

O conselheiro consultor dos negocios da justiça deu o seu parecer de conformidade com esta ultima opinião, e com elle concordou a secção de justiça do conselho de Estado.

Se não fossem os meus receios de commetter uma usurpação de attribuições, receios que, parece, tambem influirão no animo do meu antecessor, o governo teria resolvido a questão conforme consultou a secção de Justiça. Entretanto em ponto tão grave e de tão importantes consequencias, melhor será que intervenha a autoridade legislativa."

§ 6º Nos crimes em que o delinquente fôr preso em flagrante, não havendo parte que o accuse¹⁰³.

Art. 75. Não serão admittidas denuncias¹⁰⁴:

§ 1º Do pai contra o filho, do marido contra a mulher, ou vice-versa, do irmão contra o irmão.

§ 2º Do escravo contra o senhor.

§ 3º Do advogado contra o cliente.

§ 4º Do impubere, mentecapto, ou furioso.

§ 5º Do filho-familias sem autoridade de seu pai.

§ 6º Do inimigo capital.

Art. 76. Não se admittiráõ queixas nem denuncias contra os membros das duas camaras legislativas pelos discursos nellas proferidos.

Art 77. São competentes para receberem queixas e denuncias¹⁰⁵:

¹⁰³ E nos de que trata o Reg. de 30 de Janeiro de 1854.

Nos crimes de furto de gado vaccum e cavallar nos campos e pastos das fazendas de criação ou cultura. — Dec n. 1090 do 1º de Setembro de 1860, art. 1º.

Tambem terá lugar o procedimento official da justiça nos crimes seguintes:

1º Destruição e damnificação de aqueductos e mais obras publicas, assim como particulares, franqueadas ao uso publico;

2º Furto e damno de cousas pertencentes á fazenda publica;

3º Injurias e calumnias não impressas, ameaças, ferimentos, offensas ou violencias qualificadas criminosas por lei, contra empregados publicos, sómente em actos de exercicio de suas funcções, quer o delinquente seja preso em flagrante, quer não. — Idem, art. 2º e seus paragraphos.

Os crimes mencionados no art. 1º serão processados e julgados conforme a Lei n. 562 de 2 de Junho de 1850 e Reg. n. 707 de 9 de Outubro do mesmo anno, que se encontrão no fim.

Os processos anteriores ao Dec. n. 1090 do 1º de Setembro de 1860, não tendo sido os réos presos em flagrante, e não havendo autores, devem ficar peremptos. — Av. de 4 de Agosto de 1865.

¹⁰⁴ Este artigo comprehende tambem o promotor como orgão da justiça publica. — Av. n. 387 de 9 de Setembro de 1861.

¹⁰⁵ A disposição do art. 11 § 7º da Lei de 12 de Agosto de 1834, não obsta á execução dos arts. 77, 153 e 155 do Codigo do Processo, pois que podem umas e outras ter o seu

§ 1º Os juizes de paz¹⁰⁶.

§ 2º O supremo tribunal de justiça, as relações, e cada uma das camaras legislativas, nos crimes cujo conhecimento lhes compete pela Constituição.

Art. 78. As queixas e denuncias devem ser assignadas e juradas pelo queixoso e denunciante, e, se este não souber, ou não puder escrever, por uma testemunha digna de credito¹⁰⁷.

Art. 79. A queixa ou denuncia deve conter¹⁰⁸:

perfeito cumprimento, preenchendo-se pela execução das do Codigo os fins a que se não estende a referida lei. Porque, se a queixa de responsabilidade contra o magistrado fôr levada directa e immediatamente á assembléa provincial, se esta o suspender ou demittir, na conformidade do referido art. 11, § 7º, deverá ser remettida a mesma queixa á autoridade policial a quem competir, para proceder na fórma da lei, e para se impõem ao accusado as penas respectivas, conforme o disposto no art. 153 do Codigo do Processo; quando, porém, a queixa fôr apresentada ao presidente da provincia, e este haja de suspender o magistrado em observancia do art. 5º, § 8º da Lei de 3 de Outubro de 1834, ou a deverá remetter á assembléa legislativa da provincia, estando reunida, para seguirem-se os termos acima expostos, ou proceder na conformidade do art. 153 do Codigo do Processo. — Av. de 24 de Setembro de 1835.

¹⁰⁶ Os juizes de paz não devem receber querellas ou denuncias por crimes que não fôrem commettidos em seus districtos, ou não sendo os querellados ou denunciados nelles residentes. — Av de 10 de Março de 1836.

A jurisdicção dos juizes de paz não pode, nos casos de queixa e denuncia, exceder os limites dos seus districtos, ou porque nelles residão os delinquentes, ou porque ahi se tenha perpetrado o delicto, porquanto o Codigo do Processo não lhes deu jurisdicção cumulativa, bastando isto para que não possam exercita-la, e para que devão considerar-se derogadas nesta parte todas as leis anteriores que a conferião. — Dec. de 6 de Abril de 1836.

¹⁰⁷ É indispensavel que o queixoso ou denunciante compareça pessoalmente em juizo, como se deduz dos arts. 78, 80, 143; 208 e 209 do presente Codigo; os arts. 72 e 73 demonstrão que taes actos se não podem fazer por procurador. Nos crimes, porém, de responsabilidade, não ha necessidade de comparencia pessoal do queixoso ou denunciante, á vista do disposto no art. 152, que só exige assignatura reconhecida, etc. — Av. de 2 de Janeiro de 1834.

A assignatura do queixoso, exigida nas queixas e denuncias pelo art. 78 do Codigo do Processo, fica satisfeita pela do juramento prestado perante o juiz antes de se começar na formação da culpa. — Av. de 9 de Abril de 1836.

A falta de assignatura do juiz no termo de juramento ao queixoso não offende a substancia do processo, uma vez que se prove pela certidão do escrivão que o juramento foi prestado. O juramento e não a assignatura é o que constituo a formula substancial. — Appellação n. 6011 decidida a 21 de Fevereiro de 1868.

A denuncia, queixa e accusação poderão ser feitas por procurador, precedendo licença do juiz, quando o autor tiver impedimento que o prive de comparecer. — Art. 92 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

§ 1º O facto criminoso com todas as suas circunstancias.

§ 2º O valor provavel do damno soffrido.

§ 3º O nome do delinquente¹⁰⁹, ou os signaes caracteristicos¹¹⁰, se fôr desconhecido.

§ 4º As razões de convicções ou presumpção.

§ 5º Nomeação de todos os informantes e testemunhas¹¹¹.

§ 6º O tempo e o lugar em que foi o crime perpetrado.

Art. 80. Os juizes devem fazer ao denunciante ou queixoso as perguntas que lhes parecerem necessarias para descobrirem a verdade, e inquirir sobre ellas testemunhas.

¹⁰⁸ Constitue nullidade não se haver juntado aos autos os documentos a que se refere a denuncia, documentos que, por se dizerem falsificados, terião de servir de base á instrucção criminal e dar lugar ao corpo de delicto. Relação da côrte, Acc. de 6 de Fevereiro de 1867 no feito crime n. 5959.

E não sendo a denuncia feita conforme este artigo é nullo tudo quanto se seguir. Acc. do Sup. Trib. de Justiça de 7 de Julho de 1860, que se póde vêr nos colleccionados por Mafra, sob o n. 167. Vide tambem o de n. 182.

¹⁰⁹ V. Acc. cit em a nota anterior.

¹¹⁰ Póde-se sobre elles inquirir as testemunhas. Av. n. 117 de 30 de Abril de 1865.

¹¹¹ O Av. de 3 de Dezembro de 1866, que traz o relatorio da justiça de 1867, diz que o queixoso, ainda mesmo depois de haver nomeado suas testemunhas, pode apresentar outras até completar o maximo do numero marcado por lei, precedendo venia do juiz, antes de ultimada a inquirição. Isto foi dito em resposta á consulta: Si no correr do processo da formação da culpa, o autor póde offerecer outras testemunhas além das mencionadas na petição de queixa.

Nem o Aviso de 29 de Abril de 1858, nem a Ord., Liv. 3º, Tit. 21, § 13 prohibe que sejam apontados no rol das testemunhas os juizes de facto ou de direito; antes a ordem publica exige que elles, havendo presenciado o crime, deixem de funcionar como julgadores, e deponhão quanto souberem. Desta fórmula não só o julgamento será mais fundado em prova, como não ficará indefeso o réo, na parte em que possa aquelle depoimento influir para sua condemnação. — Av. do 1º de Outubro de 1868. Vide a nota 117.

CAPITULO V

Da citação¹¹².

Art. 81. As citações que fôrem requeridas ao juiz de paz, e se houverem de fazer no respectivo districto, serão determinadas por despacho do mesmo juiz no requerimento das partes; as que fôrem requeridas a qualquer outra autoridade judicial, e se houverem de fazer no termo da sua jurisdição, serão determinadas por mandado dos mesmos juizes, ou por portaria na fórmula dos seus regimentos, salvo se houverem de ser feitas na cidade ou villa de sua residencia, onde tambem serão determinadas por despacho no requerimento das partes, e por precatorias as que houverem de ser feitas em lugares que não fôrem da jurisdição do juiz a quem fôrem requeridas.

Art. 82. O mandado para a citação deve conter:

§ 1º Ordem aos officiaes de justiça da jurisdição do juiz para que o executem.

§ 2º O nome da pessoa que deve ser citada, ou os signaes caracteristicos della, se fôr desconhecida.

§ 3º O fim para que, excepto se o objecto fôr de segredo, declarando-se isto mesmo.

§ 4º O juizo, o lugar e tempo razoavel em que deve comparecer.

¹¹² O consul, como parte, inda que representante de 3º está sujeito ás autoridades do Imperio. — Av. n 99 de 11 de Março de 1867.

Por Av. de 23 de Marco de 1871, publicado no *Diario Official* de 24, declarou o governo que o internuncio apostolico não podia ser citado, conforme a Ord. do L. 3º, T. 4º e a doutrina geralmente consagrada, por uma causa a que se não obrigará pessoalmente; e que a sua citação naquella qualidade importa o mesmo que a do Soberano que elle representa.

Art. 83. As precatorias serão tão simples como os mandados, com a unica differença de serem dirigidas ás autoridades judicias em geral, rogando-lhes que as mandem cumprir.

Assim os mandados como as precatorias serão escriptos pelo escrivão e assignados pelo juiz.

CAPITULO VI.

Das provas.

Art. 84. As testemunhas serão offerecidas pelas partes, ou mandadas chamar pelo juiz ex-officio.

Art. 85. As testemunhas serão obrigadas a comparecer no lugar e tempo que lhes fôr marcado, não podendo eximir-se desta obrigação por privilegio algum¹¹³.

¹¹³ Deve deprecar-se licença ou consentimento do respectivo prelado para deporem os clerigos de ordens sacras nos juizes seculares quando os seus juramentos fõem necessarios. — Av. de 5 de Julho de 1844, n. 43. Não será precisa tal depreciação, quando a competente autoridade ecclesiastica, a quem deve ser dirigida, não residir no lugar do juizo. — Idem.

As autoridades ecclesiasticas não é licito denegar a licença ou consentimento pedido em taes casos. — Idem^{113 a}.

Sempre que seja necessaria a presença de algum empregado publico fóra de sua repartição para qualquer acto de justiça, cumpre que o juiz se dirija directamente ao respectivo ministro ou presidente de provincia com a competente requisição, para que este dê as providencias necessarias a não soffrer o serviço. — Dec. n. 512 de 16 de Abril de 1847.

A autoridade civil que precisar de um official para inquirição ou acto judicial, deve requisita-lo por officio rogatorio ao respectivo commandante das armas. — Av. de 17 de Julho de 1855.

Sendo os agentes consulares de qualquer nação por commum e geral opinião e entre nós, da classe das pessoas distinctas, a quem em direito se dá o epitheto de egregias, quando sejam precisos os seus depoimentos nas causas civeis ou crimes, e elles não queirão da-los nas casas dos proprios juizes, cumpre a estes usar do arbitrio, que faculta a Ord., Liv. 1º, Tit. 5º, § 14, dando commissão a quem assista á inquirição nas moradas dos ditos agentes, da mesma fôrma que deverão praticar com cidadãos em igualdade de razão. — Av. de 17 de Dezembro de 1857. Vide tambem a resolução de consulta de 8 de Junho de 1866, no relatorio da justiça de 1867.

As mulheres de taes agentes, bem como outras quaesquer senhoras que por sua distincção se devão considerar na classe das *personas egregias*, tambem não devem ser compellidas a virem a juizo deporem como testemunhas, mas sim serem os seus depoimentos recebidos em suas respectivas residencias. Vide resolução de consulta de 25 de Novembro de 1865 no relatorio da justiça de 1866, pag. 5 do annexo A.

Art. 86. As testemunhas devem ser paramentadas conforme a religião de cada uma; excepto se fôrem de tal seita que proíba o juramento.

Devem declarar seus nomes, pronomes, idades, profissões, estado, domicilio, ou residencia; se são parentes, em que gráo; amigos, inimigos¹¹⁴, ou dependentes de alguma das partes; bem como o mais que lhes fôr perguntado sobre o objecto¹¹⁵.

Art. 87. A declaração das testemunhas deve ser escripta pelo escrivão; o juiz a assignará¹¹⁶ com a testemunha que a tiver feito. Perante o jury se guardará o que está disposto nos arts. 266 e 268.

Se a testemunha não souber escrever, nomeará uma pessoa que assigne por ella, sendo antes lida a declaração na presença de ambas.

Art. 88. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si; o juiz providenciará que umas não saibão ou não oução as declarações das outras, nem as respostas do autor ou réo.

^{113 a} Os parochos não podem ser compellidos, debaixo de vara, a ir a juizo *dar informações*, sendo que o Av. de 5 de Julho de 1844 n. 43 e o art. 89 do Cod. do Proc. nenhuma applicação têm a este caso. — Av. n. 195 de 30 de Julho de 1864.

¹¹⁴ A testemunha, por ser inimiga de uma das partes, não deixa de ser inquirida, porque no acto da inquirição póde ella ser contestada, e ser-lhe provada a inimizade, para que se lhe dê o peso que em direito merecer. — Port. de 2 de Setembro de 1834.

¹¹⁵ A ouvida vaga ou voz publica, conforme o direito, nenhuma força tem. — Supr. Trib. de Justiça, Acc. de 6 de Julho de 1861, feito entre partes, recorrente Manoel Silvestre da Fonseca Botica e recorrida a justiça.

No Acc. do mesmo Trib., de 7 de Dezembro de 1859, recorrente José Giacomo Giudice, recorrida a justiça, encontra-se o seguinte:

“Outrosim condemnão como irregular e abusiva a pratica seguida no juizo da 1ª instancia pelo que respeita á inquirição das testemunhas, tanto do summario como do plenario, onde se vê que ellas, longe de deporem cumpridamente sobre os factos que fazião objecto da accusação, se limitarão no summario á referir-se ao que jurarão na policia, e no plenario ao que havião jurado na policia e no summario, onde aliás nada havião dito sendo, ao contrario do interesse da justiça e das partes que ellas jurem sempre cumpridamente, porque só assim, confrontados os seus depoimentos respectivos, se póde avaliar a verdade, exactidão e sinceridade com que depuzerão.”

Vide a Ord. do L. 1º, T. 86, princ.

¹¹⁶ A falta de assignatura do juiz no depoimento da testemunha induz nullidade do depoimento. — Av. de 29 de Abril de 1837.

Art. 89. Não podem¹¹⁷ ser testemunhas o ascendente, descendente, marido ou mulher, parente até 2º gráo, o escravo e o menor de 14 annos; mas o juiz poderá informar-se delles sobre o objecto da queixa ou denuncia, e reduzir a termo a informação, que será assignada pelos informantes, a quem se não deferirá juramento.

Esta informação terá o credito que o juiz entender que lhe deve dar, em attenção ás circumstancias¹¹⁸.

Art. 90. Se o delinquente fôr julgado em um lugar, e tiver em outro alguma testemunha que não possa comparecer, poderá pedir que seja inquerida nesse lugar, citada a parte contraria, ou o promotor, para assistir á inquirição.

Art. 91. Se alguma testemunha houver de ausentar-se, ou por sua avançada idade, ou por seu estado valetudinario houver receio que ao tempo da prova já não exista, poderá tambem, citados os mencionados no artigo antecedente, ser inquirida a requerimento da parte interessada, a que será entregue o depoimento para d'elle usar quando e como lhe convier.

Art. 92. Os documentos, para que possam servir, devem ser reconhecidos verdadeiros pelo juiz ou pelo tabellião publico.

Art. 93. As cartas particulares não serão produzidas em juizo sem o consentimento de seus autores, salvo se provarem contra os mesmos¹¹⁹.

¹¹⁷ Vide em a nota 111 o Av. de 1 de Outubro de 1868.

Por Av. de 10 de igual mez de 1871 foi decidido que, conclusos os autos, nos termos dos arts. 353 e 354 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, póde o juiz de direito, jurando que nada sabe dos artigos, declarar por seu despacho: fique de nenhum effeito a indicação de seu nome no rol das testemunhas; ou averbar-se de suspeito, quando tiver de depôr, officinando neste caso ao juiz supplente, afim de o substituir na presidencia do jury, no dia designado para o julgamento da causa.

Não é motivo de nullidade no processo de formação de culpa, intentado *ex officio*, terem figurado como testemunhas os donos do objecto roubado, embora comprehendidos no numero de testemunhas necessarias para se julgar completa a inquirição. — Acc. da Relação da côrte, de 19 de Junho de 1866, no feito crime n. 5355.

¹¹⁸ Vide nota 113 a.

Art. 94. A confissão do réo em juízo competente, sendo livre, coincidindo com as circumstancias do facto, prova o delicto; mas, no caso de morte, só póde sujeita-lo á pena immediata, quando não haja outra prova¹²⁰.

Art. 95. As testemunhas que não comparecerem sem motivo justificado, tendo sido citadas, serão conduzidas debaixo de vara, e soffrerão a pena de desobediencia¹²¹.

Esta pena será imposta pela autoridade que mandou citar, ou por aquella perante a qual devia comparecer.

CAPITULO VII.

Da careação, confrontação e interrogatorio.

Art. 96. Cada vez que duas ou mais testemunhas divergirem em suas declarações, o juiz as reperguntará em face uma da outra, mandando que expliquem a divergencia ou contradicção, quando assim o julgar necessario, ou lhe fôr requerido.

Art. 97. Toda vez que o réo, levado á presença do juiz, requerer que as testemunhas inquiridas em sua ausencia sejam reperguntadas em sua presença, assim lhe será deferido, sendo possivel.

Art. 98. O juiz mandará lêr ao réo todas as peças comprobatorias do crime, e lhe fará o interrogatorio pela maneira seguinte:

¹¹⁹ Vide Avs. de 21 de Agosto de 1857, 26 de Abril de 1859 e 29 de Maio de 1861.

A doutrina que consagra este ultimo Av. já era jurisprudencia adoptada pelo Sup. Trib. de Justiça, como se póde vêr no Acc n. 1605 de 6 de Agosto de 1859, recorrentes Luiz Salgado e outro, recorrida a justiça.

¹²⁰ A disposição do art. 94 do Cod. do Proc. Crim. prohibindo a applicação da pena de morte aos casos em que não houver contra o delinquente outra prova mais que sua propria confissão, deve ser guardada mesmo aos crimes de que trata a Lei de 10 de Junho de 1835. — Av. de 8 de Outubro de 1849.

¹²¹ A disposição do art. 95 do Cod. do Proc. Crim. comprehende a inquirição de testemunhas em geral, e sem fazer distincção, e portanto a justificação simples. — Av. de 17 de Dezembro de 1857.

§ 1º Qual o seu nome, naturalidade, residencia, e tempo della no lugar designado?

§ 2º Quaes os seus meios de vida e profissão?

§ 3º Onde estava ao tempo em que se diz aconteceu o crime?

§ 4º Se conhece as pessoas que jurarão contra elle, e desde que tempo?

§ 5º Se tem algum motivo particular a que attribua a queixa ou denuncia?

§ 6º Se tem factos a allegar, ou provas que o justifiquem, ou mostrem sua innocencia?¹²²

Art. 99. As respostas do réo serão escriptas pelo escrivão, rubricadas em todas as folhas pelo juiz, e assignadas pelo réo, depois de as lêr e emendar, se quizer, e pelo mesmo juiz.

Se o réo não souber escrever ou não quizer assignar, se lavrará termo com esta declaração, o qual será assignado pelo juiz e por duas testemunhas, que devem assistir ao interrogatorio.

CAPITULO VIII

Das fianças^{123 124}.

¹²² Não é repugnante á lei que o juiz mande escrever a defesa verbal que offerecer o indiciado no acto do interrogatorio ordenado no art. 98, e mesmo que faça jantar ao processo os documentos que elle lhe apresentar; mas não deve admittir inquirição de testemunhas por parte do indiciado, por ser isso contra a natureza do processo da formação da culpa, no qual só se trata de saber se ha lugar a accusação. — Av. de 17 de Dezembro de 1850.

¹²³ A fiança provisoria terá lugar nos mesmos casos em que se dá fiança definitiva. Os seus effeitos durarão por 30 dias, e por mais tantos outros dias quantos fõrem necessarios para quê o réo possa apresentasse ante o juiz competente para prestar a fiança definitiva na razão de quatro leguas por dia.

§ 1º A fiança regular-se-ha por uma tabella organizada pelo governo, fixando o maximo e o de cada anno de prisão com trabalho, de prisão simples com multa ou sem ella, degredo ou desterro.

Art. 100. Nos crimes que não tiverem maior pena do que a de seis mezes de prisão ou desterro para fóra da comarca, poderá o réo livrar-se solto. Tambem poderá livrar-se solto, nem mesmo será conservado na prisão, se nella já estiver, prestando fiança idonea nos crimes na exceptuados no artigo seguinte.¹²⁵

§ 2º Dentro dos dous termos, o juiz, independente de arbitramento, fixará o valor da fiança, attendendo á gravidade do delicto e á condição de fortuna do réo.

§ 3º Em crime afiançavel ninguem será conduzido á prisão, se perante qualquer das autoridades mencionadas no art. 13, § 2º desta lei prestar fiança provisoria por meio de deposito em dinheiro, metaes e pedras preciosas, apolices da divida publica ou pelo testemunho de duas pessoas reconhecidamente abonadas que se obriguem pelo comparecimento do réo durante a dita fiança, sob a responsabilidade do maximo de que acima se trata; e estando já preso será immediatamente solto, sé perante o juiz da culpa prestar fiança definitiva na fórmula dos arts. 303 e 304 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, ou ainda a provisoria, se não houverem decorrido os 30 dias depois de sua apresentação ao juiz.

§ 4º O quebramento da fiança importa a perda de metade do valor definitivo desta e obriga o réo ao processo e julgamento á revelia nos termos do art. 43 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, subsistindo a disposição do art. 44 da mesma Lei.

§ 5º Nas sentenças de pronuncia e nos mandados de prisão se declarará o valor da fiança a que fica o réo sujeito.

§ 6º A fiança póde ser prestada em qualquer termo do processo, uma vez que seja reconhecido o crime por afiançavel

§ 7º É derogada a disposição do art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Art. 14 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

Vide o Cap. 10º das Disposições Criminaes do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 e suas notas.

¹²⁴ Os réos presos, os que tiverem acabado o seguro, que não póde ser prorogado, e os que se acharem em actual livramento devem requerer a fiança ou ao juiz de paz da cabeça do termo, a quem se tiverem remettido os feitos em virtude do art. 229, emquanto não tiverem sido apresentados ao jury, e neste confirmada a pronuncia; ou ao juiz de direito, quando a pronuncia tenha sido sustentada pelo jury de accusação; ou á Relação, quando os feitos penderem por appellação, pois que do art. 352 se depreheende que as Relações podem dar fianças; ou finalmente ao juiz de paz que prender em desempenho do dever que lhe impõe o art. 12, § 5º deste Codigo. — Av. de 21 de Agosto de 1833.

¹²⁵ Nenhuma lei obriga ao juiz a ouvir o promotor publico para a concessão das fianças; assim como a não ha, que exija a audiencia das partes queixosas, ou denunciantes, para o mesmo fim. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

Nos crimes mencionados no art. 12, § 7º do Codigo do Processo os réos (que não fôrem vagabundos ou sem domicilio) se livrarão soltos. — Art. 37 da Lei de 3 de Dezembro

Sempre que um réo tenha prestado fiança por um facto a que se tiver dado indevida classificação, não deve ser obrigado a nova fiança, quando por qualquer motivo se instaure, pelo mesmo facto, novo summario, uma vez que seja identica a pena e a mesma a natureza do crime, visto como não póde ser imputavel ao réo o erro do processo, e a fiança não tenha sido ainda levantada; cumprindo que em tal circumstancia se ajunte aos autos a certidão da fiança nos termos do art. 103 do Codigo do Processo, ou se appense o processo em que ella foi prestada, salvo o arbitrio concedido no art. 110 do citado Codigo, se ao juiz parecer que deve ser ella reforçada. — Av. de 12 de Fevereiro de 1862.

Art. 101. A fiança não terá lugar nos crimes cujo maximo de pena fôr: 1º, morte natural; 2º, galés; 3º, 6 annos de prisão com trabalho; 4º, 8 annos de prisão simples; 5º, 20 annos de degredo¹²⁶.

Art. 102. A fiança será tomada por termo lavrado pelo escrivão do juiz que a conceder, e assignado pelo mesmo juiz, pelo fiador, afiançado, e por duas testemunhas, que subsidiariamente se obriguem¹²⁷.

Absolvido o réo em primeira instancia, sendo interposta appellação, será admittida a fiança até decisão do recurso, quando a pena fôr menor de 14 annos de prisão simples, 12 de prisão com trabalho e degredo por 20 annos. — Decreto n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, art. 1º.^{125 a}

Não se comprehende nas disposições do artigo antecedente o caso do art. 79, § 1º da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Idem, art. 2º.

Independente de fiança será solto o réo, se o accusador não appellar nos tres dias seguintes ao da intimação da sentença. — Idem, art. 3º.^{125 a}

^{125 a} Não são mais applicaveis as disposições dos arts. 1º e 3º do Dec. n. 1696 de 15 de Setembro de 1869. — Art. 61, § 2º do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

¹²⁶ Vide o Av. n. 478 de 17 de Outubro de 1863, cuja doutrina não extractamos, porque deixa de ter importancia em face do art. 5º do Dec. n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, abaixo transcripto.

Além dos crimes declarados no art. 101 do Código do Processo, não se concederá fiança:

1º Aos criminosos de que tratão os arts. 107 e 116 na primeira parte, e 123 e 127 do Código Criminal.

2º Aos que fôrem pronunciados por dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada uma dellas sejam menores que as indicadas no mencionado art. 101 do Código do Processo, as iguaem ou excedão consideradas conjunctamente.

3º Aos que uma vez quebrarem a fiança. — Art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Ainda nos lugares em que ha casa de correcção não é afiançavel a tentativa ou cumplicidade do crime de roubo: 1º, porque as fianças se devem regular, não pela tentativa ou cumplicidade, senão, conforme o art. 101, pelo maximo da pena imposta ao crime, sendo que aliás não haveria razão para que tambem não fôsses attendidas pelo legislador as circumstancias attenuantes, afim de regular-se a fiança, no caso dellas, pelo minimo do pena; 2º, porque a disposição do art. 311 não se refere senão á execução, que é local, e não ás fianças e competencia, cujas regras são geraes. — Av. de 27 de Janeiro de 1855.

Vide Av. de 2 de Janeiro de 1865 em nota ao art. 38, § 2º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Nos casos de tentativa ou cumplicidade, o art. 101 do Código do Processo Criminal só é applicavel quando a pena do crime, feito o desconto legal da terça parte se comprehende nas disposições do referido artigo. — Dec. n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, art. 5º.

¹²⁷ São competentes para concedê-las aos réos que pronunciarem ou prenderem os chefes de policia e seus delegados e subdelegados. — Lei da reforma, art. 4º, § 3º e art. 5º.

Concede-as o juiz municipal aos réos que pronunciar ou prender. — Dita lei, art. 17, § 5º.

As autoridades, quando se lhes requeira fiança, deverão processa-la e concedê-la com a maxima brevidade possivel. — Av. de 2 de Janeiro de 1865.

Vide nota 123.

Art. 103. Este termo será lavrado em livro para esse fim destinado, e rubricado, d'onde se extrahirá certidão para se ajuntar aos autos. Nelle se declarará que o fiador fica obrigado até á ultima sentença do tribunal superior a pagar certa quantia (que deve ser designada), se o réo fôr condemnado e fugir antes de ser preso, ou não tiver a esse tempo meios para a indemnização da parte e custas¹²⁴.

Art. 104. Aos fiadores serão dados todos os auxilios necessarios, para a prisão do réo¹²⁵.

Art. 105. Em lugar de fiadores poderá o réo hypothecar bens de raiz livres e desembaraçados, que tenham o valor da fiança; ou depositar no cofre da camara municipal o mesmo valor em moeda, apolices da divida publica, trastes de ouro ou prata, ou joias preciosas¹²⁶.

Art. 106. Afiançada ou depositada a quantia será dado ao réo contramandado para não ser preso, soltando-se immediatamente, quando esteja.

Art. 107. Podem ser fiadores os que, tendo a livre administração de seus bens, possuem-os de raiz na mesma comarca ou termo, onde se obrigão e segurão o pagamento da fiança com hypotheca

¹²⁴ No termo da fiança os fiadores se obrigarão, além do mais contido no art. 103 do Código do Processo, a responderem pelo quebramento das fianças; e os afiançados, antes de obterem contramandado ou mandado de soltura, assignarão termo de comparecimento perante o jury, independente de notificação, em todas as subseqüentes reuniões, até serem julgados afinal, quando não consigão dispensa de comparecimento. — Art. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Vide nota ao art. 110.

¹²⁵ Aos fiadores serão dados os auxilios necessarios para a prisão do réo, qualquer que seja o estado do seu livramento:

1º Se elle quebrar a fiança.

2º Se fugir depois de ter sido condemnado. — Art. 40 da Lei de 3 de Dezembro.

Querendo o fiador desistir da fiança, poderá notificar o afiançado para apresentar outro que o substitua dentro do prazo de quinze dias; e se elle o não satisfizer dentro desse prazo, poderá requerer mandado de prisão; porém só ficará desonerado depois que o réo for effectivamente preso, ou tiver prestado novo fiador. — Dita Lei, art. 41.

¹²⁶ Este artigo não foi derogado pela moderna legislação hypothecaria. — Av. n. 580 de 6 de Dezembro de 1869.

ou deposito, de que trata o art. 105; ou que sejam conhecidamente abonados¹²⁷.

Art. 108. Quando a mulher casada, ou qualquer pessoa que viva sob a administração de outrem, necessitar de fiança para se livrar solta, poderá obtê-la sobre os bens que legitimamente lhe pertencerem, e o marido, tutor ou curador ficarão obrigados aos fiadores até á quantia dos bens do afiançado, ainda que não consintão na fiança.

Art. 109. Para arbitrar-se a quantia da fiança calcular-se-ha por dous peritos, nomeados pelo juiz, o valor do damno causado, as custas do processo até os ultimos julgados, e a tudo isto se accrescentará uma quantia proporcionada á pena, e possibilidade do criminoso, regulando-se o juiz pelas regras abaixo estabelecidas, não tendo recurso suspensivo o seu arbitrio¹²⁸.

§ 1º Cada dia de desterro será avaliado no valor de cinco até doze tostões; cada dia de degredo no de oito a vinte; cada dia de prisão no de dez a trinta; cada dia de trabalhos publicos no de vinte a quarenta; comtanto que nenhuma destas penas exceda a um anno.

§ 2º Sendo por mais de um anno, o juiz augmentará, de maneira que nem seja illusoria para o rico, nem impossivel para o pobre, o que a lei confia do seu prudente arbitrio, e das pessoas que em tal caso deve consultar.

¹²⁷ Comprehende tambem este artigo o Aviso citado em a nota ultima.

Ficção supprimidas as palavras — ou que sejam conhecidamente abonados — do art. 107 do Codigo do Processo. — Art. 46 da Lei de 3 de Dezembro.

O facto de ser empregado de fazenda não é motivo para ser considerado incapaz de ser fiador, uma vez que se dêem as condições do art. 107 do Codigo do Processo Criminal, combinado com o art. 46 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Av. de 30 de Janeiro de 1856.

¹²⁸ O recurso deve ser interposto dentro de cinco dias. — Dec. de 6 de Maio de 1833, art. 1º — Vide nota ao art. 294.

§ 3º Se qualquer destas penas trazer consigo suspensão ou perda dos direitos civis ou politicos, o juiz porá sobre as quantias ácima calculadas outra de 50\$000 100\$000.

Art. 110. Se o juiz tomar por engano¹²⁹ uma fiança insufficiente, ou se o fiador no entretanto soffrer perdas taes que o tornem pouco idoneo e seguro, a fiança será reforçada, e para esse fim o juiz mandará vir á sua presença o réo, debaixo de prisão, se não obedecer logo que se lhe intime a ordem. Não reforçando o réo a fiança, será recolhido a cadeia.

Art. 111. Da negação ou concessão de fiança pelo juiz de direito haverá recurso para as Relações, interposto por um simples requerimento documentado com a certidão da culpa¹³⁰.

Art. 112. Se o réo quebrar a fiança, perderá metade da quantia afiançada; a mesma pena será repetida a cada reincidencia¹³¹.

¹²⁹ Tendo essa presidencia respondido a uma consulta, etc., que sempre que um réo tenha prestado fiança, por um facto, a que se tiver dado indevida classificação, não deve ser obrigado á nova fiança, quando por qualquer motivo se instaure, pelo mesmo facto, novo summario, uma vez que seja identica a pena e a mesma a natureza do crime, visto como não póde ser imputavel ao réo o erro do processo, e no caso apontado não fora ainda tal fiança levantada; cumprindo que, em tal circumstancia se junte aos autos a certidão da fiança, nos lermos do art. 103 do Codigo do Processo, ou se appense o processo em que ella foi prestada, salvo o arbitrio concedido no art. 110 do citado Codigo, se ao juiz parecer que deve ser ella reformada; houve por bem Sua Magestade mandar approvar. — Av. n. 51 de 12 de Fevereiro de 1862.

¹³⁰ Sobre o recurso da decisão que concede ou denega a fiança, e de seu arbitramento, vide nota ao art. 294.

¹³¹ A fiança se julgará quebrada:

1º Quando o réo deixar de comparecer nas sessões do jury, não sendo dispensado pelo juiz de direito por justa causa.

2º Quando o réo, depois de afiançado, commetter delicto de ferimento, offensa physica, ameaça, calumnia, injuria ou damno contra o queixoso ou denunciante, contra o presidente do jury ou promotor publico. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 42.

Pelo quebramento da fiança o réo pederá metade da multa substitutiva da pena, isto é, daquella quantia que o juiz accrescenta ao arbitramento dos peritos, na fórmula do art. 109 do Codigo do Processo Criminal. O juiz que declarar o quebramento dará logo todas as providencias para que seja capturado o réo o qual fica sujeito a ser julgado á revelia, se ao tempo do julgamento não tiver ainda sido preso. Em todo o caso, o resto da fiança fica sujeito ao que dispõem os artigos seguintes. — Dita Lei, art. 43.

O réo perde a totalidade do valor da fiança quando sendo condemnado por sentença irrevogavel, fugir antes de ser preso. Neste caso o producto da fiança depois de deduzida

Art. 113. Ficão abolidas as cartas de seguro, e qualquer outro meio, que não seja o da fiança, para que algum réo se livre solto¹³².

TITULO III

Do processo summario.

CAPITULO I.

Do passaporte.

Art. 114. Toda a pessoa que se fôr estabelecer de novo em qualquer districto de paz, deve apresentar-se pessoalmente ou por escripto, ao juiz respectivo, o qual poderá exigir della as declarações que julgar necessarias, quando se lhe faça suspeita¹³³.

Art. 115. Todo o que não cumprir a obrigação prescripta no artigo antecedente será chamado á presença do juiz de paz, por ordem deste, para ser interrogado sobre seu nome, filiação, naturalidade, profissão, genero de vida, e actual pretensão.

Art. 116. Se o juiz, pelas respostas, não fôr convencido de estar o interrogado livre de crime, mandará que este se retire para fóra do seu districto no prazo que lhe fôr assignado, sob pena de ser expulso debaixo de prisão, excepto se provar que não tem crime, ou se dêr fiador

a indemnização da parte e custas, será applicado a favor da camara municipal a quem tambem; se applicaráõ os productos do quebramento de finanças. — Dita Lei, art. 34.

Se o réo afiançado que fôr condemnado não fugir e a puder soffrer a pena, mas não tiver a esse tempo meios para a indemnização da parte e custas, o fiador será obrigado a essa indemnização e custas perdendo a parte do valor da fiança destinada a esse fim, mas não o que corresponde á multa substitutiva da pena. — Dita Lei, art. 45.

Da decisão que julga perdida a quantia afiançada ha o recurso de que se faz menção na nota ao art. 299.

¹³² São porém válidas as concedidas antes da publicação do Codigo do Processo Criminal e da nova organização judiciaria. — Av. de 21 de Novembro de 1833.

¹³³ Ninguém poderá viajar por mar ou por terra, dentro do Imperio, sem passaporte, nos casos e pela maneira que fôr determinada nos Regulamentos do governo. — Art. 12 da Lei de 3 de Dezembro.

Sobre passaportes, vide o Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, Disposições Policiaes, Cap. 5º, Secção 1ª.

conhecido e de probidade, que se obrigue a apresentar passaporte dentro de certo prazo, sujeitando-se a uma multa se o não fizer.

Art. 117. Verificando-se a expulsão, o juiz de paz publicará isto pelos jornaes que houverem na comarca, declarando o nome do expulso com todas as circumstanças que possam fazê-lo conhecido, ou officiará ao presidente da provincia, pedindo-lhe esta publicação por quaesquer outros jornaes, não os havendo na comarca.

Art. 118. Se o expulso em identicas circumstancias apparecer outra vez no mesmo districto, será punido com prisão por um mez; esta pena será tantas vezes repetida, quantas fôrem as reincidencias.

O cidadão que viajar por mar ou por terra, dentro do Imperio, não é obrigado a tirar passaporte, mas fica sujeito ás indagações dos juizes locais¹³⁴.

¹³⁴ Este artigo não comprehende os escravos, ainda que viagem em companhia de seus senhores, nem ao pouco os africanos, ou quaesquer outros libertos, mas sómente os cidadãos brasileiros. — Av. de 18 de Março de 1835.

Não é permitido desembarcar ou residir em qualquer provincia do Imperio homem algum de côr, que chegue de fora do Brasil, quando no passaporte não venha a sua qualidade de ingenuo; abonada essa qualidade pelos consules e encarregados de negocios brasileiros, que existirem nos lugares d'onde vierem, incumbindo a exacta observancia desta medida aos chefes de policia e juizes de paz. — Av. de 9 de Maio de 1835.

O Decreto de 2 de Dezembro de 1820 acerca de passaportes para paizes estrangeiros, não se acha alterado por legislação posterior, e aliás está em seu vigor pelo art. 118 do Codigo do Processo. — Av. de 8 de Fevereiro de 1836.

Não é da competencia dos juizes de paz expedirem passaportes aos cidadãos brasileiros que se transportarem para fóra do Imperio, e devem a tal respeito observar-se as disposições do Decreto de 2 de Dezembro de 1820, que não fôrão alteradas por legislação posterior. — Av. de 26 de Abril de 1836.

Todo o estrangeiro que viajar de uma para outra provincia, ou sahir para fora do Imperio, solicite o seu passaporte na secretaria de estado dos negocios estrangeiros, e os nacionaes que viajarem para fóra do Imperio solicitem tambem conforme a seguinte regra: os militares do exercito, na secretaria de estado dos negocios da guerra, e os da armada na da marinha; os juizes e mais officiaes adherentes á repartição da justiça, assim como os ecclesiasticos, a esta respectiva secretaria; os officiaes de fazenda, á secretaria do tribunal do thesouro publico; e todos os mais que não pertencerem por seus empregos a qualquer das repartições apontadas, á secretaria de estado dos negocios do Imperio, precedendo sempre habilitação da policia, ou conhecimento individual do proprio ministro de estado que houver de assignar o passaporte. — Decreto de 2 de Maio de 1836, regulando a disp. do Alv. de 2 de Dezembro de 1820.

Ficão em vigor as leis existentes sobre passaportes para paizes estrangeiros.

Art. 119. O passaporte deve ser passado pelo escrivão do districto onde morar quem o pedir, no qual declare o nome, naturalidade, idade, profissão, estatura e os seus signaes mais caracteristicos, e que não tem crime, nem obrigação de fiança em causa crime, e ainda a estes conceder-se-ha, uma vez que se não passem para lugar d'onde deixem de satisfazer a obrigação ou a pena¹³⁵.

Art. 120. O passaporte será assignado pelo juiz de paz. A parte pagará para o juiz 40 rs. e para o escrivão 200 rs.

CAPITULO II.

Dos termos de bem-viver, e de segurança.

Art. 121. O juiz de paz a quem constar que existe no respectivo districto algum individuo em circumstancias dos que se achão indicados nos §§ 2º e 3º do art. 12, o mandará vir á sua presença com as testemunhas que souberem do facto; se a parte requerer prazo para dar defesa, conceder-se-lhe-ha um improrogavel; e, provado, mandará o mesmo individuo que assigne termo de bem-viver, em o qual se fará menção, na presença do réo, das provas apresentadas pró e contra, do modo de bem-viver prescrito pelo juiz, da pena comminada, quando o não observe¹³⁶.

¹³⁵ Os juizes de paz, quando derem passaportes a pessoas libertas, devera exigir que apresentem suas cartas de alforria, e dellas fazer menção nos mesmos passaportes. — Av. circular de 10 de Junho de 1837.

Conceder passaportes para dentro do Imperio pertence aos juizes de paz pelas disposições dos arts. 119 e 120, e não e cumulativa nesta parte a jurisdicção dos juizes municipaes. — Av. de 12 de Maio de 1838.

¹³⁶ O processo que se instaure para obrigar a assignar termo de bem-viver, concluindo pela assignatura do termo e comminação da pena, é bem equiparado com o da formação da culpa. — Av. de 16 de Novembro de 1849.

Vide nota ao art. 293 sobre o recurso que cabe da decisão que obriga a assignar termo de bem-viver.

Art. 122. Quebrado o termo, o juiz de paz, por um processo conforme ao que fica disposto no artigo antecedente, imporá ao réo a pena comminada, que será tantas vezes repetida, quantas fôrem as reincidencias.

Art. 123. Todo o official de justiça poderá, ex-officio, ou qualquer cidadão, conduzir á presença do juiz de paz do districto a qualquer que fôr encontrado junto ao lugar onde se acaba de perpetrar um crime, tratando de esconder-se, fugir ou dando qualquer outro indicio desta natureza, ou com armas, instrumentos, papeis e effeitos, ou outras cousas que fação presumir complicitade em algum crime, ou que pareção furtadas.

Art. 124. Se o juiz perante quem fôr levado o suspeito entender que ha fundamento razoavel (depois de ouvi-lo e ao conductor) para acreditar-se que elle tenta um crime, ou é complice ou socio em algum, o sujeitará a termo de segurança até justificar-se.¹³⁷

Art. 125. O mesmo póde fazer o juiz toda a vez que alguma pessoa tenha justa razão de temer que outra tenta um crime contra ella ou seus bens.

Art. 126. O conductor ou as partes queixosas devem dar juramento, e provar com testemunhas (ou documentos quando lhes fôr possivel) sua informação escripta; o accusado póde contesta-la verbalmente, e provar tambem sua defesa antes que o juiz resolva, e por isso no segundo caso deve ser notificado para vir á presença do mesmo juiz.

Art. 127. O juiz, se a gravidade do caso exigir, porá a parte queixosa sobre a guarda de officiaes de justiça, ou outras pessoas aptas para guarda-la, emquanto o accusado não assigne termo.

¹³⁷ Vide nota ao art. 293 sobre o recurso que cabe da decisão que obriga a assignar termo de segurança.

Art. 128. Se o accusado destróe as presumpções ou provas do conductor ou queixoso, o juiz o mandará em paz; mas nem por isso fica o conductor ou queixoso sujeito a pena alguma, salvo havendo manifesto dolo.

Art. 129. Estes termos de segurança seguem todas as regras estabelecidas para as fianças dos réos que se pretenderem livrar soltos.

Art. 130. Estes termos serão escriptos pelo escrivão, assignados pelo juiz, testemunhas e partes; quando estas não queirão assignar, ou não souberem escrever, o fará por ellas uma testemunha.

CAPITULO III.

Da prisão sem culpa formada, e que póde ser executada sem ordem escripta.

Art. 131. Qualquer pessoa do povo póde, e os officiaes de justiça são obrigados a prender e levar á presença do juiz de paz do districto a qualquer que fôr encontrado commettendo algum delicto, ou emquanto foge perseguido pelo clamor publico. Os que assim fôrem presos entender-se-hão presos em flagrante delicto¹³⁸.

¹³⁸ Vide nota ao art. 114 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

As autoridades que podem prender por jurisdição propria devem fazê-lo á sua ordem: aquelles que, como commandantes da força, ou como officiaes de justiça, ou emfim qualquer do povo, nos casos em que é permittido, fizerem alguma prisão, a submetterão immediatamente ao conhecimento de qualquer autoridade competente do districto, que primeiro possa conhecer e deliberar sobre a sua regularidade e providencia, instaurando logo o processo respectivo, ou remettendo o preso com as provas colligidas á outra autoridade, de accôrdo com os principios e doutrina já exarados no Aviso de 31 de Janeiro de 1826, ou finalmente soltando-o, se não houver fundamento para a prisão, ou se fôr o caso de se poder livrar solto o réo.

A esta regra só haverá limitação para os casos em que a prisão seja effectuada em virtude de deprecata, ou por escolta ou força armada em perseguição de criminosos, sendo então a prisão feita por ordem da autoridade deprecante, ou da que mandou a escolta, ficando os presos á disposição dessas autoridades, na conformidade das leis. — Av. de 16 de Novembro de 1861.

É este um dos casos em que se póde decretar a prisão antes da culpa formada. — Av. de 2 de Janeiro de 1865. — Vid. art. 175 deste Codigo, e art. 114 do Regul. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Art. 132. Logo que um criminoso preso em flagrante fôr á presença do juiz, será interrogado sobre as arguições que lhe fazem o conductor e as testemunhas que o acompanharem; do que se lavrará termo por todos assignado.

Art. 133. Resultando do interrogatorio suspeita contra o conduzido, o juiz o mandará pôr em custodia, em qualquer lugar seguro, que para isso designar; excepto o caso de se poder livrar solto, ou admittir fiança, e elle a dêr; e procederá na formação da culpa observando o que está disposto a este respeito no capitulo seguinte¹³⁹.

Vid. o mesmo Aviso em nota ao art. 340 deste Cod.

Na decisão do *habeas-corpus* pedido ao Sup. Trib. de Justiça pelos cidadãos brasileiros Luiz José dos Reis Falcão e Joaquim Paulo Leal Ferreira Nabuco de Araujo, por Accórdão de 11 de Fevereiro de 1871, declarou esse tribunal que a *voz de prisão* não equivale á *prisão em flagrante*.

¹³⁹ Lei n. 3033 de 20 de Setembro de 1871:

Art. 12. Para execução do disposto nos arts. 132 e 133 do Código do Processo Criminal, observar-se-ha o seguinte:

§ 1º Não havendo autoridade no lugar em que se effectuar a prisão, o conductor apresentará o réo áquella autoridade que ficar mais proxima.

§ 2º São competentes os chefes de policia, juizes de direito e seus substitutos, juizes municipaes e seus substitutos, juizes de paz, delegados e subdelegados de policia. Na falta ou impedimento do escrivão servirá para lavrar o competente auto qualquer pessoa que alli mesmo fôr designada e juramentada.

§ 3º Quando a prisão fôr por delicto, de que trata o art. 12, § 7º do Código do Processo Criminal, o inspector de quartirão ou mesmo o official de justiça, ou commandante da força, que effectuar a prisão, formará o auto prescripto no art. 132 acima citado, e porá o réo em liberdade, salva a disposição do art. 37 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 300 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, intimando o mesmo réo para que se apresente, no prazo marcado, á autoridade judicial, a quem o dito auto for remettido, sob pena de ser processado á revelia

Art 13. O mandado de prisão será passado em duplicata. O executor entregará ao preso, logo depois de effectuada a prisão, um dos exemplares do mandado, com declaração do dia, hora e lugar em que effectuou a prisão, e exigirá que declare no outro havê-lo recebido: recusando-se o preso, lavrar-se-ha auto assignado por duas testemunhas. Nesse mesmo exemplar do mandado o carcereiro passará recibo da entrega do preso, com declaração do dia e hora.

§ 1º Nenhum carcereiro receberá preso algum sem ordem por escripto da autoridade, salvo nos casos de flagrante delicto, em que por circumstancias extraordinarias se dê impossibilidade de ser o mesmo preso apresentado á autoridade competente nos termos dos paragraphos acima.

§ 2º A excepção de flagrante delicto, a prisão antes da culpa formada só pode ter lugar nos crimes inafiançaveis, por mandado escripto do juiz competente para a formação da culpa ou á sua requisição; neste caso procederá ao mandado ou á requisição declaração de duas testemunhas, que jurem de sciencia propria, ou prova documental de que resultem vehementes indicios contra o culpado ou declaração deste confessando o crime.

§ 3º A falta, porém, do mandado da autoridade formadora da culpa, na occasião, não inhibirá a autoridade policial ou o juiz de paz de ordenar a prisão do culpado de crime

CAPITULO IV.

Da formação da culpa¹⁴⁰.

Art. 134. Formar-se-ha auto de corpo de delicto quando este deixa vestígios que podem ser ocularmente examinados; não existindo, porém, vestígios, formar-se-ha o dito auto por duas testemunhas, que deponhão da existencia do facto e suas circumstancias¹⁴¹.

Art 135. Este exame será feito por peritos¹⁴² que tenham conhecimento do objecto, e na sua falta por pessoas de bom senso,

inafiançavel, quando encontrado, se para isso houverem de qualquer modo recebido requisição da autoridade competente, ou se fôr notoria a expedição de ordem regular para a captura; devendo, porém, immediatamente ser levado o preso á presença da competente autoridade judiciaria para d'elle dispôr. E assim tambem fica salva a disposição do art. 181, membro 2º do Codigo Criminal.

§ 4º Não terá lugar a prisão preventiva do culpado se houver decorrido um anno depois da data do crime. Vide o Av. de 14 de Novembro de 1865 em nota ao art. 205.

¹⁴⁰ Para os factos de formação da culpa não se precisa esperar pelos dias designados para as audiencias. — Av. de 14 de Abril de 1836.

Podem ser tratados durante as férias, e não se suspendem pela superveniencia dellas os processos de formação de culpa, assim como os das fianças. — Dec. de 30 de Novembro de 1853.

¹⁴¹ No processo actual não é essencial o auto de corpo de delicto, podendo sem elle intentar-se a queixa ou denuncia, e formar-se a culpa, como se deduz dos arts. 78, 79, 140, 205 e 206. — Av. de 9 de Abril de 1836.

No Accórdão de 6 de Julho de 1861, recorrente Manoel Silvestre da Fonseca Ribeiro e recorrida a justiça, disse o Supremo Tribunal: ... "Nullidade manifesta, porque, havendo sido accusado o recorrente por tres ordens de factos praticados em tempos diversos, e sendo esses factos de acção permanente e que deixão vestígios, como sejam tiros dados e empregados em paredes, incendio, destruições e mortes, não se ajuntou para servir de base ao procedimento, nos termos do art. 134 do Cod. do Proc., 47 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 256 do respectivo Regulamento, o necessario corpo de delicto, não se havendo demonstrado que, ao tempo da formação da culpa, não existião esses vestígios, para ter lugar a disposição excepcional da ultima parte do mesmo artigo e do 257 do citado Regulamento. E se bem á fl. se juntasse o corpo de delicto, a que se procedeu no cadaver de F., esta junção, já depois da pronuncia e de sua sustentação á fl., não póde sanar a nullidade anterior do processo."

Nos crimes que não deixão vestígios, ou de que se tiver noticia, quando os vestígios já não existão, e não se possão verificar ocularmente por um ou mais peritos, poder-se-ha formar o processo independente de inquirição especial para corpo de delicto, sendo no summario inquiridas as testemunhas, não só a respeito da existencia do delicto e suas circumstancias, como tambem acerca do delinquente. — Art. 47 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Vide nota ao art 292 sobre o recurso que ha da decisão que julga improcedente o corpo de delicto.

¹⁴² No caso que seja mister o exame por cirurgiões, chamar-se-hão os que mais promptos se acharem, procurando-se com preferencia os que tiverem vencimentos da fazenda nacional. — Av. de 2 de Novembro de 1833.

nomeadas pelo juiz de paz, e por elle juramentadas, para examinarem e descreverem com verdade quanto observarem, e avaliarem o damno resultante do delicto, salvo qualquer juízo definitivo a este respeito.

Art. 136. O juiz mandará colligir tudo quanto encontrar no lugar do delicto e sua vizinhança, que possa servir de prova¹⁴³.

Art. 137. O auto de corpo de delicto será escripto pelo escrivão, rubricado pelo juiz, e assignado por este, peritos e testemunhas.

Art. 138. O juiz procederá a auto de corpo de delicto a requerimento de parte, ou ex-officio nos crimes em que tem lugar a denuncia.

Art. 139. Os autos de corpo de delicto feitos a requerimento da parte, nos crimes em que não tem lugar a denuncia, serão entregues á parte, se o pedir, sem que delles fique traslado.

Art. 140. Apresentada a queixa ou denuncia com o auto de corpo delicto, ou sem elle, não sendo necessario, o juiz a mandará autuar, e procederá á inquirição¹⁴⁴ de duas até cinco testemunhas que tiverem noticia da existencia do delicto e de quem seja o criminoso.

Art. 141. Nos casos de denuncia, ainda que não haja denunciante, o juiz procederá á inquirição de testemunhas na fórma do

Determinando este artigo que os juizes de paz nomeem peritos para a formação dos corpos de delicto, não se póde considerar esta faculdade desligada da do emprego de meios necesarios para fazer effectivas taes nomeações, e por isso podem constringer as pessoas que nomearem com a comminação e effectiva imposição da pena de desobediencia, procedendo no caso delia peia fórma dos arts. 303 e 304 deste Código. — Av. de 23 de Junho de 1835.

Qualquer juiz pode exigir da caixa da amortização o exame de notas e cédulas falsificadas; cumprindo ao inspector da mesma caixa permittir o exame independente de ordem superior. — Ord. de 22 de Janeiro de 1836.

¹⁴³ Vide a attribuição 3ª dos juizes de direito das comarcas em a nota ao art. 46.

¹⁴⁴ Vide nota 115.

Vide arts. 48 e 51 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

As testemunhas para o summario da formação da culpa devem indispensavelmente ser inquiridas no lugar em que estiver o juiz, e por elle proprio, e as do plenario poderão depôr por carta de inquirição perante os juizes dos termos em que residirem, como se pratica nos processos civis. — Av. de 21 de Janeiro de 1853.

artigo antecedente, fazendo autuar o auto do corpo de delicto, se o houver¹⁴⁵.

Art. 142. Estando o delinquente preso ou afiançado, ou residindo no districto, de maneira que possa ser conduzido á presença do juiz, assistirá á inquirição das testemunhas, em cujo acto poderá ser interrogado pelo juiz, e contestar as testemunhas sem as interromper¹⁴⁶.

Art. 143. Da inquirição das testemunhas, interrogatorio e informações se lavrará termo, que será escripto pelo escrivão assignado pelo juiz¹⁴⁷, testemunhas, parte, e informantes, guardada a disposição do art. 89.

Art. 144. Se pela inquirição das testemunhas, interrogatorio ao indiciado delinquente, ou informações, a que tiver procedido, o juiz se convencer da existencia do delicto e de quem seja o delinquente, declarará por seu despacho nos autos que julga procedente a queixa ou denuncia, e obrigado o delinquente á prisão, nos casos em que esta tem lugar, e sempre a livramento¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Vide as disposições do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871, em nota ao art. 263 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

¹⁴⁶ Da combinação dos arts. 142 e 147 do Código do Processo Criminal se infere que, embora esteja preso um dos indiciados em um crime, pode a autoridade proceder em segredo de justiça, se os outros se achão occultos ou foragidos. — Av. de 3 de Julho de 1863.

Perguntado o governo imperial si, á vista da disposição deste artigo, a falta de comparecimento do indiciado á formação da culpa, para assistir á inquirição de testemunhas, importava nullidade do processo, respondeu em Aviso de 9 de Julho de 1867, que tal duvida estava respondida pela propria letra do artigo.

No Accórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 20 de Março de 1861, recorrente Manoel Dias Ribeiro de Almeida e recorrido Joaquim Antonio de Souza Maia, lê-se o seguinte: "Tambem não consta que fôsse citado para assistir aos depoimentos das testemunhas, como determina o art. 142, fórmula que não podia ser preterida, achando-se presente o recorrente, e importando ella defesa do mesmo."

Não induz nullidade a falta de interrogatorio do réo, diz a Relação da Côrte no Accordão de 19 de Junho de 1866, proferido no feito crime n. 5340.

¹⁴⁷ Vide nota 116.

¹⁴⁸ Devem nos despachos de pronuncia especificar a natureza dos delictos por que pronunção. — Dec. de 13 de Outubro de 1834.

Nos casos em que não compete aos juizes de paz o julgamento final, deverão formar culpa, e pronunciar, ou não, segundo a prova que houver, e proceder ultimamente na fôrma dos arts. 144 e seguintes, e do art. 323. — Av. circular de 16 de Março de 1836.

Art. 145. Quando o juiz não obtenha pleno conhecimento do delicto, ou indícios vehementes de quem seja o delinquente (não se tratando de crimes políticos), declarará por seu despacho nos autos que não julga procedente a queixa ou denuncia.

Art. 146. Procedendo a queixa ou denuncia, o nome do delinquente será lançado no livro para isso destinado, o qual será gratuitamente rubricado pelo juiz de direito, e se passarão as ordens necessarias para a prisão¹⁴⁹.

Art. 147. A formação da culpa terá lugar enquanto não prescrever¹⁵⁰ o delicto, e proceder-se-ha em segredo somente quando a ella não assista o delinquente e seus socios¹⁵¹.

Vide nota ao art. 285 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

A apreciação da defesa e justificação dos crimes é da exclusiva competencia do jury — como juiz do facto —, não podendo a jurisdição dos juizes formadores da culpa e dos juizes e tribunaes de recurso ir além do objecto que o art. 144 do Código do Processo determinou, isto é, a existencia do crime e quem seja o delinquente —; sendo que ao contrario, sem discussão plenaria e regular, não preenchidos os termos que a Lei estabeleceu para o amplo conhecimento da verdade, muitos crimes ficarião impunes e abafados pelo patronato, e serião, com prejuizo da instituição do jury, retirados de sua competencia e jurisdição. — Av. de 16 de Fevereiro de 1854.

A doutrina deste Aviso não se estende á hypothese dos arts. 118 do Código Criminal e 182 do Código do Processo.

Se o juiz formador da culpa verifica que o réo resistio com armas, de modo a pôr em risco a existencia do executor, e este o fêre ou mata, é dever seu — *não julgar procedente o summario* — na fórma do que se acha litteralmente disposto no art 145 do Código do Processo.

Dessa decisão ha recurso para o juiz de direito, que é o competente para julgar os crimes de resistencia armada e os de responsabilidade; e assim, nesta hypothese, nem ao menos podia invocar-se o prejuizo da instituição do jury, retirando-se-lhe crimes de sua competencia e jurisdição —, prejuizo em que se funda o Aviso de 16 de Fevereiro de 1854. — Av. de 8 de Maio de 1862.

Vide Av. de 27 de Julho de 1868 em nota ao art. 1º do Decreto n. 532 de 2 de Julho de 1850, e ao art. 182 deste Código.

Os casos de que trata o art. 10 do Código Criminal são do conhecimento e decisão do juiz formador da culpa, com appellação *ex-officio* para a Relação quando a decisão fôr definitiva.

Os crimes do art. 14 do mesmo Código são só da competencia do jury. — Art. 20 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

¹⁴⁹ Nas sentenças de pronuncia e nos mandados de prisão se declarará o valor da fiança a que fica o réo sujeito. — § 5º do art. 14 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

¹⁵⁰ Vide Cap. 8º do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

¹⁵¹ Vide nota ao art. 142.

Art. 148. A qualquer que fôr preso sem culpa formada, dentro em 24 horas contadas da entrada na prisão, sendo em cidades, villas ou outras povoações proximas aos lugares da residencia do juiz e em lugares remotos dentro de um prazo razoavel, proporcionado á distancia daquelle onde foi commettido o delicto, contando-se um dia por cada tres leguas, o juiz, por uma nota por elle assignada, fará constar ao réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testemunhas, havendo-as¹⁵².

Entender-se-hão por lugares proximos á residencia do juiz todos os que se comprehenderem dentro do espaço de duas leguas.

A formação da culpa não excederá o termo de oito dias, depois da entrada na prisão, excepto quando a affluencia de negocios publicos, ou outra difficuldade insuperavel obstar, fazendo-se comtudo o mais breve que fôr possível¹⁵³.

Art. 149. O juiz de paz, ainda que pelas primeiras informações não obtenha o conhecimento de quem é o delinquente, não deixará de

A prescripção póde ser allegada pelo promotor publico e julgada ex-officio. — Av. de 21 de Junho de 1865.

¹⁵² Vide art. 182 do Codigo Criminal.

¹⁵³ Os juizes e mais autoridades que fórmão culpa, sempre que tenham de concluir o processo fóra do termo prescripto no art. 148 do Cod. do Proc. Crim., declararão no despacho de pronuncia ou não pronuncia os motivos justificativos da demora. — Dec. n. 2423 de 25 de Maio de 1859, art. 1º.

O juiz superior, quando por qualquer modo haja de tomar conhecimento dos autos, apreciará os motivos allegados, e se os achar improcedentes promoverá pelos meios legitimos a responsabilidade do formador da culpa. — Dec. n. 2423 de 25 de Maio de 1859, art. 2º.

A formação da culpa aos réos presos deverá ser concluida sem a menor protelação, não excedendo o prazo de oito dias depois da entrada daquelles na prisão, excepto quando haja affluencia de serviço publico ou difficuldade insuperavel, como determina este artigo, não devendo tolerar-se que, a pretexto da affluencia de negocios publicos ou difficuldades insuperaveis, — seja illudido este salutar preceito da Lei, e convertido em regra o que é excepção. Os presidentes das provincias devem fazer responsabilisar as autoridades que não cumprirem o que lhes fica recommendado, e para facil inspecção devem ellas remetter aos presidentes, no principio de cada mez, um mappa de todas as prisões que tiverem decretado no mez anterior, com declaração do dia em que se effectuou cada uma dellas, do motivo por que foi decretada, e do estado dos respectivos processos; assim como das fianças concedidas ou negadas. — Circ. de 2 de Janeiro de 1865.

proceder contra elle em qualquer tempo que seja descoberto, emquanto não prescrever o delicto¹⁵⁴.

CAPITULO V.

Da denuncia dos crimes de responsabilidade dos empregados publicos, e fórma do processo respectivo¹⁵⁵.

Art. 150. Todo o cidadão póde denunciar ou queixar-se perante a autoridade competente de qualquer empregado publico, pelos crimes de responsabilidade, no prazo de tres annos, para que efficio se proceda ou se mande proceder contra os mesmos na fórma da lei.

Art. 151. A queixa ou denuncia póde ser apresentada a qualquer das camaras legislativas, ou ao governo, ou aos presidentes das provincias, ou ás autoridades judicias, a quem competir o conhecimento do facto¹⁵⁶.

Art. 152. A queixa ou denuncia só se admittirá por escripto, e deve conter: 1º, a assignatura do queixoso ou denunciante, reconhecida¹⁵⁷ por tabellião ou escrivão do juizo, ou por duas

¹⁵⁴ É admissivel primeira e segunda queixa contra determinada pessoa, por crimes particulares, por ser essa a intelligencia que deve ter este artigo, combinando-se com as outras disposições dos arts. 144, 145 e 329 do Codigo. — Av. de 9 de Fevereiro de 1838.

Emquanto não é descoberto o delinquente, se póde e deve proceder a novo summario, embora não tenha sido pronunciado o que foi indigitado criminoso, porque nem a letra da Lei, nem o seu espirito soffem tal restricção. — Av. de 28 de Fevereiro de 1839.

Vide nota 145.

¹⁵⁵ A suspensão dos officiaes de justiça para se instaurar processo de responsabilidade não pode ser decretada senão pelo governo imperial e presidentes de provincias; não assim a suspensão correccional, a qual é regulada pelo Decreto n. 1572 de 7 de Março de 1855. — Av. de 13 de Março de 1855.

O crime do carcereiro, que deixa fugir preso por negligencia ou connivencia, e de responsabilidade, e como tal deve ser processado. — Av. de 19 de Junho de 1857.

¹⁵⁶ Pelo art. 11 § 7º da Lei de 12 de Agosto de 1834, parece que tambem póde ser levada á presenca das assembléas provinciaes.

¹⁵⁷ Não ha necessidade da comparencia pessoal do queixoso ou denunciante, á vista da disposição deste artigo, que só exige assignatura reconhecida, etc. — Av. de 2 de Janeiro de 1834.

Não sendo reconhecida por qualquer dos modos marcados neste artigo é nullo o processo. — Accórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 14 de Setembro de 1849, recorrente José Fernandes da Silva e recorridos José Soares Ferreira e outros.

testemunhas; 2º, os documentos ou justificação que fação acreditar a existencia do delicto, ou uma declaração concludente da impossibilidade de apresentar alguma destas provas¹⁵⁸.

Art. 153. Qualquer das camaras legislativas, ou o governo, ou os presidentes de provincia, a quem uma queixa ou denuncia fôr apresentada, depois dos esclarecimentos que entender necessarios, se a julgar concludente, a enviarão ás camaras legislativas ou ao governo, e este e os presidentes das provincias á autoridade judiciaria a quem competir, para procederem na fórma da lei. O governo e presidentes, além disso, darão as providencias que couberem nas suas attribuições.

Art. 154. A acção para verificar a responsabilidade dos empregados publicos deverá ser intentada ex-officio pela autoridade judiciaria, ou por ordem superior¹⁵⁹, dentro em oito annos depois do crime commettido. Será, porém, dentro do anno e dia: 1º, sendo intentada pelo proprio queixoso; 2º, quando qualquer do povo o fizer por infracção da Constituição, usurpação do exercicio de algum dos poderes politicos, contra a segurança interna ou externa do Estado, e por suborno, peita,

¹⁵⁸ No Accórdão de 22 de Junho de 1867, revista n. 1913 declarou o mesmo tribunal que uma denuncia *não póde ser aceita* desacompanhada de documentos ou justificação, que fizessem acreditar a existencia do delicto ou uma declaração concludente da impossibilidade de apresentar alguma destas provas, como é expresso no art. 152 do Codigo do Processo; sendo não menos claro o art. 397 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, que prohiu que se admitta queixa ou denuncia sem essas formalidades *essenciaes* do processo, cuja fórma o torna *de nenhum effeito*.

Sendo o processo dos crimes de responsabilidade especial, e tanto que o Codigo do Processo, quando trata da queixa ou denuncia em taes processos, não especificar entre as formalidades exigidas a de que faz menção no § 5º do art. 79, embora o art. 399 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842 falle em declaração dos nomes das testemunhas, que não podem ser, senão as que o accusador tenha porventura voluntariamente designado em sua petição, ou as de que trata o art. 152, § 2º, quando o delicto, em vez de prova documental, é comprovado com uma justificação de que o accusado não tenha tido noticia por não haver sido citado, etc.; é claro que, nos processos de que se trata, o inquerito de testemunhas não é obrigatorio. — Av. de 28 de Fevereiro de 1863.

¹⁵⁹ Se bem que em termos vagos seja recebida uma portaria do presidente ao juiz de direito mandando responsabilisar um juiz municipal por excesso de poder, cumpre ao juiz de direito syndicas dos factos que constituem o excesso. — Av. n. 302 de 27 de Setembro de 1867.

peculato ou concussão. O estrangeiro tambem o póde fazer, mas em causa propria sómente¹⁶⁰.

Art. 155. A formação da culpa dos empregados publicos compete:

§ 1º Ao supremo tribunal de justiça, nos crimes de responsabilidade dos seus membros e dos das Relações, dos empregados do corpo diplomatico, e dos presidentes de provincia¹⁶¹.

§ 2º As Relações, ou (nas províncias em que ellas não estiverem collocadas) a autoridade judicial que residir no lugar, nos crimes de responsabilidade dos commandantes militares e dos juizes de direito¹⁶².

¹⁶⁰ Prescrevendo a acção criminal contra os empregados publicos, dentro de anno e dia, é evidente que uma denuncia dada posteriormente como acção criminal não póde ser aceita; mas prescrevendo o procedimento official em oito annos, e sendo os juizes obrigados a tê-lo sempre que lhe sejam presentes papeis em que se encontre o crime de responsabilidade, é tambem claro que o juiz, rejeitando a interferencia do accusador particular, póde e deve proceder *ex-officio*. — Av. de 10 de Maio de 1849.

¹⁶¹ Ás assembléas provinciaes compete decidir, quando tiver sido pronunciado o presidente da provincia, ou quem suas vezes fizer, se o processo deve continuar, e ser elle suspenso ou não das suas funcções, nos casos em que pelas leis houver lugar a suspensão. — Lei de 12 de Agosto de 1834, art. 11, § 6º.

Compete aos juizes de direito formar culpa aos empregados publicos, não privilegiados, nos crimes de responsabilidade.

Esta jurisdicção será cumulativamente exercida pelas autoridades judiciarias a respeito dos officiaes que perante as mesmas servirem. — Art. 25, § 1º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

O subdito brasileiro, que exerce funcções consulares, é inteiramente sujeito a jurisdicção do Imperio. — Av. n. 126 de 26 de Março de 1867.

¹⁶² Compete ao juiz municipal verificar os factos que fizerem objecto de queixa contra os juizes de direito das comarcas em que não houver Relação; inquirir, sobre os mesmos factos, testemunhas e facilitar ás partes a extracção dos documentos que ellas exigirem, para bem a instruirem, salva a disposição do art. 161 do Codigo do Processo Criminal. — Art. 17, § 4º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Ao juiz municipal, quando no exercicio do cargo de juiz de direito commetter crime de responsabilidade, é applicavel este paragrapho. Assim decidio o Supremo Tribunal de Justiça, por Accórdão de 17 de Setembro de 1841, sendo recorrente o juiz municipal Francisco Caetano Ribeiro Coelbo, e recorrida a justiça. — Foi revisora a Relação do Rio de Janeiro, que decidio, de accórdo com o Supremo Tribunal, em 25 de Janeiro de 1842.

§ 3º Aos conselhos de investigação, nos crimes de responsabilidade dos empregados militares¹⁶³.

§ 4º Às justiças ecclesiasticas, nos crimes de responsabilidade dos empregados ecclesiasticos, para imposição sómente das penas espirituaes decretadas pelos canones recebidos.

Art. 156. Toda a autoridade judiciaria é a competente para formar culpa¹⁶⁴ aos officiaes que perante as mesmas servirem¹⁶⁵.

Art. 157. O Supremo Tribunal de Justiça, as Relações e mais autoridades judiciais, quando lhes fôrem presentes alguns autos ou papeis, se nelles se encontrar crime de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia; e, não sendo, remetterão cópia authentica dos papeis ou da parte dos autos, que contiver o crime, á autoridade judiciaria competente para a formação da culpa. Esta cópia será extrahida por qualquer escrivão do juizo (ou pelo secretario do tribunal) e concertada por outro escrivão ou tabellião qualquer¹⁶⁶.

¹⁶³ Vide Av. n. 299 de 9 de Outubro de 1855.

¹⁶⁴ Mas não para julgar. — Accordão de 19 de agosto de 1863, do Supremo Tribunal de Justiça. Recorrente o inspector de quartirão Francisco Amancio de Santa Rita e recorrida a justiça.

¹⁶⁵ É comprehendido na disposição deste artigo o juiz de orphãos. — Av. de 26 de Agosto de 1834. — O Aviso de 24 de Novembro de 1834 diz o mesmo, e accrescenta que no caso de ordenarem a prisão, se não tiverem officiaes proprios para a executar, deverão requisita-los aos respectivos juizes de paz ou municipal.

¹⁶⁶ Decretada a responsabilidade a empregados de justiça pelo juiz de direito em correição, teria uma verdadeira redundancia, e augmentar-se-hia consideravel e inutilmente o trabalho do promotor publico, fazer principiari por denuncia especial um processo já mandado instaurar sobre materia e base pelo juiz de direito, estabelecidas e qualificadas, e em que, segundo o preceito da lei, tem elle de proceder por seu mesmo officio, independente de queixa ou denuncia. Deve-se portanto observar litteralmente a disposição dos arts. 157 do Código do Processo Criminal, e 396 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842; e dos arts. 23 e 26, § 3º e 55 do Reg. de 2 de Outubro de 1851, mandando o juiz autuar os documentos necessarios, e seguindo nos mais termos da formação da culpa. — Av. de 20 de Dezembro de 1852.

A disposição deste artigo se deve considerar applicavel a todos os crimes em que cabe a acção da justiça, não só por se darem a respeito de taes crimes as mesmas razões de ordem publica e interesse da sociedade, senão porque o mesmo principio está consagrado no art. 31, § 4º do Regulamento das correições. — Av. de 10 de Novembro de 1854.

Havendo um juiz de direito recusado instaurar processo de responsabilidade contra certo agente do correio, porque os documentos que provavão a criminalidade lhe haviam

Art. 158. No Supremo Tribunal de Justiça proceder-se-ha na fôrma da Lei de 18 de Setembro de 1828, e mais disposições posteriores.

Art. 159. Às Relações e mais juízos, a quem compete a formação da culpa, logo que fôr presente uma queixa ou denuncia concludente contra qualquer empregado publico da sua competencia, fará ouvir a este por escripto, depois do que, proceder-se-ha nos termos da pronuncia¹⁶⁷.

Art. 160. O denunciado, ou aquelle contra quem houve queixa, não será ouvido para a formação da culpa:

sido remettidos pelo director geral dos correios, foi expedido o Av. de 29 de Dezembro de 1855, no qual se declarou que o juiz de direito não procedêra regularmente:

1º Porque o art. 157 do Código do Processo Criminal, ao qual é remissivo o art. 396 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, determinando que as autoridades judicias procedão á formação da culpa, sendo competentes, ou remettão, a quem competir os autos e papeis que lhes são presentes, e em que encontrem crime de responsabilidade, não estabelece a maneira por que taes autos e papeis devão chegar ao poder das referidas autoridades, devendo estes por consequencia, logo que lhes sejam remettidos, proceder *ex-officio*; se com effeito delles constar o crime de responsabilidade.

2º Porque por nenhuma maneira mais regular e conveniente podião ser presentes ao juiz de direito as provas de um crime de responsabilidade, do que por intermedio do chefe da repartição, que tem por dever promover a responsabilidade aos seus subordinados; sendo que fôra absurdo e prejudicial á justiça publica que o juiz de direito, a quem compete *ex-officio* a punição dos crimes de responsabilidade, pudesse aliás rejeitar as provas de um semelhante crime apresentadas.

¹⁶⁷ Presume-se que renuncia ao beneficio da prévia audiencia o empregado publico, que, no prazo que lhe fôr assignado, não responder ás imputações que lhe fôrem feitas de crimes e omissões no exercicio de seus empregos. O prazo de que se trata não excederá de quinze dias, contados do recebimento da ordem para a resposta. — Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843.

Independentemente de ordem imperial, poderão os presidentes de provincia mandar proceder ás diligencias determinadas no § 4º do art. 17 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e ouvir depois aos juizes de direito, remettendo-lhes as provas e documentos que contra elles houver, para que as tenham em vista para as suas respostas. Em caso de urgencia poderá prescindir-se da verificação ordenada no § 4º do citado artigo da Lei. — Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843, art. 2º.

Quando antes da audiencia tiver lugar o disposto no dito paragrapho, o juiz municipal remetterá directamente ao juiz de direito os autos que houver formado, declarando-lhe que com a sua resposta os dirija ao presidente da provincia, quando este assim o tenha resolvido, ou a parte o tenha requerido, ainda sem prévia ordem superior. — Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843, art. 3º.

O juiz municipal, se a parte o requerer, mandar-lhe-ha entregar os autos que houver formado, em observancia do artigo antecedente, se para a formação delles não tiver precedido ordem superior. — Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843, art. 4º.

A relação a que fôrem remettidos os papeis concernentes a um juiz de direito suspenso, mandará proceder na fôrma do citado § 4º do art. 17 da Lei, quando as diligencias nelles prescriptas não tenham sido ainda executadas, ou as julgue defeituosas. — Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843, art. 5º.

§ 1º Quando estiver fóra do districto da culpa.

§ 2º Nos crimes em que não tem lugar a fiança.

§ 3º Quando não se souber o lugar de sua residencia.

É districto da culpa aquelle lugar em que foi commettido o delicto, ou onde residir o réo, ficando á escolha do queixoso¹⁶⁸.

Art. 161. Quando a Relação conhecer do crime de responsabilidade de sua competencia, o ministro a quem tocar por distribuição ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, procedendo a todas as diligencias necessarias, e o apresentará em mesa, onde se escolherão por sorte tres ministros, os quaes, depois de instruidos do mesmo processo, o pronunciarão ou não, segundo a prova, vencendo-se a decisão por dous votos conformes¹⁶⁹.

¹⁶⁸ Das disposições deste artigo e do 257 claramente se deduz que, para a formação da culpa e julgamento dos delictos, tão competente é o juiz do domicilio do indiciado, como o do lugar do delicto: e formada a culpa em qualquer dos juizos, nos casos em que o julgamento pertence ao jury, devem seguir-se os termos dos arts. 228 e seguintes; não ha portanto lugar a reclamação pela remessa dos autos para o fôro do domicilio do réo, quando a culpa lhe fôr formada no do delicto, porquanto, pela formação da culpa, achase preventa a jurisdição. — Av. de 9 de Março de 1836.

Se em um termo, ou em uma comarca, ou em uma provincia, tiver apparecido sedição ou rebelião, o delinquente será julgado, ou no termo, ou na comarca, ou na provincia mais vizinha. — Art. 93 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

¹⁶⁹ Nos delictos e erros de officio, de que pela Constituição deve conhecer o Supremo Tribunal de Justiça e nos delictos, cujo conhecimento pertence ás Relações, o ministro a quem o feito tocar por distribuição, ordenará o processo, fazendo autuar as peças instructivas, e procedendo a todas as diligencias necessarias, e depois apresenta-lo-ha em mesa para relata-lo, na fórmula que determinão os arts. 20 e 25 da Lei de 18 de Setembro de 1828, e arts. 161 e 162 do Codigo do Processo Criminal. — Reg. n. 719 de 20 de Outubro de 1850, art. 1º.

O presidente do respectivo tribunal designará essa mesma sessão para propôr-se o feito, e immediatamente escolher-se-hão por sorte tres ministros, os quaes depois de instruidos do processo passarão em acto successivo e em sessão do tribunal que tiver de conhecer do feito, a julgar se o denunciado, ou aquelle contra quem se houver dado a queixa, deve ou não ser pronunciado. — Reg. n. 719 de 20 de Outubro de 1850, art. 2º.

Todos os actos mencionados no artigo antecedente serão feitos em sessão publica do respectivo tribunal nos casos em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, estiver preso, ou quando o crime for affinçavel. — Reg. n. 719 de 20 de Outubro de 1850, art. 3º.

Nos casos em que o denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, não estiver preso, e o crime fôr inafiançavel, o relatorio do feito e o sorteio dos tres ministros para a pronuncia serão feitos em sessão publica do tribunal, procedendo-se depois a julgar

Art. 162. O sorteio dos juizes para a pronuncia determinada no artigo antecedente, será feita publicamente e terá lugar depois que o indiciado tiver sido ouvido, ou se tiver findo o termo que lhe fôra assignado, expedindo o juiz do feito a ordem necessaria para esta audiencia.

Art. 163. Se antes da pronuncia algum dos juizes sorteados vier a ser impedido, a sua substituição será feita immediatamente pelo sorteio.

Art. 164. A substituição do juiz do feito impedido far-se-ha por distribuição, a qual não alterará a ordem ácerca de novos feitos; e cessando o impedimento do juiz substituido, cessarão tambem as funcções do substituto, que passará logo o feito aquelle a quem substituíra.

Art. 165. Os effeitos da pronuncia são¹⁷⁰:

§ 1º Ficar sujeito o pronunciado a accusação criminal.

§ 2º Ficar suspenso do exercicio de todas as funcções publicas¹⁷¹.

sobre a pronuncia em sessão secreta na presença dos ministros do tribunal e do secretario. — Reg. n. 719 de 20 de Outubro de 1850, art. 4º.

Os ministros que tiverem de julgar sobre a pronuncia na fórmula prescripta nos artigos antecedentes, poderão antes disto conferenciar particularmente sobre o feito, comtanto que na mesma sessão se julgue sobre a pronuncia, como determina o art. 2º. — Reg. n. 719 de 20 de Outubro de 1850, art. 5º.

¹⁷⁰ A pronuncia não suspende senão o exercicio das funcções publicas e o direito de ser votado para eleitor, membro da assembléa geral e provincial, e cargos para os quaes se exige qualidade para ser eleitor, ficando todavia salva a disposição do art. 2º da Lei de 19 de Agosto de 1846. — Art. 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

Não fôrão por este artigo alteradas as disposições do art. 24, § 13, e art. 34 da Lei de 20 de Outubro de 1833. — Av. de 24 de Maio de 1834.

Ao empregado pronunciado, ou a qualquer outro individuo julgado com culpa, não se deferem requerimentos de mercê. — Off. de 2 de Novembro de 1835.

¹⁷¹ Ás assembléas provinciaes compete decretar a suspensão, e ainda mesmo a demissão do magistrado contra quem houver queixa de responsabilidade, sendo elle ouvido, e dando-se-lhe lugar á defesa. — Lei de 12 de Agosto de 1834, art. 11, § 7º.

Só por crime de responsabilidade tem lugar a suspensão de qualquer empregado publico, e não por crime particular. — Av. de 30 de Setembro de 1834.

Vide nota ao art. 293 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Continua inhibido das funcções do emprego, sendo absolvido, se da absolvição se interpôz appellação, ou sendo condemnado, ainda que appelle da condemnação. — Av. de 30 de Setembro de 1861.

O Decreto n. 1835 de 5 de Novembro de 1856 em nada alterou as disposições dos arts. 165 § 2º doCodigo do Processo e 94 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, sustentada pelos Avisos de 8 de Agosto de 1846 e 3 de Novembro de 1854. — Avs. de 12 de Maio de 1862, de 3 de Março de 1865, e de 20 de Fevereiro do mesmo anno.

Vide Aviso de 4 de Fevereiro de 1864, nota ao art. 72 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Devendo as sentenças desde que passam em julgado, produzir por sua propria força todos os seus effeitos não ha necessidade de acto da autoridade administrativa para cessar depois da sentença a suspensão administrativa. — Av. de 6 de Outubro de 1864.

A suspensão administrativa subsiste, enquanto não houver sentença passada em julgado. — Av. de 23 de Junho de 1865, e outros neste referidos.

O juiz de paz suspenso por sentença que o condemnára como subdelegado de policia, não póde exercer as funcções de juiz de paz, porque a suspensão do empregado publico não se limita ao exercicio das funcções do cargo, por cujo abuso foi pronunciado, ou em virtude de pronuncia condemnado, e sim estende-se a todas e quaesquer funcções publicas que o empregado exerça ou tenha o direito de exercer. — Av. de 2 de Agosto de 1867. Vide os fundamentos deste Aviso.

O Av. n. 431 de 30 de Setembro de 1861 declara que João José da Silva Reis e Jeremias Rodrigues Barboza não podião exercer, o 1º, as funcções de juiz de paz, e o 2º as de vereador, por ter sido aquelle condemnado e ter appellado, e este sido absolvido pelo jury, havendo tambem appellação.

O Av. de 18 de Abril de 1864 declara que a sentença condemnatoria, não obstante a appellação interposta, suspende, como a simples pronuncia, o exercicio das funcções publicas.

O de 23 de Setembro de 1863, de accôrdo com a boa doutrina, declara que o empregado da alfandega, pronunciado em crime commum, ainda afiançavel, não póde exercer suas funcções.

E o de n. 147 de 17 de Abril de 1867 decidio que este paragrapho não comprehende a suspensão do exercicio de advocacia, que, sendo um *munus* publico, não é propriamente um emprego.

Diz o Aviso de 24 de Abril de 1868, publicado no *Diario Official* de 26: "Com seu officio de 21 do mez findo V. S. me transmite cópia do que dirigio em 27 de Dezembro ultimo ao presidente da camara municipal de Morretes, declarando que o cidadão suspenso do cargo de subdelegado de policia não fica inhibido de exercer as funcções de vereador, visto ser este cargo de eleição popular. Posteriormente V. S., attendendo ao disposto no Aviso n. 108 de 3 de Março de 1860 determinou que o cidadão, de quem se tratava, deixasse de exercer a referidas funcções.

O governo imperial approva a ultima deliberação, por ser contraria ao citado Aviso, e ao de n. 188 de 24 de Abril de 1861 a decisão primeira."

Queixando-se ao governo imperial um individuo de que depois de exonerado dos officios de tabellião e escrivão, respondêra a um processo de responsabilidade; e que, tendo sido condemnado a 4 1/2 mezes de suspensão do emprego, foi suspenso do lugar de official de secretaria, para que o nomeára o governo, em seguida áquella exoneração, por entender o juiz de direito que ao novo emprego affectavão tambem os effeitos da pronuncia.

E o governo imperial, attenta a disposição do Aviso de 27 de Setembro de 1860, declarou que não devêra ter sido o supplicante suspenso do lugar de official da secretaria; porque a demissão extingue a pena de suspensão, a qual não comprehende empregos futuros. A doutrina contraria importa a confusão de duas penas, aliás muito distinctas, da suspensão simples e da perda do emprego com inhabilidade para outro; e inverte a gradação da penalidade do art. 129 doCodigo Criminal, tornando o minimo da pena mais grave do que o maximo. — Av. de 30 de Julho de 1868.

§ 3º Ser preso, ou conservado na prisão, enquanto não prestar fiança nos casos em que a Lei a admitte.

§ 4º Suspender-se-lhe metade do ordenado ou soldo que tiver em razão do emprego, e que perderá todo, não sendo afinal absolvido.¹⁷²

O Aviso de 27 de Setembro de 1860, acima citado, expressa-se assim: “Sua Magestade o Imperador, attendendo ao que lhe representou o Dr. Antonio Rodrigues da Cunha, manda declarar a Vm. que, tendo sido o supplicante demittido do cargo de 1º delegado de policia, acha-se por isso extincta a pena de cinco mezes de suspensão do referido cargo, que lhe foi imposta por sentença desse juizo.”

O Av. n. 389 de 25 de Agosto de 1869 diz que deve ser mantida a doutrina do de 30 de Julho de 1868.

O Av. n. 535 de 17 de Outubro de 1869 declarou que é válida a eleição presidida por juiz de paz pronunciado em crime commum e inafiançavel, não tendo sido intimado da pronuncia; e que a cidadãos pronunciados eleitos vereadores se deve, não obstante a pronuncia, expedir diploma.

¹⁷² A disposição e favor deste artigo só aproveita aos pronunciados por delictos de responsabilidade, e não póde applicar-se aos que, pronunciados por outros delictos, faltão ao exercicio de seus empregos sem justificado motivo em tal caso, e perdem por isso o direito do vencimento na fórma do art. 103 da Lei de 4 de Outubro de 1831. — Ord. de 27 de Julho de 1835.

O favor do art. 165, § 4º doCodigo do Processo Criminal é applicavel sómente aos funcionarios publicos que têm ordenados fixos, e não aos que percebem porcentagens ou gratificações. — Ord. de 15 de Setembro de 1852.

A disposição do art. 165, § 4º doCodigo do Processo Criminal, sobre o ordenado dos empregados pronunciados, não comprehende a suspensão por acto do governo, porém sómente aquella que e effeito da pronuncia. — Av. de 28 de Fevereiro de 1854.

O Av. de 4 de Novembro de 1868, publicado no *Diario Official* de 6, decide que, sendo a suspensão por virtude do art. 48 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842 uma medida por conveniencia do serviço; em quanto senão se resolve a respeito da demissão do funcionario, não póde ter applicação a esse caso o art. 165, § 4º doCodigo do Processo, e portanto nenhum direito assiste ao ordenado pelo tempo da suspensão.

A annullação do processo não resolve a suspensão decretada pelo governo, a qual não obstante subsiste, salvo quando pela dita annullação se ha por terminado o negocio e se não se instaura outro processo. — Av. de 28 de Fevereiro de 1854.

Nos termos dos arts. 165, § 4º, e 174 doCodigo do Processo Criminal, aos empregados processados e pronunciados em crime de responsabilidade sómente cabem os ordenados que deixão de receber durante os effeitos da pronuncia, se são absolvidos depois em ultima instancia, mas nunca as porcentagens que porventura estejam annexas a esses ordenados. — Ord. de 21 de Agosto de 1856.

Em vista dos arts. 165, § 4º, e 174 doCodigo do Processo Criminal, o empregado publico pronunciado por crime de responsabilidade, e depois condemnado embora obtenha perdão, só tem direito á metade do seu ordenado simplesmente desde a data da pronuncia até á em que passar em julgado a sentença da condemnação, como já foi decidido pelas Ordens do thesouro de 11 de Agosto de 1849, e 21 de Agosto de 1856; não podendo o perdão, cujos effeitos se limitão a alliviar o perdoado do soffrimento da pena, ter a mesma força de absolvição ou revogação da pronuncia, em virtude das quaes o referido art. 174 garante o pagamento da outra metade do ordenado.

Fica assim entendido que o empregado que é condemnado por sentença não deve restituir a metade do ordenado que percebeu durante a pronuncia; por isso que, se oCodigo tivesse em vista essa restituição, a teria de certo prevenido, como fez no art. 174

A suspensão do exercicio das funções não estorvará o acesso legal que competir ao empregado pronunciado¹⁷³.

a respeito da metade não percebida, dada a hypothese de absolvição ou revogação da pronuncia. — Av. de 27 de Janeiro de 1858.

Tendo sido pronunciado um juiz municipal em crime de responsabilidade, foi posteriormente removido para outro termo, e, não obstante a pronuncia, tomou posse e entrou em exercicio por ordem da presidencia, e só depois é que foi absolvido: pergunta-se qual o ordenado que se deve abonar a este juiz?

Attendendo a que no tempo decorrido desde a pronuncia até á absolvição se achão comprehendidos tres periodos, a saber: desde a intimação da pronuncia até comunicação ao pronunciado da sua remoção; 2º, desde que o pronunciado teve conhecimento da mesma remoção até entrar no exercicio do novo lugar; e 3º, desde que começou a exercê-lo até ser absolvido; respondeu o presidente do tribunal do thesouro, que, nos termos do art. 165, § 4º do Codigo do Processo Criminal, tem o juiz de que se trata direito a receber no primeiro periodo a metade do vencimento; que no segundo periodo nada tem que receber, visto não ser applicavel aos juizes municipaes a disposição do art. 40 da Lei n. 369 de 18 de Setembro de 1845, segundo a Decisão n. 129 de 17 de Março de 1852, por isso que não são os mesmos juizes considerados magistrados, como declarou a Circular do ministerio da justiça de 24 de Janeiro de 1844; e quanto ao vencimento do terceiro periodo deve-se abonar tambem a metade do respectivo ordenado, uma vez que por ordem superior teve posse e exercicio de juiz municipal e foi afinal absolvido; cumprindo observar que o vencimento supramencionado deveria ser abonado integralmente quando o pronunciado foi absolvido, nos termos do art. 174 do citado Codigo do Processo, se por ventura nada se lhe pagou desde que foi pronunciado. — Ord. de 5 de Setembro de 1861.

Tem lugar a disposição do § 4º do art. 165, ainda quando o empregado é sujeito a processo de responsabilidade por crime commettido em exercicio de outro emprego, que não aquelle cujo ordenado reclama devendo, porém, recebê-los sómente quando fôr afinal absolvido, ou quando a pronuncia fôr invalidada. — Ord. n. 19 de 7 de Março de 1864.

A disposição deste paragrapho é que regula os vencimentos dos vigarios, nos casos de pronuncia. — Ord. n. 180 de 20 de Abril de 1863.

Pela legislação vigente, os parochos collados, quando pronunciados ou condemnados por crimes, de que são afinal absolvidos, perdem uma terça parte da congrua, durante o tempo em que estão sujeitos aos effeitos da pronuncia ou condemnação. — Prov. do ministerio da fazenda de 25 de Setembro de 1865, referindo-se ao Aviso do ministerio do Imperio de 31 de Agosto do mesmo anno.

Segundo o art. 165, § 4º do Codigo do Processo, e differentes decisões do thesouro, o direito á metade do ordenado subsiste, havendo sentença de condemnação e interposição de recurso, até que seja confirmada e passe em julgado, no caso em que os effeitos do dito recurso fôrem suspensivos, nos termos do art. 458 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842. — Prov. de 28 de Julho de 1866.

O promotor publico pronunciado, mas afinal absolvido, tem direito ao ordenado integral desde a data da pronuncia. — Av. n. 10 de 5 de Janeiro de 1863.

¹⁷³ Os empregados suspensos por ordem do governo continuarão suspensos, ainda que se tenha julgado improcedente a denuncia, no caso de haver appellação por parte do denunciante. — Avs. de 11 de Julho de 1842, de 5 de Março de 1849, e de 4 de Junho de 1862.

Tendo o governo de mandar suspender os vereadores da camara municipal da villa do Presidio o promotor denunciou-os perante o juiz de paz, e com este julgou improcedente a denuncia, o promotor appellou para Relação. Pendente a appellação, perguntou o presidente de Minas se os devia conservar suspensos.

Art. 166. Os presidentes das provincias, a quem ex-officio se remetterá cópia da pronuncia dos commandantes militares, a farão executar. O mesmo fará o juiz criminal do districto a respeito daquelles culpados, em cuja pronuncia intender.

Art. 167. Da sentença que não pronunciar appellará o juiz ex-officio para a Relação do districto, e os autos serão immediatamente remettidos pelo escrivão respectivo ex-officio sem formalidade alguma. Da sentença que pronunciar poderá a parte appellar dentro de dez dias improrogaveis, e os autos serão remettidos do mesmo modo, mas não se suspenderão os effeitos da pronuncia. Em um e outro caso ficará no juizo inferior o traslado dos autos, contendo unicamente a petição da queixa ou denuncia, os nomes das testemunhas, havendo-as, a cópia dos documentos, e a da sentença, que tiver pronunciado, ou não¹⁷⁴.

Art. 168. Das appellações que forem interpostas no caso do artigo antecedente, conhecerá o ministro a quem fôr distribuido o feito, com mais dous adjuntos nomeados pela sorte.

Art. 169. Das sentenças proferidas nas juntas do juizo de paz não se admitte appellação.

Art. 170. Quando qualquer das camaras legislativas resolver que continue o processo de algum de seus respectivos membros, pronunciado por crime de responsabilidade, serão os autos e mais papeis

O empregado publico pronunciado, seja qual fôr o delicto, fica suspenso do exercicio do emprego. — Av. n. 79 de 8 de Agosto de 1846.

Á face do art. 293 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842 fica o pronunciado sujeito á suspensão do exercicio dos direitos politicos. E se é indisputavel que aquelle que serve um emprego publico exerce direitos politicos, segue-se que o empregado fica suspenso do exercicio do emprego pelo facto da pronuncia.

¹⁷⁴ Si em um mesmo processo organizado contra differentes réos, uns fôrem pronunciados, e outros não, remetter-se-hão os proprios autos ao jury, e por cópia a Relação, devendo neste caso o escrivão no fim do traslado certificar o motivo por que não remette os originaes. — Av. de 9 de Dezembro de 1835.

Só nos crimes de responsabilidade tem lugar a appellação de que falla este artigo. — Av. de 11 de Janeiro de 1838.

A exepedição dos autos e traslados não poderá ser retardada pelo facto de pagamento das custas, as quaes poderão ser cobradas executivamente. — Art. 98 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

remettidos ao senado, observando-se no processo accusatorio a mesma ordem que tem lugar na accusação dos ministros de estado, com a differença de que, em vez da commissão accusadora, accusará o procurador da corôa, soberania e fazenda nacional¹⁷⁵.

Art. 171. A accusação dos empregados publicos não privilegiados será feita perante o jury competente¹⁷⁶.

Exceptuão-se:

§ 1º Os militares, que por crimes do emprego militar serão accusados no juizo do seu fôro.

§ 2º Os empregados que tiverem sómente de ser advertidos, ou castigados com a pena de desobediencia.

Art. 172. Pronunciado o réo serão os proprios autos remettidos ex-officio ao juiz municipal respectivo, para os apresentar ao juiz competente, quando vier abrir a sessão, deixando sómente o traslado da queixa ou denuncia, e da pronuncia.

Art. 173. O juiz de direito na primeira reunião dos jurados apresentará os autos, afim de ser sustentada, ou revogada a pronuncia, procedendo-se na accusação (quando esta tiver lugar).

Art. 174. Revogada a pronuncia, ou absolvido o réo, será este immediatamente solto por mandado do juiz de direito, e restituído ao seu emprego, e metade do ordenado, que deixou de receber¹⁷⁷.

¹⁷⁵ O art. 170 do Código do Processo Criminal é applicavel ao julgamento dos crimes individuaes dos membros da Assembléa Geral Legislativa. — Lei de 14 de Junho de 1843, art. 1º.

¹⁷⁶ Compete aos juizes de direito das comarcas julgar definitivamente os crimes de responsabilidade dos empregados não privilegiados. — Art. 25, § 5º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

¹⁷⁷ Os empregados publicos suspensos por indiciados em crimes de responsabilidade, sendo processados e não pronunciados pelo juizo competente, têm direito aos seus vencimentos correspondentes ao tempo que estiverão suspensos. — Ord. de 9 de Março de 1840.

CAPITULO VI.

Da ordem de prisão.

Art. 175. Poderão também ser presos sem culpa formada os que fôrem indiciados em crimes em que não tem lugar a fiança; porém nestes, e em todos os mais casos, á excepção dos de flagrante delicto, a prisão não pôde ser executada senão por ordem escripta da autoridade legitima¹⁷⁸.

O perdão imperial, alliviando o empregado publico da pena que por sentença lhe foi imposta por crime de responsabilidade, não o constitue no caso do art. 174 do Codigo do Processo, que ordena a restituição da metade do ordenado nos casos sómente de revogação da pronuncia ou absolvição do réo. — Ord. de 17 de Agosto de 1849.

Segundo o art. 174 do Codigo do Processo, combinado com os arts. 84 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e 450, § 3º e 459 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, o juiz absolvido não necessita vêr decorridos os oito dias que a parte accusadora tem para appellar, afim de que possa entrar em exercicio, porque, quando se dêr a apelação, ella não traz o effeito suspensivo, nenhuma applicação tendo a esta especie os Avisos de 11 de Julho de 1842 e 5 de Março de 1849, que se referem ao caso de suspensão anterior ao processo, a qual só cessa por virtude da sentença passada em julgado. — Av. de 3 de Junho de 1862.

¹⁷⁸ As autoridades que têm jurisdicção de mandar prender, devem remetter os seus presos, acompanhados da competente ordem, para as cadêas publicas, sem que seja necessaria permissão ou licença de qualquer outra autoridade. — Av. de 5 de Outubro de 1833.

Na falta de prisões militares devem os soldados e officiaes da 1ª e da extincta 2ª linha do exercito ser recolhidos á prisão civil, ou a qualquer outro lugar que a autoridade administrativa sob sua responsabilidade indicar. — Av. de 21 de Novembro de 1851.

Os officiaes da 1ª ou extincta 2ª linha, cujas prisões, mesmo por ordem de autoridade civil, nos casos em que estas podem ordena-las, não devem ser senão em fortalezas ou quartéis, conforme a Provisão de 19 de Agosto de 1837, e Av. de 29 do dito mez e anno; ficão nesses casos á disposição da autoridade que ordenar a prisão; e o commandante da fortaleza ou quartel deverá cumprir as requisições que para a soltura ou apresentação do preso receber da mesma autoridade, cumprindo que as requisições sejam feitas por meio de officios rogatorios. — Av. de 17 de Julho de 1853.

Sendo já reconhecido pelo governo imperial, como foi por Aviso do 1º de Dezembro de 1854, o principio de direito internacional — que os crimes commettidos a bordo dos navios estrangeiros mercantes, dentro dos portos do Imperio, entre pessoas da tripolação, salvas as excepções que o mesmo direito estabelece, devem ser julgados pelas leis e autoridades do paiz a que o navio pertence —; e tendo sido outrosim até hoje também reconhecida a autoridade dos consules requisitarem a prisão dos desertores dos respectivos navios de guerra ou mercantes, deve o chefe de policia prestar aos mesmos consules o auxilio necessario para a detenção ou segurança dos criminosos e captara dos desertores, sendo que este auxilio, admittido pela pratica de todas as nações e por utilidade reciproca, é uma consequencia dos referidos principios de soberania e jurisdicção internacional. — Av. de 29 de Outubro de 1856.

É um dos casos em que pôde ser decretada a prisão antes de culpa formada. — Av. de 2 de Janeiro de 1865. Vid. art. 131 deste Codigo e art. 114 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Art. 176. Para ser legitima a ordem de prisão é necessario:

§ 1º Que seja dada por autoridade competente.

§ 2º Que seja escripta por escrivão, assignada pelo juiz, ou presidente do tribunal que a emittir.

§ 3º Que designe a pessoa que deve ser presa pelo seu nome, ou pelos signaes caracteristicos, que a fação conhecida ao official.

§ 4º Que declare o crime.

§ 5º Que seja dirigida ao official de justiça.

Art. 177. Os mandados de prisão são exequiveis dentro do lugar da jurisdicção do juiz que os emittir.

Art. 178. Quando o delinquente existir em lugar onde não possa ter execução o mandado, se expedirá precatoria na fórma do art. 81.

Art. 179. O official de justiça encarregado de executar o mandado de prisão deve fazer-se conhecer ao réo, apresentar-lhe o mandado, intimando-o para que o acompanhe.

Sendo a disposição deste artigo facultativa e dependente do criterio da autoridade competente para ordenar a prisão aquella só a deve decretar, quando pelas provas ou indicios que colher, convencer-se de que o individuo praticou um crime inafiançavel; não bastando para isso a simples apresentação de queixa ou denuncia por crime inafiançavel. — Av. de 2 de Janeiro de 1865.

Não se pôde decretar a prisão antes da pronuncia contra aquelles que, indiciados em dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada um delles sejam menores que as indicadas no art. 101, as iguaem ou excedão consideradas conjunctamente, porque não se pôde ampliar a disposição do § 2º do art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, a qual é unicamente applicavel aos pronunciados e não aos simplesmente indiciados. — Av. de 2 de Janeiro de 1865.

O Av. n. 160 de 17 de Junho de 1870 declara que, uma vez preso um individuo por crime inafiançavel, e iniciado o processo, só pode ser solto em virtude de sentença favoravel ou de *habeas corpus*.

Desempenhados estes requisitos, entender-se-ha feita a prisão, comtanto que se possa razoavelmente crêr que o réo viu e ouviu o official.

Art. 180. Se o réo não obedece e procura evadir-se, o executor tem direito de empregar o gráo de força necessaria para effectuar a prisão; se obedece, porém, o uso da força é prohibido.

Art. 181. O executor tomará ao preso toda e qualquer arma que comsigo traga, para apresenta-la ao juiz que ordenou a prisão.

Art. 182. Se o réo resistir com armas, o executor fica autorizado a usar daquellas que entender necessarias para sua defesa, e para repellir a opposição, e em tal conjunctura o ferimento ou morte do réo é justificavel, provando-se que de outra maneira corria risco a existencia do executor¹⁷⁹.

Art. 183. Esta mesma disposição comprehende quaesquer terceiras pessoas que derem auxilio ao official executor, e os que prenderem em flagrante, ou que quizerem ajudar a resistencia, e tirar o preso de seu poder no conflicto.

Art. 184. As prisões podem ser feitas em qualquer dia util, santo, ou domingo, ou mesmo de noite.

Art. 185. Se o réo se metter em alguma casa, o executor intimará ao dono ou inquilino della, para que o entregue, mostrando-lhe a ordem de prisão, e fazendo-se bem conhecer; se essas pessoas não obedecerem immediatamente, o executor tomará duas testemunhas, e sendo de dia, entrará á força na casa, arrombando as portas, se fôr preciso.

¹⁷⁹ Vid. nota ao art. 144.

Vid. Av. de 27 de Julho de 1868 em nota ao art. 1º do Dec. n. 562 de 2 de Julho de 1850.

Art. 186. Se o caso do artigo antecedente acontecer de noite, o executor depois de praticar o que fica disposto para com o dono ou inquilino da casa, á vista das testemunhas, tomará todas as sahidas, e proclamará tres vezes incommunicavel a dita casa, e immediatamente que amanheça arrombará as portas e tirará o réo.

Art. 187. Em todas as occasiões que o morador de uma casa negue entregar um criminoso, que nella se acoutou, será levado á presença do juiz, para proceder contra elle como resistente.

Art. 188. Toda esta diligencia deve ser feita perante duas testemunhas, que assignem o auto que della lavrar o official.

CAPITULO VII.

Das buscas¹⁸⁰.

Art. 189. Conceder-se-ha mandado de busca:

§ 1º Para apprehensão de cousas furtadas ou tomadas por força, ou com falsos pretextos, ou achadas.

§ 2º Para prender criminosos.

§ 3º Para apprehender instrumentos de falsificação, moeda falsa, ou outros objectos falsificados de qualquer natureza que sejam.

§ 4º Para apprehender armas e munições preparadas para insurreição ou motim, ou para quaesquer outros crimes.

¹⁸⁰ Quando se passarem mandados de busca contra estrangeiros, deve-se participar ao respectivo consul. — Tratados entre o Brasil e a França, e entre o Brasil e a Prussia. — Av. de 31 de Agosto de 1833.

Nenhuma diligencia pode ser feita nas alfandegas e mesas de rendas e em todo e qualquer lugar sujeito á sua jurisdicção sem que preceda licença dos respectivos inspector ou administrador. — Av. 391 de 26 de Agosto e 479 de 17 de Outubro de 1863.

Compete aos chefes de policia, em toda a provincia e na côrte, e aos seus delegados nos seus respectivos districtos, conceder mandados de busca na fôrma das leis. — Art. 4º, § 8º da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

§ 5º Para descobrir objectos necessarios á prova de algum crime, ou defesa de algum réo.

Art. 190 Não se dará jamais um mandado de busca sem vehementes indícios firmados com juramento da parte ou de uma testemunha¹⁸¹.

Art. 191. As testemunhas devem expôr o facto em que se funda a petição ou declaração da pessoa que requer o mandado; e dar a razão da sciencia ou presumpção, que tem de que a pessoa ou cousa está no lugar designado, ou que se achão os documentos irrecusaveis de um crime commettido ou projectado, ou da existencia de uma assembléa illegal.

Art. 192. O mandado legal de busca deve incluir:

§ 1º O nome das testemunhas e seu depoimento¹⁸².

§ 2º Indicar a casa pelo proprietario, ou inquilino, ou numero, e situação della.

§ 3º Descrever a pessoa, ou cousa procurada.

§ 4º Ser escripto pelo escrivão e assignado pelo juiz com ordem de prisão ou sem ella.

Art. 193. O mandado de busca que não tiver os requisitos acima, não é exequivel, e será punido o official que com elle proceder.

Art. 194. Havendo quem reclame a propriedade das cousas achadas, nunca lhe serão entregues sem que justifique esse direito em juizo competente, ouvida a parte que as tinha em seu poder; e sem que

¹⁸¹ Para a concessão de um mandado de busca ou para sua expedição ex-officio, nos casos em que este procedimento tem lugar, bastarão vehementes indícios, ou fundada probabilidade da existencia dos objectos, ou do criminoso no lugar da busca. — Art. 10 da lei cit.

¹⁸² O mandado não conterà nem o nome, nem o depoimento de qualquer testemunha. — Art. 98 da lei cit.

por espaço de trinta dias se publique por editaes a relação dellas com todos os possiveis esclarecimentos, ficando entretanto depositadas, excepto se prestar fiança.

Art. 195. Se ninguem as reclamar passados os trinta dias, o juiz de paz as remetterá ao juiz dos orphãos, para proceder na fórma da lei, quando excedão ao valor das cousas que o juiz de paz póde julgar.

Art. 196. Aos officiaes de justiça compete a execução dos mandados de exhibição e busca, em casas de morada, ou habitação particular¹⁸³.

Art. 197. De noite em nenhuma casa se poderá entrar, salvo nos casos especificados no art. 209 do Codigo Criminal.

Art. 198. Os officiaes da diligencia sempre se acompanharão, sendo possivel, de uma testemunha vizinha, que assista ao acto e o possa depois abonar e depôr, se fôr preciso, para justificação dos motivos que determinarão, ou tornarão legal a entrada.

Art. 199. Só de dia podem estes mandados ser executados; e antes de entrar na casa, o official de justiça encarregado da sua execução os deve mostrar, e lêr ao morador ou moradores della, a quem tambem logo intimará para que abirão a porta.

Art. 200. Não sendo obedecido, o mesmo official tem direito de arromba-la e entrar á força, e o mesmo praticará com qualquer porta interior, armario, ou outra qualquer cousa, onde se possa com funmento suppôr escondido o que se procura.

¹⁸³ Acontecendo que uma autoridade policial, ou qualquer official de justiça, munido de competente mandado, vá em seguimento de objectos furtados, ou de algum réo em districto alheio, poderá alli mesmo apprehendê-los e dar as buscas necessarias, prevenindo antes as autoridades competentes do lugar, as quaes lhe prestarão o auxilio preciso, sendo legal a requisição. No caso, porém, de que essa communicacão prévia possa trazer demora incompativel com o bom exito da diligencia, poderá ser feita depois e immediatamente que verificar-se a diligencia. — Art. 11 da lei cit.

Art. 201. Finda a diligencia, farão os executores um auto de tudo quanto tiver succedido, no qual tambem descreverão as cousas, pessoas e lugares onde fôrão achadas; e assignaráõ com duas testemunhas presenciaes que os mesmos officiaes de justiça devem chamar logo que quizerem principiari a diligencia e execução, dando de tudo cópia ás partes, se o pedirem¹⁸⁴.

Art. 202. O possuidor ou occultador das cousas ou pessoas, que fôrem objecto da busca, serão levados debaixo de vara á presença do juiz que a ordenou, para serem examinados e processados na fórma da lei, se fôrem manifestamente dolosos ou se fôrem complices no crime.

CAPITULO VIII.

Da desobediencia.

Art. 203. O que desobedecer ou injuriar o juiz, ou qualquer autoridade a que seja subordinado, ao inspector, escrivão, e officiaes de justiça ou patrulhas, em actos de seus officios, será processado perante o juiz de paz no districto em que fôr commettida a desobediencia, ou injuria; e sendo este desobedecido ou injuriado, perante o juiz supplente¹⁸⁵.

Art 204. Os juizes, autoridades, inspectores, escrivães, e officiaes de justiça ou patrulhas, desobedecidas ou injuriadas, prenderão em flagrante e levarão o facto ao conhecimento do juiz de paz respectivo por uma exposição circumstanciada, por elles escripta e assignada e com declaração das testemunhas que fôrão presentes; á vista della mandará o

¹⁸⁴ No caso de não verificar-se a achada, serão communicadas a quem soffreu a busca as provas em que o mandado se fundou, logo que as exigir. — Lei da reforma, art. 98.

¹⁸⁵ A disposição do art. 203 deve-se entender connexa á do art. 204, e é só relativa ao procedimento que se ha de ter com os delinquentes apanhados em flagrante. — Av. de 11 de Janeiro de 1838.

juiz de paz citar o delinquente e proceder em tudo, segundo vai disposto no capitulo seguinte¹⁸⁶.

CAPITULO IX.

Das sentenças no juizo de paz¹⁸⁷.

Art. 205. Apresentada ao juiz de paz uma denuncia de contravenção ás posturas das camaras municipaes¹⁸⁸, ou queixa de crime, cujo conhecimento e decisão final lhe compete, mandará citar o delinquente para sua primeira audiencia (que nunca será a do mesmo dia da citação)¹⁸⁹.

Art. 206. Não havendo queixa ou denuncia, mas constando ao juiz de paz que se tem infringido as posturas, lei policial ou termo de segurança e de bem-viver, mandará formar auto circunstanciado do facto, com declaração das testemunhas que nelle hão de jurar, e citar o delinquente na fórmula do artigo antecedente¹⁹⁰.

¹⁸⁶ Vide art. 486 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Por Av. n. 420 de 16 de Setembro de 1865, o governo imperial declarou irregular o procedimento de um juiz municipal que demittio e prendeu a um escrivão por crime de prevaricação e desobediencia: 1º, por ter feito a prisão sem observar a disposição deste artigo; 2º, por não ter levado o facto ao conhecimento do supplente immediato, segundo prescrevem os arts. 202 e o cit., e 486 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842; 3º, por haver sem fundamento demittido um funcionario approved pelo governo provincial, o qual, a ter commettido prevaricação, cumpria que fôsse processado.

¹⁸⁷ Vide art. 128 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

¹⁸⁸ Á camara não e permittido mandar sobreestar nas execuções dos autos de infracções de posturas lavradas pelos fiscaes, sob qualquer motivo que seja, nem tão pouco manda-los reformar antes de os fazer ajuizar, seja qual o defeito na materia da autuação, porque um semelhante arbitrio lhe é vedado pela natureza e extensão de suas attribuições. — Av. n. 65 de 4 de Julho de 1850.

Por Av. de 14 de Novembro de 1865 mandou o ministro da justiça que fôsem punidos com tudo o rigor das leis quaesquer agentes da autoridade, que, com manifesto abuso de poder e violação dos arts. 179, § 9º da Const. e 133 deste Cod., prendessem ou detivessem até o pagamento das multas aos cidadãos que infringirem as posturas municipaes, antes de terem elles sido irrevogavelmente condemnados na fórmula deste cap. 9º.

¹⁸⁹ Contra os infractores da Lei n. 1099 de 18 de Setembro de 1860, que prohibio as loterias e rifas não autorisadas por lei, se procederá na fórmula determinada pela legislação em vigor sobre os delictos policiaes. — Dita lei, art. 1º, § 4º.

¹⁹⁰ Vid. nota ao art. 12, § 7º.

Art. 207. O escrivão ou official de justiça permittiráo ao delinquente a leitura do requerimento ou auto, e mesmo copia-lo, quando o queira fazer.

Art. 208. Não comparecendo o delinquente na audiencia aprazada, o juiz dará á parte juramento sobre a queixa, inquirirá summariamente as suas testemunhas, e decidirá, condemnando ou absolvendo o réo.

Art. 209. Comparecendo o delinquente, o juiz lhe lerá a queixa, ouvirá a sua defesa (que, sendo verbal, o escrivão a escreverá); inquirirá as testemunhas, e fará ás partes as perguntas que entender necessarias, depois do que lhes dará a palavra se a pedirem para vocalmente por si ou seus procuradores deduzirem o que lhes parecer a bem do seu direito¹⁹¹.

Art. 210. O juiz dará a sentença nessa mesma audiencia, ou, quando muito, na seguinte¹⁹².

¹⁹¹ Nos processos de que trata o art. 205 do Cod. do Proc. Crim. poderão ser inquiridas tantas testemunhas, quantas fôrem necessarias para o descobrimento da verdade. — Dec. n. 2438 de 6 de Julho de 1859, art. 1º.

Este decreto é somente relativo aos processos de que trata o art. 205, por ser isto conforme aos Avs. de 3 de Janeiro e 14 de Novembro de 1859. — Av. n. 245 de 6 de Junho de 1860.

Occorrendo duvida sobre a intelligencia das disposições deste Decreto, o governo, por Aviso de 14 de Novembro de 1859, declarou que não é impraticavel n'uma inquirição sumaria, como prescreve o art. 208 do Cod. do Proc., tomar-se o depoimento de grande numero de testemunhas, podendo até no interesse do descobrimento da verdade ser preciso ouvi-las, por isso que o processo de que se trata é definitivo, e a sua conclusão tambem uma sentença definitiva, ao inverso do que succede na formação da culpa, onde é limitado o numero de testemunhas; e que não é razão para annular-se os processos policiaes o simples facto de se haverem concluido depois da primeira ou segunda audiencia, sendo que a demora não motivada da conclusão de taes processos, assim como o retardamento das sentenças pôde apenas dar causa a responsabilidade do juiz respectivo.

¹⁹² Sómente por impedimento invencivel, e declarado na sentença, poderá esta ser proferida depois da segunda audiencia. — Dec. n. 2438 de 6 de Julho de 1859, art. 2º.

Vide nota 191.

Das sentenças proferidas pelos juizes municipaes e autoridades policiaes nos crimes que cabem na alçada não se dá recurso de revista, em face do art. 89, § 1º da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 464 do Reg. n. 120. — Sup. Trib. de Justiça, Acc. de 24 de Abril de 1861 e 9 de Novembro de 1864, proferida nos feitos ns. 1676 e 1815.

Art. 211. Esta sentença passa em julgado dentro de cinco dias e será executada; mas, se qualquer das partes, dentro deste tempo recorrer para a junta de paz, o escrivão escreverá o recurso por termo assignado pela parte, e fará dos autos a competente remessa, suspensa a execução¹⁹³.

Art. 212. Taes recursos não terão lugar:

§ 1º Quando os juizes punirem seus officiaes omissos com prisão que não passe de cinco dias¹⁹⁴.

§ 2º Quando punirem as testemunhas que não obedecerem ás suas notificações: no entretanto fica a uns e outros o direito de vindicarem a injuria, e responsabilisarem o juiz pelos meios ordinarios.

CAPITULO X.

Das juntas de paz¹⁹⁵.

Art. 213. As juntas de paz consistem na reunião de maior ou menor numero de juizes de paz, sob a presidencia de um d'entre os que fôrem presentes, escolhido por seus collegas em escrutinio secreto por maioria absoluta de votos.

¹⁹³ Á vista da generalidade com que é concebido este artigo, é indubitavel que as pessoas, presas em flagrante delicto, podem reclamar em seu favor a execução do mesmo artigo. — Av. de 26 de Março de 1836.

¹⁹⁴ Em 12 de Outubro de 1865, sobre resolução de consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado, decidio o governo que cabe ao juiz municipal prender por cinco dias um official de justiça, que incorre em falta de serviço, quando essa falta não póde ser qualificada criminosa, em face deste art. — Vide Relatorio da Justiça de 1866.

“Emquanto ao crime de abuso de excesso de poder, reformão a sentença appellada, porque estando provado do ventre dos autos a fl. que o solicitador F., em estado de embriaguez, dirigira palavras injurias ao réo, perturbando desta maneira os trabalhos da audiencia a que presidia o mesmo réo, nenhum excesso de autoridade praticou, por certo, este em prender em flagrante delicto, conservando-o preso 1/2 hora sómente, quando o poderia conservar preso por espaço de cinco dias, firmado no art. 202 do Cod. do Proc.” — Acc. da Relação da Côrte de 31 de Maio de 1861.

¹⁹⁵ Ficão abolidas as juntas de paz. As suas attribuições serão exercidas pelas autoridades policiaes creadas por esta lei e na forma por ella determinada. — Art. 95 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Não poderão ser formadas com menos de cinco, nem com mais de dez membros.

Art. 214. Na provincia em que estiver a côrte, o ministro da justiça, e nas outras, os presidentes em conselho, sob a informação das camaras municipaes, determinarão onde e quantas vezes terão lugar estas reuniões em differentes pontos de cada termo; não podendo ser menos de quatro, nem mais de doze vezes no anno, com attenção ao numero das causas e ás distancias.

Art. 215. As sessões das juntas de paz serão publicas, a portas abertas, na casa que fôr para esse fim pelos juizes de paz escolhida, e não poderão durar mais de oito dias successivos, incluidos os dias santos, nos quaes tambem haverá sessão.

Art. 216. Compete a estas juntas conhecer de todas as sentenças dos juizes de paz, que houverem imposto qualquer pena de que se tiver recorrido em tempo, e as confirmarão ou revogarão, ou alterarão, sem mais recurso, excepto o da revista.

Art. 217. O juiz de paz, que faltar, será multado pela junta por cada dia de sessão em 1\$000 nas villas, e 2\$000 nas cidades, salvo produzindo escusa legitima e provada.

Art. 218. Não concorrendo pelo menos metade, e o presidente dos juizes de paz, não haverá sessão, mas ficará adiada para outro dia, e se chamarão os supplentes dos que faltarem.

Art. 219. Todos os negocios serão decididos á maioria absoluta de votos dos membros presentes: o empate importa a absolvição do réo.

Art. 220. Se o réo ou autor, ou ambos juntamente não comparecerem, mas mandarem escusa legitima, a decisão da causa ficará

adiada para a sessão seguinte, se não puder ter lugar na actual por não comparecerem as partes em tempo¹⁹⁶.

Art. 221. A falta de comparecimento do réo, sem escusa legitima, o sujeitará á pena de revelia, isto é, á decisão pelas provas dos autos sem mais ser ouvido; a do autor, á perda do direito de continuar a accusação, a qual por este mesmo facto ficará perempta¹⁹⁷.

Esta mesma disposição se guardará na falta de ambas as partes.

Art. 222. Principiado o conhecimento de um processo, não poderá ser mais interrompido, nem mesmo pela noite, salvo a requerimento das partes por motivo justo.

Art 223. O juiz de paz, que julgou a causa, não entrará no segundo julgamento della, mas sómente dará as explicações que lhe fôrem pedidas pelas partes, ou membros da junta.

Art. 224. A ordem do processo será a seguinte:

§ 1º O escrivão da junta de paz, que será o do districto em que se reunir a junta, lerá os autos perante as partes, juizes e testemunhas.

§ 2º O queixoso ratificará sua queixa, e o réo sua defesa: o primeiro será obrigado a jurar, se o segundo requerer.

¹⁹⁶ As escusas de que trata o art. 220, a que se refere o art. 241 do Cod. do Proc. Crim., devem ser attendidas ainda mesmo quando apresentadas por procurador ou escusador, uma vez que se verifique serem legitimas e fundadas em motivo real. — Av. de 18 de Abril de 1842.

¹⁹⁷ Devem comparecer pessoalmente ambas as partes, sob pena ao réo de revelia, e ao autor de ficar perempta a acção. — Av. de 2 de Janeiro de 1834.

Este artigo deve ser cumprido litteralmente, seja quem fôr a pessoa que deva comparecer perante as juntas de paz. — Portaria de 22 de Setembro de 1835.

§ 3º As testemunhas serão reperguntadas, e outras que de novo apresentem as partes se assim o requererem, escrevendo-se os seus ditos para os casos de recurso, se as partes o requererem.

Art. 225. O presidente proporá por escripto nos autos as seguintes questões, depois de discutida a materia:

§ 1º O crime está provado?

§ 2º O réo é por elle responsavel?

§ 3º Que pena se lhe ha de impôr?

§ 4º Deve indemnização?

§ 5º Em quanto monta ella?

Art. 226. O presidente lavrará a sentença em conformidade: se a pena fôr simplesmente pecuniaria, o réo dará logo fiança tanto a ella como ás custas e damno, ou irá para a cadeia por tanto tempo quanto seja necessario para a satisfação, contando-se como se pratica ácerca das fianças; se fôr de prisão ou correcção, o réo não sahirá mais da sessão senão para o seu destino; e se além disso tiver de pagar indemnização á parte, e o não fizer, será comprehendido no que fica acima determinado até pagar¹⁹⁸.

Art. 227. A junta marcará o vencimento das testemunhas que fôrem chamadas a requerimento das partes, as quaes o pagarão.

¹⁹⁸ No caso de empate, quer sobre a condemnação, quer sobre o gráo de pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo. — Dec. de 22 de Agosto de 1833, referindo-se á Resolução de 9 de Novembro de 1830, art. 3º.

TITULO IV.

Do processo ordinario.

CAPITULO I.

Da accusação

SECÇÃO I.

Dos preparatorios da accusação.

Art. 228. Formada a culpa, o juiz de paz nos delictos, cujo conhecimento lhe não compete, fará logo dos processos a competente remessa, estejam ou não presos os delinquentes, sejam publicos ou particulares os delictos por que fôrão processados.

Art. 229. Se os delinquentes estiverem presos fóra da cabeça do termo em que devão ser julgados, serão com a precisa antecedencia para alli remettidos, quando se houver de reunir o conselho de jurados. E os afiançados assignaráõ, nos processos respectivos, termo de comparecimento perante o conselho dos jurados, na reunião que no mesmo termo fôr indicada, sob pena de perderem metade do valor da fiança e de serem recolhidos á prisão¹⁹⁹.

Art. 230. Os processos serão sempre remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo, e, havendo mais de um, áquelle d'entre elles que ahi fôr o do districto onde se reunir o conselho dos jurados.

Art. 231. No caso do art. 228, o juiz de paz mandará notificar as testemunhas, para comparecerem na proxima primeira reunião dos

¹⁹⁹ O Codigo não admitte as partes accusarem ou defenderem-se por procurador. — Av. de 12 de Agosto de 1835.

jurados, sob as penas de desobediencia e de serem conduzidos debaixo de vara ao juramento²⁰⁰.

Art. 232. Quando o juiz de direito concede a fiança compete-lhe expedir precatoria para a citação das testemunhas, que deverão ser notificadas para comparecerem na primeira reuniao ou na immediata seguinte, como fôr mais razoavel segundo o tempo da notificação e as distancias; devendo assignar-se ás testemunhas um prazo sufficiente para fazerem suas disposições na sua casa e jornada. Os jurados arbitrarão indemnização ás testemunhas que a requererem.

Art. 233. Não será accusado o delinquente estando ausente fóra do Imperio, ou em lugar não sabido, nos crimes que não admittem fiança²⁰¹.

²⁰⁰ Aos juizes de direito incumbe advertir e instar com o juiz de paz para que cumpra com o disposto neste artigo, fazendo effectiva a responsabilidade no caso de negligencia. — Av. de 9 de Maio de 1834.

As notificações das testemunhas se farão por mandados dos juizes municipaes que ficão substituindo os juizes de paz da cabeça do termo, ou do districto onde se reunirem os jurados, para cumprirem quanto a estes competia respeito dos processos que tiverem de ser submettidos ao jury. — Art. 52 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

As testemunhas que, sendo notificadas, não comparecerem na sessão em que a causa deve ser julgada, poderão ser conduzidas debaixo de prisão para deporem, e punidas pelo juiz de direito com a pena de cinco a quinze dias de prisão. Além disto, se em razão da falta de comparecimento de alguma, ou algumas testemunhas, a causa fôr adiada para outra sessão, todas as despesas das novas notificações e citações que se fizerem, e das indemnizações ás outras testemunhas, serão pagas por aquella ou aquellas que faltarem, as quaes poderão ser a isso condemnadas pelo juiz de direito, na decisão que tomar sobre o adiamento da causa, e poderio ser constrangidas a pagarem da cadéa. — Dita lei, art. 53.

²⁰¹ A disposição deste artigo é applicavel aos 1º e 2º conselhos. — Av. de 2 de Agosto de 1835.

No caso do art. 233, finda a sessão dos jurados, se deverão remetter ao juiz de paz da cabeça do termo os processos dos ausentes para proceder ás formalidades do art. 331 até que compareção e possa ter lugar a accusação. — Av. de 16 de Outubro de 1838.

Os réos de crimes afiançaveis, e de que se podem livrar soltos em virtude da disposição do art. 233 do Cod. do Proc., podem ser accusados, ainda que estejam ausentes fóra do Imperio, ou em lugar não sabido, e esta disposição é applicavel tanto ao 1º, como ao 2º conselho de jurados, como o declarou o Av. de 12 de Agosto de 1835. Devem todavia os réos sobreditos ser incluídos nos editaes de que tratão os arts. 286 e 237, e no caso de não comparecerem, serão processados á revelia, conforme o art. 221. — Av. de 30 de Setembro de 1839.

São sujeitos a julgamento á revelia os delinquentes de crimes afiançaveis que não comparecerem em juizo, tenham ou não prestado fiança e assignado termo de

Art. 234. Nos casos do artigo antecedente poderão propôr-se contra o ausente as acções civeis que competirem, para haver-se a indemnização do damno que houver causado com o delicto.

SECÇÃO II.

Dos preparatorios para a formação do 1º conselho de de jurados²⁰².

Art. 235. O juiz de direito officiará ao presidente da camara municipal do termo, ou ao juiz de paz da cabeça do julgado, onde se houver de reunir o conselho de jurados, indicando-lhes o dia e hora em que ha de principiari a sessão.

comparecimento, e bem assim aquelles que fôrem accusados por crimes de que se podem livrar soltos e sem fiança. — Av. de 5 de Dezembro de 1850.

Á vista dos termos claros e precisos do art. 233 do Cod. do Proc. Crim., não póde entrar em duvida que os réos ausentes fóra do Imperio, ou em lugar não sabido, pronunciados em crime que não admitte fiança, não devem ser submittidos a julgamento; não assim, porém, aquelles que estiverem pronunciados em crimes afiançaveis, porque a respeito deites deve seguir-se o que está determinado no art. 318 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, não havendo nenhuma disposição que, pelo facto da ausencia, os mande dispensar do julgamento, não obstante não haverem usado do direito que lhes compete de recorrer da pronuncia, o que não é essencial ao processo, não devendo o facto da ausencia demora-lo em seus termos. —Av. de 27 de Dezembro de 1852.

Só são sujeitos ao julgamento á revelia os réos de crimes afiançáveis, estejam ou não afiançados, e não os de crimes inafiançaveis. — Av. de 9 de Setembro de 1861.

Os empregados publicos não privilegiados estão sujeitos ás regras geraes do processo criminal, e portanto devem ser julgados pelas provas dos autos em sua ausencia quando accusados em crimes em que não cabe a denuncia. — Av. de 9 de Julho de 1859.

O Av. n. 144 de 27 de Setembro de 1863 declara que a regra firmada pelo Av. supra é que o julgamento á revelia de réos a empregados publicos ausentes do Imperio ou em lugar não sabido, accusados por crime de responsabilidade, só deixará de effectuar-se quando, na fórma do art. 233 do Cod. do Proc., fôr o crime de natureza daquelles que não admittem fiança.

... pela nullidade do processo; porquanto, si bem que nos crimes afiançaveis possa ser accusado e condemnado o delinquente á sua revelia, é todavia *indispensavel* que esta ausencia se ache reconhecida pelas diligencias praticadas na fórma de direito, sendo os réos citados nos termos em que se citão os ausentes; e não serem os réos chamados a juizo é uma pratica *intoleravel*, que ataca todos os principios de direito concedidos á defesa dos accusados, e póde dar lugar a gravissimos abusos. — Acc. do Sup. Trib. de Justiça de 29 de Setembro de 1860, recorrentes Julião José Luiz e Protasio Antonio da Costa e recorrida a Justiça.

²⁰² Fica abolido o 1º conselho de jurados. As suas attribuições serão exercidas pelas autoridades policiaes creadas por esta lei, e na fórma por ella determinada. — Art. 95 da lei de 3 de Dezembro de 1841.

Esta participação deve ser feita em tal tempo que possa razoavelmente chegar á noticia de todos os jurados e habitantes do termo ou julgado.

Art. 236. No dia seguinte ao do recebimento da participação do juiz de direito, o presidente da camara municipal, em presença dos mais membros della, que se acharem na cidade ou villa, na sala das sessões respectivas, e a portas abertas, extrahindo da urna dos jurados sessenta cedulas, annunciará logo por editaes a referida participação, convidando nomeadamente a comparecerem os jurados que as sessenta cedulas indicarem, e declarando que estes hão de servir durante a proxima sessão judiciaria; e devem, assim como todos os interessados, comparecer no dia assignado, sob as penas da lei, se faltarem. As sessenta cedulas serão fechadas em urna separada²⁰³.

Art. 237. Os editaes de que trata o artigo precedente não só serão lidos e affixados nos lugares mais publicos das cidades, villas ou povoações, mas serão remettidos aos juizes de paz do termo para os publicarem e fazerem as notificações necessarias aos jurados, aos culpados e ás testemunhas que se acharem nos seus districtos²⁰⁴.

Nos julgados, o juiz de paz da povoação que fôr cabeça delles, na sala destinada para reunião dos jurados, fará o mesmo que o presidente da camara municipal²⁰⁵.

²⁰³ O conselho de jurados constará de 48 membros; e tantos serão os sorteados na fórma do art. 320 do Cod. do Proc.; todavia, poderá haver sessão, uma vez que compareção 36 membros. — Art. 107 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁰⁴ Nos editaes devem ser incluídos os réos de crimes afiançaveis, e que se podem livrar soltos. — Av. de 30 de Setembro de 1839.

Vide os Avs. de 5 de Dezembro de 1850 e 27 de igual mez de 1852 em a nota 201.

Vide a Revista n. 1870 em a nota 210.

As notificações das testemunhas se farão por mandados dos juizes municipaes. — Art. 52 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁰⁵ As formalidades dos arts. 235; 236 e 237 dever-se-hão guardar sempre, quer a sessão seja ordinaria, quer seja extraordinaria. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

SECÇÃO III.

Da formação do primeiro conselho de jurados ou jury de accusação.

Art. 238. No dia assignado, achando-se presentes o juiz de direito, escrivão, jurados, o promotor nos crimes em que deve accusar, e a parte accusadora, havendo-a, principiará a sessão pelo toque de campainha. Em seguida, o juiz de direito abrirá a urna das sessenta cédulas, e verificando publicamente que se achão todas, as recolherá outra vez²⁰⁶: feita logo pelo escrivão a chamada dos jurados, e achando-se completo o numero legal²⁰⁷, observando-se o disposto nos arts. 313 e 315, mandará o mesmo juiz extrahir da urna, por um menino, vinte e tres cédulas. As pessoas que ellas designarem formarão o primeiro conselho de jurados, que será interinamente presidido pelo primeiro que tiver saindo á sorte²⁰⁸.

²⁰⁶ Vide art. 344 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

O Supremo Tribunal de Justiça no Accórdão de 28 de Setembro de 1859, recorrente Bento Francisco de Macedo e recorrida a Justiça, diz que estes actos são privativos do juiz de direito; delega-los este ao escrivão induz nullidade manifesta.

No mesmo sentido o Accórdão de 25 de Julho de 1860, recorrente José Paes Barboza, recorrida a Justiça; o de 15 de Maio de 1861, recorrente Carlos Theodoro de Souza Fortes e recorridos José Bento de Sá Fortes e outros; o de 6 de Julho do mesmo anno, recorrente Manoel Silvestre da Fonseca Botica, recorrida a Justiça; e o de 9 de Maio de 1863 no feito crime n. 1762.

²⁰⁷ Para o jury abrir suas sessões devem estar presentes 48 jurados, na fôrma do art. 314 do Cod. do Proc.; mas não se podendo obter este numero, nem mesmo pela maneira indicada no art. 315, basta que hajão 40, na fôrma do art. 320. — Av. de 2 de Maio de 1834.

²⁰⁸ Para cada sessão diaria se devem extrahir jurados que componhão o 1º conselho. — Av. de 12 de abril de 1834.

Havendo grande affluencia de processos que não possão ser julgados no jury com a necessaria celeridade, deve o presidente fazer trabalhar ao mesmo tempo os conselhos de accusação e julgamento, o que se poderá conseguir procurando reunir pelo menos 52 jurados, e sorteando primeiro o 2º conselho. — Av. de 17 de Março de 1835.

Os jurados podem declarar-se suspeitos, ainda que pelas partes não sejam recusados, quando para isso tiverem motivos leaes, que deverão declarar, e no caso de não restar numero suficiente para o julgamento, deve-se deferir para outra sessão periódica. — Av. de 2 de Abril de 1836.

No processo do jury se deverá lavrar termo, não só da verificação das cédulas, como de uma especificada declaração de todos os actos e fórmulas essenciaes. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Não se podendo verificar a abertura da sessão dos jurados por não ter sido possivel reunir o numero preciso, se deverá transferir esta abertura para quando couber a sessão periodica, ou fôr necessaria a convocação extraordinaria; e em tal caso se deverão

Art. 239. Logo depois será admittido o juiz de paz do districto, onde se reunirem os jurados, a apresentar todos os processos que tiver formado ou recebido dos juizes de paz do termo e que devem ser julgados pelo jury²⁰⁹.

Art. 240. Immediatamente o escrivão fará a chamada de todos os réos presos, dos que se livrão soltos ou afiançados²¹⁰, dos accusadores ou autores, e das testemunhas²¹¹ que constar terem sido notificadas para comparecerem naquella sessão²¹².

Art. 241. A respeito dos réos, autores ou accusadores que faltarem, observar-se-ha o que está disposto nos arts. 220 e 221, excepto nos crimes em que tem lugar a denuncia: nestes o juiz de direito ordenará

reenviar os processos que não tiverem entrado no 1º conselho, ao juiz de paz da cabeça do termo, para renovar opportunamente as diligencias legaes. — Av. de 16 de Outubro de 1838.

Concedem a revista...; e por ser formado o conselho dos jurados a fl. sem as circunstancias recommendadas nos arts. 238, 259 do Cod. do Proc., como determina a Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 54. — Acc. do Sup. Trib. de Just. de 9 de Maio de 1843, recorrente José Rodrigues da Silva e recorrido Francisco Xavier de Carvalho.

²⁰⁹ A palavra — *logo* — deste artigo obriga a que seja immediato á formação do 1º conselho de jurados o acto de apresentar o juiz de paz do districto todos os processos de que trata o mesmo artigo; não impede, porém, que depois d'elle o juiz de direito tome algum intervallo para examinar esses processos e escolher os que estiverem em termos, e a que se deva dar preferencia, conforme o art. 317. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

Quando nos autos do jury se precisar de distribuição e conta, deverão estas ser feitas pelo respectivo contador e distribuidor. — Av. de 2 de Abril de 1836.

O escrivão que servir de secretario do jury deve assignar uma relação de todos os processos que do juizo de paz da cabeça do termo fôrem remettidos para serem julgados, a qual servirá do descarga ao escrivão do sobredito juizo. — Av. de 10 de Dezembro de 1836.

²¹⁰ A não observancia desta formalidade, bem como da de serem os nomes dos réos incluidos no edital, e de serem chamados pelo porteiro, induz nullidade. — Sup. Trib. de Just., Acc. de 2 de Maio de 1866, no feito n. 1870.

Vide art. 233.

²¹¹ Vide notas ao art. 356 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

²¹² Não póde ser admittido o queixoso e accusação do réo, quando não tenha comparecido a chamada; devendo estão seguir-se o disposto na lei. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Tres dias antes da reunião do jury, o mesmo juiz de direito fará remetter os processos, que tiverem de ser julgados, ao secretario da Relação, que os apresentará logo ao presidente para distribui-los pelos desembargadores.

Ficará em mão do escrivão do jury para proceder á chamada, de que trata o art. 240 do Codigo do Processo, um rol assignado pelo juiz de direito, contendo os nomes dos réos presos, dos que se livrão soltos ou afiançados, dos accusadores ou autores e das testemunhas notificadas.

Se durante a sessão forem preparados novos processos, praticar-se-ha do mesmo modo. — § 5º do art. 24 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

ao promotor publico que proceda na accusação, e condemnará o réo na pena do art. 229²¹³.

SEÇÃO IV.

*Da conferencia do 1º conselho de jurados, ou jury de accusação*²¹⁴.

Art. 242. O juiz de direito, deferindo aos membros do primeiro conselho de jurados o juramento²¹⁵, cuja fórmula se transcreverá no fim deste capitulo, entregará ao presidente todos os processos²¹⁶ que houverem de ser julgados na sessão²¹⁷.

Art. 243. Feito isto, o juiz de direito dirigirá os jurados á outra sala, onde sós, e a portas fechadas, principiaraõ por nomear d'entre os seus membros em escrutinio secreto por maioria absoluta de votos o seu

²¹³ A declaração de ficar perempta a acção criminal, nos casos do art. 241, deverá ser feita pelo juiz de direito. — Av. de 2 de Abril de 1836.

A perempção da acção deve ser declarada pelo juiz de direito na conformidade dos arts. 221, 241 e 281 do Cod. do Proc. — Av. de 7 de Junho de 1836.

Vide notas aos arts. 220 e 221.

²¹⁴ Os processos pendentes no 1º conselho devem ficar em guarda do presidente delle. — Av. de 26 de Outubro de 1833.

²¹⁵ Em todos os casos em que seja preciso deferir juramento a qualquer jurado para os actos do 1º ou 2º conselho, sempre deverá ser feito pelo juiz de direito. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Do juramento em um e outro jury se deve lavrar termo, e convem que seja assignado por todos que o tiverem prestado, não se deduzindo, porém, argumento de nullidade da falta da assignatura de alguns ou de todos os jurados, quando no termo estiverem bem designados pelos seus nomes, e nelles se certificar que prestarão juramento. — Av. de 2 de Abril de 1836.

²¹⁶ Se o juiz de direito descobrir irregularidade nos processos, antes de serem submittidos ao 1º conselho, deverá manda-los aos respectivos juizes para que os emendem e preenchão qualquer falta que tiver havido, tanto antes da formação da culpa, como depois della e despacho de pronuncia. Se taes irregularidades, porém, se manifestarem depois de entregues os processos aos jurados, na fórmula do art. 242, para o fim designado no art. 243, deverá o juiz de direito dirigir os jurados, ou para as supprir, se puderem ser suppridas pela ratificação de que tratão os arts. 245 e 249, ou para lhes darem a consideração que merecerem conforme direito, assim para allivio do réo, como para se fazer effectiva a responsabilidade de quem as tiver causado, na fórmula do art. 165. Mas, se as irregularidades fõrem apparecendo e praticando nos actos do processo que toção ao 1º conselho, preterindo-se ou contrariando-se o que está disposto nos arts. 242 até 253, deve o juiz de direito obstar a ellas cumprindo com o que lhe incumbe o art. 46, §§ 3º, 4º, 5º e 6º. — Av. de 2 de Julho de 1834.

²¹⁷ O Aviso de 26 de Outubro de 1833 declara que se deve entender na sessão periodica como no art. 323.

presidente e um secretario; depois do que conferenciarão sobre cada processo que fôr submettido ao seu exame pela maneira seguinte.

Art. 244. Finda a leitura de cada processo, que será feita pelo secretario, e qualquer debate que sobre elle se suscitar, o presidente porá a votos a questão seguinte:

— Ha neste processo sufficiente esclarecimento sobre o crime e seu autor para proceder á accusação?

Se a decisão fôr affirmativa, o secretario escreverá no processo as palavras:

— O jury achou materia para accusação²¹⁸.

Art. 245. Se, porém, a decisão fôr negativa por não haver sufficiente esclarecimento sobre o crime ou seu autor, o presidente dará as ordens necessarias para que sejam admittidos na sala da sua conferencia o queixoso, o denunciante ou o promotor publico, e o réo, se estiver presente, e as testemunhas, uma por uma, para ratificar-se o processo, sujeitando-se todas essas provas a novo exame.

Art. 246. Nas ratificações dos processos, o secretario apenas apontará por minuta as respostas discordantes das que se achão nos autos, dadas pelas mesmas pessoas.

Art. 247. Nas ditas ratificações tambem não se admittirão testemunhas novas, salvo sómente quando não vier designado o autor do crime no processo.

Art. 248. Finda a ratificação do processo, ou formada a culpa, o presidente fará sahir da sala as pessoas admittidas, e depois do debate, que se suscitar entre os jurados, porá a votos a questão seguinte:

²¹⁸ No caso de empate, deve seguir-se a parte mais favoravel ao réo. — Dec. de 22 de Agosto de 1833, referindo-se á Resolução de 9 de Novembro de 1830, art. 3º.

— Procede a accusação contra alguém?

O secretario escreverá as respostas pelas fórmulas seguintes:

— O jury achou materia para accusação contra F. ou F.

— O jury não achou materia para accusação²¹⁹.

Art. 249. As buscas, prisões, notificações, que o jury resolver, serão communicadas por officio do presidente ao juiz de direito, que as recommendará aos juizes de paz respectivos; e quando estas diligencias sejam essenciaes ao seguimento da causa, o presidente a poderá suspender até que ellas sejam satisfeitas.

Art. 250. Decidido qualquer processo, voltarão os jurados á primeira sala, e ahi repetirá o seu presidente em voz alta a decisão escripta²²⁰.

Art. 251. Quando a decisão fôr negativa, o juiz de direito, por sua sentença lançada nos autos julgará de nenhum effeito a queixa ou denuncia.

Art. 252. Se a decisão fôr affirmativa, a sentença declarará que ha lugar a formar-se accusação, e ordenará a custodia do réo, e

²¹⁹ Podem os juizes assignar-se com a declaração de vencidos, mas não com a de suspeitos. — Av. de 3 de Janeiro de 1834. Vide nota ao art. 270.

O jury, no caso do art. 248, póde comprehender na pronuncia individuos contra quem se não tivesse dirigido a denuncia ou queixa, e a pronuncia do juiz de paz, por isso que dar-se ao jury essa faculdade é uma consequencia das disposições do art. 248, combinadas com as dos antecedentes 245 e seguintes, segundo as quaes a ratificação do processo tem lugar quando falta sufficiente esclarecimento sobre o crime ou seu autor, ou quando não vem designado no processo o autor do crime, e depois da ratificação, ou formada a culpa, tem de responder á questão vaga e indefinida: — Procede a accusação contra alguém? — Av. de 16 de Outubro de 1838.

²²⁰ Deve este artigo ser observado restrictamente. — Av. de 26 de Outubro de 1833.

Quando, porventura, o presidente do jury fizer, por despacho, voltar algum conselho á sua sala secreta, para sanar alguma irregularidade, não póde o mesmo conselho pôr de novo uma questão, e resolver o que já estava resolvido, e decidir de um modo o que já estava decidido de outro; mas sim deve-se limitar aos termos do despacho e nada alterar de tudo o mais.

E o que se deduz do Accórdão do Supremo Tribunal de 23 de Maio de 1863, recorrente Prudencio Rodrigues de Almeida e recorrida a justiça.

sequestro nos impressos, escriptos, ou gravuras pronunciadas, havendo-as.

Art. 253. Se algum queixoso recorrer para os jurados do juiz de paz não pronunciar aquelle de quem se queixou, compete ao primeiro conselho decidir, se achar materia para accusação; e neste caso se procederá na fórma dos arts. 245, 246, 247, 248, 249 e 250.

Fórmula do juramento.

Juro pronunciar bem e sinceramente nesta causa; haver-me com franqueza e verdade, só tendo diante dos meus olhos Deos e a Lei, e proferir o meu voto segundo a minha consciencia.

CAPITULO II.

Do segundo conselho de jurados, ou jury de sentença²²¹.

Art. 254. Declarando o primeiro conselho de jurados que ha materia para accusação, o accusador offerecerá em juizo o seu libello accusatorio dentro de vinte e quatro horas²²², e o juiz de direito mandará

²²¹ Os processos em que ao tempo da publicação do Codigo já houvesse pronuncia, convindo o réo pôr termo nos autos, serão preparados de libello e contestação dentro de prazos sufficientes e iguaes para ambas as partes, e logo submittidos ao segundo conselho de jurados, para o que os juizes de direito podem convoca-lo extraordinariamente. — Dec. de 22 de Agosto de 1833, art. 3º.

O mesmo Decreto, no art. 4º, determina que onde houver mais de um juiz de direito, cada um delles poderá convocar ao mesmo tempo um jury de sentença, observando-se então, pelo que diz respeito ao promotor publico, o que está disposto no art. 38 deste Codigo.

Os processos pendentes no segundo conselho de jurados devem ficar em guarda do escrivão. — Av. de 26 de Outubro de 1833.

Quando fôr necessario nomear defensor a algum réo, se poderá constranger a qualquer advogado do auditorio, comminando-lhe a pena de desobediencia, e formando-se o processo della nos termos dos arts. 203 e 204, no caso de se verificar. — Av. de 21 de Novembro de 1835.

²²² O que não obedecido traz ao processo falta substancial. — Sup. Trib., Acc. de 3 de Setembro de 1859, recorrente João Adrião Chaves, recorrida D. Luiza Maria Angela de Brito.

As vinte e quatro horas para a apresentação do libello correm do momento da decisão do primeiro conselho, porquanto o accusador se deve achar preparado e presente em juizo, em virtude das citações e editaes que precedem a convocação do mesmo jury, na fórma dos arts. 236 e 237 deste Codigo; e tanto a lei os julga notificados, que, se não comparecerem, são lançados de accusar, como é expresso no art. 221, não havendo

notificar o accusado para comparecer na mesma sessão dos jurados, ou na proxima seguinte, quando na presente não seja possivel ultimar-se a accusação²²³.

Art. 255. A notificação do réo, para responder na mesma sessão, será feita tres dias pelo menos antes do encerramento della, e será acompanhada da cópia do libello, da dos documentos, e do rol das testemunhas²²⁴.

Antes deste prazo poderá ser feita em qualquer occasião.

Art. 256. Para a declaração de que não é possivel ultimar-se a accusação na mesma sessão, o juiz de direito o proporá ao conselho dos jurados, e o que fôr decidido pela maioria absoluta de votos dos membros presentes será observado²²⁵.

disposição d'onde se possa deduzir a necessidade de nova citação. E não vindo o accusador com o libello dentro das vinte e quatro horas, deve ser lançado e continuado o processo com vista ao promotor, para que tenha mais rapido andamento, segundo as vistas deste artigo. Se o accusador não vier com o libello em tempo, e se o crime não fôr daquelles em que o promotor pode intervir, ficará a accusação perempta. Sendo claro que, devendo alguém dar baixa na culpa em taes casos, e nos de perdão, depois de julgada a criminalidade pelo primeiro conselho, nos crimes em que não ha lugar a denuncia, ao juiz de direito pertence dar a sobredita baixa na culpa do réo. — Av. de 25 de Agosto de 1834.

Por Accórdão de 30 de Abril de 1864, recorrente Adão Duarte, recorrido Victorino da Silva Leitão, o Supremo Tribunal declarou que não procedêra regularmente o escrivão, que não ajuntou logo aos autos um libello, que lhe foi apresentado, mas não em papel sellado, pois bem devia saber que a falta de pagamento de sello não paralysa o andamento dos processos crimes; e que, portanto, não póde ser imputada ao autor a falta de não ter sido apresentado o libello no prazo da lei, quando effectivamente foi apresentado no dia seguinte ao da intimação para isso, sendo a culpa do escrivão.

²²³ As sentenças de pronuncia, nos crimes individuaes, proferidas pelos chefes de policia, juizes municipaes, e as dos delegados e subdelegados que forem confirmadas pelos juizes municipaes, sujeitão os réos á accusação, e a serem julgados pelo jury, procedendo-se na fórmula indicada nos arts. 254 e seguintes do Cod. do Proc. Crim. — Art. 54 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²²⁴ Não ter o réo recebido em tempo as cópias determinadas pela lei é nullidade. Assim declarou a Relação da Côrte nos Acc. ns. 4189 e 4201 de 12 de Dezembro de 1862, 4257 e 4271 de 10 de Março de 1863. Tratando, apenas, da cópia do libello, no mesmo sentido decidio o Acc. n. 5959 de 6 de Dezembro de 1867. E tendo sido entregue a cópia do libello, mas não o rol das testemunhas, o Sup. Trib., no feito n. 1762, por Acc. de 9 de Maio de 1863, declarou ter sido preterida uma *fórmula substancial*.

²²⁵ Da combinação do art. 254 com o 256 vê-se que aos jurados pertence dar maiores prazos, tanto para a accusação, como para a defesa. — Av. de 7 de Janeiro de 1834.

Art. 257. Nenhum privilegio isenta a pessoa alguma (excepto aquelles que têm seus juizos privativos expressamente designados na Constituição) de ser julgada pelo jury do seu domicilio, ou do lugar do delicto²²⁶.

Art. 258. Quando no jury de accusação se decidir que ha materia para accusação, e a responsabilidade recahir sobre pessoas que tenham seus juizos privativos pela Constituição, serão remettidos os autos ex-officio pelo juiz de direito ao tribunal competente.

Art. 259. Formado o segundo conselho, que deve ser de doze jurados, guardadas todas as formalidades que estão prescriptas para a formação do primeiro, e prestado o mesmo juramento, o juiz de direito²²⁷ fará ao accusado as perguntas que julgar convenientes sobre os artigos do libello, ou contrariedade; e aquelles factos sobre que as partes concordarem assignando os artigos que lhes fôrem relativos, não serão submettidos ao exame dos jurados²²⁸.

Art. 260. Findo o interrogatorio, o escrivão lerá²²⁹ todo o processo de formação de culpa, e as ultimas respostas do réo, que estaráõ nelle escriptas.

²²⁶ Qualquer individuo que tenha commettido delicto em um municipio em que não seja morador, deverá ser julgado no lugar do delicto, não só por se achar a jurisdição preventa, como porque o art. 160, § 3º, dá somente ao queixoso a escolha de um dos dous lugares. — Av. de 4 de Março de 1835.

Sendo a pena do crime de ameaças seis mezes de prisão e multa correspondente a duas terças partes do tempo, e excedendo ella á alçada das autoridades policiaes, só ao jury pertence o julgamento desse crime. — Av. de 19 de Janeiro de 1856.

A accusação poderá ser feita por procurador, precedendo licença do juiz, quando o autor tiver impedimento que o prive de comparecer. — Art. 92 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Quando nas rebelliões ou sedições entrarem militares, serão estes julgados pelas leis e tribunaes militares. — Dita Lei, art. 109.

²²⁷ O juiz de direito deve rubricar e assignar o interrogatorio feito ao réo como determina o art. 99 do Cod. do Proc. — Acc. da Relação da Côrte de 17 de Agosto de 1846.

²²⁸ Vide nota aos arts. 238 e 242.

²²⁹ Fórmula substancial. — Acc. do Sup. Trib. de 3 de Setembro de 1859, recorrente Manoel Pinto de Carvalho e recorridos José Pedro dos Santos e outros.

Art. 261. O advogado do accusador abrirá o Codigo, e mostrará o artigo, e gráo da pena em que pelas circumstancias entende que o réo se acha incurso; lerá outra vez o libello, depoimentos, e respostas do processo de formação de culpa, e as provas com que se acha sustentado²³⁰.

Art. 262. As testemunhas do accusador serão introduzidas na sala da sessão, e jurarão sobre os artigos, sendo primeiro inquiridas²³¹ pelo accusador, ou seu advogado ou procurador e depois pelo réo, seu advogado, ou procurador²³².

Art. 263. Findo este acto, o advogado do réo desenvolverá sua defesa, apresentando a Lei, e referindo os factos, que sustentão a innocencia do réo, deduzidos em artigos succintos e claros.

Art. 264. As testemunhas do réo serão introduzidas, e jurarão sobre os artigos, sendo inquiridas primeiro pelo advogado do réo, e depois pelo do accusador ou autor²³³.

Art. 265. O autor ou accusador, seu advogado ou procurador; e por ultimo o réo, seu advogado ou procurador, replicarão verbalmente aos argumentos contrarios, e poderão requerer a repergunta de alguma ou de algumas testemunhas já inquiridas; ou a inquirição de mais duas de novo, para pleno conhecimento de algum ou alguns artigos, ou pontos

²³⁰ A qualquer advogado que atacar o jury se devem applicar as penas do art. 241 do Codigo Criminal, pertencendo ao juiz de direito puni-los, em conformidade do art. 46, § 4º do Codigo do Processo. — Av. de 16 de Junho de 1834.

²³¹ É nullidade não terem sido inquiridas as testemunhas antes do julgamento. — Acc. da Relação da Côrte de 23 de Novembro de 1855, na appellação n. 2097.

²³² O juiz de direito não percebe emolumentos por esta inquirição. — Av. de 21 de Outubro de 1833.

Seus depoimentos serão escriptos, se as partes o requererem. — Av. de 25 de Novembro de 1834.

Vide nota 115.

²³³ Vide nota ao art. 262.

Os arts. 263 e 264 são geraes, e, como taes, geral e indistinctamente se devem observar a respeito de todos os processos que pertencerem ao conhecimento e julgamento do jury. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

contestados, ou para provar contra algumas testemunhas qualidades que as constituem indignas de fé²³⁴.

Art. 266. Se depois dos debates o depoimento de uma ou mais testemunhas, ou documento, fôr arguido de falso com fundamento razoavel, o juiz de direito incontinentemente examinará esta questão incidente summaria e verbalmente, suspensa no entretanto a principal; e verificado o negocio sufficientemente, será a testemunha ou testemunhas, ou a pessoa que tiver apresentado o documento, remetida com todos os esclarecimentos ao jury de accusação para resolver sobre o caso²³⁵.

Art. 267. Na hypothese do artigo antecedente, continuará o processo sem attenção ao depoimento da testemunha suspeita de falsa, se os jurados entenderem que podem pronunciar a sua decisão.

Art. 268. No periodo das discussões tomarão os jurados as notas que lhes parecerem, ou do processo escripto, ou das allegações

²³⁴ Vide o Acc. da Relação da Côrte de 22 de Maio de 1868, em nota ao art. 61 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²³⁵ Supposto se possa deduzir dos arts. 134 e seguintes, e 152, que a producção de documentos por parte do autor só tem lugar nos actos conducentes á formação da culpa, contudo compre admitti-lo tanto ao autor como ao réo, para corroborar a accusação ou a defesa, para melhor administração da justiça, visto não haver expressa prohibição em algum artigo do Codigo do Processo, e antes no art. 266 suppôr offerecimento de documentos no 2º conselho dos jurados. — Av. de 3 de Abril de 1836.

Si depois dos debates o depoimento de uma ou mais testemunhas, ou um ou mais documentos, fôrem arguidos de falsos com fundamento razoavel, o juiz de direito examinará logo esta questão incidente, e a decidirá summaria e verbalmente, fazendo depois continuar o processo da causa principal; e, no caso de entender, pelas averiguações a que proceder, que concorrem vehementes indicios de falsidade, proporá em primeiro quesito aos jurados, no mesmo acto em que fizer os outros sobre a causa principal: — Se os jurados podem pronunciar alguma decisão a respeito dessa causa principal sem attenção ao depoimento ou documento arguido de falso. — Art. 55 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Retirando-se os jurados, se decidirem afirmativamente esta questão, responderão aos outros quesitos sobre a causa principal; resolvendo-a, porém, negativamente, não decidirão a causa principal, que ficará suspensa e dissolvido esse conselho. — O juiz de direito em ambos os casos remetterá a cópia do documento ou depoimento arguido de falso, com os indiciados delinquentes, ao juiz competente, para formação da culpa. — Dita Lei, art. 56.

Formada a culpa, no caso de que a decisão da causa principal tenha ficado suspensa, será ella decidida conjunctamente por novo conselho de jurados, com a causa de falsidade arguida. — Dita Lei, art. 57.

verbaes, e respostas que ouvirem, rompendo-as logo que lhes não fôrem necessarias.

Art. 269. Achando-se a causa no estado de ser decidida, por parecer aos jurados que nada mais resta a examinar, o juiz de direito, resumindo com a maior clareza possivel toda a materia da accusação e da defesa, e as razões expendidas pró e contra, proporá por escripto ao conselho as questões seguintes²³⁶:

§ 1º Se existe crime no facto, ou objecto da accusação?

§ 2º Se o accusado é criminoso?

§ 3º Em que gráo de culpa tem incorrido?²³⁷

§ 4º Se houve reincidencia? (se disso se tratar).

§ 5º Se ha lugar á indemnização?²³⁸

Art. 270. Retirando-se os jurados á outra sala, conferenciarão sós, e a portas fechadas, sobre cada uma das questões propostas, e o que

²³⁶ Vide art. 58 e seguintes da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e 36 e seguintes do respectivo Regulamento.

²³⁷ Não ha dependencia de designação do gráo da culpa para a imposição da pena nos delictos de que trata o art. 1º da Lei de 10 de Junho de 1835, por isso que alli se impõe sempre a de morte. Quanto, porém, ás penas de que faz menção o art. 4º da mesma Lei, não se verificando os dous terços que se exigem para a imposição da de morte, mas sómente a maioria de votos, dever-se-ha observar o disposto no art. 332 do Codigo do Processo Criminal, que não está revogado, e que manda impôr a pena immediata: e não havendo maioria, deve seguir-se a absolvição do réo, como é expresso na Resolução de 22 de Agosto de 1833. — Av. de 4 de Outubro de 1837.

²³⁸ Em nenhum caso tem lugar o procedimento de sequestro contra os delinquentes, qualquer que seja o delicto commettido, porque as disposições do art. 179, § 20 da Constituição, dos arts. 21 e seguintes do Codigo Criminal, arts. 100 e seguintes, arts. 233, 234, 291 e 338 deste Codigo, tornarão invigorosas e sem effeito as da Ord., Liv. 5º, Tit. 127. — Av. de 15 de Janeiro de 1839.

A indemnização em todos os casos será pedida por acção civil, ficando revogado o art. 31 do Codigo Criminal e o § 5º do art. 269 do Codigo do Processo. Não se poderá, porém, questionar mais sobre a existencia do facto, e sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se achem decididas no crime. — Art. 68 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Vide o Accórdão do Supremo Tribunal, de 2 de Setembro de 1859, em nota ao art. 338.

fôr julgado pela maioria absoluta de votos será escripto e publicado, como no jury de accusação²³⁹.

Decidida a primeira questão negativamente, não se tratará mais das outras²⁴⁰.

Art. 271. Se a decisão fôr negativa, o juiz de direito por sua sentença nos autos, absolverá o accusado²⁴¹, ordenando a sua soltura immediata (no caso que elle tenha sido posto em custodia), e o levantamento do sequestro dos impressos, gravuras, etc., se o crime fôr por abuso de expressão de pensamento.

Art. 272. Se a decisão fôr affirmativa, a sentença condemnará o réo na pena correspondente, ordenando a suppressão das peças denunciadas, sendo a accusação de abuso de expressão de pensamento²⁴².

²³⁹ No caso de empate, quer sobre a condemnação, quer sobre o gráo de pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao réo. — Dec. de 22 de Agosto de 1833, referindo-se á Resolução de 9 de Novembro de 1830, art. 3º.

Podem assignar-se com a declaração de *vencidos*, que serve não só para tranquillisar a consciencia dos votantes, como tambem por ser meio de conhecer-se com exactidão o numero dos votos contrarios ou favoraveis ao réo. Não podem, porém, assignar-se com a declaração de *suspeitos*, porque a suspeição impede de ser juiz, e deve ser declarada, ou antes de se entrar no conhecimento do processo, ou logo que se manifeste o motivo que torne o juiz suspeito. — Av. de 3 de Janeiro de 1834.

Todas as decisões do jury deverão ser dadas em escrutinio secreto: nem se poderá fazer declaração alguma no processo por onde se conheça quaes os jurados vencidos e quaes os vencedores. — Lei da reforma, art. 65.

Sobre o modo da votação, vide nota ao art. 332.

²⁴⁰ O empate a respeito da questão principal importa decisão negativa. — Accórdão da Relação da Côrte, de 17 de Setembro de 1850.

²⁴¹ Não é licito aos juizes de direito deixarem de conformar-se com a decisão dos juizes de factos. — Av. de 13 de Abril de 1835.

Os juizes de direito devem executar as decisões do jury ainda que se não conformem com ellas. — Av. de 4 de Ferereiro de 1835.

Á vista do disposto neste artigo e nos arts. 380 e 381 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, bem como nos antecedentes e subsequentes, é evidente que a sentença deve ser proferida em seguimento e na mesma sessão do jury. — Av. de 8 de Novembro de 1854.

²⁴² Ao juiz de direito pertence a applicação da pena, a qual deverá ser no gráo maximo, médio ou minimo, segundo as regras de direito, á vista das decisões sobre o facto proferidas pelos jurados. — Art. 57 da Lei de 3 de Dezembro.

O juiz de direito appellará ex-officio se entender que o jury proferiu decisão sobre o ponto principal da causa, contraria á evidencia resultante dos debates, depoimentos e

Art. 273. Se fôr affirmativa só quanto ao abuso, mas negativa quanto a ser criminoso o accusado, o juiz de direito o absolverá, e o mandará immediatamente soltar (se tiver sido posto em custodia); mas ordenará a suppressão das peças denunciadas, sendo a accusação de abuso de expressão do pensamento.

Art. 274. Se, nas peças mandadas sequestrar, apparecer claramente provada a existencia de um ou outro facto criminoso, distincto do que faz o objecto da accusação, e pelo qual haja lugar o officio do promotor, por ser delicto publico, o mesmo promotor se servirá dos autos como corpo de delicto, e requererá ao juiz de direito a convocação do juy pelo facto denunciado e provado.

CAPITULO III.

De varias disposições communs ao jury de accusação, e sentença, e peculiares aos casos de abuso da liberdade de exprimir os pensamentos.

Art. 275. Entrando-se no sorteamento para a formação do segundo conselho, e á medida que o nome de cada um juiz de facto fôr sendo lido pelo juiz de direito, farão o accusado e o accusador suas recusações sem as motivarem²⁴³.

provas perante elle apresentadas; devendo em tal caso escrever ao processo os fundamentos de sua convicção contraria, para que a Relação, á vista dellas, decida se a causa deve ou não ser submettida a novo jury. Nem o réo, nem o accusador ou promotor terão direito de sollicitar este procedimento da parte do juiz de direito, o qual não o poderá ter, se, immediatamente que as decisões do jury forem lidas em publico, elle não declarar que appellará ex-officio, o que será declarado pelo escrivão do jury. — Dita Lei, art. 79, § 1º.

Tambem appellará ex-officio o juiz de direito, se a pena applicada for de morte ou de galés perpetuas. — Dita Lei, art. 79, § 2º.

²⁴³ Se, feitas as recusações, se derem por suspeitos tantos juizes que não se possa continuar no julgamento, havendo na casa menos de 60 jurados, dever-se-ha recorrer ao remedio do art. 315 do Código do Processo para a continuação da sessão. — Av. de 2 de Julho de 1834.

Vide nota ao art. 356 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

O accusado poderá recusar doze, e o accusador depois delle, outros tantos tirados á sorte²⁴⁴.

Art. 276. Se os accusados fôrem dous, ou mais, poderão combinar suas recusações, mas, não combinando ser-lhes-ha permittida a separação do processo, e nesse caso cada um poderá recusar até doze.

Art. 277. São inhibidos de servir no mesmo conselho: ascendentes e seus descendentes, sogro e genro, irmãos e cunhados, durante o cunhadio.

Destes o primeiro que tiver sahido á sorte é que deve ficar²⁴⁵.

Art. 278. Preenchido o numero dos juizes de facto, que effectivamente hão de formar o jury de sentença, o juiz de direito lhes tomará o juramento. Na prestação dos juramentos basta que o primeiro que o dêr leia a fórmula, dizendo depois cada um dos outros — Assim o juro —

Art. 279. Qualquer cidadão póde representar ao promotor, para este officiar-nos casos em que o deve fazer, para o que lhe

²⁴⁴ Mas os recusados hão podem mais ser aceitos para completar numero de juizes, porque isso importa uma transacção entre promotor e partes, que não é admissivel nem por parte do promotor nem do juiz. — Av. n. 6 de 10 de Janeiro de 1854.

²⁴⁵ O Codigo, estendendo a este tribunal esta prohibição expressa no Decreto de 23 de Julho de 1698 e reproduzida no Aviso de 21 de Agosto de 1794, não teve por fim limitá-la a este tribunal, antes pelo contrario, generalisando-a, como que lhe deu mais força e vigor. Assim não deve um juiz municipal conhecer das pronuncias proferidas por seu irmão; não sendo todavia necessario que se declare suspeito. — Av. de 26 de Abril de 1849.

Vide nota ao art. 247 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842.

Este artigo não inhibe de servirem no mesmo conselho dons primos-irmãos, pelo que o Supremo Tribunal entendeu dever annullar uma decisão, em que intervierão jurados incompetentes, por não serem os primeiros sorteados, na fórmula deste Codigo, visto que destes não fôrão dous aceitos pelo fundamento de serem primos-irmãos de outros já sorteados. — Accórdão de 29 de Julho de 1865.

Na appellação n. 6231, no accórdão de 9 de Outubro de 1868 a Relação deu como nullidade ter sido julgado inhibido de servir no conselho um dos jurados sorteados, por ser sogro do juiz de direito, quando não era isso motivo legitimo de escusa, segundo este art. 277; o que deu lugar a que fosse substituido por outro que assim ficou incompetente.

Na appellação n. 7237, accórdão de 19 de Dezembro de 1871, mandou o tribunal o appellado a novo jury além de outros motivos pela irregularidade do sorteio dos 12 membros do conselho, não fazendo-se menção dos nomes dos jurados impedidos.

suhministrará o conhecimento e instrucções do crime, cuja denuncia propuzer, com declaração do tempo, do lugar e das testemunhas presenciaes ao acto denunciado²⁴⁶.

Art. 280. Participando o promotor por escripto ao juiz de direito que o impressor faltou á sua obrigação, procederá o juiz de direito ex-officio, mandando autuar a participação, e, sem mais formalidade que a audiencia do impressor, lhe imporá a pena, ou lh'a relevará como fôr justo²⁴⁷.

Art. 281. Todas as questões incidentes, de que dependerem as deliberações finaes, em um ou em outro jury, serão decididas pelos juizes de facto, ou pelo juiz de direito, segundo a materia pertencer a uma ou outra classificação; havendo duvida se a questão é de facto ou de direito, o juiz de direito decidirá com recurso para a Relação²⁴⁸.

Art. 282. Na occasião do debate (mas sem interromper a quem estiver fallando), e antes que as questões do art. 269 sejam propostas, póde qualquer juiz de facto fazer as observações que julgar convenientes, fazer interrogar de novo alguma testemunha, e pedir que o jury vote sobre qualquer ponto particular de facto que julgar de importancia.

Art 283. Quando fôrem dous ou mais os réos, o juiz de direito proporá ao jury sobre cada um delles em particular as questões do art. 269.

²⁴⁶ Mesmo nos casos de responsabilidade de empregados publicos. — Av. de 18 de Outubro de 1834.

²⁴⁷ Este artigo está derogado, diz o Aviso n. 462 de 12 de Outubro de 1869.

²⁴⁸ Dada perante o jury a questão de prescripção, deve ella ser decidida pelo juiz de direito. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Vide arts. 71 e 72 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Sobre o modo por que se processa este recurso, vide nota ao art. 292.

Vide entre os accórdãos colleccionados por Mafra, o que vem á pag. 40 do 2º vol.

O recurso de que trata o art. 281 do Codigo do Processo fica convertido em agravo no auto do processo. — Art. 17 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 e 26 do respectivo Regulamento.

Art. 284. Tambem separará as questões, quando os pontos da accusação fôrem diversos²⁴⁹.

Art. 285. Dos despachos do juiz de direito sobre a organização do processo, e quaesquer diligencias precisas, não haverá agravo de petição ou instrumento²⁵⁰.

Art. 286. Os nomes dos multados, assim como as quantias das multas, serão declarados em editaes do juiz de direito; e o escrivão que fôr do processo remetterá uma cópia do termo, ou da sentença

²⁴⁹ Quando os pontos da accusação fôrem diversos o juiz de direito proporá acerca de cada um delles os quesitos indispensaveis, e os mais que julgar convenientes. — Art. 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

No accórdão de 5 de Março de 1850, recorrente José Thomaz de Aquino, recorrida a justiça, diz o Supremo Tribunal: “E porquanto os referidos quesitos tornão indubitavelmente ostensivo o englobamento, e portanto a dita connexão, que alias o libello e mais actos do processo não podião fazer admittir, exigindo ao contrario toda a distincção e divisão, e mesmo a regular e completa enunciação de todas as circumstancias oferecidas a cada modos delictos, attendendo assim á maior claresa e a evitar cautelosamente qualquer confusão, afim de não induzir a minima difficuldade no espirito dos juizes de facto, deixando-os alias libertos de duvidas e bem esclarecidos em ordem a poderem dar, como devem, e a isso levando-os o juiz, respostas sempre claras, mesmo a respeito de todas as entidades e circumstancias relativas, subordinadas a sua decisão; e porquanto igualmente se encontra o mesmo englobamento nas respostas a fl., explicando-se os juizes nos 4º e 5º quesitos respectivos as circumstancias aggravantes, ainda em attenção aos dous diversos delictos, á imitação do que nos correspondentes aos quesitos praticára o juiz, e imporia que esta fórmula substancialissima e cardinal appareça em um rigoroso e estricto modelo, que por modo algum possa ser destruido, e muito menos por meio de interpretações e demais extensivas á graciosa explicação das intenções dos juizes, qual se dá no accórdão recorrido, pois assim se franquearia a illusão de garantia tão capital que nessa fórmula inalteravel o direito consagrou, é obvio que o mencionado accórdão, não a julgando preterida, sanccionou esses actos apontados como legaes, e esqueceu que devia dar implemento ao art. 234 do Codigo do Processo Criminal, ao art. 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, etc., etc.”

No accórdão do mesmo tribunal, de 9 de Maio de 1863, feito n. 1762, ainda se lê: “... nullidade manifesta porque attentas as circumstancias do crime por que foi o recorrente accusado, devia o juiz fazer dous quesitos e de conformidade com o libello: 1º, se o réo tinha espancado o offendido; 2º, se do espancamento resultou a morte; porque não resultar a morte do espancamento, etc., etc.”

Na appellação n. 6257, accórdão de 4 de Dezembro de 1868 a Relação da côrte declarou nullidade não ter o juiz de direito observado a fórmula substancial deste art. 284 e do 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, fazendo duas séries distinctas de quesitos sobre os dous diversos crimes por que foi o réo accusado e suas circumstancias.

²⁵⁰ Vide art. 46, § 1º deste Codigo, e 458, § 10 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e 71 e 72 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

condemnatoria á camara municipal, a que pertencer, para proceder á cobrança e fazê-la publicar pela imprensa, se a houver no lugar²⁵¹.

Igual publicação se fará dos nomes dos jurados que mais assíduos fôrem em assistir ás sessões.

Art. 287. Os presidentes das camaras municipaes providenciarão sobre todas as cousas precisas, á requisição do juiz de direito: outro tanto farão os juizes de paz das cabeças dos julgados²⁵².

Art. 288. As sessões dos jurados serão todas publicas, excepto quando houver votação; mas ninguem assistirá a ellas com armas, ainda que não sejam das defesas, de qualquer natureza que fôrem sob pena de ser preso, como em flagrante, e punido com as penas impostas aos que usão de armas defesas.

Art. 289. Os jurados que servirem no jury de accusação, não entrarão no de julgamento²⁵³. Os que comparecerem em uma sessão não servirão em outra enquanto não tiverem servido todos os alistados, ou não o exigir a necessidade por falta absoluta de outros²⁵⁴.

²⁵¹ O termo ou cópia da sentença de que falla este artigo se deve remetter á camara a cujo municipio pertencer o multado, para que ella proceda como está determinado. — Av. de 19 de Junho de 1834.

²⁵² Comquanto as maltas impostas aos jurados facão actualmente parte da renda geral, conforme o art. 27 da Lei de 26 de Setembro de 1867, continúa a obrigação de concorrerem as camaras municipaes com as despesas para o expediente do jury, devendo para esse fim consignar em seus orçamentos as quantias necessarias. — Av. de 20 de Novembro de 1869.

²⁵³ Este artigo está revogado até este ponto.

²⁵⁴ Esta disposição estende-se aos supplentes á vista do art. 6º do Decreto n. 693 de 31 de Agosto de 1850. — Av. de 8 de Junho de 1866.

Para que o jurado seja dispensado de uma sessão, não basta que compareça, mas é preciso que sirva effectivamente em uma sessão periodica, sendo incoherente que seja dispensado de duas sessões em razão de uma causa que póde ter deixado de existir. — Av. de 2 de Abril de 1836.

Art. 290. A liquidação das perdas e danos, quando se julgar que tem lugar, será feita por arbitros²⁵⁵.

Art. 291. No caso de impossibilidade do pagamento das multas, serão commutadas na terça parte mais da pena de prisão, comminada nos respectivos artigos²⁵⁶.

CAPITULO IV.

Dos recursos²⁵⁷.

Art. 292. Não haverá outros recursos, nem meios de defesa, além dos declarados neste Codigo²⁵⁸.

²⁵⁵ O perdão ou minoração das penas impostas aos réos não os exime, na fórmula do art. 66 do Codigo do Processo, da obrigação de satisfazerem o mal causado em toda a sua plenitude, e menos ainda as custas do processo. — Av. de 3 de Dezembro de 1845.

Vide nota ao art. 259, § 5º, e ao art. 57.

A indemnização em todos os casos será pedida por acção civil. — Art. 68 da Lei de 3 de Dezembro.

Vide nota ao art. 269.

Vide nota ao art. 68 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁵⁶ Não ha antinomia entre o art. 291 do Codigo do Processo os arts. 32, 55 e 57 do Codigo Criminal. — Av. de 17 de Junho de 1836.

²⁵⁷ Qualquer recurso da parte accusadora nunca é suspensivo da absolvição do accusado. — Av. de 6 de Outubro de 1834.

Não ha recurso algum das sentenças que condemnão os escravos pelos crimes especificados na Lei de 10 de Junho de 1835. — Lei de 10 de Junho de 1835, art. 3º.

²⁵⁸ O Decreto de 16 de Dezembro de 1834, referindo-se aos Avisos de 18 e 26 de Setembro do mesmo anno, dirigidos ao juiz municipal da côrte, dá a entender que das sentenças dos juizes municipaes, em causas policiaes, ha recurso para as juntas de paz com effeito suspensivo.

Da decisão, que declara improcedente o corpo de delicto, dar-se-ha recurso para a Relação do districto quando a decisão fôr proferida pelos juizes de direito ou chefes de policia, e para o juiz de direito, quando proferida por outras autoridades judicarias inferiores. — Art. 69, § 2º, e art. 70 da Lei de 3 de Dezembro.

Da decisão contra a prescripção allegada dar-se-ha recurso para a Relação do districto, quando for proferida pelos juizes de direito ou chefes de policia, e para o juiz de direito, quando proferidas por outras autoridades judicarias inferiores. — Dita Lei, art. 69, § 6º, e art. 70.

Da decisão que concede soltura em consequencia de *habeas corpus* dar-se-ha recurso para a Relação do districto, quando fôr proferida pelos juizes de direito ou chefes de policia, e para o juiz de direito quando proferida por outras autoridades judicarias inferiores. Este recurso será interposto ex-officio. — Dita Lei, art. 69, § 7º, e art. 70.

O recurso dos despachos do juiz de direito, de que tratão os arts. 281 e 285, será interposto para a relação. — Dita Lei, art. 71.

Estes recursos não terão effeito suspensivo, e serão interpostos dentro de cinco dias, contados da intimação ou publicação em presença das partes ou seus procuradores, por

Art. 293. Da decisão do juiz de paz, que obriga a termo de bem-viver, de segurança, ou a apresentar passaporte, haverá recurso sem suspensão para a junta de paz²⁵⁹.

Art. 294. Da decisão do juiz de paz, que obriga, ou não obriga o denunciado a prisão, ou que concede ou denega a fiança, haverá recurso sem suspensão para o juiz de direito²⁶⁰.

uma simples petição assignada, na qual devem especificar-se todas as peças dos autos de que se pretenda traslado para documentar o recurso. — Dita Lei, art. 72.

Dentro de cinco dias, contados da interposição do recurso, deverá o recorrente ajuntar á sua petição todos os ditos traslados e razões; e, se dentro desse prazo o recorrido pedir vista, ser-lhe-ha concedida por cinco dias, contados daquelle em que findarem os do recorrente, e ser-lhe-ha permitido ajuntar as razões e traslados que quizer. — Dita Lei, art. 73.

Com a resposta do recorrido, ou sem ella, será o recurso concluso ao juiz *a quo*; e, dentro de outros cinco dias, contados daquelle em que findar o prazo do recorrido ou do recorrente, se aquelle não tiver pedido vista, poderá o juiz reformar o despacho ou mandar ajuntar ao recurso os traslados dos autos que julgar convenientes, fundamentar o seu despacho. — Dita Lei, art. 74

Os prazos concedidos ao recorrente e recorrido para ajuntar traslados e arrazoados poderão ser ampliados até ao dobro pelo juiz, se entender que assim o exige a quantidade e qualidade dos traslados. — Dita Lei, art. 75.

O recurso deve ser apresentado na superior instancia dentro dos cinco dias seguintes, além dos de viagem, na razão de quatro leguas por dia, ou entregue na administração do correio dentro dos cinco dias. Nas Relações serão julgados esses recursos pelo modo estabelecido no art. 14 do seu regulamento. — Dita Lei, art. 76.

Para a apresentação do provimento do recurso ao juiz *a quo*, é concedido o mesmo tempo que se gasta para a sua apresentação na superior instancia, contando-se da publicação do mesmo provimento. — Dita Lei, art. 77.

Sobre o recurso que ha da inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, vide nota ao art. 23.

²⁵⁹ Da decisão que obriga a termo de bem-viver e de segurança, e a apresentar passaporte, dar-se-ha recurso para a Relação do districto quando a decisão fôr proferida pelos juizes de direito, ou chefes de policia, e para juiz de direito, quando proferida por outras autoridades judiciarias inferiores. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 69, § 1º, e art. 70.

Sobre o effeito e processo vide nota ao art. 292.

²⁶⁰ A disposição deste artigo não se estende a mais que aos casos especiaes e restrictos de que trata, não podendo o juiz de direito conhecer em caso de pronuncia senão da parte que obriga ou não obriga á prisão, podendo o indiciado ser despronunciado, unicamente pelo jury, em conformidade dos arts. 173, 174, 242 e seguintes deste o Codigo. — Avisos de 9 de Novembro de 1833, e 14 de Abril de 1835. — Não podem, portanto os juizes de direito, ou quem suas vezes fizer, despronunciarem alguém. — Av. de 14 de Abril de 1834.

Nenhum dos recursos dos juizes de paz para os de direito tem effeito suspensivo: para sua expedição não é necessaria audiencia das partes nem se admittirão quaesquer embargos. — Dec. de 6 de Maio de 1833, art. 7º. Devem ser interpostos dentro de cinco dias, art. 1º.

Art. 295. Da decisão do juiz de direito por bem do artigo antecedente, não haverá recurso algum senão o de revista.²⁶¹

Art. 296. Os recursos dos arts. 293 e 294 só podem ter lugar, sendo interpostos dentro em cinco dias, depois de publicadas as sentenças na presença das partes, ou depois de notificadas as mesmas partes, se não forão presentes á sua publicação²⁶².

Art. 297. Da decisão do juiz de paz, nos crimes que não lhe compete julgar haverá recurso para os jurados; nos outros para a junta de paz²⁶³.

A interposição será feita por termo assignado pela parte, e conterá expressa designação do juiz para quem se recorre, onde houver mais de um. — Dec. de 6 de Maio de 1833.

Os recursos devem ser apresentados dentro de cinco dias, contados do termo da interposição, quando o juiz de direito estiver no districto do juiz de paz de quem se recorre, ou até duas leguas de distancia, e no caso contrario terão mais tantos dias quantas fôrem as tres leguas que houver de distancia até ao lugar em que estiver o juiz de direito. — Dec. de 6 de Maio de 1833.

Para que o juiz de direito tome conhecimento do recurso, basta fazer-se um simples requerimento, documentado com certidão da culpa, da sentença ou despacho de que se recorre, e do termo da interposição. — Dec. de 6 de Maio de 1833, art. 3º.

O juiz de direito lança a sua decisão por despacho no requerimento. — Dito Dec., art 5º.

Deve-se apresentar ao juiz, de quem se recorreu, o despacho do juiz de direito no mesmo prazo de cinco dias, não valendo se ao tempo da apresentação já o recorrente não estiver sujeito ao juiz recorrido. — Dito Dec., art. 6º.

A decisão do juiz de direito que, por via de recurso, mandou admittir a fiança negada pelo juiz de paz, só póde ser suspensa no caso e nos termos do art. 155; e quando de outro mudo proceda o juiz de paz, ou não fôr a suspensão fundada em motivos ponderosos, deverá o juiz de direito fazer-lhe effectiva a responsabilidade. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

Da concessão ou denegação de fiança, e do seu arbitramento, dar-se-ha recurso para a Relação do districto, quando a decisão fôr proferida pelos juizes de direito ou chefe de policia e para o juiz de direito, quando proferida por autoridades judiciarias inferiores. — Art. 69, § 4º, e art. 70 da Lei de 3 de Dezembro.

Sobre o effeito e processo vide nota ao art. 292.

²⁶¹ Da decisão do juiz de direito, quando julgarem os processos preparados com as provas competentes, para julgamento final por bem do art. 1º do Dec. de 22 de Agosto de 1833, ha recurso para as Relações. — O mesmo Dec., art. 2º.

²⁶² Este artigo é sem duvida applicavel ao caso das fianças, não só porque é claramente comprehendido nella mas tambem porque, para ter lugar tomar-se o termo da fiança, preciso é que preceda despacho ou sentença do juiz, que declare o caso della. — Av. de 25 de Agosto de 1835.

²⁶³ Podem ser interpostos perante qualquer juiz que tenha os autos, aos quaes dará o competente andamento. Este recurso tem lugar mesmo quando o juiz de paz não pronunciar, como é expresso no art. 253. — Av. de 29 de Novembro de 1834. Deve ser interposto dentro do prazo marcado no art. 296, tendo lugar admittir-se o juramento de

Art. 298. Das decisões da junta de paz não ha outro recurso senão o da revista²⁶⁴.

Art. 299. Da decisão do juiz de paz que julga perdida a quantia afiançada pelo réo, ha recurso para o juiz de direito²⁶⁵.

Art. 300. Da nomeação que o juiz de paz fizer para qualquer cargo publico compete ao nomeado, ou a qualquer do povo, recurso na provincia onde estiver a côrte para o governo, nas outras para o presidente em conselho.

Art. 301. Das sentenças proferidas pela jury não haverá outro recurso senão o de appellação para a Relação do districto, quando não tiverem sido guardadas as fórmulas substanciaes do processo, ou quando o juiz de direito se não conformar com a decisão dos juizes de facto, ou não impuzer a pena declarada na lei²⁶⁶.

noticia áquelles que não fôrão presentes á publicação das sentenças, nem dellas tiverão intimação. — Idem.

Ainda que a queixa seja levada ao conhecimento do poder executivo, e este determine que o promotor proceda contra o accusado, não é inhibido á parte usar do recurso, á vista deste art. e do 253 do Código do Processo. — Av. de 31 de Outubro de 1835.

Da decisão que pronuncia ou não pronuncia, e que sustenta ou revoga a pronuncia, dar-se-ha recurso para a Relação do districto, quando a decisão fôr proferida pelos juizes de direito ou chefes de policia, e para o juiz de direito, quando proferida por autoridades judicarias inferiores. — Lei de 3 de Dezembro, art. 69, § 3º, e art. 70.

Este recurso não terá effeito suspensivo, e será interposto dentro de cinco dias contados da intimação ou publicação em presença das partes ou seus procuradores, por uma simples petição assignada, na qual devem especificar-se as peças dos autos de que se pretenda traslado para documentar o recurso.

Terá, porém, effeito suspensivo o recurso no caso da pronuncia, afim de que o processo não seja remettido para o jury até á apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo*, segundo o art. 74 desta Lei. — Dita Lei, art. 72.

²⁶⁴ Vide nota ao art. 216.

²⁶⁵ Deve ser interposto dentro de cinco dias. — Dec. de 6 de Maio de 1833.

Vide nota ao art. 294

Da decisão que julga perdida a quantia afiançada dar-se-ha recurso para a Relação do districto, quando fôr proferida pelos juizes de direito ou chefes de policia, e para o juiz de direito, quando proferida por outras autoridades judicarias inferiores. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 69, § 5º, e art. 70.

Sobre o effeito e processo vide nota ao art. 292.

²⁶⁶ Sendo accusados alguns vereadores da camara de Pitangui, e tendo sido julgados sem criminalidade pelo 1º conselho, o promotor publico appellou, e o governo mandou que elles continuassem no exercicio de suas funcções. — Av. de 4 de Outubro de 1834. — Deste Aviso, diz o CONSELHEIRO JOZINO, parece que se póde concluir que a

Art. 302. Julgando-se na Relação procedente o recurso por se não terem guardado as fórmulas prescriptas, formar-se-ha novo processo na subsequente sessão com outros jurados, remetendo-se para esse fim os autos ex-officio ao juiz de direito, quando a accusação tiver sido por officio do promotor, e entregando-se á parte interessada, quando fôr particular²⁶⁷.

appellação, na hypothese de ser o appellado absolvido, não tem effeito suspensivo da absolvição do accusado, o que se acha confirmado pelo Av. de 6 de Outubro de 1834.

Deve ser feita a remessa e promovido o expediente de todas as appellações criminaes, de que tratão os arts. 25 e seguinte do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, ex-officio do escrivão respectivo, sendo, porém, a cargo das partes interessadas o pagamento do sello e porte do correio; mas no caso de serem os appellantes notoriamente indigentes, se deverá fazer o pagamento do sello dos autos e porte do correio por conta da rubrica das despesas eventuaes do ministerio da justiça. — Av. de 11 de Setembro de 1840.

Quando as Relações conhecerem que houve falta de fórmulas substanciaes na formação da culpa, que servio de base ao processo do jury, de cuja sentença se tem appellado, deverão mandar proceder a nova formação da culpa, no competente juizo, remetendo para este fim os autos ao juiz de direito. — Dec. n. 525 de 21 de Julho de 1847.

Vide Lei de 3 de Dezembro de 1641, arts. 78 a 90.

A expedição dos autos e traslados não poderá ser retardada pela falta de pagamento das custas, as quaes poderão ser cobradas executivamente. — Dita Lei, art. 98.

Os juizes de direito devem receber a appellação interposta nos casos do art. 301 do Cod. do Proc. Crim. sem que tenham de examinar e decidir para admitti-la ou nega-la, se ella tem por fundamento alguma das condições do referido artigo, porquanto decidir o juiz de direito se é cabida a appellação nos termos do art. 301 do Cod. do Proc. é julgar a appellação, é tornar-se o juiz supremo della, e muitas vezes juiz em causa propria, porque — 1º, bem pôde ser elle a causa de se não guardarem as fórmulas substanciaes do processo; 2º, é elle quem se não conforma com a decisão do jury; 3º, é elle quem impõe a pena não declarada na lei, — e taes são os tres casos da appellação conforme o citado artigo. — Av. de 11 de Janeiro de 1854.

Vide o Acc. do Sup. Trib. em nota ao art. 401 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

O Supremo Tribunal de Justiça no Acc. de 20 de Novembro de 1849, recorrente a Justiça e recorridos Joaquim José Barboza e o padre Alexandre Francisco Cerbelon Verdexa, diz: que se concede a revista por injustiça notoria do Acc. a fl., que, julgando nullo o processo, mandou dar baixa na culpa aos recorridos, condemnados pela sentença dos jurados a fl.; porquanto, competindo tão sómente ás Relações em sentenças taes o julgar procedente o recurso e mandar proceder a novo jury, como claramente se deprehende dos arts. 301 e 302 do Cod. do Proc. Crim., excedeu sem duvida a Relação os limites de sua jurisdição, annullando o processo, e absolvendo os recorridos.

²⁶⁷ Nos homicidios perpetrados por escravos em seus senhores, sendo *os mesmos escravos* sentenciados á morte, deverão as sentenças dar-se á execução sem subirem á presença do poder moderador, na fôrma do Dec. de 11 de Abril de 1829. — Vide o Dec. de 2 de Janeiro de 1854. Vide o appendice.

Dever-se-ha neste caso (art. 302) formar novo processo em que se guardem todas as formalidades prescriptas para o segundo conselho de jurados, nos arts. 254 e seguintes. — Av. de 21 de Novembro de 1835.

Art. 303. No caso de imposição de pena, que não fôr a decretada, a Relação, reformando a sentença, imporá a que fôr correspondente ao delicto²⁶⁸.

Art. 304. Havendo impossibilidade de renovar-se o processo perante o jury do mesmo lugar em que se proferio a sentença, de que se appellou, formár-se-ha no do lugar mais vizinho, ou em outro em que ambas as partes convenhão²⁶⁹.

Art. 305. As Relações, quando julgarem definitivamente os crimes dos empregados publicos que nellas devem ser processados, ou as appellações que fôrem interpostas das sentenças definitivas dos jurados, procederão collectivamente, e conforme ás leis que regulão o processo no Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 306. Das decisões da Relação poder-se-ha recorrer por meio de revista para o tribunal competente.

²⁶⁸ Quando reconhecida a circumstancia da minoridade (art. 18, § 1º do Cod. Crim.), o juiz de direito não impuzer a pena de conformidade com o § 2º do art. 45 do mesmo Cod., deve a Relação, appellando-se para ella obrar do modo prescripto no art. 303 do Cod. do Proc. — Acc. do Sup. Trib. de 27 de Julho de 1852, recorrente José Dias de Almeida, recorrida a Justiça.

²⁶⁹ Não é nullidade ter-se procedido ao julgamento da causa no mesmo termo em que foi anteriormente julgada, quando por se verificar a hypothese do art. 304 do Cod. do Proc., dever-se-ha formar o novo jury no termo mais vizinho. — App. n. 3509, Acc. de 12 de Abril de 1861.

Não havendo sessão do jury em algum termo, o réo poderá ser julgado em outro termo mais vizinho da mesma comarca, se assim o requerer o promotor publico ou a parte accusadora convier.

Independentemente de convenção de partes, sempre que não fôr possivel effectuar o julgamento do réo no districto da culpa, terá lugar no jury do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca.

Verificar-se-ha a impossibilidade, se em tres sessões successivas do jury não puder ter lugar o julgamento.

Não ha impossibilidade quando a falta do julgamento provier do facto providenciado no art. 53 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, ou quando o réo der causa ella, offerecendo escusa para provocar o adiamento. — Art. 25 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Com relação ao Dec n. 3373 de 1865, declarou o Av. n. 141 de 9 de Abril de 1867, que juiz de comarca mais proxima devia entender-se aquelle que ficar mais perto do lugar em que se tiver de abrir o jury.

Art. 307. Todos os que decahirem da acção, em qualquer instancia que fôr, serão condemnados nas custas, excepto o promotor, e neste caso pagar-se-hão pelo cofre da municipalidade²⁷⁰.

²⁷⁰ As camaras municipaes não são obrigadas a pagar aos juizes de direito e promotores a metade das custas dos presos pobres, porque nem esta especie é comprehendida na disposição do art. 307, nem outra alguma legislação anterior ou posterior estabeleceu tal pagamento. — Av. de 9 de Setembro de 1835.

Nas causas crimes não tem lugar a prisão por falta de pagamento de custas, não só por se não achar tal disposição no Codigo do Processo Criminal, como porque a prisão em tal caso foi substituida á fiança que d'antes prestavão os autores, e que ora em nenhum caso se exige naquellas causas. — Av. de 23 de Novembro de 1835.

Nos casos em que os juizes de paz tomão conhecimentos de crimes em que tem lugar a denuncia, independente da petição do promotor, não sendo procedente o processo, o pagamento das custas fica a cargo do cofre da municipalidade, porque da disposição do art. 307 do Codigo do Processo se deduz uma conclusão tão geral, que não póde deixar de comprehender este caso, quando impõe ao dito cofre a obrigação de pagar as custas de todas as instancias, não havendo parte decahida. — Avs. de 4 de Janeiro e 17 de Junho de 1840.

As camaras municipaes devem pagar aos escrivães do jury, nos processos em que decahem os promotores publicos, os emolumentos por um só termo de juramento que prestão os jurados nos conselhos de accusação ou sentença, porque sómente lavrão um termo. — Av. de 30 de Julho de 1840.

O fiador é obrigado ao pagamento das custas, perdendo a parte do valor da fiança destinada a esse fim, quando o réo afiançado fôr condemnado, mas não tiver a esse tempo meios para tal pagamento. — Art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

A falta de pagamento das custas, as quaes podem ser cobradas executivamente, não demora a expedição dos autos e traslados. — Dita Lei, art. 98.

Sendo o réo tão pobre que não possa pagar as custas, perceberá o escrivão metade dellas do cofre da camara municipal da cabeça do termo, guardado o seu direito contra o réo quanto á outra metade. — Dita Lei, art. 99.

No caso de averiguações policiaes ex-officio de que não resulta acção ou processo criminal, não está a camara municipal obrigada a custas, á vista do art. 307 do Cod. do Proc. Crim., que sómente previne, e muito razoavelmente o caso de haver acção ou processo criminal do qual alguém decahir. — Av. de 5 de Abril de 1852.

Tratando-se de processos regulares em que os juizes proferirão sentenças de não pronuncia e de sustentação, e não simplesmente de averiguações policiaes, de que não resultasse acção ou processo criminal, não póde a camara municipal eximir-se da obrigação de pagar as custas ex vi do que dispõe este artigo, o art. 467 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, e Av. de 5 de Abril de 1852. — Av. de 19 de Maio de 1865.

O Av. n. 154 de 14 de Abril de 1866 declara que, á vista deste ultimo, não procede a duvida de que a camara municipal deve pagar custas de um processo julgado improcedente por incompetencia de juizo.

O de 3 de Outubro de 1867 approva a decisão do Presidente de Minas, declarando que a municipalidade é obrigada ao pagamento das custas dos processos de termos de bem-viver, porque taes processos não são as averiguações policiaes, de que tratão os Avs. ns. 97 de 5 de Abril de 1852 e 211 de 19 de Maio de 1865.

As camaras não devem pagar as custas, quando os promotores decahirem, senão do ponto em que elles tomarem a accusação, e por isso, quando em taes processos houver perdão ou desistencia do offendido, só d'ahi em diante correria as custas por conta da municipalidade, se o offendido for absolvido. — Av. de 27 de Abril de 1853.

O Relatorio da Justiça de 1868 traz o seguinte Aviso de 5 de Outubro de 1867: Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente etc., houve por bem decidir: 1º As custas,

E quando se decidir que houve abuso no facto, que se denunciou, mas que o accusado não é criminoso, por não ser elle o autor do abuso ou por lhe assistir alguma das excepções que o livrão da imputação, o accusador pagará as custas.

Art. 308. Se a pena imposta pelo jury fôr de cinco annos de degredo, ou desterro tres de galés ou prisão, ou fôr de morte, o réo protestará pelo julgamento em novo jury, que será o da capital da provincia; e sendo a sentença proferida neste, para o de maior população d'entre os mais visinhos, designado pelo juiz de direito²⁷¹.

Art. 309. Nos casos do art. 301 quando a sentença da Relação julgar ter havido nullidade e esta não proceder da decisão do primeiro conselho, e nos casos do art. 308, não se procederá ao julgamento pelo primeiro jury, mas só pelo segundo.

Art. 310. Os recursos nos casos dos arts. 301 e 308 serão interpostos perante o juiz de direito dentro de oito dias, depois de

pagas no correr do processo pelo réo, que é afinal absolvido, não podem ser exigidas integralmente da municipalidade: esta paga sómente a metade dos emolumentos, perdendo a outra metade os juizes, escrivães e mais empregados (art. 51 do Reg. de custas). 2º Os sellos dos autos são contados nas custas judiciais; não assim as certidões e mais documentos juntos pelo réo para sua defesa. Estas certidões e documentos são consideradas como diligencias requeridas pela parte, e por ella devem ser pagas, conforme declara o Av. n. 133 de 8 de Março de 1837. 3º As custas judiciais em que é condemnada a municipalidade, são relativas ao processo regular, que é afinal julgado, limpo de toda a interlocutocia. O recurso de pronuncia corre em auto apartado, e morre no juizo de direito, sendo as custas pagas pelo recorrente a cujo recurso não se deu provimento. 4º As despesas com os documentos, de que necessita o réo, que é afinal absolvido, para requerer á municipalidade o pagamento das custas, não podem ser contadas nas custas judiciais do processo, que termina com a sentença final.

Vide art. 467 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

²⁷¹ O jury não deve tomar conhecimento de processo que lhe fôrem submettidos por protesto, quando outro deva ser o recurso. — Av. de 7 de Junho de 1836.

Os autos originaes dos processos dos réos sentenciados ao tribunal de jury, e que protestão por novo julgamento em outro, devem regressar para o termo daquelle, depois de proferido o novo julgamento, não sómente porque nelle foi o processo organizado, e nelle tem de ser executada a sentença, como tambem porque, sendo o protesto por novo julgamento uma especie de recurso, decidido este, deve o processo reverter para o juizo do qual se interpuzera. — Av. de 30 de Agosto de 1841.

Vide nota ao art. 301.

Vide art. 87 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e notas.

Vide nota 269.

notificadas as sentenças, ou depois de publicadas na presença das partes²⁷².

Art. 311. Os recursos interpostos do juiz de paz, e do juiz de direito, e a sua remessa, não terão formalidade alguma senão a que está prescripta no art. 211²⁷³.

TITULO V.

Disposições geraes.

Art. 312. Quando nos crimes da liberdade de exprimir os pensamentos, o autor, ou editor não tiver meios para satisfazer a multa em que fôr condemnado, o impressor fica responsavel á satisfação.

Art. 313. Os jurados, que faltarem ás sessões ordinarias ou extraordinarias, ou que, tendo comparecido, se ausentarem antes de ultimadas todas as causas, serão multados segundo o juizo dos jurados, e

²⁷² Vide art. 451 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842 e suas notas.

²⁷³ Não se devem recusar no correio os recibos exigidos pelos escrivães dos autos-crimes que remetem ex-officio de uns para outros juizos, a pretexto de falta de pagamento do porte, uma vez que os escrivães a quem seão dirigidos os processos se obriguem a satisfazer os respectivos portes, logo que receberem as competentes custas. — Av. de 29 de Agosto de 1835.

Regulamento de 4 de Setembro de 1838.

1º Todos os autos-crimes em que tiver lugar a accusação por officio do promotor publico, e que, passados quinze dias depois que fôrem recebidos pelos secretarios das relações, não fôrem soltados e preparados pelas partes, afim de terem andamento, o serão pelo continuo, que serve de thesoureiro, o qual formará todos os mezes folha assignada pelo presidente da Relação, afim de ser paga esta despeza pela fazenda publica.

O presidente fiscalizará a exactidão das folhas, e dará todas as providencias para que taes autos não seão retardados.

2º Os presidentes das Relações farão cumprir a segunda parte do art. 31 do Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, ainda mesmo no caso de se haver interposto revista da sentença proferida na Relação, salvo quando se impuzer a pena de morte natural, degredo ou galés, sendo os réos recorrentes; casos em que as revistas suspendem a execução das sentenças, na fórmula do art. 7º da Lei de 18 de Setembro de 1828.

3º Os presidentes das Relações darão de tres em tres mezes, á secretaria de Estado dos negocios da justiça, conta circunstanciada de todos os feitos crimes que fôrem remedidos ás Relações, quer dos juizes de primeira instancia, quer do Supremo Tribunal de Justiça, e exporão o andamento que tiverem tido taes feitos.

por maioria absoluta de votos, de 20\$000 a 40\$000; salvo se tiverem justa causa, provada perante o mesmo jury.²⁷⁴

A este pertence fazer naquelle mesmo acto a imposição da multa, lançando-a por termo em um livro para isso destinado.

Art. 314. Não poderá principiar a sessão, sem que estejam presentes quarenta e oito jurados²⁷⁵.

Arr. 315. Quando não compareça o numero de jurados do artigo precedente, os jurados presentes nomearão d'entre os alistados tantos quantos faltarem, preferindo aquelles que mais promptamente

²⁷⁴ Serão multados uma so vez em cada sessão ordinaria ou extraordinaria. — Avs. de 3 de Janeiro e 2 de Junho de 1834.

Dous juizes de facto multados pelo conselho dos jurados oppuzerão embargos ao juizo de segunda vara civil da côrte, e tendo o respectivo juiz consultando o governo a respeito do recebimento ou não recebimento dos enbargos, respondeu o governo por Aviso de 28 de Julho do 1834 que, si o juiz achasse relevante a materia dos embargos, os deveria receber para aliviar os jurados da multa, a que levava o objecto da questão ao conhecimento do poder legislativo para dar a providencias necessarias.

O julgamento do jury, que impuzer a algum juiz de facto a multa da Lei por ter faltado á primeira sessão ou por se ter ausentado della, não é definitivo, deve-se admittir a sua defesa e os documentos que produzir. — Av. de 13 de Abril da 1835.

Em vista do art. 46, § 3º do Codigo, devem os juizes de direito instruir aos jurados que uma justa causa da escusa do comparecimento de qualquer jurado é o estar occupado em um serviço publico, que não possa desamparar sem prejuizo do mesmo serviço. — Av. de 16 de Dezembro de 1835.

Os jurados que faltarem ás sessões, ou dellas se ausentarem, antes de ultimadas todas as causas, sem motivo justo, devem ser multados na conformidade do art. 313 do Codigo do Processo, por deliberação e decisão dos jurados presentes, como bem se deduz do disposto no art. 315 do mesmo Codigo. — Av. de 9 de Março de 1838.

O caso do art. 313 não é daquelles em que a sessão dos jurados deve ser secreta, na conformidade dos arts. 288 e 333, que somente são applicaveis aos casos em que, já formado o primeiro ou segundo conselho, tem os jurados de conferenciar e votar sobre o processo de accusação ou de sentença. — Av. de 16 de Outubro de 1838.

Os jurados que faltarem ás sessões, ou que, tendo comparecido, se retirarem antes de ultimadas, serão multados pelo juiz de direito com a multa de 10\$000 a 20\$000 por cada dia de sessão. — Art. 103 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

Aos juizes de direito fica competindo o conhecimento das escusas dos jurados, quer sejam produzidas antes, quer depois de multados. — Dita Lei, art. 104.

Os jurados que forem dispensados pelos juizes de direito de comparecer em toda uma sessão, por terem motivo legitimo, e bem assim os que deixarem de comparecer sem escusa legitima e forem multados, não ficarão isentos de ser sorteados para a segunda sessão. — Dita lei, art. 106.

²⁷⁵ O conselho de jurados consta de 48 membros sorteados na forma do art. 256: póde todavia haver sessão comparecendo 36 membros. — Art. 107, lei cit.

puderem comparecer, os quaes serão logo chamados, e se apresentarão, sob as penas declaradas neste Codigo²⁷⁶.

Art 316. As reuniões serão feitas em sessões periodicas; em cada anno far-se-hão seis vezes na côrte²⁷⁷, e nas capitães das provincias

²⁷⁶ As camaras municipais devem satisfazer a requisição do juiz de direito quando exigir que se extraião novos jurados, afim de trabalhar o jury. — Av. de 26 de Maio de 1836. O mesmo Aviso approva o procedimento do juiz de direito, que por não ser satisfeita aquella resolução, levantou o jury convocado, sendo inefficazes as disposições dos arts. 315 e 320 do Codigo do Processo.

Para supprir os jurados que faltarem por impedimento legitimo, a camara municipal extrahirá tantos quantos fôrem os dispensados, segundo a participação do respectivo juiz de direito. — Av. de 29 de Outubro de 1833.

Quando se houver de fazer a nomeação de que trata este artigo, não se deve considerar sómente que residão as nomeados no lugar da reunião do jury, mas deve tambem attender-se ás occupaões dos empregos que tiverem, e á falta que fazem em seus lugares. — Av. de 16 de Dezembro de 1835.

Para que não só se estabeleça a igualdade do serviço entre os jurados, mas tambem se consiga ter sempre o conselho numero sufficiente para não interromper os seus trabalhos, deve o presidente do jury remetter á camara municipal as cédulas dos jurados dispensados, afim de serem recolhidas á urna para soffrerem novo sorteio, tirando-se para fora della as cédulas daquelles que os substituirem em virtude deste artigo. — Av. de 8 de Novembro de 1838.

Vide nota ao art. 333 do Regul. de 31 de Janeiro de 1842.

"Igual nullidade se dá no processo do jury, porquanto, tendo sido pelo réo recusados 6 dos 46 juizes de facto presentes, pelo promotor 12, achando-se demais por diversas razões inhibidos de entrar no conselho 9, perfazendo-se o numero de 27, apenas restavão 19, cumprindo em tal caso lançar mão do meio prescripto no art. 315 do Cod. do Proc. e 334 e 335 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, e não do que se observa adoptado pelo juiz a fl., fazendo notificar 4 individuos, que se achavão na sala, para comparecerem no dia seguinte; prevenção esta que repugna inteiramente á indole e natureza de tão salutar instituição, qual a do juizo por jurados, que não devem ser conhecidos previamente fóra do acto, por isso que nelle mesmo estão subordinados á reserva, vigilancia incommunicabilidade a mais restricta: sendo certo que 1 desses 4, F., interveio no julgamento, o que muito concorre á fazer acreditar que a urna estava quasi exausta. — Acc. do Sup. Trib., entre partes, recorrente Bento Francisco de Macedo e recorrida a Justiça."

²⁷⁷

Decreto n. 4861 de 2 de Janeiro de 1872.

Fixa o numero das sessões do jury.

A Princeza Imperial Regente, em nome de Sua Magestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, usando da attribuição que lhe confere o art. 102, § 12 da Constituição do Imperio, ha por bem decretar o seguinte:

Art. 1º No municipio da côrte as sessões do jury continuarão a ser reguladas pelo Decreto n. 4724 de 9 de Maio do anno passado.

Art. 2º Nos outros termos haverão quatro sessões em cada anno, excepto nos das capitães da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e S. Paulo, em que o jury reuni-se-ha seis vezes.

Art. 3º Estas sessões guardarão entre si o mesmo intervallo, de modo que se por qualquer motivo insuperavel, que será logo participado ao governo, o tribunal não puder reunir-se na época determinada, o faça no mez seguinte, observando-se o preceito do art. 318 do Codigo do Processo Criminal.

da Bahia, Pernambuco e Maranhão; tres vezes nas capitães das outras provincias maritimas, e duas nas outras capitães e em cada termo das differentes comarcas.

Art. 317. Nestas sessões judicarias decidir-se-hão todos os processos que estiverem competentemente preparados; preferindo-se sempre nos julgamentos os réos que estiverem presos, e entre estes aquelles, cuja pronuncia ou decreto de accusação fôr anterior²⁷⁸.

Art. 318. Não haverá segunda sessão em qualquer termo, sem que tenha havido a primeira em todos os que estão sujeitos á jurisdicção de um mesmo juiz de direito: outro tanto se observará acerca da terceira sessão, relativamente á segunda, e assim por diante²⁷⁹.

Art. 4º Além das sessões ordinarias, fixadas nos artigos antecedentes, o jury reunir-se-ha extraordinariamente ou por meio de prorrogação, na conformidade das disposições em vigor.

O Decreto n. 4724 de 9 de Maio de 1871 determinou que se fação na corte 12 sessões de jury annualmente, na fórma do art. 323 deste Codigo, e que, em quanto não fôsem julgados todos os réos presos então, se convocassem sessões extraordinarias que podião ser celebradas simultaneamente.

²⁷⁸ Deve ser em geral e indistinctamente observado este artigo a respeito de todos e quaesquer processos que estejam em termos de serem decididos pelo jury, e por isso não devem ser exceptuados os recursos. — Av. de 29 de Novembro de 1834.

²⁷⁹ Não havendo juiz de direito na comarca, os juizes municipaes deverão convocar o jury nos prazos marcados para as reuniões em seus respectivos termos, embora não se tenha reunido nos outros municipios. — Av. de 23 de Outubro de 1834.

Rio de Janeiro, 28 de Outubro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a Sua Magestade o Imperador o Officio n. 278, de 14 do corrente, no qual V. Ex. trouxe ao conhecimento do governo imperial uma solução, que dera á seguinte duvida do juiz de direito da comarca do Rio Formoso.

A 15 e 16 do mes passado esse magistrado communicou que, apesar de haver convocado por quatro vezes a primeira sessão judicaria do termo de Serinhaem, não conseguira reunir numero legal de jurados para funcionar, deixando de recorrer á urna geral, na insufficiencia da especial, por não ter comparecido o claviculario representante da camara municipal; e consultou, se, não obstante, podia em face do art. 318 do Codigo do Processo Criminal celebrar-se segunda sessão em outro termo, do Rio Formoso. O que tudo considerado, respondeu V. Ex. que, não se tendo esgotado os recursos legais, visto como, na falta do presidente da camara municipal, deverão ter sido successivamente convidados os vereadores immediatos em votos, afim de, provada a impossibilidade, proceder ás diligencias para outra sessão, nos termos do art. 8º do Decreto n. 693 de 31 de Agosto de 1850, cumpria, em observancia do artigo citado do Codigo do Processo Criminal, que aquelle juiz ainda outra vez convocasse a primeira sessão em Serinhaem, e empregasse todos os meios ao seu alcance, impondo multa aos jurados que faltassem, e tornando bem patente que ella de facto não pôde ter lugar.

Art. 319. Se sobrevier, porém, algum caso extraordinario, e ao promotor pareça, que por se não tratar immediatamente, póde ser compromettida a segurança publica, o juiz de direito fará convocação extraordinaria, achando attendivel o requerimento do promotor²⁸⁰.

Art. 320. Não se reunindo todos os jurados (ou a sessão seja extraordinaria), e não sendo possivel inteirar-se o numero pela maneira indicada no art. 315, proceder-se-ha todavia á formação do jury, se dous terços da totalidade delles se acharem presentes²⁸¹.

Art. 321. Não poderá exercer emprego algum publico aquelle que sem justa causa, reconhecida pelo jury, recusar o honroso cargo de jurado, ou fôr multado tres vezes em uma legislatura²⁸².

Art. 322. Será sempre permittido ás partes chamar os advogados, ou os procuradores que quizerem²⁸³.

E o mesmo Augusto Senhor houve por bem mandar approvar, etc., etc.

²⁸⁰ Acontecendo que tenham escravos commettido nas pessoas de seus senhores, ascendentes ou descendentes, administradores, etc., algum dos crimes especificados no art. 1º da Carta de Lei de 10 de Junho de 1835, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinaria do jury do termo (caso não esteja em exercicio), convocada pelo juiz de direito, a quem taes acontecimentos serão immediatamente communicados. — Carta de Lei de 10 de Junho de 1835.

²⁸¹ O conselho de jurados consta de 48 membros, todavia póde haver sessão comparecendo 36 membros. — Art. 107 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁸² Havendo-se retirado do tribunal do jury, sem motivo justificado, tres jurados, na sessão seguinte fôrão julgados pelo conselho como tendo renunciado o emprego de jurado, e por isso incursos no art. 321 do Codigo do Processo. O governo consultado a respeito, declarou em Officio de 9 de Março de 1840 ao presidente da provincia da Parahyba do Norte, que, além do procedimento que deveria ter lugar em razão do descomedimento e desobediencia com que se houverão em acto de sessão aquelles tres juizes, nada mais cabia do que a imposição da multa, em que deverão incorrer por se ausentarem da sessão antes de ultimadas todas as causas, como dispõe o art. 313; sendo portanto irregular o procedimento dos juizes de facto.

As palavras — *reconhecida pelo jury* — de que se serve este artigo, referem-se unicamente ás anteriores — *justa causa* —, e não podem por modo algum autorisar os jurados a impôr, sem mais formalidade alguma, a pena de inhabilidade para qualquer emprego, a qual somente pode ser infligida validamente em processo regular, formada a culpa, com conhecimento de causa, audiencia, e convencimento do accusado. — Av. de 12 de Junho de 1840.

Fica revogado o art. 321 do Codigo do Processo Criminal. — Art. 105 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

²⁸³ Quando fôr necessario nomear defensor a algum réo, se poderá constranger a algum advogado do auditorio, comminando-lhe a pena de desobediencia, e formando-se

Art. 323. Cada sessão durará quinze dias successivos, incluídos os dias santos²⁸⁴, e só poderá ser prorogada por mais tres até oito dias, quando o conselho de jurados, por maioria absoluta de votos, decidir que isso convém, para ultimação de alguns processos pendentes²⁸⁵.

Art. 324. Continuação a ter vigor os processos marcados na Lei da responsabilidade dos ministros de Estado, e conselheiros de Estado, e na do Supremo Tribunal de Justiça, assim como as do fôro militar em causas meramente militares, e as do fôro ecclesiastico em causas puramente espirituaes²⁸⁶.

Art. 325. Ninguém é isento da jurisdição do juiz de paz, excepto os privilegiados pela Constituição, aos quaes será imposta a pena pelo juiz competente, a quem o juiz de paz ex-officio remetterá por cópia todo o processo desde a sua origem até á pronuncia.

o processo della nos termos dos arts. 203 e 204 no caso de se verificar. — Av. de 21 de Novembro de 1835.

O juiz deve nomear curador aos menores de 21 annos, aos escravos, aos africanos livres, aos que tiverem contra si partes poderosas, aos miseraveis, etc., etc. Ord. do L. 3º, T. 41 §§ 8º e 9º Carta Régia de 3 de Março de 1698, citadas pelo Acc. do Supr. Trib. de 13 de Novembro de 1846, na Revista n. 1274.

O mesmo tribunal em seu Acc. de 9 de Outubro de 1668, Revista n. 6332, disse que e nulidade não se nomear curador ao réo escravo ou pelo menos juramentar o defensor na fôrma da Ord. do L. 3º, T. 41, § 9º.

Não havendo disposição alguma que exclua o distribuidor e contador de procurar nos auditorios, está elle no caso de ser admittido a fazê-lo. — Av. de 2 de Abril de 1836.

²⁸⁴ Não os domingos, que são guardados em honra de Deos. — Av. de 26 de Outubro de 1833.

²⁸⁵ Findos os dias de prorogação, ultimar-se-ha a sessão, ainda que hajão processos preparados. — Av. de 26 de Outubro de 1833.

Se antes de findarem os quinze dias não houver mais processos para julgar, deve-se ter a sessão por acabada. — Avs. de 12 de Setembro e 25 de Novembro de 1834.

Por 1º dia de sessão do jury se deve contar aquelle em que começar o exercicio effectivo de suas sessões. — Av. de 2 de Abril de 1836.

As sessões do jury devem effectivamente ser diarias e successivas, na conformidade do art. 323, ainda que aconteça não haver que fazer em algum dos dias, lavrando-se a acta com a declaração de se haverem reunido o juiz, escrivão, promotor e jurados, e ter-se levantado a sessão por não haver sobre que deliberar o jury. — Av. de 16 de Outubro de 1838.

²⁸⁶ Por este artigo tirou-se á Relação metropolitana a jurisdição sobre causas civeis, devendo ellas passar aos juizes municipaes ou ás Relações do districto, conforme fôrem de primeira ou segunda instancia. — Av. de 28 de Agosto de 1834.

Art. 326. As multas estabelecidas neste Codigo, e o producto das fianças ficão applicadas para as despesas das Camaras Municipaes, e sua cobrança a cargo dos procuradores das mesmas, que deverão requerê-las perante a autoridade competente, á vista dos mandados, ou precatorias das juntas de paz, ou juizes de direito que as impuzerem, e que, para esse fim, as communicarão aos presidentes das camaras respectivas²⁸⁷.

Os mandados, ou precatorias assim expedidas terão força de sentença.

Art. 327. O que fôr uma vez absolvido por um crime não tornará a ser accusdo pelo mesmo crime²⁸⁸.

Art. 328. Succedendo que um mesmo individuo seja pronunciado em um jury, por abuso da liberdade de exprimir os pensamentos, e n'outro julgado sem criminalidade pelo mesmo facto, entender-se-ha não haver materia para a accusação.

Art. 329. Se o réo não tiver sido descoberto, nem perante o juiz de paz, nem perante o jury de accusação, o queixoso, denunciante, ou promotor publico, póde propôr sua queixa ou denuncia, emquanto o crime não prescrever²⁸⁹.

Art. 330. Perante o jury de accusação não se porá suspeição, mas os jurados se darão de suspeitos por causas declaradas na Lei

²⁸⁷ As multas fazem parte da renda geral. — Lei de 26 de Setembro de 1867, art. 27.

Esta Lei revogou o art. 326 do Cod. do Proc. e 483 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842 quanto á applicação do producto das multas dos jurados; mas nada innovou acerca da obrigação que têm as Camaras Municipaes de concorrer com as despesas para o expediente do jury, devendo continuar como até aqui a consignar em seus orçamentos as quantias necessarias. — Av. de 20 de Novembro de 1869.

O art. 16 da Lei n. 1836 de 27 de Setembro de 1870 revogou o art. 27 da Lei de 1867, supracitada; subsiste, portanto, este art. 326 do Cod. do Processo.

²⁸⁸ O Av. de 3 de Outubro de 1833 declarou que a annullação do processo não importa absolvição; e o 396 de 27 de Outubro de 1855 que se não póde applicar a expressão — absolvido — deste artigo áquelle que é despronunciado, senão ao que fôr definitivamente julgado.

²⁸⁹ Vide nota ao art. 149.

continuando o jury em suas funcções, enquanto houverem processos de queixa, ou denuncia²⁹⁰.

Art. 331. Um jury de sentença póde conhecer de diversos processos, se as partes o não recusão; mas prestará novo juramento, quando se lhe entregar cada um delles²⁹¹.

Art. 332. As decisões do jury são tomadas por duas terças partes de votos somente para a imposição da pena de morte é necessaria a unanimidade mas em todo caso, havendo maioria, se imporá a pena immediatamente menor; as decisões serão assignadas por todos os votantes²⁹².

²⁹⁰ Ao juiz de direito no jury compete decidir se a causa allegada pelo jurado para julgar-se suspeito deve ou não ser attendida, porque a elle compete decidir as questões de direito, e aos jurados cumpre obedecer. — Avs. de 26 de Fevereiro de 1836, de 2 de Abril do mesmo anno e de 3 de Janeiro de 1834.

²⁹¹ Ha preterição de formalidade substancial, approvando as partes e funcionando o mesmo jury de sentença com exclusão de um ou outro juiz de facto, recusado pelas mesmas partes, porquanto a exclusão destróe a identidade do jury, que, conforme o art. 331 do Cod. do Proc., deve ser o mesmo, sendo certo que as expressões do dito artigo — *o não recusão* — referem-se a todo o jury, tal qual foi composto para julgar o primeiro processo, e excluem por consequencia as recusações individuaes, que aliás seriam desairosas. — Av. de 27 de Janeiro de 1856.

Vide nota 245.

Approvado pelas partes o mesmo conselho para um outro julgamento, lavra-se disto um termo, no qual devem ser especificados os nomes dos 12 juizes de facto. — Av. de 2 de Abril de 1836 e Acc. da Relação da cõrte de 30 de Abril de 1846.

O conselho, a que fôr sujeito segundo processo, deve prestar novo juramento, do qual se lavra termo especial, assignado pelo juiz de direito e pelos 12 de facto. — Accs. da Relação da cõrte de 30 de Março e 10 de Novembro de 1846 e 3 de Janeiro de 1847.

²⁹² Vide nota ao art. 270. Em conformidade da Lei de 11 de Setembro de 1826, art. 3º, depois de intimada a sentença de morte ao réo, deverá este, dentro de oito dias, dirigir a petição de graça ao poder moderador; e na falta d'elle o juiz de direito que tiver presidido ao jury remetterá a cópia da sentença, e só depois da decisão do poder moderador poderá ser executada, no caso de ter sido confirmada.

A pena de morte será executada onde tiver sido o réo sentenciado, e então se levantará a forca, que será demolida logo depois da execução, sendo feitas as despesas pelo rendimento da provincia.

Os juizes nomearão um algoz d'entre os sentenciados á mesma pena, ou a qualquer outro preso sentenciado, para dar execução á sentença, visto que o Codigo não providenciou a respeito. — Av. de 25 de Novembro de 1834.

Os juizes de direito, no caso de sentença de morte, quando houverem de cumprir com o art. 3º da Lei de 11 de Setembro de 1826, deverão remetter, com a cópia da sentença proferida no jury, cópias authenticas ou certidões dos libellos e contrariedades. — Av. de 2 de Junho de 1835.

Não é necessario unanimidade, mas unicamente dous terços dos votos do conselho, para impor a pena de morte aos escravos que commetterem os delictos especificados no

Art. 333. A conferencia do jury, em sua sala particular, é secreta²⁹³.

Dous officiaes de justiça, por ordem do juiz de direito serão postados á porta della, para não consentirem que saia algum jurado, ou que alguém entre ou se communique por qualquer maneira com os jurados, pena de serem punidos como desobedientes.

A esta disposição sómente ha a limitação marcada no art. 245 para o jury de accusação.

Art. 334. As sessões do jury ou juntas de paz se farão nos consistorios das igrejas ou capellas, nos lugares onde não houver casa publica para isso destinada²⁹⁴.

art. 1º da Lei de 10 de Junho de 1835; para imposição de qualquer outra pena basta haver maioria, e sendo condemnatoria a sentença será executada sem recurso algum. — Lei de 10 de Junho de 1835, art. 3º.

As cópias das sentenças de pena de morte devem ser escriptas pelo proprio punho do juiz de direito, como determina o art. 3º da Lei de 11 de Setembro de 1826. — Av. de 3 de Março de 1836.

As cópias das sentenças de pena de morte remetidas ao poder moderador devem ser escriptas pelo proprio punho do juiz de direito, como determina o art. 3º da Lei de 11 de Setembro de 1826. — Av. de 7 de Novembro de 1836.

Aos condemnados, em virtude do art. 4º da Lei de 10 de Junho de 1835, não é vedado o direito de petição de graça ao poder moderador, nos termos do art. 101, § 8º da Constituição, e Decreto de 11 de Setembro de 1826. — Dec. de 9 de Março de 1837, art. 1º.

A disposição deste artigo não comprehende os escravos que perpetrarem homicidios em seus proprios senhores, como é expresso no Decreto de 11 de Abril de 1829, o qual continúa em seu vigor. — O mesmo Decreto, art. 2º.

Quer o réo tenha apresentado petição de graça dentro dos oito dias prescriptos pela Lei, quer o não tenha feito, o juiz fará extrahir cópia da sentença, que deve ser remetida ao poder moderador, a qual virá acompanhada do relatorio do mesmo juiz, em que declare todas as circumstancias do facto, e será encaminhada ao governo geral pelo presidente da respectiva provincia, com as observações que este achar convenientes. — Dec. de 9 de Março de 1837, art. 3º.

Todas as decisões do jury deverão ser dadas em escrutinio secreto: e não se podem fazer declarações no processo, por onde se conheça quaes os jurados vencidos e quaes os vencedores. — Art. 65 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

A decisão do jury para applicação da pena de morte será vencida por duas terças partes de votos: todas as mais decisões sobre as questões propostas serão por maioria absoluta; e, no caso de empate, se adoptará a opinião mais favoravel ao accusado.

O governo estabelecerá o modo pratico de proceder-se á votação, no Regulamento que expedir para execução desta Lei. — Lei cit., art. 66.

O art 29, § 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 deroga este art. 66 supracitado, e restabelece o 332 do Cod. do Proccesso.

²⁹³ Vide notas ao art. 373 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842.

Art. 335. O promotor publico denunciará e promoverá as accusações nos crimes de responsabilidade dos empregados publicos, quando não houver parte.

Art. 336. O empregado que fôr competente deverá proceder á inquirição de testemunhas, e mandará passar todas as certidões e dar os documentos necessarios que se lhe requererem, para fundamentar qualquer queixa ou denuncia.

Art. 337. Se o empregado privilegiado, contra quem se dirigir a queixa ou denuncia, fôr o competente para de qualquer modo intervir na inquirição de testemunhas, expedição de documentos, formação de culpa, etc., será para este effeito substituido por aquelle que por Lei deve servir no seu impedimento; para isto basta requerimento da parte ou do procurador.

Art. 338. A mesma sentença que condemnar o réo na pena o condemnará na reparação da injuria e prejuizos, que se liquidarão no fôro commum, se tal liquidação fôr necessaria²⁹⁵.

Art. 339. O superior é autoridade competente para fazer advertencias aos subalternos, quando da omissão ou prevaricação se não seguir provavelmente prejuizo publico ou particular, independente de processo, e sómente pela verdade sabida.

²⁹⁴ E se não houver consistorio, em alguma casa particular, convindo nisso o respectivo proprietario. — Av. de 25 de Novembro de 1834.

²⁹⁵ O fiador é obrigado á indemnização, perdendo a parte do valor da fiança destinada a esse fim, quando o réo afiançado fôr condemnado, mas não tiver a este tempo meios para tal pagamento. — Art. 45 da Lei de 3 de Dezembro de 1841.

A indemnização em todos os casos, será pedida por acção civil. — Dita Lei, art. 68.

Vide nota ao art. 57.

Vide nota ao art. 269, § 5º.

O Sup. Trib. de Justiça, no Acc. de 3 de Setembro de 1859, recorrente João Adrião Chaves, recorrida D. Luiza Maria Angela de Brito, diz que o art. 68 da Lei de 3 de Dezembro, revogando o art. 31 do Cod. Crim. e § 5º do art. 269 do Cod. do Proc., virtualmente revogou este 338, o que é uma consequencia immediata.

TITULO IV.

Da ordem de — *habeas corpus*^{296 297}.

²⁹⁶ Os juizes de direito poderão expedir ordem de *habeas corpus* a favor dos que estiverem illegalmente presos, ainda quando o fôsem por determinação do chefe de policia eu de qualquer outra autoridade administrativa, e sem exclusão dos detidos a titulo de recrutamento, não estando ainda alistados como praças no exercito ou armada.

A superioridade de grão na ordem da jurisdição judiciaria é a unica que limita a competencia da respectiva autoridade em resolver sobre as prisões feitas por mandado das mesmas autoridades judiciais.

§ 1º Tem lugar o pedido e concessão da ordem de *habeas corpus* ainda quando o impetrante não tenha chegado a soffrer o constrangimento corporal, mas se veja delle ameaçado.

§ 2º Não se poderá reconhecer constrangimento illegal na prisão determinada por despacho de pronuncia ou sentença da autoridade competente, qualquer que seja a arguição contra taes actos, que só pelos meios ordinarios podem ser nullificados.

§ 3º Em todos os casos em que a autoridade, que conceder a ordem de *habeas corpus*, reconhecer que houve, da parte da que autorisou o constrangimento illegal, abuso de autoridade ou violação flagrante da lei, deverá, conforme fôr de sua competencia, fazer effectiva, ordenar ou requisitar a responsabilidade da que assim abusou.

§ 4º Denegada a ordem de *habeas corpus* ou de soltura pela autoridade inferior, poderá ella ser requerida perante a superior.

§ 5º Quando dos documentos apresentados se reconhecer evidentemente a illegalidade do constrangimento, o juiz a quem se impetrar a ordem de *habeas corpus* poderá ordenar a immediata cessação mediante caução, até que se resolva definitivamente.

§ 6º É reconhecido e garantido o direito de justa indemnização, e em todo o caso, das custas contadas em tresdobro, em favor de quem soffrer o constrangimento illegal, contra o responsavel por semelhante abuso do poder.

§ 7º A plena concessão do *habeas-corpus* não põe termo ao processo nem obsta a qualquer procedimento judicial que possa ter lugar em juizo competente.

§ 8º Não é vedado ao estrangeiro requerer para si ordem de *habeas corpus*, nos casos em que esta tem lugar. — Art. 18 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

²⁹⁷ Podem ser tratados durante as férias, e não se suspendem pela superveniencia dellas os processos de *habeas corpus*. — Dec. de 30 de Novembro de 1853.

As prisões pelo motivo vago de *indagações policiaes* são manifestamente illegaes, porquanto, ou o individuo está indiciado em algum crime inafiançavel, e neste caso se lhe deve declarar o crime que lhe é imputado, ou não está, e a autoridade não pode prendê-lo antes da culpa formada sem offensa do art. 179, § 8º da Const. e dos arts. 131 e 175 do Cod. do Proc. Crim. e 114 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842. — Mesmo os presos em flagrante delicto sómente serão recolhidos á prisão, ou nella conservados nos casos especificados no art. 133 do Cod. do Proc. Crim. — Av. de 2 de Janeiro de 1865.

Não podendo a pena correccional do Indio, conforme o art. 2º, § 10 do Regul. de 24 de Julho de 1845 exceder o prazo de seis dias, o excesso deste prazo importa um constrangimento illegal susceptivel de *habeas corpus*, porquanto a instituição do *habeas corpus*, que é a maior garantia da liberdade individual, não póde deixar de ter a amplitude que lhe dá o art. 340 do Cod. do Proc., sendo, portanto, applicavel a todo e qualquer constrangimento illegal, ou provenha elle de autoridade administrativa, ou de autoridade judiciaria, com a unica excepção da prisão militar, na qual se comprehende o recrutamento, porque esta excepção se funda na especialidade necessaria á força militar, especialidade reconhecida na Const. do Imperio. — Av. de 30 de Agosto de 1865.

O Av. de 4 de Fevereiro de 1834 diz, entre outras cousas, que o ter sido concedida ordem de *habeas corpus* e o ter-se mandado soltar o paciente por se suppôr o processo evidentemente nullo, não basta para que a outro se proceda, pois que, se o juiz do

Art. 340. Todo o cidadão que entender que elle ou outrem soffre uma prisão ou constrangimento illegal em sua liberdade, tem direito de pedir uma ordem de — *habeas corpus* — em seu favor.

Art. 341. A petição para uma tal ordem deve designar:

§ 1º O nome da pessoa que soffre a violencia e o de quem é della causa ou autor.

§ 2º O conteúdo da ordem por que foi mettido na prisão, ou declaração explicita, de que, sendo requerida, lhe foi denegada.

§ 3º As razões em que funda a persuasão da illegalidade da prisão²⁹⁸.

§ 4º Assignatura e juramento sobre a verdade de tudo quanto allega.

Art. 342. Qualquer juiz de direito ou juizes municipaes, ou tribunal de justiça, dentro dos limites da sua jurisdição, á vista de uma tal petição, têm obrigação de mandar e fazer passar dentro de duas horas

processo não reconhecer a nullidade, deverá proseguir para julgamento do criminoso, embora solto.

Vide em relação á prisão para recrutamento os Avs. de 20 de Outubro de 1868 e 92 de 10 de Fevereiro de 1869, e o Acc. da Relação da Côrte de 6 de Outubro de 1868, na *Revista Juridica* desse anno, 2º vol., pag. 214.

O Av. n. 160 de 17 de Junho de 1870 declara que uma vez preso um individuo por crime inafiançavel, e iniciado o processo, só pôde ser solto em virtude da sentença favoravel ou de *habeas corpus*.

Pedindo Manoel José Pereira ao Tribunal da Relação da Côrte *habeas corpus* para o seu escravo José, que era conservado na prisão por não terem sido pagas as despesas de comedorias e carceragem, durante o tempo em que o mesmo cumpriu uma sentença, depois de decidir o tribunal que se tomasse conhecimento da petição, apesar de ser escravo o paciente, mandou pô-lo em liberdade. — Acc. n. 191 de 31 de Janeiro de 1871.

A mesma Relação em 28 de Março do mesmo anno, no feito n. 192, não conheceu da petição de *habeas corpus* apresentada, por não constar que o preso que a assignou a favor do paciente, estivesse no gozo dos seus direitos civis.

Á vista da nota 296 deixamos de indicar diversos Avisos e Accórdãos concernentes a pontos definitiva e acertadamente decididos pelo artigo de lei alli citado, e que no entanto pelos Avisos e arestos erão interpretados com a mais extravagante variedade.

²⁹⁸ Na decisão do *habeas corpus* impetrado por Francisco Gonçalves Pereira Duarte, declarou o Supremo Tribunal que, uma vez offerecido o deposito das custas, em que em acção civil fôra condemnado alguém como autor decahido, isso era equivalente ao pagamento, e portanto illegal se tornara a prisão do mesmo autor.

a ordem de — *habeas corpus* — salvo constando evidentemente que a parte nem póde obter fiança, nem por outra alguma maneira ser alliviada da prisão²⁹⁹.

Art. 343. A ordem de — *habeas corpus* — deve ser escripta por um escrivão, assignada pelo juiz ou presidente do tribunal, sem emolumento algum³⁰⁰, e nella se deve explicitamente ordenar ao detentor ou carcereiro que dentro de certo tempo e em certo lugar venha apresentar, perante a juiz ou tribunal, o queixoso, e dar as razões do seu procedimento.

Art 344. Independentemente de petição, qualquer juiz póde fazer passar uma ordem de — *habeas corpus* — ex-officio, todas as vezes

²⁹⁹ Os juizes de paz ou qualquer outra autoridade a cuja ordem se achar alguém preso, não se podem ingerir no conhecimento da legalidade ou illegalidade de ordem de *habeas corpus*, visto ser só dirigida ao carcereiro ou detentor, que é obrigado a executa-la sem intervenção alguma. Os juizes de direito não podem revogar a ordem de *habeas corpus* dada pelo juiz municipal, nem ex-officio, nem por via de recurso, que não é em tal caso admittido por lei alguma. — Av. de 4 de Fevereiro de 1834.

A ordem de *habeas corpus* não póde ser passada em favor de militares presos militarmente, não só por ser opposta ás leis que os regem, como por ser contraria á subordinação e disciplina do exercito. — Av. de 19 de Fevereiro de 1834.

A autoridade que tiver dado ordem de — *habeas corpus* —, e mandado soltar qualquer paciente, tem não só direito, mas até obrigação de propugnar pelo seu cumprimento, passar nova ordem de — *habeas corpus* —, emquanto entender que o paciente é illegalmente preso, ainda mesmo que não haja requerimento, á vista do art. 344 do Codigo do Processo.

Os juizes que ordenarem a prisão daquelle que tiver sido solto em consequencia de ordem de — *habeas corpus* — sem haver para ella nova causa, estão no caso de ser chamados á responsabilidade por terem commettido o crime de que trata o art. 187 do Cod. Crim. — Av. de 5 de Outubro de 1835.

É sómente competente para conceder *habeas corpus* o juiz superior ao que decretou a prisão. — Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 69, § 7º.

Não compete a concessão de ordens de *habeas corpus* aos juizes municipaes, e sim exclusivamente aos juizes de direito, Relações e Supremo Tribunal de Justiça. — Av. de 12 de Janeiro de 1844.

Dado que um presidente de provincia ordene uma prisão illegalmente, a ordem de *habeas corpus* a favor do preso não póde ser concedida senão pelo Supremo Tribunal de Justiça, visto a disposição do § 7º do art. 69 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Av. de 12 de Janeiro de 1844.

³⁰⁰ Manda Sua Magestade declarar a V. Ex. que, sendo apenas a ordem de *habeas corpus* isenta de custas pela disposição do art. 343 do Cod. do Proc., com a alteração do art. 156 do Reg. de custas, e não havendo lei alguma que dellas exima expressamente as demais peças do respectivo processo, devem estas ser sujeitas ao pagamento, como se fizessem parte de qualquer outro processo criminal, pois que não mudão de natureza; não sendo licito, porém, demorar o andamento. — Av. n. 510 de 20 de Novembro de 1860.

que no curso de um processo chegue ao seu conhecimento por prova de documentos, ou ao menos de uma testemunha jurada, que algum cidadão, official de justiça, ou autoridade publica, tem illegalmente alguém sob sua guarda ou detenção.

Art. 345. Quando da petição e documentos apresentados a qualquer juiz ou tribunal se inferir contra alguma pessoa particular ou publica prova de tal detenção, que justifique perante a lei a sua prisão, incluir-se ha na ordem um mandado nesse sentido.

Art. 346. Qualquer inspector de quartirão, official de justiça ou guarda nacional, a quem fôr apresentada uma tal ordem em fórma legal, tem obrigação de executa-la ou coadjuvar sua execução³⁰¹.

Art. 347. As ordens que levarem logo o mandado de prisão serão executadas pela maneira que fica estabelecida no Cap. 6º do Tit. 3º; as que o não levarem serão primeiro apresentadas ao detentor ou carcereiro, e, quando elles as não queirão receber, lidas em voz alta, serão affixadas na sua porta³⁰².

Art. 348. O official passará então certidão ou attestation jurada de tudo, á vista da qual o juiz do tribunal mandará passar ordem de prisão contra o desobediente, que será executada como acima fica estabelecido³⁰².

Art. 349. O detentor ou carcereiro, depois de preso, será levado á presença do juiz ou tribunal, e se ahi se obstinar em não responder ás perguntas que o juiz houver de lhe fazer na fórma do art. 343, será recolhido á cadeia e processado conforme a lei³⁰².

³⁰¹ O carcereiro, detentor, escrivão ou official do juizo, que de qualquer modo embarçar, demorar ou diffcultar a expedição de uma ordem de *habeas corpus*, a conducção e apresentação do paciente, além das penas em que possa incorrer na fórma da lei criminal, será multado na quantia de 40\$000 a 100\$000 pela autoridade competente. — Art. 75 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

³⁰² Vide nota 301.

Art. 350. Neste caso, o juiz ou tribunal dará as providencias para que o paciente seja tirado da detenção pelos meios estabelecidos no Cap. 7º do Tit. 3º, estando em casa particular; ou por quaesquer outros compativeis com as leis, estando em cadêa publica, para que se effectue o seu comparecimento³⁰².

Art. 351. Nenhum motivo escusará o detentor ou carcereiro de levar o paciente que estiver sob seu poder perante o juiz ou tribunal; salvo: 1º, doença grave (neste caso o juiz irá ao lugar vêr a pessoa); 2º, fallecimento, identidade de pessoa e justificação de conducta provada evidentemente; 3º, resposta jurada de que não tem nem jámais teve tal pessoa em seu poder^{302 303}.

Art. 352. Obedecendo o detentor ou carcereiro, ou vindo por qualquer outra maneira o paciente perante o juiz ou tribunal, elle o examinará, e achando que de facto está illegalmente detento, ou que seu crime é afiançavel, o soltará ou admittirá a fiança³⁰⁴.

³⁰² Vide nota 301.

³⁰³ No art. 351, antes da palavra — identidade — accrescente-se a palavra — não —, e ficção supprimidas as seguintes — e justificação de conducta. — Art. 111 da Lei de 3 de Dezembro do 1841.

³⁰⁴ Vide nota ao Cap. 8º — *Das fianças*.

Os processos de réos soltos em virtude de ordem de *habeas corpus* devem subir ao tribunal do jury para serem julgados porquanto disposição alguma existe no Codigo do Processo que determine se dê baixa na culpa aquelles que fôrem soltos em virtude da sobredita ordem. — Av. de 2 de Março de 1836. — Vide Consulta do Conselho de Estado de 25 de Maio de 1866.

O individuo solto em virtude de ordem de *habeas corpus* não fica absolvido de culpa e pena, nem desobrigado de seguir a sua defesa no competente processo criminal, que nao fica terminado pela decretação da soltura. — Av. de 4 de Junho de 1836. — Vide Consulta do 1º de Junho de 1866.

O individuo solto em virtude de *habeas corpus*, não havendo prestado fiança, deve ser preso, logo que pelo jury seja condemnado em pena corporal; mas se interpuser appellação, e sendo o caso de fiança, tem direito de requerê-la até á decisão do recurso, e o juiz de direito lh'a deve conceder, por ser para isso competente na fórmula do art. 46, § 8º do Codigo. — Av. de 4 de Junho de 1836

Sobre o recurso da decisão que concede soltura em consequencia de *habeas corpus*, vide nota ao art. 292.

Na fiança dos crimes, cuja denuncia a lei incumbe ao promotor publico, deve este ser ouvido, conforme a doutrina do Aviso de 17 de Dezembro de 1850; nos casos, porém, em que pelo Regulamento de 3 de Janeiro de 1833, arts. 10, 16 e 19 compete a denuncia ao desembargador promotor da justiça, é do espirito da lei que seja elle igualmente ouvido. — Av. de 29 de Julho de 1868.

Art. 353. A prisão julgar-se-ha illegal:

§ 1º Quando não houver uma justa causa para ella.

§ 2º Quando o réo esteja na cadeia, sem ser processado, por mais tempo do que marca a lei³⁰⁵.

§ 3º Quando o seu processo estiver evidentemente nullo³⁰⁶.

§ 4º Quando a autoridade que o mandou prender não tenha direito de o fazer³⁰⁷.

§ 5º Quando já tem cessado o motivo que justificava a prisão.

Art. 354. Se a prisão é em consequencia de processo civil, que interesse algum cidadão, o juiz ou tribunal não soltará o preso sem mandar vir essa pessoa, e ouvi-la summariamente perante o queixoso.

Art. 355. Sendo possível, o juiz, ou tribunal requisitará da autoridade, que ordenou a prisão, todos os esclarecimentos, que provem sua legalidade, por escripto, antes de resolver a soltura do preso.

*(Assignada pela Regencia, e com todos
os registros competentes.)*

³⁰⁵ Quando houver de verificar-se a soltura de algum individuo por ordem de *habeas corpus*, concedida com o fundamento de estar o mesmo individuo preso por mais tempo do que marca a lei, sem culpa formada, se já estiver pronunciado á prisão e livramento, não terá execução a ordem, e não será o preso relaxado da prisão. — Av. de 12 de Junho de 1835.

³⁰⁶ A nullidade do processo não importa a absolvição do réo. — Av. de 3 de Outubro de 1833.

Quando se conceder ordem de *habeas corpus* por estar o processo evidentemente nullo, não se deve proceder de necessidade a novo processo, porque, se o juiz que o formou não reconhecer a nullidade, deverá continuar nos termos ultteriores d'elle, posto que seja solto o réo. — Av. de 4 de Fevereiro de 1834.

³⁰⁷ Vide entre os Accórdãos colleccionados por Mafra o que vem á pag. 20 do 2º volume.

INSTRUCÇÕES
PARA A EXECUÇÃO
DO CODIGO DO PROCESSO CRIMINAL
MANDADAS OBSERVAR

Pelo Decreto de 13 de Dezembro de 1832.

—————

Art. 1º O governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho, logo que fôr publicado o Codigo do Processo Criminal nas respectivas provincias, passarão a fazer a nova divisão dos termos na fórmula do art. 3º do referido Codigo, conservando ou alterando os actuaes limites onde parecer conveniente, e creando novos termos onde fôr necessario.

Art. 2º Confirmada a actual, ou feita nova divisão dos termos, farão a divisão de comarcas, declarando os termos de que ha de constar cada uma dellas, tendo para isso attenção ás distancias de uns e outros termos; ao numero provavel de causas crimes e civeis que nestes podem mover-se; ás vezes que o juiz de direito deve comparecer em cada um delles; e á demora que ha de ter, segundo a pravavel abundancia de negocios de sua competencia.

Art. 3º Feita a divisão dos termos e comarcas, o governo e os presidentes em conselho ordenarão a eleição de novas camaras municipaes nos termos que fôrem novamente creados, conservando as actuaes em todos os outros termos; e ordenarão ás camaras actuaes, e ás que forem eleitas para os novos termos, a divisão dos districtos na conformidade do art. 2º do Codigo do Processo.

Art. 4º As camaras poderão conservar ou alterar os districtos actuaes, ou crear novos, segundo parecer mais conveniente; procurando,

na divisão que fizerem, comprehender em cada um dos districtos o numero necessario de cidadãos idoneos e capazes de occupar os cargos de juiz de paz, e os mais que devem haver em cada um delles, attendendo a que o numero de casas, de que trata o citado art. 2º, é o minimo, mas que ellas poderão fazer divisões de districtos, que comprehendão o numero de casas habitadas, que mais conveniente fôr.

Art. 5º Feita a divisão dos districtos, as camaras marcarão dia para a eleição dos juizes de paz dos districtos que fôrem novamente creados ou alterados, procedendo-se a esta eleição em conformidade dos arts. 9º e 10º do Cod. do Proc. Crim., e das mais leis que regulão semelhantes eleições.

Art 6º Quando algum dos quatro cidadãos mais votados, que hão de ser juizes, fallecer, ou fôr escuso nos termos do art. 4º da Lei de 15 de Outubro de 1827, a camara municipal juramentará outro mais votado, de sorte que haja sempre quatro juramentados.

Art. 7º Nos districtos actuaes, que não fôrem alterados, diminuindo-se ou accrescentando-se o seu territorio, continuarão a servir os juizes de paz, que para elles estão eleitos, na fórma das leis em vigor, devendo-se nas futuras eleições geraes proceder conforme o disposto nos citados arts. 9º e 10º.

Art. 8º Divididos os districtos, as camaras municipaes participarão immediatamente ao ministro da justiça no Rio de Janeiro, e aos presidentes em conselho nas outras provincias, o numero de districtos que fica tendo o seu respectivo termo, declarando circumstanciadamente a divisão que houverem feito, e informando quaes os differentes pontos do termo em que convem que se fação as reuniões das juntas de paz, e o numero de vezes que taes reuniões devem ter lugar em cada anno, indo nos termos dos arts. 213 e 214 do Cod. do Proc. Criminal.

Art. 9º Na mesma occasião, se fôr possível, ou logo que o seja, as camaras municipaes remetterão ao governo na corte, e aos presidentes em conselho nas provincias, as propostas para juizes municipaes, para juizes de orphãos, e para promotores publicos.

Art. 10. Cada uma destas propostas conterá tres nomes diversos de cidadãos habitantes nos respectivos termos, e que tenham os requisitos declarados nos arts. 33 e 36 do Codigo; além dos nomes se fará menção nestas propostas da profissão de cada um dos propostos, declarando-se suas luzes, serviços, intelligencia, e quaesquer outras qualidades que os tornem aptos para occupar os cargos respectivos para que são propostos.

Art. 11. As camaras municipaes no formar as propostas terão o maior cuidado em escolher pessoas que não tenham escusa alguma legitima, ou impedimento que as possa isentar ou inhibir de exercer os cargos para que são propostos: no caso de duvida ouvirão as pessoas que intentarem propôr, e haverão attenção aos motivos que apresentarem, conforme o merecimento que tiverem.

Art. 12. Recebidas as propostas, e estando ellas nos devidos termos, o governo na côrte e provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas outras provincias, nomearão, de entre os cidadãos propostos para cada um dos cargos, os que hão de servir de juizes municipaes, juizes de orphãos e promotores, e farão constar ás respectivas camaras municipaes a escolha que houverem feito; estas darão os titulos, e deferirão juramento aos promotores que tiverem sido nomeados, e farão constar aos juizes municipaes e de orphãos suas respectivas nomeações, marcando-lhes um prazo razoavel, dentro do qual se hajão de apresentar por si ou por seus procuradores na côrte ao ministro da justiça e nas provincias aos presidentes em conselho, afim de receberem seus diplomas, e prestarem juramento nos termos do art. 50 do Cod.

Art. 13. As camaras municipaes participaráõ ao ministro da justiça na côrte, e nas provincias aos presidentes em conselho, o prazo que tiverem marcado aos juizes municipaes e de orphãos para dentro delle prestarem juramento e receberem seus diplomas: e, não se apresentando estes dentro do referido prazo, por si ou por seus procuradores devidamente autorizados, serão processados, como desobedientes, pela autoridade competente, para o que se lhe remetterá pela secretaria de estado respectiva na côrte, e pelas do governo nas provincias, cópia do officio da camara municipal, que participe o prazo marcado e certidão do official-maior, que certifique o não comparecimento.

Art. 14. As camaras municipaes, menos a da côrte, e as das capitaes das provincias, logo que tiverem feito estas propostas, nomearáõ d'entre os respectivos candidatos um juiz municipal e um juiz de orphãos, os quaes, sendo por ellas juramentados, servirão interinamente os referidos cargos até que se verifique a nomeação definitiva do governo, ou dos presidentes em conselho. Os juizes municipaes interinos nomearáõ d'entre os candidatos propostos para promotor um, que, sendo igualmente juramentado pela camara municipal, sirva o referido cargo interinamente.

Art. 15. Estes empregados interinos começaráõ immediatamente a exercer suas attribuições, pondo em execução o Codigo do Processo na parte que lhes diz respeito.

Art. 16. Seis mezes antes de terminados os tres annos que os juizes municipaes e de orphãos, e os promotores publicos devem servir, as camaras municipaes farão novas propostas nos mesmos termos. — Tambem farão nova proposta nos casos de fallecimento, ausencia por mais de um anno para fóra do municipio, de provimento a emprego incompativel, e de reconhecida incapacidade physica ou moral de cada um dos ditos empregados.

Art. 17. Dividido o termo em districtos, e feitas as eleições de juizes de paz dos districtos novamente creados ou alterados, estes, e os juizes de paz, que são conservados, passarão a dividir seus respectivos districtos em tantos quarteirões quantos fôrem necessarios para o bom desempenho de seus deveres, comtanto que nenhum tenha menos de vinte e cinco casas habitadas, podendo, onde fôr conveniente, conter cem ou mais, e proporão á respectiva camara municipal um inspector para cada quarteirão, o qual, sendo por ella approvedo, receberá titulo e juramento; e, não o sendo, a mesma camara o communicará ao juiz de paz para que faça outra proposta, que também poderá ser rejeitada, mas não o poderá ser a terceira.

Art. 18. As propostas para escrivão de paz serão feitas pela mesma maneira que as dos inspectores de quarteirões, e estes empregados da mesma sorte receberão titulo e juramento das camaras municipaes.

Art. 19. Os propostos para escrivães de paz e inspectores de quarteirão entrarão logo a servir interinamente, sendo para isso juramentados pelos respectivos juizes de paz, emquanto não são approvedos pelas camaras municipaes.

Art. 20. Quando os juizes de paz julgarem conveniente ao serviço publico, poderão remover os escrivães de paz e os inspectores de quarteirão, fazendo em tal caso nova proposta ás camaras municipaes, salvo aos removidos o recurso de que trata o art. 52 do Cod. do Proc., sem suspensão dos effeitos da remoção.

Art. 21. Um dos primeiros trabalhos dos juizes de paz, tanto dos que fôrem eleitos de novo, como dos actuaes, que são conservados, será o alistamento dos jurados, de que tratão os arts. 23, 24 e 25 do Cod. do Proc., o qual farão com a maior diligencia afim de ser o dito Codigo posto em inteira execução.

Art. 22. Dando-se o caso de que o parochio ou capellão de algum districto esteja occupado no alistamento de outro districto, que igualmente pertença á sua parochia ou curato, poderá cada um destes em tal caso nomear um ecclesiastico ou cidadão do districto que faça as suas vezes, dando-lhe os documentos e esclarecimentos que fôrem precisos.

Art. 23. Á camara municipal compete designar os districtos em que cada um dos seus membros ha de com os juizes de paz, e parochos ou capellães, ou com os que os substituirem, na fórma do artigo antecedente, formar a junta para o alistamento dos jurados, de que trata o art. 24 do Cod. do Proc.; e só no impedimento do vereador designado para o districto, ou no caso de haver maior numero de districtos que de vereadores, terá lugar a substituição deste membro da junta pela fórma declarada no citado art. 24.

Art 24. Tambem compete á camara municipal, logo que tiver recebido as listas parciaes dos jurados de todos os districtos do seu termo, designar e publicar o dia em que os juizes de paz de cada um desses districtos e os parochos hão de comparecer na sala de suas sessões, para ahi procederem juntamente com ella á formação da lista geral dos jurados do termo, inscrevendo nella os alistados em cada um dos districtos, com exclusão sómente dos declarados no art. 27 do Codigo.

Art. 25. Durante as sessões que a camara municipal fizer para formação da lista geral, de que trata o artigo antecedente, deverão ser apresentadas todas as queixas e reclamações dos que tiverem sido indevidamente inscriptos ou excluidos das listas parciaes dos jurados, e as camaras, examinando essas queixas ou reclamações, com os parochos e juizes de paz, corrigirão as listas parciaes, eliminando ou inscrevendo nas listas geraes os nomes dos queixosos ou reclamantes, uma vez que pela maioria absoluta de votos dos vereadores e membros adjuntos, se julgue fundada a queixa ou reclamação, praticando-se assim o que está determinado no art. 28 do Codigo.

Art. 26. Formada a lista geral, e praticados os actos determinados nos arts. 29, 30 e 31, as camaras municipaes darão disso conta ao governo na côrte e provincia do Rio de Janeiro, e aos presidentes em conselho nas outras provincias, participando o numero e o nome dos jurados que tiverem sido apurados.

Art. 27. Se o numero dos jurados apurados fôr diminuto para formar conselho de jurados, o governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas outras, ordenarão, quando assim convenha, a reunião desse termo a outro vizinho como permite o art. 7º, e mandarão remetter á camara municipal da cidade, villa ou povoação que designarem como cabeça de termo, as listas dos jurados apurados no termo que lhe fôr reunido.

Art. 28. Se, ainda depois de assim reunidos dous termos, resultarem apenas sessenta juizes de facto, ou pouco mais, terá então lugar a ampliação da apuração, de que trata o final do art. 27.

Art. 29. O governo na provincia do Rio de Janeiro, e os presidentes em conselho nas demais provincias, na mesma occasião em que procederem á formação dos termos e comarcas, na conformidade dos arts. 1º e 2º destas Instrucções, designarão quaes as povoações onde deve haver mais de um juiz de direito e um ou mais juizes do cível, na fórma do art. 6º do Codigo e do art. 13 da Disposição Provisoria ácerca da administração da justiça civil.

Art. 30. Os presidentes em conselho são autorizados a designarem, d'entre os magistrados que estiverem servindo nas suas respectivas provincias, os juizes de direito para cada uma das comarcas, e os juizes especiaes do cível, havendo na provincia alguma povoação nas circumstancias declaradas no art. 13 do Tit. unico da Disposição Provisoria ácerca da administração da justiça civil.

Art. 31. Os presidentes em conselho darão conta ao governo da designação que tiverem feito, afim de ser o magistrado definitivamente nomeado pelo mesmo governo, para juiz de direito da comarca, ou juiz do civil da povoação, ou ser em seu lugar nomeado outro, como parecer mais conveniente, devendo todavia o magistrado assim designado ir logo exercer o lugar de juiz de direito ou do civil para que fôr designado, com portaria do presidente, e sob o juramento com que estiver servindo, até que, definitivamente nomeado, preste por si, ou por seu procurador, juramento nas mãos do ministro da justiça, e receba seu diploma.

Art. 32. Logo que estes magistrados cheguem ao lugar que lhes fôr designado, porão em execução o Codigo na parte que lhes diz respeito. Poderão ser encarregados pelos presidentes de dirigirem as autoridades locais na execução do Codigo e das presentes Instrucções, explicando-lhes os artigos sobre que tiverem duvida.

Art. 33. Se na provincia não houver tantos magistrados, quantos bastem para juizes de direito de todas as comarcas que fôrem creadas, nem por isso se deixará de pôr em execução o Codigo em todas as comarcas; devendo em tal caso os juizes municipaes das comarcas, para as quaes os presidentes não designarem juizes de direito por falta de magistrados na provincia, exercer, como substitutos dos ditos juizes, todas as funcções nos respectivos termos. Da mesma sorte os juizes municipaes exercerão todas as funcções dos juizes de direito sempre que o seu lugar venha por qualquer modo a vagar, e quando o juiz de direito estiver ausente da comarca, ou com licença, ou impedido de molestia grave e prolongada.

Art. 34. Os presidentes das camaras municipaes, logo que receberem a ordem para a execução do Codigo, convocarão as camaras extraordinariamente, caso não estejam em sessão ordinaria e estas não poderão interromper as sessões enquanto não estiver cumprido tudo quanto lhes é encarregado nas presentes Instrucções e no Codigo do

Processo, e que é necessario para ser posto em inteira execução: as mesmas camaras deverão activar as autoridades locais que fôrem omissas ou negligentes em executar aquillo que lhes é incumbido.

Art. 35. A divisão que nas provincias se fizer de comarcas, termos e districtos; os lugares designados para as sessões das juntas de paz; o ordenado que fôr marcado para os juizes de direito, e tudo quanto em execução do Codigo se praticar, será levado pelos presidentes, em conselho, ao conhecimento da assembléa geral e do governo.

Art. 36. Os feitos crimes que estiverem pendentes perante juizes que julgão em primeira instancia não sendo de privilegiados, e não sendo os crimes daquelles que cabem na alçada dos juizes de paz, serão remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo

Art. 37. Destes feitos aquelles que já estiverem com o libello offerecido, ainda mesmo que já tenham sentença, estando pendente por embargos, deverão sómente ser apresentados ao segundo conselho dos jurados ou jury de sentença; aquelles, porém em que ainda se não tiver offerecido libello accusatorio deverão ser apresentados ao primeiro conselho de jurados ou jury de accusação, e achando este materia para accusação, seguirão os mais termos do Codigo.

Nesta disposição se comprehendem os feitos crimes pendentes ante os conselhos de guerra, não sendo os crimes puramente militares, ou de empregado militar, e ante as justiças ecclesiasticas, sendo os crimes taes que dêem lugar á imposição de outras penas além das espirituaes. Neste caso serão os feitos remettidos por traslado.

Art. 38. Sendo parte accusadora a justiça, o juiz de paz respectivo, logo que receba o processo, fará disso participação ao promotor para proseguir na fórma do Codigo.

Art. 39. Os aggravos de injusta pronuncia pendentes perante os ouvidores de comarca serão, com os feitos em que tiverem sido interpostos, remettidos ao juiz de paz da cabeça do termo, para se proceder a seu respeito como fica disposto nos artigos antecedentes.

Art. 40. Os feitos civeis pendentes, ou em execução perante os juizes extinctos pelo Codigo, e Disposição Provisoria acerca da administração da justiça civil, serão remettidos aos juizes municipaes ou juizes de direito do civel dos termos ou povoações a que pertencerem, para ahi proseguirem seus ulteriores termos, na fórma de direito, e da Disposição Provisoria acerca da administração da justiça civil. As mesmas autoridades serão remettidos os feitos que penderem perante os juizes de orphãos, não sendo dos enumerados no art. 20 da Disposição Provisoria acerca da administração da justiça civil.

Art. 41. As appellações civeis e crimes, que penderem perante os ouvidores de comarca, serão remettidas á Relação do districto, para ahi proseguirem seus termos, e serem sentenciadas na fórma do novo Regulamento.

Art. 42. Não se proseguirá no conhecimento dos aggravos de petição e instrumento, que ainda estiverem pendentes ante os ouvidores de comarca, qualquer que seja o seu estado; porém a requerimento de parte ficarão reduzidos a aggravos do auto do processo, para delles se tomar conhecimento nos termos do art. 14 da Disposição Provisoria, ácerca da administração da justiça civil.

Art. 43. Os juizes municipaes nos termos em que não houver juizes de direito especiaes para o civel, na fórma do art. 3º da Disposição Provisoria, ácerca da administração da justiça civil, deverão conhecer dos feitos e contas pertencentes á provedoria de residuos e capellas até sentença final exclusive, na fórma por que procedem a respeito dos outros

feitos civeis, na conformidade do art. 8º da referida Disposição, competindo o julgamento final dos ditos feitos e contas ao juiz de direito.

Art. 44. Nas povoações, em que houver juizes do civil, competirá a estes todo o conhecimento dos ditos feitos e contas.

Art. 45. Os escrivães das provedorias das comarcas passarão a escrever nos objectos de provedoria perante os juizes municipaes e de direito, do termo que era cabeça de comarca; e, se nesse termo houver escrivão especial de provedoria, poderão escolher outro termo dessa comarca.

Art 46. Ácerca dos processos pendentes nas Relações se guardará o disposto no respectivo Regulamento.

Palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Dezembro de 1832.

Honorio Hermeto Carneiro Leão.

Lei de 3 de Dezembro de 1841.

TITULO I.

Disposições criminaes.

CAPITULO I.

Da policia.

Art. 1º Haverá no municipio da côrte e em cada provincia um chefe de policia¹ com os delegados e subdelegados necessarios, os quaes, sob propostas, serão nomeados pelo Imperador ou pelos presidentes. Todas as autoridades policiaes são subordinadas ao chefe de policia.

Art. 2º Os chefes de policia serão escolhidos d'entre os desembargadores e juizes de direito; os delegados e subdelegados d'entre quaesquer juizes e cidadãos. Serão todos amoviveis e obrigados a aceitar².

¹ Vide os Avs. 110 e 111 de 26 de Fevereiro de 1861 que declaram que os chefes de policia prestão conta dos dinheiros que recebem.

Pelo cofre da policia só devem ser pagas as despesas que tenham o character de secretas, e todas as outras pagar-se-hão nas thesourarias de fazenda. — Av. n. 27 de 16 de Janeiro de 1860.

Os chefes de policia têm o tratamento de senhoria. — Dec. n. 1482 de 2 de Dezembro de 1854.

Pagão 5% de todo o vencimento todas as vezes que fôrem nomeados. — Avs. n. 347 de 10 de Agosto de 1861 e n. 189 de 23 de Julho de 1864. Não devem, porém, paga-los, quando servindo interinamente, e tendo satisfeito esse imposto, fôrem depois nomeados pelo governo imperial para a mesma provincia. — Av. n. 8 de 30 de Janeiro de 1864.

Por Dec. n. 2220 de 11 de Agosto de 1858 marcou-se o uniforme de que devem usar as autoridades policiaes no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas. — Por Av. de 9 de Novembro de 1865 foi declarado que este Decreto não revogou o de n. 584 de 19 de Fevereiro de 1849 que estabeleceu para os delegados e subdelegados o uso da fxa.

² A Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 no art. 1º, §§ 5º e 6º, diz: Os chefes de policia serão nomeados d'entre os magistrados, doutores e bachareis em direito que tiverem quatro annos de pratica do fóro ou de administração, não sendo obrigatoria a aceitação do cargo. E, quando magistrados, no exercicio do cargo policial não gozarão do predicamento de sua magistratura; vencerão, porém, a respectiva antiguidade e terão os mesmos vencimentos pecuniarios, se forem superiores aos do lugar de chefe de policia.

Nos impedimentos dos chefes de policia servirão as pessoas que forem designadas pelo governo na corte, e pelos presidentes nas provincias, guardada, sempre que for possivel, a condição relativa aos effectivos.

Art. 3º Os chefes de policia, além do ordenado que lhes competir como desembargadores ou juizes de direito, poderão ter uma gratificação proporcional ao trabalho, ainda quando não accumulem o exercicio de um e outro cargo.

Art. 4º Aos chefes de policia, em toda a provincia e na côrte, e aos seus delegados nos seus respectivos districtos, compete:

§ 1º As attribuições conferidas aos juizes de paz pelo art. 12, §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º do Codigo do Processo Criminal.

§ 2º Conceder fiança, na fórmula das leis, aos réos que pronunciarem ou prenderem.

§ 3º As attribuições que ácerca das sociedades secretas e ajuntamentos illicitos concedem aos juizes de paz as leis em vigor.

§ 4º Vigiar e providenciar, na fórmula das leis, sobre tudo que pertencer á prevenção dos delictos e manutenção da segurança e tranquillidade publica.

§ 5º Examinar se as camaras municipaes têm providenciado sobre os objectos de policia que por lei se achão a seu cargo, representando-lhes com civilidade as medidas que entenderem convenientes, para que se convertão em posturas, e usando do recurso do art. 73 da Lei do 1º de Outubro de 1828, quando não fôrem attendidos.

§ 6º Inspeccionar os theatros e espectaculos publicos, fiscalizando a execução de seus respectivos Regimentos, e podendo delegar esta inspecção, no caso de impossibilidade de a exercer por si mesmos, na fórmula dos respectivos regulamentos, ás autoridades judicarias ou administrativas dos lugares.

§ 7º Inspeccionar, na fórmula dos regulamentos, as prisões da provincia.

§ 8º Conceder mandados de buscas na forma da lei.

§ 9º Remetter, quando julgarem conveniente, todos os dados, provas e esclarecimentos que houverem obtido sobre um delicto, com uma exposição do caso e de suas circumstancias, aos juizes competentes, afim de formarem a culpa.

Se mais de uma autoridade competente começar um processo de formação de culpa, proseguirá nelle o chefe de policia ou delegado, salvo, porém, o caso de remessa de que se trata na primeira parte deste paragrapho.

§ 10. Velar em que os seus delegados, subdelegados, ou subalternos, cumprão os seus Regimentos e desempenhem os seus deveres, no que toca á policia, e formar-lhes culpa quando mereção³.

§ 11. Dar-lhes as instrucções que fôrem necessarias para melhor desempenho das attribuições policiaes que lhes fôrem incumbidas.

Art. 5º Os subdelegados nos seus districtos terão as mesmas attribuições marcadas no artigo antecedente para os chefes de policia e delegados, exceptuadas as dos §§ 5º, 6º e 9º.

Art. 6º As attribuições criminaes e policiaes que actualmente pertencem aos juizes de paz, e que por esta lei não fôrem especialmente devolvidas ás autoridades que crêa, ficão pertencendo aos delegados e subdelegados.

Art. 7º Compete aos chefes de policia exclusivamente:

§ 1º Organizar, na forma dos seus respectivos Regulamentos, a estatistica criminal da provincia e da côrte, para o que todas as autoridades criminaes, embora não sejam delegados de policia, serão

³ Vide notas ao art. 198 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

obrigadas a prestar-lhes, na fôrma dos ditos Regulamentos, os esclarecimentos que dellas dependerem.

§ 2º Organizar, na fôrma que fôr prescripta nos seus Regulamentos, por meio de seus delegados, juizes de paz e parochos, o arrolamento da população da provincia.

§ 3º Fazer ao ministro da justiça e aos presidentes da provincia as participações que os regulamentos exigirem nas epocas pela maneira nelles marcadas.

§ 4º Nomear os carcereiros e demitti-los quando não lhes mereção confiança.

Art. 8º Para o expediente da policia e escripturação dos negocios a seu cargo poderão ter os chefes de policia das provincias um até dous amanuenses, cujos vencimentos e o dos carcereiros serão marcados pelo governo e sujeitos á approvação da assembléa geral legislativa. O expediente da policia da côrte poderá ter maior numero de empregados.

Art. 9º Os escrivães de paz e os inspectores de quartelão servirão perante os subdelegados, sob cuja proposta serão nomeados pelos delegados⁴.

Art. 10. Para a concessão de um mandado de busca ou para a sua expedição ex-officio nos casos em que este procedimento tem lugar, bastarão vehementes indicios ou fundada probabilidade da existencia dos objectos ou do criminoso no lugar da busca. O mandado não conterá nem o nome nem o depoimento de qualquer testemunha. No caso de não verificar-se a achada, serão communicadas, a quem soffreu a busca, as provas em que o mandado se fundou, logo que as exigir⁵.

⁴ Vide nota aos arts. 14 do Cod. do Proc. e 19 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

⁵ Vide art. 190 do Cod. do Proc.

Art. 11. Acontecendo que uma autoridade policial, ou qualquer official de justiça, munido de competente mandado, vá em seguimento de objectos furtados, ou de algum réo em districto alheio, poderá alli mesmo apprehendê-los e dar as buscas necessarias, prevenindo antes ás autoridades competentes do lugar, as quaes lhes prestarão o auxilio preciso, sendo legal a requisição. No caso, porém, de que essa communicação prévia possa trazer demora incompativel com o bom exito da diligencia, poderá ser feita depois e immediatamente que se verificar a diligencia.

Art. 12. Ninguem poderá viajar por mar ou por terra, dentro do Imperio, sem passaporte, nos casos e pela maneira que fôr determinado nos regulamentos do governo⁶.

CAPITULO II.

Dos juizes municipaes.

Art. 13. Os juizes municipaes serão nomeados pelo Imperador d'entre os bachareis formados em direito, que tenham pelo menos um anno de pratica do fôro, adquirida depois de sua formatura⁷.

⁶ A disposição deste artigo é applicavel aos passaportes para fora do Imperio. — Dec. n. 1414 A de 17 de Agosto de 1867.

Sobre passaportes vide o Cap. 5º das disposições policiaes do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

⁷ Os officiaes da guarda nacional deixão vagos os seus postos logo que fôrem nomeados juizes municipaes, por não ser compativel o exercicio deste emprego com o serviço da guarda nacional, como declarão o art. 11 da Lei de 18 de Agosto de 1831, e o art. 8º, § 3º do Dec. de 25 de Outubro de 1832. — Avs. de 9 e 12 de Setembro de 1833; Dec. de 6 de Fevereiro de 1834.

O emprego de juiz municipal é incompativel com emprego de fazenda. — Av. de 15 de Abril de 1834.

E com o de professor de geometria. — Av. de 7 de Outubro de 1843.

O Aviso de 26 de Fevereiro de 1836 declarou que o emprego de juiz municipal não é incompativel com o magisterio nos cursos juridicos, uma vez que os empregos se devão exercer no mesmo termo.

O ser qualquer cidadão official da guarda nacional não deve obstar a que possa ser proposto e nomeado juiz municipal; mas logo que entre no exercicio deste emprego deve deixar vago o posto por analogia do que dispõe o art. 16 do Dec. de 25 de Outubro de 1832, relativamente ao official que se ausenta por mais de um mez ainda com licença,

visto que o juiz municipal tem de servir por tempo de três annos consecutivos. — Av. de 16 de Agosto de 1838.

É incompativel com o emprego de parochio em exercicio; porque uma grande parte das attribuições dos juizes de paz constitue a dos municipaes, e é prohibido aos padres accumular as daquelles, segundo o Dec. de 18 de Setembro de 1829. — Av. de 6 de Novembro de 1844.

E com o de vereador. Em taes casos devem as camaras municipaes chamar para substituir o vereador, assim impedido, o supplente immediato em votos, o qual deixará de servir logo que cesse o impedimento do mesmo vereador. — Av. de 22 de Novembro de 1837; Dec. de 9 de Agosto de 1845*.

Á vista do disposto no Dec. n. 429 de 9 de Agosto de 1845 não deve ser tolerado que um vereador accumule o exercicio do emprego de juiz municipal, de quem é substituto. — Av. de 11 de Fevereiro de 1847.

É incompativel com os empregos das repartições fiscaes. — Av. de 5 de Fevereiro de 1847.

Aquelle que está no exercicio temporario do emprego de juiz municipal não fica por isso privado do voto passivo para juiz de paz, e portanto, sendo eleito, póde tomar posse do lugar, ficando considerado como legitimamente impedido para o fim de ser substituido pelos outros, emquanto durar o referido exercicio; tendo lugar a demissão do cargo de juiz de paz unicamente no caso de aceitar o emprego de juiz municipal, quando para elle seja reeleito. — Av. de 16 de Janeiro de 1841, § 1º.

O exercicio de um dos dous cargos, juiz municipal ou de paz (não assim o simples juramento), importa a renuncia tacita do outro para que anteriormente se foi nomeado ou eleito, e para se julgar este renunciado basta a simples nomeação ou eleição, pois que é ella sufficiente para dar o direito de opção. — Av. de 29 de Janeiro de 1849, § 1º.

Sendo incompativel o emprego de juiz municipal com o de juiz de paz, é evidente que o cidadão que aceita aquelle, deixa de ser juiz de paz. — Av. de 9 de Novembro de 1846, § 1º.

Não sendo incompativeis os cargos de presidente do conselho municipal de recurso e de juiz municipal, senão quando pela affluencia de recursos não seja possivel o exercicio simultaneo de ambos, não está o juiz inhibido das funcções do dito conselho, quando puder dar vencimento aos trabalhos do seu cargo, não obstante a concurrencia dos outros; cumprindo, porém, passar a jurisdicção ao seu legitimo substituto quando não puder conjunctamente satisfazer ás obrigações de presidente do referido conselho. — Av. de 6 de Abril de 1847 § 1º.

O Av. de 4 de Junho de 1847 declarou que não devião ser justificadas as fallas que o feitor de uma alfandega deu por causa do exercicio do emprego de juiz municipal, visto que são incompativeis os dous empregos e não devem ser accumulados.

Quando se der incompatibilidade por suspeição:

1º Entre o juiz proprietario e o empregado proprietario vitalicio;

2º Entre o juiz proprietario e o empregado proprietario amovivel ou empregado supplente;

3º Entre o juiz supplente e o empregado proprietario vitalicio;

4º Entre o juiz supplente e o empregado proprietario amovivel ou o empregado supplente, deve observar-se o seguinte:

No 1º caso, sendo a razão da suspeição anterior á nomeação, fique privado do exercicio o ultimo nomeado, juiz ou empregado, porque é elle quem dá causa á incompatibilidade; e sendo a suspeição superveniente á nomeação, recaia o effeito da incompatibilidade sobre o empregado do juizo, e não sobre o juiz, conforme o decidio o Aviso de 6 de Agosto de 1858.

* Este decreto rehabilita o juiz municipal para exercer o cargo de vereador depois que deixar a vara de juiz, durante cujo exercicio estava impedido de desmpenhar as funcções do mesmo cargo. — Av. de 25 de Abril de 1849, §§ 1º e 2º.

Art. 14. Estes juizes servirão pelo tempo de quatro annos, findos os quaes poderão ser reconduzidos ou nomeados para outros lugares, por outro tanto tempo, comtanto que tenham bem servido.

Art. 15. O governo poderá marcar a estes juizes um ordenado que não exceda a 400\$000⁸.

No 2º, seja sempre preferido no exercicio o juiz, pois, não se dão iguaes razões de justiça entre empregados amoviveis ou supplentes, e empregados vitalicios, para que se respeite um direito que é concedido por toda a vida, e do qual só a Lei póde privar.

No 3º, á vista do Aviso de 28 de Julho de 1843, fique inhibido de exercer o cargo o juiz supplente, devendo passar a vara ao immediato, por não convir que um funcionario supplente prejudique o direito e vitaliciedade de outro empregado.

No 4º, em igualdade de circumstancias, deve ser preferido o juiz, ainda supplente, por assim estar determinado pelos Avs. de 13 de Dezembro de 1853 e de 6 de Agosto de 1858. — Av. de 30 de Setembro de 1859.

É incompativel o exercicio do emprego de juiz municipal com o de professor publico de um lyceu. — Av. de 3 de Junho de 1867.

O juiz municipal, que já pertencer á guarda nacional, deixará de servir nella durante o tempo de effectivo exercicio daquelle cargo, mas continuará a faze-lo, quando cessar legalmente o impedimento.

Quando esta autoridade estiver em exercido e fôr nomeada ou promovida para algum posto da guarda nacional, entender-se-ha que renunciou o seu cargo, se tomar posse no mesmo posto, embora não permaneça no exercicio. — Av. de 13 de Janeiro de 1869.

Os juizes municipaes podem ter licença até 30 dias, dada pelos presidentes das Relações. — Av. de 11 de Junho de 1863.

Não lhes é extensiva a disposição do art. 154 da Constituição, ainda que interinamente no cargo de juiz de direito. — Av. n. 11 de 10 de Janeiro de 1854.

Uma nomeação de juiz municipal feita antes de ter-se creado fôro civil é nulla, e não obsta a que se faça outra. — Av. de 25 de Junho de 1860.

O emprego de juiz municipal é incompativel com o cargo de secretario da capitania do porto. — Av. n. 103 de 20 de Abril de 1864.

É incompativel o cargo de juiz municipal e substitutos com o de qualquer autoridade policial. — § 4º do art. 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

Os juizes municipaes não são magistrados. — Av. n. 129 de 17 de Maio de 1852. E podem ser suspensos não só pelo governo imperial, como pelos presidentes de provincia, segundo permite o § 8º do art. 5º da Lei de 3 de Outubro de 1834. — Av. n. 9 de 29 de Janeiro de 1844.

O emprego de juiz municipal é incompativel com o de collector. — Avs. de 24 de Abril de 1833, de 15 de Abril de 1834, de 4 de Junho de 1847, de 18 de Março de 1854, § 2º, e de 7 de Agosto de 1860.

É tambem com o posto de tenente-coronel, commandante de batalhão. — Av. n. 412 de 12 de Dezembro de 1864.

⁸ Recebem o ordenado com o Attestado de frequencia passado pela camara municipal. — Av. de 3 de Abril de 1843, ou pelos juizes de direito se ellas abusivamente o recusarem. — Av. n. 232 de 21 de Agosto de 1855.

O Av. n. 372 de 18 de Setembro de 1866 declarou que bem se procedeu mandando subsistir a pratica de aceitarem-se attestados passados pelo presidente da Relação para os juizes da capital, pois que é este com effeito o que até agora se tem admittido como chefe daquelles funcionarios; devendo, porém, consentir que os dos termos distantes da capital justifiquem os seus exercicios com attestados das camaras municipaes, para lhes

Art. 16. Enquanto se não estabelecerem os juizes do art. 13, e nos lugares onde elles não fôrem absolutamente precisos, servirão os substitutos do art. 19⁹.

Art. 17 Compete aos juizes municipaes¹⁰:

não causar estorvos na percepção de seus ordenados e tambem dos juizes de direito quando se realizar a hypothese de que trata a Circ. de 21 de Agosto de 1855.

Actualmente o menor ordenado é de 600\$. Alguns juizes o têm maior, concedido pelo governo, para isso autorizado pelo poder legislativo.

O ordenado dos juizes municipaes e de orphãos será de 600\$ por anno; e, onde, segundo as respectivas lotações, tiverem de vencimentos quantia inferior a 1:800\$^{8a}, perceberão mais á titulo de gratificação, a diferença entre a lotação e esta quantia.

O governo lhes arbitrará ajuda de custo para transporte e 1º estabelecimento não superior a 1:000\$, regulada pela tabella que fica autorizado a expedir. — Art. 13 da Lei n. 1764 de 28 de Janeiro de 1870.

^{8a} Os Avs. n. 280 de 23 de Setembro e n. 320 de 10 de Novembro de 1870 declaram que esta gratificação ha de ser marcada pelo governo, e não o póde ser pelas thesourarias.

⁹ Uma freguezia não se póde considerar municipio, enquanto se não installa a respectiva camara municipal, e portanto não se lhe pode dar fôro civil, etc. — Av. de 4 de Agosto de 1862.

É applicavel aos substitutos de que trata este artigo a doutrina do Av. de 25 de Junho de 1860, citada em a nota 7.

¹⁰ O juiz municipal não tem jurisdicção para deferir juramento ao supplente do juiz de paz, afim de entrar em exercicio. — Av. de 30 de Junho de 1857.

Os juizes municipaes nas villas e juizes de paz nas freguezias se devem incumbir do serviço das agencias do correio, todas as vezes que os agentes e seus ajudantes não possão abrir a mala, qualquer que seja o motivo. — Av. n. 87 de 8 de Abril de 1864.

O Dec n. 3104 de 29 de Maio de 1863 providenciá sobre a abertura das malas do correio, por ordem dos presidentes de provincia, quando se acharem ausentes da capital e em lugar por onde passe qualquer mala, e incumbe tambem ao juiz municipal.

Por Av. de 25 de Outubro de 1871, publicado no *Diario Official* de 26, foi mandado advertir um juiz municipal pelo facto de se ter ingerido na inspecção e economia das prisões pela linguagem de que usou com o chefe de policia, cumprindo-lhe pedir providencias contra qualquer procedimento menos regular da autoridade policial, mas nunca por acto proprio contrariar as determinações da mesma autoridade no exercicio de suas attribuições.

A Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, dispõe:

Art. 3º Aos juizes municipaes fica competindo, além das outras attribuições:

§ 1º A organização do processo crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2º O julgamento da infracção dos termos de segurança e bem-viver, que as autoridades policiaes e os juizes de paz tiverem feito assignar.

Art. 4º Aos juizes de direito das comarcas do art 1º, e bem assim aos *juizes municipaes* de todos os outros termos, fica exclusivamente pertencendo a pronuncia dos culpados nos crimes communs; o julgamento nos termos de que trata o art. 12, § 7º do Codigo do Processo Criminal, e o da infracção dos termos de segurança e bem-viver; podendo ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e organização dos respectivos processos, até o julgamento e a pronuncia exclusivamente; e com a mesma limitação pelos delegados e subdelegados de policia quanto ao processo dos crimes do art. 12, § 7º do citado Codigo.

§ 1º Julgar definitivamente o contrabando, excepto o apprehendido em flagrante, cujo conhecimento na fôrma das Leis e Regulamentos de fazenda pertence ás autoridades administrativas; e o de Africanos, que continuará a ser julgado na fôrma do processo commum¹¹.

§ 2º As attribuições criminaes e policiaes que competião aos juizes de paz.

§ 3º Sustentar ou revogar ex-officio as pronuncias feitas pelos delegados e subdelegados¹².

§ 4º Verificar os factos que fizerem o objecto de queixa contra os juizes de direito das comarcas em que não houver Relação; inquirir sobre os mesmos factos testemunhas, e facilitar ás partes a extracção dos documentos que ellas exigirem para bem a instruirem, salva a disposição do art. 161 do Codigo do Processo Criminal¹³.

§ 5º Conceder fiança aos réos que pronunciar ou prender.

§ 6º Julgar as suspeições postas aos subdelegados.

§ 7º Substituir na comarca ao juiz de direito na sua falta ou impedimento. A substituição será feita pela ordem que designarem o governo na côrte, e os presidentes nas provincias¹⁴.

¹¹ O contrabando de Africanos é julgado actualmente, segundo processo especial, como se verá depois no Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

¹² Aos juizes municipaes, na revisão das pronuncias, cumpre sómente sanar as faltas que induzem nullidades, e proceder a quaesquer diligencias que fôrem precisas para esclarecimento da verdade e ratificação do processo. — Av. de 3 de Junho de 1862.

Pela Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 e Reg. n. 4824 do mesmo anno, as autoridades policiaes não pronuncião mais.

¹³ Vide nota ao art. 160 do Cod. do Proc. Crim.

¹⁴ Os juizes municipaes, que substituem aos de direito quando estes são occupados em commissões de que percebem outros ordenados ou honorarios, diversos dos de seu emprego, percebem os ordenados que os juizes deixão de receber. — Av. de 19 de Agosto de 1843.

Mas se os juizes de direito, assim occupados, optarem os ordenados de juizes, aos municipaes não competem nem esses, nem os ordenados, honorarios ou subsidios a que os de direito renuncião, e sim os ordenados de seu emprego de juiz municipal não obstante exercerem a vara de direito. — Av. de 19 de Agosto de 1843.

Não pódem os juizes municipaes perceber os ordenados da vara de direito que substituem, quando a substituição é motivada por impedimentos temporarios de licença, molestia, ou outro semelhante em que o juiz impedido tem direito á percepção do ordenado, salvo aos substitutos o direito de reclamarem a 5ª parte do ordenado dos impedidos, quando o impedimento passar de 40 dias. — Av. de 19 de Agosto de 1843; Ord. de 14 de Outubro de 1846.

Quando se substitue em comarca novamente creada, tem a gratificação de juiz de direito, a contar da data do Decreto que declara a entrancia da comarca. — Av. do M. da Fazenda de 4 de Janeiro de 1853.

Além dos Avisos supra, com relação ao assumpto, até vigorar a Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, se podião citar mais os de 4 de Julho de 1861, 31 de Maio de 1864, n. 354 de 22 de Outubro de 1867, n. 84 de 6 de Fevereiro, n. 355 de 6 de Agosto de 1869, e finalmente os de 16 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1871, publicados no *Diario Official* de 12 e 23 de Fevereiro, que se referião ao Dec. n. 2531 de 18 de Fevereiro de 1860.

Hoje, porém, regula o § 12 do art. 29 da lei ácima citada nº 2033, que diz: “Quando substituir ao juiz de direito, perceberá o substituto nas comarcas do art. 1º e o juiz municipal nas outras comarcas, além do proprio ordenado, a gratificação do juiz effectivo e os emolumentos pelos actos que praticar.”

Quando fôr impedido o juiz de direito de uma comarca, e nella não houver juiz municipal effectivo, são chamados para exercer as funcções de juiz de direito nos respectivos termos os supplentes dos municipaes; mas quando houver mais de um termo reunido, deverá ser chamado para exercer aquellas funcções o suplente que houver sido préviamente designado para isso. Esta designação deve fazer-se de antemão e na mesma occasião em que fôr marcada a ordem da substituição para toda a provincia. — Av. de 28 de Julho de 1843.

O Av. de 15 de Setembro de 1860 explica este, e diz que os juizes municipaes supplentes de termos reunidos assumem a jurisdição plena, conforme o art. 8º do Dec. n. 276 de 24 de Abril de 1843, desde que o juiz proprietario se acha impedido; e quando algum delles chega a ser chamado para substituir, o juiz de direito já está com a jurisdição plena de vara municipal.

O juiz municipal, que substitue interinamente o de direito, póde presidir ao jury para o julgamento de um processo em que elle tivesse intervindo como formador da culpa ou em que tivesse sustentado ou revogado a pronuncia. — Av. de 29 de Dezembro de 1843.

Ao vereador que se acha substituindo, por falta de supplentes, ao juiz municipal, compete a substituição do juiz de direito não havendo alguns dos juizes municipaes designados para substituirem á referida autoridade. — Av. de 24 de Março de 1856.

Ministerio dos negocios da justiça, Rio de Janeiro, 7 de Novembro de 1860. — Illm. e Exm. Sr. — Foi presente a S. M. o Imperador o officio de V. Ex. de 25 de Maio ultimo sob n. 135, acompanhado da cópia de um outro em que o juiz municipal da 2ª vara da capital dessa provincia consultou, se, estando impedidos os dous juizes de direito, e cabendo-lhe substituir o da 2ª vara, essa substituição comprehendia tambem as funcções de juiz dos feitos da fazenda, ou se estas devião ser exercidas pelo juiz especial do commercio. Ao que V Ex. respondeu que, conquanto o art. 4º da Lei de 29 de Novembro de 1841 estabeleça que os juizes municipaes só poderão substituir os dos feitos da fazenda, na falta absoluta dos de direito, doutrina que foi confirmada pelo Aviso n. 48 de 28 de Julho de 1843, entendia com tudo que a elle juiz municipal, e não ao juiz de direito especial do commercio, competia a substituição do dos feitos da fazenda; 1º, porque a lei e avisos citados não comprehendem na expressão *juizes de direito* os especiaes do commercio, cuja creação lhes é posterior; 2º, porque a simples categoria de juiz de direito não os habilita para aquella substituição, como não habilita os chefes de policia, que são tambem juizes de direito; 3º porque entre o juiz de direito ordinario e o especial do commercio não ha a similitude de jurisdição em que repousa a razão das substituições; 4º, porque em regra geral são os juizes municipaes os substitutos naturaes dos juizes de direito em todas as suas funcções, com excepção unica das expressa e nomeadamente designadas; 5º, porque, sendo feita a substituição do juiz dos feitos pelos de direito,

segundo a ordem da numeração das varas destes, não póde competir a especial do commercio, que não tem tal numeração, exactamente porque por sua especialidade não tem relação nem ligação alguma com aquellas; 6º, finalmente, porque tal tem sido a pratica seguida nas outras provincias.

E o mesmo Augusto Senhor, por sua imperial e immediata resolução de 10 de Outubro findo, dada sobre consulta da secção de justiça do conselho de Estado, houve por bem mandar declarar que não póde ser approvada a decisão de V. Ex., e consequentemente que a vara dos feitos da fazenda pode ser interinamente exercido pelo juiz commercial, com preferencia aos juizes municipaes; 1º, porque, segundo a Constituição do Imperio, os juizes de direito não perdem de sua essencia pela diversidade de jurisdição, e nesta condição se achão comprehendidos os juizes especiaes do commercio, embora a sua criação seja posterior á lei de 29 de Novembro de 1841; 2º, porque é justamente na categoria de juizes de direito que se funda a substituição do dos feitos da fazenda, não se dando o mesmo quanto aos chefes de policia, que, além de estarem fóra do exercicio do juizado de direito, podem muitas vezes ser nomeados d'entre os desembargadores; 3º, porque a substituição do juiz dos feitos da fazenda pelos de direito não é fundada na similitude das funções, mas na gerarchia dos juizes, a qual se dá nos especiaes do commercio, sendo terminante a este respeito o texto da lei no art. 4º "servindo os juizes municipaes sómente na falta absoluta dos de direito." O que communico a V. Ex. para a sua intelligencia e execução. Deus guarde a V. Ex. — *Jôao Lustosa da Cunha Paranaguá*. — Sr. presidente da provincia do Maranhão.

Quando o juiz de direito reunir a jurisdição dos feitos da fazenda e tiver de sahir para fóra da comarca, afim de exercer funções desta jurisdição, deve passar o exercicio de juiz de direito criminal ao municipal, percebendo este a gratificação, e aquelle o ordenado e emolumentos que lhe tocarem. O juiz municipal, neste caso, não exercerá as funções de juiz dos feitos da fazenda, visto como a jurisdição deste estende-se a toda a provincia, em cujo territorio se acha funcçãoando. Releva acrescentar que, em regra, o juiz de direito, que accumula as funções de juiz dos feitos da fazenda, só em casos de maior urgencia deve sahir da sua comarca para dilligencias deste ultimo cargo, a quaes podem ser commettidas, na fórmula das Leis e Instrucções em vigor, ás justiças territoriaes, porque da sua ausencia da sede do juizo podem resultar graves inconvenientes á administração da justiça. — Resolução de consulta de 16 de Fevereiro de 1861; Av. de 21 de Fevereiro de 1861.

Vide art. 211, § 10 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

O juiz municipal impedido para substituir o juiz de direito, tambem está para o exercicio da sua vara. Av. 215 de 18 de Maio de 1860.

O Av. 317 de 18 de Julho de 1865 approva a decisão, declarando que não ha lei ou motivo algum, que véde ao juiz municipal, designado para substituto de duas varas de direito a accumulção temporaria de ambas.

Pelo de 8 de Maio de 1868, que traz o *Diario Official* de 20, foi modificada essa solução, declarando-se que não é permittida a accumulção, havendo outro juiz municipal, tambem substituto.

Quando o juiz municipal no exercicio interino da vara de direito commetter crime de responsabilidade, lhe é applicavel o § 2º do art. 155 do Cod. do Proc. Entre outros vide os Acc. do Sup. Trib. de 17 de Setembro de 1841, e o da Relação do Rio de Janeiro, que foi a revisora, de 25 de Janeiro de 1842, os quaes Mafra traz por extenso no seu 2º vol. pags. 1-4.

A presidencia do jury de um termo, em cuja comarca faltão os substitutos do respectivo juiz de direito, pertencerá em primeiro lugar ao juiz de direito da comarca proxima, e na falta delle aos seus substitutos. — Dec n. 3373 de 7 de Janeiro de 1865.

Por juiz mais proximo deve entender-se aquelle que ficar mais perto do lugar, em que se tiver de abrir o jury, porque neste caso só ha a attender ao maior ou menor incommodo do juiz e á brevidade de sua viagem, afim de que os réos não fiquem por mais tempo em prisão esperando julgamento. Os substitutos de que trata o Decreto supra são os juizes municipaes letrados e não os supplentes destes, pois o mencionado

Decreto tratou de arrear da presidencia do jury os juizes não formados. — Av. de 9 de Abril de 1867.

No impedimento do juiz de direito e falta de seus substitutos, deve o jury ser presidido pelo juiz de direito da comarca mais vizinha, ou pelos substitutos deste, porquanto o que a lei tem muito em vista e quiz evitar foi a demora dos julgamentos dos réos, além dos prazos indispensaveis. — Avs. de 3 de Setembro de 1868 e 30 de Janeiro de 1869.

Rio de Janeiro, em 3 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 26 de Abril do anno passado, o antecessor de V. Ex. communicou que, tendo faltado na comarca do Rio das Velhas o juiz de direito e seus substitutos formados, convocára o juiz supplente o jury do termo de Santa Luzia para época, na qual, o juiz de direito da comarca do Sabará, a mais proxima, deveria proceder á correição em um dos respectivos termos, o que já se tinha repetido em Santa Luzia, dando lugar a não se effectuarem as convocações determinadas.

O mesmo antecessor de V. Ex. resolvêra, á vista de semelhante occurrencia, que, quando se dêsse a hypothese prevista pelo Decreto n. 3373 de 7 de Janeiro de 1865, o juiz supplente procurasse accordar com o da comarca vizinha o dia, para o qual devia fazer a convocação, visto como só assim se obviaria o inconveniente indicado.

Sua Magestade o Imperador, á cuja presença levei aquelle officio, conformando-se com o parecer da secção de justiça do conselho de Estado, por sua imperial e immediata resolução de 22 do mez findo, houve por bem decidir que, sendo muito terminante e clara a disposição do citado decreto, o jury do termo de Santa Luzia dêvera ter sido presidido pelo juiz da comarca mais vizinha, e na sua falta ou impedimento pelos substitutos formados, porquanto o que a lei tem muito em consideração e o que mais deseja evitar, é a demora dos julgamentos além dos prazos indispensaveis á boa ordem e tramites regulares da justiça. Vide *Diario Official* de 10.

Rio de Janeiro, em 23 de Setembro de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Em 26 de Agosto ultimo submetteu essa presidencia ao conhecimento do governo Imperial um officio do juiz de direito da comarca do Alegrete, lembrando a necessidade de alguma providencia pela qual pertença ao juiz de direito da comarca vizinha a convocação do jury, quando tiver de presidi-la, salvo o caso de impedimento do mesmo magistrado e de seus substitutos depois da convocação, visto que só assim ficarão conciliados e attendidos os serviços das duas comarcas.

Em resposta, cabe-me communicar a V Ex. que duvida semelhante já foi decidida por Sua Magestade o Imperador, de conformidade com a sua Imperial Resolução de 22 do mez findo, tomada sobre consulta da secção de justiça do conselho de Estado, como consta do Aviso de 3 do corrente, dirigido á presidencia da provincia de Minas-Geraes. Vide *Diario Official* de 25.

No *Diario Official* de 20 de Maio de 1868 encontra-se o aviso seguinte:

“Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1868.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio de 24 de Setembro do anno passado, communicou V. Ex. que, estando proxima a primeira sessão do jury de Itaqui já adiada, o juiz de direito interino, impedido por enfermo, passára a jurisdição ao vereador da camara municipal a quem ella competia como substituto immediato; que este, porém, não quizera presidir a sessão, por entender ter o juiz procedido illegalmente adiando, em vez de convocar outras e de fazer novo sorteio; e que, em vista de tal recusa, o juiz de direito interino marcára novo prazo, o qual também não foi observado, sob pretexto de falta de tempo para convocação dos jurados, que residem a grande distancia. — Sua Magestade o Imperador, a cujo conhecimento levei o precitado officio, houve por bem mandar declarar que não procedeu regularmente o juiz de direito interino, passando a jurisdição ao vereador da camara municipal de Itaqui, para, na qualidade de juiz municipal

Art. 18. Quando os juizes municipaes passarem a exercer as funções de juiz de direito, ou tiverem algum legitimo impedimento, ou fôrem suspeitos, serão substituidos por supplentes, na fórmula do artigo seguinte.

Art. 19. O governo na côrte, e os presidentes nas provincias, nomearão por quatro annos seis cidadãos notaveis do lugar, pela sua fortuna, intelligencia e boa conducta para substituirem os juizes municipaes nos seus impedimentos, segundo a ordem em que seus nomes estiverem¹⁵. Se a lista se esgotar, far-se-ha outra nova, pela mesma

substituto, presidir a sessão do jury, em vez de convidar o juiz de direito da comarca mais proxima, nos termos do Decreto n. 3373 de 7 de Janeiro de 1865, e do Aviso de 9 de Abril do anno passado; e, quanto ao vereador que não podia elle, á vista do Decreto de 31 de Agosto de 1850 e do Aviso de 3 de Janeiro de 1860, apreciar os motivos de adiamento da sessão, e proceder a novo sorteio de jurados; por isso que pela nossa legislação o tribunal deveria ter funcionado com o sorteio, que anteriormente havia sido feito."

O Av. n. 232 de 3 de Agosto de 1870 parece autorisar que um supplente do juiz municipal presida ao jury.

O julgamento dos crimes especificados na Lei de 2 de Junho de 1850 compete tanto aos juizes effectivos, como aos seus substitutos quando estiverem com a jurisdicção, sendo que o Decreto de 7 Janeiro de 1865 creou apenas uma excepção para o caso especial da presidencia do jury. — Av. de 26 de Junho de 1869.

A Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 no seu art. 1º determina que a jurisdicção de 1ª instancia será exclusivamente exercida pelos juizes de direito em certas comarcas e depois dispõe:

§ 1º Para a substituição dos juizes de direito nas ditas comarcas haverá juizes substitutos, cujo numero não excederá ao dos juizes effectivos; sendo nomeados pelo governo d'entre os doutores ou bachareis formados em direito com dous annos de pratica do fôro, pelo menos; e servirão por quatro annos nas mesmas condições e vantagens dos juizes municipaes.

§ 2º Os juizes substitutos sómente exercerão a jurisdicção plena, em falta dos effectivos, que substituem-se reciprocamente na mesma comarca, sempre que fôr possível.

Art. 8º Aos substitutos dos juizes de direito das comarcas do art. 1º e igualmente aos supplentes dos juizes municipaes de todos os termos, além da substituição marcada para os casos de impedimento dos respectivos juizes, compete:

§ 1º A cooperação no preparo dos processos, de que trata o art. 12, § 7º do Código do Processo Criminal, assim como na formação da culpa nos crimes communs; exclusivamente até o julgamento e sentença de pronuncia; devendo os respectivos juizes competentes, antes de proferirem suas decisões, rectificar os processos quando fôr preciso.

§ 2º A concessão de fianças.

¹⁵ Vide nota ao art. 20.

Ficão reduzidos a tres os supplentes dos juizes municipaes. delegados e subdelegados de policia em cada termo ou districto. Igual numero de supplentes terão os juizes substitutos. — § 3º do art. 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

O supplente do juiz municipal, no effectivo exercicio das respectivas funções, terá a gratificação complementar do ordenado do mesmo juiz e os emolumentos pelos actos

maneira, devendo os incluídos nesta servirem pelo tempo que faltar aos primeiros seis, e enquanto ella se não formar os vereadores servirão de substitutos pela ordem da votação¹⁶.

que praticar. Nos termos reunidos essa gratificação será dividida pelos suplentes que exercerem a jurisdição. — Lei citada, art. 29, § 13.

Combinadas as disposições dos arts. 7º, 26, 27, 54 e 57 do Regulamento de 31 de Janeiro de 1842, não podem os suplentes dos juizes municipaes ser nomeados subdelegados e suplentes de subdelegados. — Av. de 8 de Julho de 1842.

É incompatível o cargo de juiz municipal e substitutos com o de qualquer autoridade policial. — § 4º do art. 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

O Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871 dispõe:

Art. 6º O numero de suplentes dos juizes municipaes, bem como dos substitutos dos juizes de direito, dos delegados e subdelegados de policia, é reduzido a tres.

§ 1º Os suplentes dos juizes municipaes e dos juizes substitutos serão nomeados pelos presidentes nas provincias, e pelo governo na côrte, para servirem por quatro annos, durante os quaes só terá lugar a demissão delles, a seu pedido ou nos seguintes casos:

Mudança definitiva de residencia para fóra do termo.

Aceitação de cargo incompatível com o de suplente.

Impedimento prolongado por mais de seis mezes.

Sentença condemnatoria da autoridade competente.

§ 2º Nos casos do paragrapho antecedente, ou quando se derem vagas por falta de juramento no prazo marcado, ou por fallecimento serão ellas preenchidas, e os novos nomeados servirão até o fim do quadriennio, occupando os ultimos lugares na escala dos suplentes.

Fóra destes casos não é alteravel a ordem da supplencia.

§ 3º Os suplentes dos juizes municipaes além de os substituirem, todos tres com elles cooperarão activa e continuamente nos actos da formação da culpa dos crimes communs, e mais procedimento criminal da competencia dos mesmos juizes, até a pronuncia e julgamento exclusivamente.

§ 4º O termo da jurisdição do juiz municipal será subdividido em tres districtos especiaes, designando-se a cada suplente um delles, em que de preferencia terá exercicio, sem por isso deixar de ser competente para ordenar as prisões e quaesquer diligencias do seu officio, e, sempre que fôr necessario, proceder tambem aos actos da formação da culpa nos outros districtos especiaes.

Os presidentes das provincias farão essas divisões de districtos especiaes, não podendo altera-las durante o exercicio dos respectivos suplentes, salvo se houver argumento ou diminuição de territorio.

§ 5º Dous mezes depois da publicação da lei serão nomeados os suplentes dos juizes substitutos para todas as comarcas especiaes: e quatro mezes depois dessa publicação, os suplentes dos juizes municipaes no mesmo dia em cada provincia.

Vide nota ao art. 211 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Aos suplentes dos juizes municipaes alem da substituição marcada para os casos de impedimento dos respectivos juizes, compete: § 1º, a cooperação no preparo dos processos de que trata o art 12, § 7º do Cod. do Proc. Crim., assim como na formação da culpa nos crimes communs, exclusivamente até o julgamento e sentença de pronuncia; devendo os respectivos juizes competentes, antes de proferirem suas decisões, rectificar os processos quando for preciso; § 2º concessão de fianças. — Art. 8º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

¹⁶ Não havendo incompatibilidade entre os empregos de juiz municipal e de vereador, pela natureza dos mesmos empregos, mas sómente porque as suas funções não poderão ser bem desempenhadas quando accumuladas, não está inhabilitado de servir o

lugar de vereador o substituto daquelles juizes sem exercicio. — Av. de 14 de Abril de 1847.

Não é incompativel o exercicio de secretario da camara municipal com o emprego de juiz municipal supplente. — Av. de 20 de Setembro de 1843.

Podendo os supplentes ser chamados ao exercicio deste emprego, com o qual não é compativel o de juiz de paz, o individuo nomeado para um destes cargos, que tacita ou expressamente aceitar a nomeação do outro, desde que o exerce tem renunciado o primeiro, ou deve presumir-se que o renunciou, e portanto não póde em qualquer tempo desempenhar as funcções delle. — Av. de 8 de Março de 1847, § 1º.

O juiz de paz que aceitou e exerceu o emprego de juiz municipal substituto, ficou desde então inhabilitado para servir o de juiz de paz, para o qual tinha sido eleito anteriormente. — Av. de 6 de Outubro de 1847, § 1º. — E a escusa pedida do emprego de substituto do juiz municipal, pelo individuo collocado nas circumstandas do paragrapho antecedente, não o reabilita para continuar a exercer o de juiz de paz. — Idem, § 2º.

As camaras municipaes devem eliminar da lista dos juizes de paz os cidadãos que aceitarem o cargo de supplentes de juiz municipal ou qualquer outro incompativel de se exercer conjuntamente com o de juiz de paz, chamando em seu lugar os supplentes immediatos. — Idem, § 3º.

A mesma incompatibilidade foi declarada pelo Av. de 20 de Abril de 1849, § 4º.

Este Aviso foi revogado pelo de 6 de Julho de 1859, expedido pelo ministerio do Imperio, no qual se declara que não ha incompatibilidade na accumulção dos cargos de juiz de paz e substituto do juiz municipal, quer na hypothese do final do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, que trata das substituições pelos vereadores, quer na primeira parte do mesmo artigo, que trata dos substitutos quatriennaes, nomeados pelo governo ou pelos presidentes das provincias.

O Av. n. 409 de 14 de Setembro de 1865, expedido pelo ministerio da justiça, concorda na declaração, accrescentando que podem ser accumulados os cargos, mas não o exercicio.

O art. 23 do Acto Addicional não veda ao membro da assembléa provincial que não compareça a exercer, durante as sessões da mesma assembléa, o emprego publico que tinha, mas sim que accumule as funcções de legislador ás de outro emprego; não estando por isso o substituto do juiz municipal inhibido de continuar no exercicio das funcções do seu emprego, visto não ter apresentado o seu diploma á assembléa, não ser reconhecido como membro della, nem ter prestado juramento e tomado assento. — Av. de 16 de Abril de 1847.

Não póde exercer o emprego de juiz municipal interino, pela mesma razão por que não o poderia exercer como effectivo, o empregado de fazenda, visto que é incompativel a accumulção de dous empregos cujas attribuições não podem ser desempenhadas cumulativamente de uma maneira conveniente ao serviço nacional e ao bem das partes, attenta a qualidade e quantidade das attribuições que tem aquelle juiz. — Av. de 15 de Abril de 1834.

Vide os de n. 89 de 4 de Junho de 1847 e 617 de 23 de Dezembro de 1869.

Os vereadores, para exercerem o cargo de juiz municipal, não carecem de prestar novo juramento; porque, sendo a substituição dos juizes municipaes uma funcção inherente ao cargo de vereador mais votado, em virtude do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, nao ha inconveniente nem irregularidade em que os vereadores a exerção debaixo do juramento prestado quando tomão posse do cargo. — Av. de 20 de Setembro de 1843.

Não é só por morte, demissão ou outro impedimento perpetuo, que se esgota a lista, mas tambem quando por qualquer impedimento temporario, como molestia, ausencia ou suspeição, não houver para uma causa ou para muitas um só dos supplentes que possa conhecer della. Neste ultimo caso deve ter lugar não só a substituição interina do vereaa-

dor, porém também a formação da nova lista. — Av. de 26 de Outubro de 1843*.

Não é necessario que a nova lista dos supplentes contenha precisamente o nome de seis individuos, mas sómente os que fôrem precisos para se completarem. Nem ha inconveniente em que se preenchão as vagas que successivamente fôrem apparecendo dos supplentes, porque o artigo não prohibe, nem da palavra *esgotar*, que emprega, se deve inferir que só deve fazer-se nova nomeação quando estiver definitivamente extincta a primeira lista. — Av. de 26 de Outubro de 1843.

Não se tendo declarado amoviveis os supplentes dos juizes municipaes, como fôrão os delegados e subdelegados no art. 2º da Lei, só podem taes supplentes ser destituídos dentro do tempo de seu legal exercicio pelos meios regulares estabelecidos para a suspensão e demissão dos empregados publicos. — Av de 15 de Fevereiro de 1844.

Os nomes dos supplentes dos juizes municipaes, depois de collocados na lista, não podem ser tirados da ordem em que tiverem sido postos para a substituição. — Av. de 28 de Março de 1844.

Nos termos que, em virtude do Decreto de 24 de Março de 1843, forem separados dos outros a que estão annexos, logo que se fizer a separação, devem ser nomeados seis supplentes para cada um delles. — Av. de 25 de Outubro de 1843.

A nomeação dos supplentes dos juizes municipaes póde ser revogada pelos respectivos presidentes de provincia, sem dependencia de julgado ou formalidade alguma, emquanto ella não tiver produzido o seu effeito, por não terem os nomeados prestado juramento e entrado na posse do lugar, todas as vezes que a presidencia tiver razão para duvidar da idoneidade que nelles se presumir existir. — Av. de 2 de Novembro de 1844.

Á vista do novo systema da substituição, estabelecido pelo § 7º do art. 17 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 não deve mais ter lugar a dita substituição em cada um dos municipios, nem isso se infere do art. 8º do Decreto de 24 de Março de 1843, onde sómente se diz que os juizes municipaes supplentes de cada um dos municipios reunidos terão nelles a plena jurisdicção, que competeria aos effectivos, se impedidos não fossem, d'onde se não segue que também tenham todos a attribuição de substituirem a um tempo os juizes de direito, pois que tal attribuição não se contem na plena jurisdicção dos juizes municipaes, e sim sómente a de serem chamados á substituição singularmente e pela ordem que lhes fôr marcada. O que releva pois fazer-se, quando pela falta absoluta de juizes municipaes effectivos n'uma comarca fôr mister chamar á substituição os supplentes dos termos reunidos, e designar a ordem por que serão chamados os supplentes desses municípios reunidos, o que deverá ser feito de antemão, e na mesma occasião em que fôr marcada essa ordem por toda a provincia. — Av. de 28 de Julho de 1848.

O encargo da substituição dos juizes municipaes pelos supplentes do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 é por sua natureza gratuito; porquanto, tendo o Decreto n. 278 de 24 de Março de 1843 declarado que os termos que apurassem mais de 50 jurados conservassem o seu fôro civil, apesar de reunidos a outros, e que na falta do juiz municipal de todos servissem os supplentes, cada um em seu termo, não seria possivel nestes casos dar-se ordenado a todos emquanto exercessem a substituição, e pois que estes seriam em todo caso privados de receberem ordenado, desigualdade manifesta haveria em da-lo áquelles que substituem aos juizes municipaes, cuja jurisdicção se limita a um unico termo. — Ord. de 20 de Outubro de 1843.

Na falta dos supplentes dos juizes municipaes, não póde o vereador tomar conhecimento das causas em que fôr interessada a camara municipal; e dado o caso de se acharem ao mesmo tempo impedidos os juizes municipaes e seus supplentes, se as partes não convierem em esperar (parando a proposta ou curso de suas causas) que cesse o impedimento de algum delles, deverão propôr-se as causas novamente intentadas, e proseguir as que já estiverem pendentes perante o juiz municipal do termo mais vizinho, voltando, porém, ao juiz municipal, ou seus supplentes, do termo respecti-

* Este e os tres Avisos seguintes sobre a formação da nova lista de supplentes do juiz municipal fôrão contemplados aqui unicamente para conhecimento dos leitores. A materia ficou definitivamente regulada pelo Dec. n. 649 de 21 de Novembro de 1849.

vo, logo que cesse o impedimento de algum delles. — Av. de 16 de Agosto de 1849.

Sendo o clérigo de ordens sacras e vigário da vara o vereador mais votado, compete-lhe a substituição de juiz municipal, dada a hypothese do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, sendo que não ha Lei que prohiba que os vigários da vara sejam juizes municipaes supplentes. — Av. de 23 de Setembro de 1853.

Mandando a Lei que seja chamado o vereador para substituir o juiz municipal, aquelle que se achar impedido para servir como vereador, não deve ser considerado habilitado para semelhante substituição. — Av. de 16 de Agosto de 1854.

A nomeação que o governo na côrte e os presidentes nas provincias devem fazer, por disposição do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, de seis cidadãos para substituirem os juizes municipaes em seus impedimentos, só terá lugar nos casos seguintes:

1º Quando se crear algum lugar de juiz municipal, ou algum dos municipios existentes adquirir os requisitos necessarios para ter fôro civil, na fórmula dos arts. 2º e 3º do Decreto n. 276 de 24 de Março de 1843.

2º Quando findar o quadriennio marcado á duração do exercicio dos nomeados para os municipios existentes.

3º Quando no decurso dos quatro annos se esgotar a lista dos nomeados. — Dec. n. 649 de 21 de Novembro de 1849, art. 1º e seus paragraphos.

Dos seis cidadãos nomeados para substituirem os juizes municipaes em seus impedimentos, se formará uma lista pela ordem numerica de 1º a 6º. — Idem, art. 2º.

A nomeação dos supplentes subsistirá em seu inteiro vigor, e a lista em sua ordem, pelo espaço de quatro annos, nos casos do art. 1º §§ 1º e 2º. No caso, porém, de se haver de nomear novos, em virtude do § 3º, subsistirá a nomeação, e se conservará a ordem da nova lista pelo tempo que faltar ao primeiro para preencher o quadriennio. — Idem, art. 3º.

Os supplentes serão chamados á substituição dos juizes municipaes e de orphãos, nos casos designados no art. 18 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, seguindo a ordem em que seus nomes estiverem na lista, precedendo sempre o primeiro ao segundo, este ao terceiro, e assim por diante; não podendo, em caso algum, o de numero inferior encarregar-se da substituição, sem que falem ou estejam impedidos os que o precederem. — Idem, art. 4º.

Não é permittido fazer nomeações parciaes, durante o quadriennio, enquanto não estiver totalmente esgotada a lista dos primeiros nomeados. — Dec. n. 649 de 21 de Novembro de 1849, art. 5º.

Tambem não é permittido, a qualquer pretexto alterar a ordem, em que fôrem designados os supplentes, na occasião da nomeação, ou esta seja feita por força do art. 1º, §§ 1º e 2º, ou por força do mesmo artigo, § 3º. — Idem art. 6º.

Emquanto a lista se não formar, nos casos do art. 1º, servirão de substitutos os vereadores, pela ordem da votação. — Idem, art. 7º.

As disposições deste Decreto não prejudicão o estado em que actualmente se acharem, em quaesquer municipios, as listas dos supplentes dos juizes municipaes, apezar de nomeações ou alterações, que tenham feito os presidentes das provincias, se ao tempo da publicação já tiverem tido effeito*. — Idem, art. 8º.

Acontecendo, porém, que, ao tempo da publicação deste Decreto, as nomeações e alterações de que trata o artigo antecedente ainda não tenham tido algum effeito, não se havendo praticado acto algum em virtude dellas, serão cassadas observando-se o disposto nos arts. 1º, 2º, 3º, 4º 5º e 6º. — Idem, art. 9º.

Pelo facto de ser alterada a divisão judiciaria de qualquer termo, quer por via de desmembração, quer de annexação, não se deve proceder a nova nomeação de supplentes dos juizes municipaes, mas conservar a existente, ainda quando algum dos supplentes já não pertença domiciliariamente ao termo d'onde foi desligado; porque, á vista do art. 5º do Decreto n. 649 de 21 de Novembro de 1849, não é permittido fazer

* A providencia de que trata o art. 8º do Dec. n. 649 foi e é restricta ás nomeações anteriores á sua publicação para não prejudicar actos praticados em boa fé por virtude de nomeações até então permittidas ou duvidosas. — Av. de 31 de Março de 1854.

nomeações novas durante o quatriennio, enquanto não estiver totalmente esgotada a lista dos nomeados. — Avs. de 10 de Novembro de 1853, de 29 de Maio de 1866 e de 18 de Julho de 1865.

A lista designando seis cidadãos para o cargo de supplenles do juiz municipal e de orphãos de um termo, torna-se inalteravel depois de terem os nomeados, pelo facto do juramento ou qualquer outro meio, manifestado sua aceitação. — Av. de 18 de Fevereiro de 1854.

Se qualquer dos nomeados, antes da aceitação, allegar motivos legitimos que o escuse do cargo, póde o presidente nomear outro para o mesmo lugar até completar o numero de seis exigido por Lei. — Av. de 18 de Fevereiro de 1854.

Os que fôrem de novo nomeados, para substituir aos que não aceitárão, serão collocados nos ultimos lugares, tendo preferencia a estes os que primeiramente forem escolhidos, ainda que o não fossem para os primeiros lugares. — Idem.

Não ha necessidade de ordem do governo imperial para que as presidencias executem o art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Av. de 20 de Março de 1850.

O quatriennio para formar nova lista de substitutos dos juizes municipaes deve contar-se da data em que se fez a primeira nomeação, de sorte que a cada lista corresponda exactamente um quatriennio, ficando entendido que as nomeações feitas dentro dos quatro annos findão com elle. — Av. de 20 de Março de 1850.

Quando se tiver de fazer nova nomeação de substitutos de juizes municipaes, podem ser conservados aquelles que parecerem dignos disto. — Av. de 20 de Março de 1850.

O juiz municipal substituto que aceita e exerce um posto na guarda nacional renuncia tacitamente o emprego, e não póde sem nova nomeação exercê-lo, ainda que seja demittido, reformado, ou perca o posto. — Avs. de 24 de Julho de 1855, de 3 de Junho de 1863, de 12 de Dezembro de 1864, de 11 e 21 de Setembro de 1865, de 23 de Julho, 26 de Setembro e 25 de Novembro de 1868.

O vereador a quem compita por substituição o exercicio do lugar de juiz municipal, deve deixar o de vereador, cuja incompatibilidade está muito clara e expressamente declarada pelo Dec. n. 429 de 9 de Agosto de 1845. — Av. de 24 de Janeiro de 1856.

O vereador que não está em exercicio, seja qual fôr o impedimento, não póde substituir o juiz municipal. — Av. de 30 de Janeiro de 1856.

O presidente da camara municipal que em razão de seu cargo exerce as funcções de juiz municipal, deve accumular, porque, se passasse a outro a presidencia e exercicio na camara, ficaria, por este facto, incompetente para substituir o juiz municipal, perdendo a qualidade que a lei reconhece como essencial para a substituição. — Av. de 3 de Setembro de 1857.

Comquanto seja incompativel a accumulção dos empregos de juiz municipal substituto e de vereador da camara municipal, todavia o exercicio de um não traz como consequencia a renuncia do outro, ao qual pode voltar logo que cesse o impedimento de qualquer delles, como é expresso no Dec. de 9 de Agosto de 1845 e Av. de 25 de Abril de 1847. — Av. de 21 de Outubro de 1857.

O vereador da camara municipal, a quem por direito cabe substituir o juiz municipal e de orphãos, não se póde escusar por motivos de propria conveniencia, e só por molestia deve considerar-se legitima a allegação de impossibilidade, que torna-se tambem extensiva ao exercicio de vereador, ficando assim explicado o verdadeiro sentido do Av. de 14 de Abril de 1847. — Av. de 12 de Abril de 1858.

Sendo separadas as varas de orphãos e municipal, ou havendo mais de uma municipal, deve guardar-se igual separação na substituição, occupando o vereador mais votado a que primeiro vagar, e o immediato aquella sobre a qual se dêr depois o mesmo facto. — Av. de 12 de Abril de 1858.

Não é incompativel o exercicio do cargo de juiz municipal supplente com o de delegado do director geral das terras publicas. — Av. de 9 de Julho de 1858.

Pela doutrina consignada no Dec. de 9 de Agosto de 1845, e nos Avisos de 20 de Setembro de 1843, de 14 de Abril de 1847 e de 25 de Abril de 1849, §§ 1º e 2º, os supplentes dos juizes municipaes não ficão inhidos de exercer as funcções respectivas

por terem servido de procuradores da camara municipal, uma vez que deste ultimo emprego tenham sido exonerados. — Av. de 14 de Junho de 1858.

Não ha incompatibilidade na accumulção do lugar de juiz municipal com o de vereador, uma vez que este seja chamado a exercer aquelle emprego em virtude da Lei e não por nomeação do governo. — Av. de 21 de Agosto de 1858.

A nomeação dos supplentes dos juizes municipaes, segundo a disposição do art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, será feita em um mesmo dia para todos os termos de cada provincia com antecedencia necessaria, para que a noticia official chegue ás cabeças dos mais remotos antes que finde o quatriennio corrente.

Para transmissão desta noticia contar-se-ha um dia por tres leguas. — Dec. n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, art. 1º.

O presidente da provincia marcará um prazo nunca excedente a tres mezes, contados da data das nomeações, para que os nomeados prestem juramento pessoalmente ou por procurador; e quando algum delles deixe de faze-lo por qualquer motivo, entender-se-ha que renuncia a nomeação, ficando esta sem effeito*. — Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, art. 2º.

O juramento será deferido pelo presidente da camara municipal da cabeça do respectivo termo, ainda que esta não esteja reunida, e, em casos urgentes, pelo presidente da provincia ou pela autoridade do mesmo termo, ou da mesma comarca que elle designar, lavrando-se disto um auto em livro proprio.

Os vereadores que, achando-se juramentados, tiverem de servir na falta ou impedimentos dos ditos supplentes, não serão obrigados a novo juramento.

Os que estiverem impedidos para o exercicio do cargo de vereador não poderão funcionar como supplentes dos juizes municipaes**. — Idem, art. 3º.

Os presidentes da camara municipal ou a autoridade encarregada de deferir o juramento deverão annuncia-lo immediatamente por editaes, e dentro de oito dias participar ao presidente da provincia a data em que o tiverem feito. — Idem, art. 4º.

Cada quatriennio começará a contar-se, em todos os termos da provincia, desde o 8º dia depois da data em que, segundo a regra estabelecida no art. 1º, dever chegar a noticia das novas nomeações á cabeça do termo mais remoto.

Esse dia e prazo para o juramento dos supplentes de cada termo serão designados em portaria do presidente da provincia, logo que estejam feitas as nomeações. — Idem, art. 5º.

Se acontecer que em qualquer termo nenhum dos supplentes tenha prestado juramento até o dia de que trata o artido antecedente, começará não obstante a contar-se desde então o novo quatriennio, servindo o vereador a quem competia a substituição. — Idem, art. 6º.

Depois de feitas as nomeações, segundo o disposto no art. 1º do presente Decreto, nenhuma outra poderá ter lugar senão nos casos seguintes:

I. Quando se crear algum lugar de juiz municipal, ou algum dos municipios existentes adquirir os requisitos necessarios para ter fôro civil, na fórmula dos arts. 2º e 3º do Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843.

II. Quando no decurso dos quatro annos se esgotar a lista dos nomeados.

III. Quando algum lugar ficar vago por não ter o nomeado prestado juramento, conforme se declara no art. 2º deste Decreto.

* Os supplentes, que não houverem prestado juramento no prazo marcado, não podem mais presta-lo e se devem considerar destituídos; porquanto não pôde prevalecer o motivo de ausencia, o de falta de communicação official da nomeação, visto como este artigo exclue expressamente *qualquer motivo*. — Av. de 21 de Outubro de 1865.

Aos supplentes dos juizes municipaes da côrte deve-se marcar prazo para prestar juramento. — Av. de 25 de Agosto de 1868.

O prazo legal é o que fôr marcado pelo presidente dentro do maximo; se antes de expirar, a presidencia reconhece-o insufficiente, pôde proroga-lo; mas uma vez expirado, não tem lugar aquella medida, nem por meio della se legitima o juramento prestado anteriormente. — Av. de 17 de abril de 1869.

** A camara municipal deve receber o juramento do nomeado, sem embargo de ser este protestante. — Av. de 29 de Maio de 1866.

Nesta hypothese, porém, occuparáõ os ultimos lugares da lista os que fõem de novo nomeados, passando cada um dos outros para o lugar immediatamente superior que estiver vago. — Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, art. 7º*.

Os supplentes que fõem nomeados nos casos do artigo antecedente só poderão ter exercido pelo tempo que restar do quatriennio. — Idem, art. 8º.

O vereador que servir de supplente de juiz municipal será substituido pelo juiz municipal mais vizinho nas causas em que a camara respectiva fôr interessada. — Idem, art. 9º.

Nas provincias onde tiver sido feita em diversas datas a nomeação dos actuaes supplentes, deverão os respectivos presidentes esperar que finde o quatriennio dos ultimamente nomeados, para fazerem as nomeações, em um mesmo dia, como determina o art. 1º do presente Decreto, servindo entretanto os vereadores pela ordem da votação. — Idem, art. 10.

Tendo um cidadão aceitado e exercido o cargo de promotor publico, posteriormente á sua nomeação de supplente de juiz municipal, renuncia por semelhante facto a este ultimo cargo, que nos termos do Av. de 4 de Junho de 1847, não é compativel com o de promotor publico. — Av. de 13 de Junho de 1861.

Havendo em um termo dous irmãos, um dos quaes era 1º supplente do juiz municipal e outro 4º do delegado de policia, declarou o governo que havia incompatibilidade no exercicio simultaneo dos referidos irmãos. — Av. de 30 de Outubro de 1861.

Ha incompatibilidade entre os empregos de juiz municipal supplente em exercicio e de professor de rhetorica do curso de preparatorios da faculdade de direito. — Av. de 19 de Novembro de 1861.

Os presidentes das provincias não podem nomear juizes municipaes interinos, já pelo art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, já porque o § 6º do art. 5º da Lei de 3 de Outubro de 1834 não deve ser entendido por essa forma, em vista da Circular de 25 de Junho de 1842, e Avisos de 14 de Setembro de 1843 e 18 de Junho de 1845, que firmarão a doutrina de que os presidentes das provincias não podem, nem interinamente, prover lugares que têm substitutos marcados em Lei. — Av. de 12 de Abril de 1862.

Comquanto não haja disposição especial que declare incompativeis os cargos de juiz municipal supplente e de procurador da matriz e de administrador dos bens do orago, em vista do Aviso de 4 de Junho de 1847 não póde esse juiz dar decisão que diga respeito á matriz ou bens do orago, devendo em tal caso julgar-se impedido por suspeito, e passar o exercicio ao seu immediato. — Av. de 3 de Junho de 1862.

Aos escrivães não é concedida a faculdade de deixar de enviar os autos ao juiz, que entenderem ter contra si algum motivo de suspeição, devendo sempre ser os autos conclusos ao juiz a quem competir o exame do feito, e na falta deste aos seus substitutos, segundo a ordem designada nos arts. 17, § 1º, e 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Av. de 13 de Junho de 1862.

Não póde ser juiz municipal supplente o secretario da capitania do porto. — Av. de 20 de Abril de 1864.

Ha manifesta incompatibilidade entre o lugar de collector e de juiz municipal supplente, e aquelle que exerce o referido emprego depois de nomeado supplente, *ipso facto* renuncia este cargo, e não póde por isso assumir o respectivo exercicio. — Av. de 12 de Dezembro de 1864.

As nomeações dos supplentes dos juizes municipaes serão feitas antes de terminar o quatriennio actual, e com antecedenda necessaria para que os nomeados possam entrar em exercicio immediatamente que o dito quatriennio fôr findo. — Dec. n. 3561 de 16 de Dezembro de 1865, art. 1º.

* Tendo se mudado de um para outro termo o cidadão que occupava o lugar de 1º supplente do juiz municipal, entrou em duvida se tinha havido vaga, e o governo decidio que, para effeito da substituição dos supplentes do juiz municipal, só prevalece a vaga que deixa o nomeado que não prestou juramento, o que não se dá na especie sujeita, não sendo, portanto, supprivel o lugar deixado pelo 1º supplente, mudado de districto, salvo o caso de esgotar-se a lista dos respectivos supplentes. — Av. de 28 de Maio de 1861.

Por Av. de 22 de Abril de 1864 mandou-se annular a nomeação de um cidadão para 2º supplente, por haver deixado de prestar juramento o nomeado para esse lugar, por ser contrario a este artigo.

A antecedencia das nomeações não excederá o prazo de um mez na corte, de seis mezes nas provincias de Mato-Grosso, Goyaz e Minas-Geraes, e de quatro mezes nas demais provincias. — Idem, art. 2º.

A nomeação dos supplentes dos juizes municipaes só terá lugar quando findar o quadriennio, como preceitúa o Dec. de 21 de Novembro de 1849 no art. 1º, § 2º, e no art. 3º, cujas disposições estão em vigor. — Av. de 29 de Agosto de 1865.

Não ha incompatibilidade entre os cargos de juiz municipal supplente e o de auditor de guerra, mas sómente impossibilidade ou impedimento no exercicio simultaneo delles. — Av. de 22 de Março de 1867.

São incompativeis os cargos de professor publico de primeiras letras e supplente de juiz municipal. — Av. de 30 de Março de 1868.

Não existe incompatibilidade no exercicio dos cargos de fiscal da camara e supplente do juiz municipal. — Av. de 30 de Abril de 1868.

O official da guarda nacional, nomeado substituto do juiz municipal, pode aceitar e exercer este emprego, porque a renuncia se verifica unicamente quando o cidadão nomeado official da guarda nacional era já o substituto do juiz municipal, e, não obstante, aceita e exerce os postos. — Av. de 31 de Julho de 1868.

Vide Av. de 13 de Janeiro de 1869 em nota ao art. 14, o qual é applicavel aos supplentes dos juizes municipaes.

Não ha lei que vêde o exercicio de dous irmãos, um como juiz de direito e outro como juiz municipal supplente. — Av. de 31 de Janeiro de 1866.

Os supplentes de juiz municipal, que fõrem advogados, podem continuar o seu patrocínio naquellas causas que houverem aceitado antes de assumirem a jurisdição. — Av. n. 87 de 26 de Fevereiro de 1867.

O juiz municipal supplente não pôde servir com escrivão parente, devendo passar a vara ao immediato. — Av. n. 261 de 2 de Setembro de 1870.

Para ser nomeado supplente do juiz municipal não importa a religião que siga. — Av. n. 207 de 29 de Maio de 1866.

O juiz municipal supplente pôde nomear e demittir os empregados do seu juizo provisoriamente providos pelo juiz effectivo. — Av. n. 95 de Fevereiro de 1860.

Os juizes municipaes supplentes são magistrados, porque exercem jurisdição. — Av. de 12 de Março de 1836. Vide a tal respeito a opinião concorde do Conselho de Estado na Consulta de 8 de Fevereiro de 1870, no relatorio da justiça do mesmo anno, consulta que servio de base ao Av. n. 131 de 21 de Maio.

Vide art. 20 e notas.

Por Av. de 23 de Junho de 1870, que publicou o *Jornal do Commercio* de 25, foi decidido que, segundo o art. 19 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, não podem exercer o cargo de supplente de juiz municipal os cidadãos que não residem no lugar ou termo respectivo.

Este Aviso contraria o de 29 de Maio de 1866.

O *Diario Official* de 14 de Junho de 1871 publica, em data de 13, um Aviso do ministerio da justiça em que se declara que um cidadão nomeado supplente do juiz municipal e de orphãos anteriormente á sua admissão em repartição publica, pode reassumir o exercicio daquelle cargo, depois de ter sido demittido deste ultimo, porquanto o facto da aceitação do emprego não importa renuncia daquelle lugar.

O Av. n. 438 de 4 de Outubro de 1869 declara que o supplente do juiz municipal, durante o periodo das sessões da camara municipal de que for membro, deve considerar-se impedido para entrar no exercicio daquelle cargo, e passar a jurisdição a seu immediato.

Nullidade... porque o juiz que proferio a sentença entrou no julgamento, sem que se mostrasse exausta a lista dos seis supplentes nomeados, e o impedimento expresso de cada um delles, na fórmula do art. 19 da Lei da Reforma. — Sup. Trib., Acc. de 27 de Julho de 1849, recorrente Antonio Francisco de Carvalho Junior e recorrido João de Mello Azêdo, e o de 17 de Outubro de 1860, recorrente João Pedro Daniel e recorrido Francisco Euterpe Alfavaca.

O Av. n. 278 de 21 de Agosto de 1869 declara ser irregular o procedimento de um membro da assembléa provincial que, sem licença desta, deixou de comparecer ás sessões e reassumio as funções do seu emprego de juiz municipal.

O Av. n. 539 de 20 de Novembro de 1869 declara que são motivos legaes para a perda do cargo de supplente de juiz municipal, a mudança de domicilio e a falta de titulo de nomeação; mas que o escrivão do juizo não póde deixar de reconhecer como tal a qualquer supplente, e com elle servir, emquanto a presidencia, que é o poder competente, não houver declarado vago o lugar.

O de n. 549 de 25 do mesmo mez declara que não póde ser reintegrado o supplente que presta juramento fóra do prazo legal perante autoridade incompetente.

O de n. 572 de 30 do dito mez diz que a incompatibilidade nos cargos de juiz municipal supplente e juiz de paz, é sómente na accumulção.

Nos termos reunidos em que ha supplentes, na fórma do Dec. de 24 de Março de 1843, sob a jurisdicção de um só juiz municipal, não póde, á vista da Ord. do L. 1º, tit. 79, § 45, servir, como 1º supplente do juiz municipal, o seu irmão, porquanto é um e o mesmo juizo em que um e outro simultaneamente servem, aquelle preparando os processos e este julgando-os. — Av. n. 73 de 19 de Fevereiro de 1866.

O Av. n. 381 de 26 de Novembro de 1864 firma a intelligencia do art. 7º do Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, citado ácima nos Avs. de 26 de Outubro de 1843 e 28 de Julho de 1848.

O Av. n. 403 de 13 de Setembro de 1865 decide que não se póde accumular o exercicio de juiz supplente e o de professor da faculdade de direito.

O Av. n. 616 de 13 de Dezembro de 1869 confirma a doutrina do de 18 de Fevereiro de 1854, acima citado.

O *Diario Official* de 5 de Outubro de 1871 traz um Aviso datado de 4, em que se declara que um individuo não perdeu o cargo de supplente de juiz municipal, por haver sido reformado em um posto de accesso na guarda nacional.

Não póde dar-se titulo, sem nova nomeação, áquelle que, nomeado, aceitar posto na guarda nacional. — Av. de 29 de Março de 1867.

O vereador, emquanto exerce o lugar de juiz municipal, deixa o exercicio do seu cargo. O Aviso-Circular n. 592 de 11 de Dezembro de 1869, expedido sobre consulta do Conselho de Estado, manda adoptar a doutrina acima.

O Dec. n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868 regula a posse e juramento dos empregados sujeitos ao ministerio da justiça, e dá outras providencias a respeito da expedição dos titulos. Posteriormente foi alterado pelo de n. 4667 de 5 de Janeiro de 1871.

O Av. de 19 de Novembro de 1862 approvou que um presidente houvesse prorogado o prazo marcado para uns supplentes prestarem juramento, visto justificarem a impossibilidade de o fazerem em tempo, apezar dos bons desejos de servir.

Vide o Dec. n. 2576 de 21 de Abril de 1860, e tambem o de n. 3561 de 16 de Dezembro de 1865, que marcão o tempo em que devem ser feitas as nomeações de supplentes dos juizes municipaes.

Em sustentação da doutrina dos arts. 7º e 8º do Dec. n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, mandou o Av. de 22 de Abril de 1864 annullar uma nomeação.

O Av. n. 355 de 28 de Agosto de 1868, declarando nullo o juramento prestado por um supplente, diz no entanto: "Quanto aos actos, que por ventura haja praticado *bona fide* o dito funcionario, são válidos em direito, competindo porém nessa parte ao poder judiciario conhecer delles e determinar seus effeitos legaes."

O Av. n. 129 de 27 de Fevereiro de 1869 declara que só nos casos expressos no art. 7º do Dec. n. 2012 de 4 de Novembro de 1857 podem ter lugar novas nomeações de supplente de juiz municipal.

Em officio n. ... de ... submetteu V. S. á decisão do governo imperial o acto pelo qual o presidente da camara de ... deferio juramento de supplente do juizo municipal a F., que deixára de o prestar no prazo marcado, por não haver autoridade que o recebesse. Em resposta declaro a V. S. que nesta, como em hypotheses semelhantes, deverá ser mantida a disposição restricta do art. 7º do Dec. n. 2012 de 24 de Novembro de 1857,

como já se declarou em Av. de 17 de Abril deste anno; não podendo, portanto, ser approvedo o alvitre tomado pelo presidente daquella camara. — Av. n. 241 de 20 de Maio de 1869.

O Av n. 211 de 21 de Julho de 1870 declara que, á vista do art. 7º do citado Decreto n. 2012, um individuo, que é nomeado e aceita o cargo de presidente de provincia não perde o lugar de supplente do juizo municipal.

O Av. n. 256 de 30 de Agosto de 1870 declara que é nullo o juramento de 1º supplente do juiz municipal, prestado perante o juiz de direito, e que o mesmo supplente perde o lugar em virtude do que dispõem o Dec. n. 2012 de 24 de Novembro de 1857 e Avs. n. 355 de 28 de Agosto de 1868 e n. 549 de 25 de Novembro de 1869, não tendo-se dado o caso de urgencia de que trata o art. 3º do citado Decreto n. 2012.

O *Diario Official* de 7 de Fevereiro de 1871, publicou o seguinte Aviso:

“Ministerio dos negocios da justiça. — Rio de Janeiro, 6 de Fevereiro de 1871.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio n. 79, de 7 de Outubro do anno proximo findo, communicou essa presidencia que, tendo prestado juramento perante o juiz de direito da comarca, o qual para isso os intimára, os cidadãos Alvaro Gonçalves Martins, Francisco Xavier de Gamarros e Joaquim José Bellarmino de Bittencourt, nomeados 3º, 5º e 6º supplentes do juiz municipal do termo de Castro, no quatriennio que começou a 16 de Agosto, o antecessor de V. Ex., á vista da disposição clara e não expressamente revogada do art. 3º do Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, declarára nullo o mesmo juramento, e substituirá por outros os nomeados, visto terem elles perdido os lugares; determinando, na mesma occasião, que, não obstante a opposição do juiz de direito, assumissem a jurisdicção os 2º e 4º supplentes juramentados pelo presidente da camara municipal, competente para deferir o juramento, apezar do que dispõe no art. 3º Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, o qual refere-se unicamente aos juizes effectivos.

Sua Magestade o Imperador, a quem foi presente aquelle officio, visto o parecer da secção de justiça do conselho de Estado de 30 de Janeiro ultimo, houve por bem decidir que, no condido estabelecido entre essa presidencia e o juiz de direito da comarca de Castro, bem resolveu o antecessor de V. Ex., declarando a competencia do presidente da camara municipal, para deferir juramento aos supplentes do juiz municipal: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia.

Deos guarde a V. Ex. — *Barão das Tres Barras*. — Sr. presidente da provincia do Paraná.”

No de 17 do mesmo mez lê-se o seguinte:

“Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 1871.

Illm. e Exm. Sr. — Levei a augusta presença de Sua Magestade o Imperador o officio dessa presidencia, n. 27 de 19 de Dezembro do anno proximo passado, com uma cópia da portaria de 17 do referido mes e anno; na qual V. Ex., ponderando que não tinham a idoneidade precisa os cidadãos nomeados a 21 de Setembro supplentes dos juizes municipaes dos termos desta provincia, para servirem no quatriennio que ha de começar a 21 de Março futuro, e entendendo que o Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857 não coarctou a acção dos presidentes de provincia, quando declara no art. 7º que, uma vez feitas as nomeações dos supplentes dos juizes municipaes, nenhuma outra possa ter lugar senão nos tres casos ahi expressamente mencionados, resolvêra cassar as que fizera o vice-presidente, seu antecessor, embora os nomeados já tivessem prestado juramento.

E o mesmo Augusto Senhor, visto o parecer da secção de justiça do conselho de Estado de 8 do corrente, houve por bem mandar declarar que, estando juramentados e instituidos os referidos supplentes, não podia a sua nomeação ser revogada sem violação da independencia do poder judiciario, da qual o prazo de quatro annos é uma garantia; cumprindo, portanto, que sem perda de tempo e logo que receba este Aviso, V. Ex. os reintegre, tornada assim de nenhum effeito a mencionada portaria de 17 de Dezembro.

Deos guarde a V. Ex. — *Barão das Tres Barras*. — Sr. presidente da provincia de Matto-Grosso.”

No dia 20 de Abril do mesmo anno publicou-se o seguinte:

“Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1871.

Illm. e Exm. Sr. — Tendo o presidente da camara municipal da cidade de Campos, consultado a essa presidencia se devia assumir os cargos de juiz municipal e de orphãos separados naquelle termo, na falta dos respectivos proprietarios e de seus supplentes, cujos quatriennio estavam findos, e, no caso negativo, qual das duas varas devia passar ao seu immediato em votos; respondeu o antecessor de V. Ex. que, estando separadas as duas varas, cumpria guardar igual separação na substituição, occupando o vereador mais votado a que primeiro vagasse, e o immediato aquella a respeito da qual se desse o mesmo factio posteriormente; accrescentando ainda que, quando tivessem lugar, na mesma occasião, as duas vagas, a do juizo municipal deveria ser occupada pelo vereador mais votado, e a da de orphãos pelo seu immediato.

O officio de 3 do corrente mez, em que essa presidencia submetteu á decisão do governo imperial a mencionada resposta, foi presente a Sua Magestade o Imperador, e o mesmo Augusto Senhor houve por bem approva-la, por isso que não está revogada a doutrina consignada no Aviso n. 129 de 12 de Abril de 1858.

Deos guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. — Sr. conselheiro presidente da provincia do Rio de Janeiro.”

No de 7 de Setembro encontra-se o seguinte:

“Rio de Janeiro, em 2 de Setembro de 1871.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio n. 154 de 7 de Junho ultimo, communicou V. Ex. que, a 1º de Janeiro do anno passado, um de seus antecessores, dando execução á Lei de 3 de Dezembro de 1841, nomeára para todos os termos dessa provincia os supplentes dos juizes municipaes e de orphãos que devião servir no quatriennio que começou a 29 de Março subsequente, e, na mesma data, por circulares dirigidas aos juizes de direito, presidentes das camaras municipaes e aos nomeados, recommendára que estes, na fórma dos arts. 3º e 4º do Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, prestassem juramento e tomassem posse até 21 do dito mez de Março perante os presidentes das camaras; devendo os dos termos da residencia dos juizes de direito fazê-lo perante elles, na fórma do Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868:

Que estas determinações fôrão fielmente cumpridas, e, em regra, todos os cidadãos residentes nos termos, sedes das comarcas, e que prestárão juramento o fizerão nas mãos dos juizes de direito, e os demais nas dos presidentes das camaras municipaes, expedindo-se a todos os seus competentes titulos; e assim nomeados e empossados, muitos supplentes nas faltas e impedimentos dos juizes municipaes, exercêrão jurisdição, sem que houvesse durante mais de um anno, reclamação alguma nem contra a legalidade de seus actos, nem contra a maneira e fórma, por que tantos cidadãos fôrão investidos da autoridade judiciaria.

Que, porém, a 20 de Fevereiro do corrente, o antecessor de V. Ex. expedira uma portaria, pela qual e em vista do disposto no art. 3º do Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, explicado pelos Avisos de 28 de Agosto de 1868 e de 6 do mesmo mez de Fevereiro, julgou de nenhum effeito a posse que os 1º e 2º supplentes do juiz municipal e de ophãos do termo do Serro tomárão perante o respectivo juiz de direito, e vagos todos os seis lugares, porque os outros deixárão de prestar juramento no prazo marcado, nomeando novamente outros cidadãos; e por portarias de 24 e 25 de Abril tomára igual medida em relação aos termos de Sabará e Ouro Preto, dando lugar a diversas reclamações, que não fôrão por elle resolvidas, nem por V. Ex., por julgar conveniente submittê-las ao conhecimento e decisão do governo.

Esta exposição foi levada á presença de Sua Alteza a Princeza Imperial Regente em nome do Imperador, que, por sua immediata resolução de 23 do mez findo, tomada sobre parecer da secção de justiça do conselho de Estado, houve por bem mandar declarar a V. Ex. que devem ser considerados válidos os juramentos, prestados em virtude das ordens expedidas por essa presidencia perante os juizes de direito nas sedes de suas respectivas comarcas, e que o Aviso de 6 de Fevereiro é especial para resolver, como resolveu, o conflicto entre a presidencia da provincia do Paraná e o juiz de direito da comarca de Castro, o qual, firmando-se no art. 3º do Decreto n. 4302 de 23 de Dezembro de 1868, sustentára sua competencia para o deferir, não só sem designação

Art. 20. A autoridade dos juizes municipaes comprehenderá um ou mais municipios, segundo a sua extensão e população. Nos

do presidente da provincia, como em contravenção de suas ordens; e assim tal doutrina limita-se a declarar que esse decreto comprehende unicamente os juizes municipaes e não os seus supplentes, a respeito dos quaes continúa em vigor o de n. 2012 de 1857; e, portanto, não é applicavel á hypothese verificada nessa provincia, onde o presidente, nomeando os supplentes dos juizes municipaes, e ordenando que o seu juramento nos termos da residencia dos juizes de direito fôsse por estes deferido, usou de uma faculdade reconhecida pelo Decreto n. 2012 de 1857, que, segundo o Aviso invocado, deve regular a materia; não importando, para a validade desse acto, todo dependente do arbitrio e da exclusiva competencia do mesmo presidente, averiguar o motivo de sua resolução; e convindo antes notar que á vista das ordens do antecessor de V. Ex. taes supplentes não podião ser juramentados senão daquelle modo, caso em que, ainda dada a nullidade, não devião ser prejudicados por facto alheio á sua vontade, tanto mais quanto a Lei de 3 de Dezembro de 1841, no art. 19, e o Regulamento n. 2012 de 1857, expedido para a sua execução, no art. 7º, determinão que estas nomeações durem por quatro annos: o que communico a V. Ex. para sua intelligencia e execução."

Em 20 de Novembro de 1871 expedio-se ainda o Aviso que segue:

"Illm. e Exm. Sr. — Fôrão presentes a Sua Alteza a Princeza Imperial Regente, em nome do Imperador, os officios dessa presidencia de 19 de Junho, 21 de Setembro e 4 do corrente, sob ns. 71, 113 e 133, bem como as informações prestadas pela camara municipal de Xiririca e pelo juiz de direito da respectiva comarca sobre a representação documentada de Zeferino Jorge Damasceno, contra o acto pelo qual o antecessor de V. Ex. nomeou, em 20 de Março ultimo, novos supplentes do juiz municipal daquelle termo, considerando sem effeito as nomeações de 30 de Novembro do anno passado.

Dos documentos se reconhece: 1º, que por um simples Aviso do collecter de rendas o petitionario e outros contemplados nessas primeiras nomeações, comparecerão em dia expressamente determinado por essa presidencia afim de prestarem juramento, que deixou de ser deferido, por não reunir-se a camara municipal, nem apresentar-se o respectivo presidente, aliás competente para preencher essa formalidade, á vista do art. 3º do Decreto n. 2012 de 4 de Novembro de 1857.

2º Que não obstante a ordem transmittida pela presidencia ao referido juiz de direito em telegramma de 5 de Janeiro, e as recommendações expressas desse magistrado, recusára a camara, por maioria de votos, deferir semelhante juramento, a pretexto de consultar o governo imperial.

3º Que no archivo da secretaria da presidencia não existe representação alguma da municipalidade, ou qualquer correspondencia autorisando a recusa deliberada.

E a mesma Augusta Senhora, tendo ouvido a secção de justiça do conselho de Estado, com cujo parecer se conformou, manda declarar a V. Ex. que devem ser mantidas as nomeações feitas em 30 de Novembro do anno passado, e admittidos os nomeados a prestarem juramento na fórma da lei, visto que anteriormente o não fizerão, por circumstancias independentes de sua vontade, e apesar de repetidas reclamações.

Deos guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato*. — Sr. presidente da provinda de S. Paulo."

No expediente de 3º de Janeiro de 1872, publica o *Diario Official* de 4, um Aviso em que se diz que, á vista do art. 3º do Dec. n. 2012 de 4 de Novembro de 1857, devem ser considerados legaes os juramentos prestados pelos supplentes dos juizes municipaes perante as respectivas camaras, embora estivessem presentes os juizes de direito em alguns dos termos.

grandes e populosos poderão haver os juizes municipaes necessarios com jurisdição cumulativa¹⁷.

¹⁷ Nos termos reunidos o respectivo supplente do juiz municipal em exercicio deverá preparar o feito de valor superior á 500\$ e remettê-lo ao mesmo juiz, o qual, antes de o fazer subir ao juiz de direito, poderá ordenar diligencias que julgar necessarias devolvendo o processo ao supplente com as convenientes instrucções.

Quanto aos feitos de valor inferior á 500\$ serão preparados segundo a legislação vigente e na fôrma do novo processo estabelecido; fazendo-se remessa delles ao juiz municipal para o julgamento final. — Art. 73 do Reg. n. 4824 de 22 de Novembro de 1871.

Os municipios que fôrem ou se acharem reunidos debaixo da autoridade de um só juiz municipal, por virtude do disposto no art. 20, e tiverem apurado maior numero de juizes de facto que o declarado no art. 31 da referida lei, terá cada um seu conselho de jurados separado dos outros municipios a que fôrem annexados, devendo a reunião do dito conselho verificar-se na respectiva villa para o julgamento de todas as causas que lhe pertencerem, como se o municipio reunido não fôra. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 2º.

Para cada um dos municipios, de que trata o artigo antecedente, serão nomeados juizes supplentes de que tratão os arts. 18 e 19 da referida Lei de 3 de Dezembro de 1841, e poderá ser nomeado um delegado. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 3º.

Os juizes municipaes, cuja autoridade abranger dous ou tres municipios, que estiverem nas circumstancias do art. 2º residirão successivamente em cada um delles, segundo o exigirem as necessidades do serviço publico, e as ordens que lhe forem transmittidas pelo presidente da provincia. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 4º.

Quando o juiz municipal sahir de um dos ditos municipios para se passar a outro promiscuamente sujeito á sua jurisdição, deixará a vara ao supplente a quem tocar. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 5º.

Emquanto os juizes municipaes residirem e estiverem em exercicio em qualquer dos termos ou municipios reunidos sob sua autoridade, a jurisdição dos supplentes, quanto ao crime, não comprehenderá as sentenças finaes nos crimes em que compete o julgamento aos juizes municipaes, e nem as pronuncias. Procedendo os ditos supplentes a todas as diligencias preparatórias, remetterão aos juizes municipaes, em qualquer das villas de sua jurisdição, em que se acharem, os processos crimes que tiverem de ser julgados afinal, e aquelles em que tiver de proferir sentença de pronuncia. Do mesmo modo serão remetidas aos juizes municipaes as pronuncias dos delegados e subdelegados, por lhes competir a confirmação ou revogação. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 6º*.

Quando os juizes municipaes, cuja autoridade abranger dous ou tres municipios, faltarem, estiverem ausentes fôra dos ditos municipios, ou impedidos, os supplentes exercerão nos respectivos municipios a jurisdição plena, que compete aos ditos juizes, do mesmo modo por que o fazem os supplentes nos termos e municipios não reunidos. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 8º.

Só ao governo imperial e presidentes de provincia cabe o direito de ordenar aos juizes municipaes a residencia temporaria em certo ponto de seus termos, como determinão os Avisos de 7 de Junho de 1848 e 28 de Julho de 1860. — Av. de 15 de Julho de 1861.

Vide parte final do § 13 do art. 29 da Lei n. 2033 em a nota 15.

* Segundo o disposto nos arts. 6º e 7º do Decreto n. 276 de 24 de Março de 1843, não é permittido aos juizes supplentes proferir sentenças finaes no crime; e sendo o julgamento das justificações uma sentença que põe termo ao processo, só o juiz municipal effectivo é competente para proferi-la. — Av. de 2 de Abril de 1855.

Art. 21. Os juizes municipaes e de orphãos, pelos actos que praticarem, tanto no civil como no crime, perceberão dobrados os emolumentos marcados no Alvará de 10 de Outubro de 1754 para os juizes de fóra e orphãos das comarcas de Minas-Geraes, Cuyabá e Matto-Grosso¹⁸.

CAPITULO III.

Dos promotores publicos.

Art. 22. Os promotores publicos serão nomeados e demittidos pelo Imperador ou pelos presidentes das provincias, preferindo sempre os bachareis formados que forem idoneos e servirão pelo tempo que convier. Na falta ou impedimento serão nomeados interinamente pelos juizes de direito¹⁹.

Art. 23. Haverá pelo menos em cada comarca um promotor que acompanhará o juiz de direito: quando, porém, as circumstancias

¹⁸ O Dec. n. 1569 de 3 de Março de 1855 estabeleceu novo Regimento de Custas.

¹⁹ O cargo de procurador fiscal é incompativel com o de promotor publico. — Av. de 14 de Fev. de 1855.

Podem servir conjunctamente o juiz municipal e o promotor publico, sendo aquelle casado com uma sobrinha deste. — Av. de 29 de Outubro de 1859.

Os promotores podem ser curadores fiscaes de massas fallidas. — Av. n. 210 de 16 de Maio de 1860.

Não gozão das férias, que marca o Dec. n. 1285 de 30 de Novembro de 1853. — Av. n. 296 de 11 de Julho de 1860.

Promotor pronunciado, mas afinal absolvido, tem direito ao ordenado integral desde a data da pronuncia. — Av. n. 10 de 5 de Janeiro de 1863.

Os promotores não podem ordenar aos carcereiros que lhes dêem certidões, porque não têm jurisdição, e devem, quando precisarem de qualquer informação relativa á cadêa, requerer á autoridade policial competente, incumbida da inspecção das prisões, quando a informação versar sobre o regimen interno dellas, e ao juiz da culpa, quando se referir á algum preso mettido em processo. Av. n. 517 de 16 de Novembro de 1863.

Não é lícito ao promotor advogar por interesse de parte, ainda que seja accusando. — Av. n. 250 de 5 de Junho de 1862 e 320 de 5 de Outubro de 1867.

Posteriormente o Av. n. 461 de 12 de Outubro de 1869 declarou que um promotor publico póde encarregar-se do patrocínio de uma acção puramente privada, no sentido da accusação.

Não podem servir conjunctamente juiz municipal e promotor que sejam cunhados. — Av. n. 135 de 30 de Abril de 1868.

A incompatibilidade entre o cargo de juiz de paz e o de promotor interino é só na accumulção. — Av. n. 572 de 30 de Novembro de 1869.

exigirem poderão ser nomeados mais de um²⁰. Os promotores vencerão o ordenado que lhes fôr arbitrado, o qual na côrte será de 1:200\$000 por anno, além de 1\$600 por cada offerecimento de libello, 3\$200 por cada sustentação no jury, e 2\$400 por arrazoados escriptos²¹.

CAPITULO IV.

Dos juizes de direito²².

²⁰ § 7º Haverá em cada termo um adjunto do promotor publico, proposto pelo juiz de direito da respectiva comarca e aprovado pelo presidente da provincia.

§ 8º Na falta do adjunto do promotor publico, as suas funcções serão exercidas por qualquer pessoa idonea nomeada pelo juiz da culpa para o caso especial de que se tratar. — Art. 1º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

²¹ Para o recebimento dos seus ordenados devem apresentar attestado de frequencia passado pelos juizes de direito a quem acompanhão. — Av. de 3 de Abril de 1843.

Os promotores publicos interinos devem receber os mesmos ordenados que os effectivos, quando estes o não recebem, e não terão senão os emolumentos, quando servirem, por se acharem os effectivos no gozo de licença com ordenado, de sorte que nunca haja duplicata. — Av. de 6 de Julho de 1843.

²² É obrigatorio o serviço que preste o juiz de direito na relação, quando a ella chamado por falta de desembargadores. — Av. n. 117 de 9 de Março de 1860.

Quando substituirem os auditores de guerra, nos lugares onde os não ha privativos, tem direito a perceberem a gratificação que aos mesmos está marcada, emquanto exercerem as funcções deste cargo, salvos os casos do suspensão dos trabalhos dos conselhos de guerra por motivo que não tenha relação com o andamento dos processos. — Av. n. 143 de 2 de Abril de 1860.

Estando á presidir o jury, e sobrevindo-lhe qualquer impedimento repentino e inesperado, póde passar a jurisdição ao substituto mais proximo, até que chegue aquelle á quem compete, ao qual deve logo communicar. — Av. n. 125 de 24 de Março de 1854.

O Av. n. 191 de 30 de Julho de 1859 declara que, em virtude da imperial resolução de consulta de 25 do mesmo mez, em face da legislação vigente, é o juiz de direito obrigado a servir como auditor, sem que seja permittida a nomeação de secretarios para os conselhos de guerra.

Compete ás assembléas provinciaes supprimir lugares de juiz de direito nas comarcas em que houver mais de um? Sim, diz o Av. n. 466 de 6 de Outubro de 1863, fundando-se em que, á vista do art. 2º da Lei n. 105 de 12 de Maio de 1840, explicado pela consulta á que se refere o Av. de 25 de Janeiro de 1856, não se póde contestar ás assembléas provinciaes esse direito, pois que a suppressão é numerica e não essencial da organização judiciaria.

As assembléas provinciaes não podem impôr cargos aos juizes de direito, visto como nem o Acto Addicional, nem outra alguma lei collocou os empregados, creados por leis geraes para fins geraes, debaixo da acção dessas assembléas. — Av. de 14 de Outubro de 1862.

Vide a consulta do conselho de Estado em nota ao art. 200 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro.

Os juizes de direito nos crimes communs serão processados e julgados perante as Relações. — Art. 29 § 2º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

§ Os juizes de direito, desembargadores e ministros do supremo tribunal de justiça que se acharem physica ou moralmente impossibilitados, serão aposentados, a seu pedido,

Art. 24. Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador d'entre os cidadãos habilitados, na fôrma do art. 44 do Codigo do Processo; e, quando tiverem decorrido quatro annos da execução desta lei, só poderão ser nomeados juizes de direito aquelles bachareis formados que tiverem servido com distincção os cargos de juizes municipaes ou de orphãos, e promotores publicos, ao menos por um quatriennio completo²³ ²⁴.

ou por iniciativa do governo, com o ordenado por inteiro, se contarem 30 annos de serviço effectivo, e com o ordenado proporcional, se tiverem mais de 10.

§ Sómente depois de intimado o magistrado para requerer a aposentação e não o fazendo, terá ella lugar por iniciativa do governo, precedendo consulta da secção de justiça do conselho de Estado e procedendo-se previamente aos exames e diligencias necessarias, com audiencia do mesmo magistrado, por si ou por um curador no caso de impossibilidade. §§ 10º e 11º da lei citada.

Por Av. de 25 de Novembro de 1868, publicado no *Diario Official* de 26, mandou-se declarar a um juiz de direito que é incontestavel a faculdade que têm os presidentes de provincia de exigir dos juizes informações a respeito de seus actos, ainda mesmo judiciarios, faculdade reconhecida no Dec. n. 328 de 8 de Outubro de 1843, e inherente ás attribuições do poder executivo, incumbido de velar no exacto cumprimento dos deveres de todo o empregado, promovendo a sua responsabilidade, quando for caso della; nem essa audiencia offende por forma alguma a independencia do poder judiciario, garantida pela lei.

²³ O exercicio do cargo de substituto de juiz de direito por 4 annos, habilita para o lugar de juiz de direito. — § 2º do art. 28 da Lei 2033 de 20 de Setembro de 1871.

A matricula dos magistrados no Sup. Trib. de Justiça é regulada pela Lei de 20 de Dezembro de 1830.

Os Decs. n. 4302 de Dezembro de 1868 e n. 4667 de 5 de Janeiro de 1871 regulão a posse dos empregados do ministerio da justiça e dispõem relativamente a expedição dos titulos.

É o governo antorisado a fixar o numero dos juizes de direito em cada uma das comarcas do art. 1º sem exceder ao correspondente aos lugares actualmente creados de juizes de direito, municipaes e de orphãos. Todos exercerão cumulativamente a jurisdicção civil, á excepção dos juizes de varas privativas; e conjunctamente com estes a jurisdicção criminal na mesma comarca, conforme se determinar em regulamento. — § 3º do art. 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

²⁴

DECRETO N. 557 DE 26 DE JUNHO DE 1850.

Marca o modo de se contar aos juizes de direito o tempo de effectivo exercicio dos seus lugares, deduzidas quaesquer interrupções.

Art. 1º Por antiguidade dos juizes de direito só se entenderá o tempo de effectivo exercicio nos seus lugares, deduzidas quaesquer interrupções. Exceptua-se:

§ 1º O tempo em que estiverem com parte ou licença de doente, comtanto que não exceda de seis mezes em cada periodo de tres annos^{24 a}.

§ 2º O tempo aprazado ao juiz removido de se transportar para outro lugar, se não fôr excedido.

§ 3º O tempo de suspensão por crime de responsabilidade, de que fôrem absolvidos.

Art. 2º Estas disposições serão applicadas um anno depois da publicação da presente lei; e, quanto aos membros da assembléa geral, só depois de concluida a presente legislatura.

Art. 3º A nomeação de desembargador será feita d'entre os dez juizes de direito mais antigos, cuja relação deverá ser apresentada pelo Supremo Tribunal de Justiça, sempre que houver de ter lugar.

Existindo, porém, juizes de direito, já apresentados cinco vezes, a relação dos que forem propostos á nomeação comprehenderá até os quinze mais antigos, nunca excedendo este numero, e nem, em caso algum, podendo conter mais de dez daquelles juizes que não tenham sido apresentados as cinco vezes.

DECRETO N. 509 DE 23 DE JUNHO DE 1850.

Marca as classes em que ficão divididas as comarcas do Imperio, os casos em que podem ser removidos os juizes de direito, e as ajudas de custo que a estes devem ser abonadas, quando fôrem mudados de umas para outras comarcas.

Art. 1º As comarcas serão divididas em tres classes, a saber: da primeira, segunda, e terceira entrancia, sem que por isso se considerem de menor ou maior gradação. Nenhum cidadão habilitado será pela primeira vez nomeado juiz de direito senão para comarca de primeira entrancia, nem passará desta para outra de segunda, sem que tenha quatro annos de serviço effectivo. Da segunda para a terceira poderão ter lugar as remoções, havendo tres annos de effectivo serviço na classe anterior. Esta classificação será feita pelo governo, mas não poderá ser alterada senão por acto legislativo^{24 b}.

As comarcas novamente creadas serão incorporadas pelo governo á classe que parecer mais propria.

Art. 2º Os juizes não poderão ser removidos, sem requerimento seu, para comarca de classe anterior; e na mesma classe senão nos seguintes casos:

§ 1º Se tiver apparecido rebellião, guerra civil ou estrangeira, ou mesmo sedição ou insurreição dentro da provincia, ou conspiração dentro da comarca.

§ 2º Se o presidente da provincia representar sobre a necessidade da sua remoção, com especificadas razões de utilidade publica. Neste caso será ouvido o conselho de Estado, precedendo audiencia do magistrado, sempre que della não resultar inconveniente; dando-se em todo o caso ao juiz removido conhecimento das razões da remoção.

^{24 a} A respeito de licenças concedidas aos juizes de direito, estão em vigor as disposições do art. 2º, § 11 da Lei de 21 de Setembro de 1823, e do art. 5º, § 14 da Lei de 3 de Outubro de 1834, que ambas se podem bem executar, não só por não serem entre si contrarias, como porque, quando das licenças concedidas pelos presidentes das Relações resultarem inconvenientes graves, ha o remedio de as suspenderem os presidentes de provincia nos termos do art. 165 do Código Criminal. — Av. de 27 de Julho de 1855.

Pelo facto de ter o juiz de direito excedido o tempo das licenças que tiver obtido, deve-se formar o respectivo processo de responsabilidade, afim de ser julgado competentemente. — Officio de 4 de Agosto de 1837.

Fôra da sua comarca, com liença nao tem direito a ordenado algum ainda que allegue e prov, omelestia. — Av. de 26 de Julho de 1851.

^{24 b} O governo fará nova classificação das comarcas quanto ás entrâncias; e feita ella, só por lei póde ser alterada. — § 4º do art. 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

O Av. n. 377 de 31 de Dezembro de 1870 declara que deve ser mantida a classificação das comarcas, que, em uma nova divisão juduciaria, embora tenham mudado e nome, soffrêrão apenas alterações que não influem sobre a sua importância, devendo continuar á ter por juizes os que nellas já servião; e que para as comarcas já existentes ou creadas de novo com os territorios das que fôrão supprimidas devem ser designados os juizes, que nestas servião, attendendo-se á sua opção no caso em que, subsistentes as suas comarcas, tenham sido desmembrados dellas territorios importantes para a formação de outras.

Art. 3º Aos juizes de direito, mudados de umas para outras comarcas, se abonará ajuda de custo, nunca menor de 400\$000, nem maior de 2:000\$000. Estas ajudas de custo serão marcadas pelo governo, segundo as distancias e as dificuldades da viagem.

Não terá lugar, porém, a ajuda de custo quando a remoção fôr entre comarcas, cuja distancia for menor de 50 leguas.

Art. 4º Os juizes de direito removidos não serão obrigados a prestar novo juramento, nem a tirar nova carta, servindo-lhes de titulo a cópia dos decretos de remoção, por cuja expedição não pagarão direitos, nem emolumentos alguns^{24 c}.

DECRETO N. 560 DE 28 DE JUNHO DE 1850.

Estabelece os ordenados e gratificações que devem perceber os juizes de direito das comarcas do Imperio, e dá outras providencias a respeito daquelles juizes, que sendo removidos, não entrarem logo em exercicio dos novos lugares, ou declararem que não os aceitam.

Art. 1º Pelos cofres geraes se pagará aos juizes de direito, sem distincção de comarcas, o ordenado annual de 1:600\$000, e uma gratificação de 800\$000, dependendo esta do effectivo exercicio do juiz de direito, e passando para quem o substituir, de sorte que, em nenhum caso, possam os impedidos ou licenciados pelo governo vencer a gratificação^{24 d}.

Art. 2º Os juizes de direito removidos, que, dentro de um mez, contado do conhecimento official da remoção, declararem que aceitam o novo lugar, terão direito desde logo ao ordenado deste e á ajuda de custo que lhes couber.

Art. 3º Os que não o declararem, ou rejeitarem o novo lugar, receberão, durante os primeiros seis mezes, metade do ordenado. Os que, tendo aceitado, não entrarem no exercicio effectivo dos novos lugares dentro do prazo para isso marcado, restituirão quanto houverem recebido em virtude da declaração, salvo o caso de impossibilidade provada perante o governo, o qual poderá prorogar aquelle prazo razoavelmente, comtanto que não exceda á metade do primeiro: durante a prorrogação do prazo o juiz de direito não perceberá vencimentos alguns.

Art. 4º Os prazos de que trata o art. 3º serão marcados em Regulamento do governo, e quando fôrem alterados para menos, taes alterações só deverão ser applicadas um anno depois da sua publicação; estes prazos decorrem do conhecimento official das remoções.

Art. 5º Os juizes de direito removidos que rejeitarem os novos lugares, os que nada declararem, e os que, tendo aceitado, não entrarem em exercicio nos prazos marcados, serão considerados avulsos, e não se lhes contará antiguidade do tempo em que assim estiverem fóra do exercicio.

^{24 c} Enquanto não for competentemente alterada a tabella annexa ao Dec. n. 2349 de 5 de Fevereiro de 1859, deve-se continuar a cobrar os emolumentos de 20\$000 pelos titulos de remoção dos juizes de direito de umas para outras comarcas. — Av. de 9 de Dezembro de 1861.

Convem, portanto, que os inspectores das thesourarias façam exigir dos juizes de direito removidos posteriormente ao citado decreto a referida taxa, se não a pagárão, comprehendendo-se outrosim em semelhante disposição, para a cobrança deste imposto, os juizes de direito avulsos, e os que acabão de servir de chefes de policia, salvo tão somente, quanto a estes, o caso de voltarem para as mesmas comarcas em que anteriormente servirão. — Circular de 14 de Junho de 1862.

^{24 d} Ex vi do art. 12 da Lei n. 1764 de 28 de Junho de 1870 têm mais 50%, sendo duas terças partes ordenado e uma gratificação.

O juiz de direito que sahe da comarca para cumprir deveres da vara dos feitos da fazenda que accumula, passa a jurisdicção criminal ao respectivo juiz municipal, e a este cabe a gratificação daquelle. — Av. de 21 de Fevereiro de 1861.

Ao juiz de direito no exercicio interino de desembargador compete sómente o ordenado do seu lugar, e a gratificação do que estiver exercendo. — Ordem de 8 de Abril de 1862.

DECRETO N. 687 DE 26 DE JULHO DE 1850^{24 e}.

Estabelece regras sobre as nomeações, remoções e vencimentos dos juizes de direito.

Art. 1º Os juizes de direito serão nomeados pelo Imperador d'entre os bachareis formados que tiverem servido com distincção os cargos de juiz municipal, de orphãos, promotor publico, ao menos por quatro annos completos.

É necessario que esse serviço tenha realmente consistido no exercicio dos cargos acima referidos ou na substituição dos juizes de direito, e não no desempenho de outros empregos ou commissões. O tempo de interrupção por licença, ou molestia, que exceder de seis mezes durante o quatriennio, não será tambem contado.

O official-maior da secretaria de Estado dos negocios da justiça, em vista das informações dos presidentes de provincia, e documentos que pelos interessados fôrem apresentados, fará organizar uma matricula dos bachareis actualmente habilitados para o cargo de juiz de direito. Os documentos, em vista dos quaes essa matricula fôr feita, deverão ficar no archivo ao menos em publica-fôrma. Aos bachareis, que o requererem, se expedirá um diploma de habilitação, ou certidão da matricula, com que, independente de outros quaesquer documentos, se possão mostrar habilitados para os lugares de juizes de direito. Nenhum bacharel sera despachado antes de matriculado^{24 f}.

Art. 2º Nenhum cidadão habilitado será pela primeira vez nomeado juiz de direito senão para comarca de primeira entrancia; mas apenas tiver preenchido as condições do artigo seguinte, poderá o governo removê-lo para comarca de segunda entrancia e desta para de terceira. — Dec. n. 687 de 26 de Julho de 1850, art. 1º § 1º.

^{24 e} O governo não fará novas nomeações para comarcas, emquanto existirem juizes de direito disponiveis na mesma entrancia, vencendo ordenado. — Art. 17 da Lei n. 1764 de 28 de Junho de 1870.

No *Diario Official* de 25 de Outubro de 1868 fôrão publicados os dous Avisos seguintes:

"Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1868.

Para a boa execução do Decreto n. 687 de 26 de Julho de 1850, convem que se observem nesta secretaria de Estado as seguintes instrucções:

1ª Decretada alguma remoção de juiz de direito, designação de comarca, ou nomeação de chefe de policia, a respectiva secção apresentará immediatamente a informação acerca do prazo e ajuda de custo que se deva marcar.

2ª Ao mesmo tempo que o decreto se publicará o despacho, marcando o prazo e ajuda de custo a que tem direito o juiz nomeado ou removido.

3ª Sem ter o juiz de direito declarado que aceita a comarca para que for designado ou removido, não se expedirá ordem para se lhe pagar ajuda de custo e ordenado do novo lugar."

"Rio de Janeiro, 23 de Outubro de 1868.

"Illm. e Exm. Sr. — Para boa execução do Dec. n. 687 de 26 de Julho de 1850 convem que V. Ex. observe as seguintes instrucções:

1º Recebendo a presidencia comunicação de remoção de algum juiz de direito, deve transmitti-la immediatamente ao interessado, como determina o art. 22, acompanhada da especificação do prazo, na fôrma do art. 23.

2º A thesouraria não pagará ajuda de custo e ordenado ao juiz de direito removido, emquanto elle não mostrar que já lhe foi marcado o prazo e não provar que aceitou a nova comarca, na fôrma do disposto no art. 25.

3º Para estes effeitos o presidente logo que tenha noticia official da remoção, mandará communicar á thesouraria."

^{24 f} As disposições do Decreto n. 687 de 26 de Julho de 1850 não importão uma prorogação do quatriennio em favor dos juizes municipaes que durante elle interromperão seu exercicio, qualquer que fôsse o motivo. Se por essas interrupções, findo o quatriennio, não se acharem habilitados para o cargo de juiz de direito, devem solicitar novo lugar de juiz municipal ou de promotor, e servirem o tempo necessario para completar essa habilitação. — Av. de 24 de Abril de 1851.

O art. 1º, § 1º do Decreto n. 687 de 26 de Julho de 1850, na parte em que estabelece regras novas, sómente tem applicação depois que fôrão publicadas, devendo-se entretanto observar que em grande parte essas regras são a simples reproducção da Imperial Resolução de consulta de 27, publicada em 29 de Maio de 1849, a qual, sendo apenas explicativa da legislação existente, vigora desde a data dessa legislação, isto é, desde 1842. — Av. de 24 de Abril de 1851.

Os bachareis que se quiserem matricular, para serem despachados juizes de direito, devem apresentar na secretaria de Estado dos negocios da justiça documentos por onde provém o dia em que entrãrão em exercicio dos lugares de juiz municipal, de orphãos e promotor publico; que não exercêrão outro emprego ou commissão; e que não tiverão interrupção por licença ou molestia, excedente de seis mezes, durante o quatriennio. — Av. de 8 de Fevereiro de 1851.

Art. 3º Os juizes de direito não poderão ser removidos de comarca de primeira entrancia para outras de segunda, sem que tenham quatro annos de serviço effectivo. Não poderão igualmente ser removidos de comarca de segunda entrancia para outras de terceira sem haverem naquellas prestado effectivo serviço por tres annos^{24 g}.

Art. 4º Os juizes de direito não poderão ser removidos de comarca de terceira entrancia para outras de primeira ou segunda, nem os desta para as de primeira, senão a requerimento seu.

Art. 5º Não poderão igualmente ser removidos de umas para outras comarcas da mesma entrancia senão a requerimento seu; e sem elle só nos casos seguintes:

§ 1º Se tiver apparecido rebellião, guerra civil ou estrangeira ou mesmo sedição ou insurreição dentro da provincia.

§ 2º Se apparecer conspiração dentro da comarca.

§ 3º Se o presidente da provincia representar sobre a necessidade de sua remoção.

Neste caso, porém, será de mister:

1º Que o presidente especifique as razões de publica utilidade, que aconselham a remoção.

2º Que sobre essas razões seja ouvido o juiz de direito, sempre que disso não resultar inconveniente.

3º Que sobre a representação do presidente seja ouvido o conselho de Estado.

4º Que no caso de effectuar-se a remoção sem audiencia do juiz lhe sejam communicadas as razões que a motivarão.

§ 4º Na côrte uma exposição de motivos organizada na secretaria de Estado dos negocios de justiça supprirá a representação dos presidentes de provincia.

Art. 6º Para os lugares especiaes de chefes de policia pôde o governo escolher juizes de direito de qualquer das tres entrancias; mas por essa escolha não adquirem direito a considerar-se da segunda entrancia senão depois de quatro annos de serviço, e da terceira só depois de sete^{24 h}.

Art. 7º As comarcas existentes pertencem ás entrancias, ou classes, que se achão designadas na tabella n. 1. Esta classificação não poderá ser alterada senão por acto legislativo. As comarcas novamente creadas se annexarão á classe que parecer mais propria. — (Vide nota 24 b.)

Art. 8º Aos juizes de direito removidos abonar-se-ha ajuda de custo, sempre que a distancia das comarcas exceder de 50 leguas. A ajuda de custo em caso algum poderá exceder de 2:000\$000^{24 i}.

Art. 9º As distancias por terra contar-se-hão entre as cabeças das duas comarcas.

Reputar-se-ha para esse fim cabeça de comarca a cidade ou villa mais importante, ou a em que os juizes de direito costumem estabelecer sua residencia.

Art. 10. Os presidentes de provincia organizarão, sobre o modelo que pela secretaria de Estado dos negocios da justiça lhes deverá ser enviado, um mappa demonstrativo das distancias, pelo caminho mais curto entre as cabeças de comarca de suas provincias, e entre ellas e as de suas confinantes nas outras provincias. Logo que seja possivel, na mesma secretaria de Estado se organizará um mappa geral.

Emquanto, porém, por elle, on pelos mappas provinciaes não fôr possivel conhecer a distancia, será ella arbitrada, precedendo as necessarias averiguações pelo presidente da provincia d'onde tiver de sahir o juiz de direito.

^{24 g} O exercicio do cargo de juiz de direito por sete annos, em comarcas de primeira entrancia, habilita o juiz para ser removido para qualquer de terceira. — Art. 29, § 3º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

^{24 h} Declarando este artigo que o juiz de direito, que no exercicio do cargo de chefe de policia completa o quadriennio, adquire direito a ser considerado de segunda entrancia, não pôde mais regressar para a primeira e lhe deve ser designada uma comarca daquella classe; porquanto, sendo como é importante o exercicio do cargo de chefe de policia, não quiz a lei que o juiz de direito que exercesse houvesse de soffrer prejuizo na sua carreira, e por consequencia determinou nesse artigo uma excepção em favor d'elle. — Resolução da consulta de 25 de Novembro de 1868.

^{24 i} Vide Av. de 26 de Maio de 1865 em nota ao art. 23 deste Decreto.

Art. 11. Conhecida ou arbitrada a distancia, o presidente da provincia, tendo attenção ás difficuldades da viagem, e especialmente á circumstancia de haver ou não familia a transportar, marcará, com audiencia do procurador fiscal, a ajuda de custo, dentro dos limites da tabella n. 2. Sempre que o presidente marcar mais do que o minimo da tabella, deverá participar á secretaria de Estado dos negocios da justiça os motivos que a isso o determinarão.

Por familia entender-se-hão as pessoas que, relacionadas com o juiz de direito por parentesco, vivão em sua companhia e estejam a seu cargo.

Art. 12. Entre as comarcas do litoral a ajuda de custo será regulada em attenção á tabella n. 3, devendo a respeito do mais observar-se o disposto no artigo antecedente. Havendo meio e costume de fazer a viagem tambem por terra, a ajuda de custo menor será a preferida.

Art. 18. Quando houver necessidade de uma viagem por terra, e outra por mar, e a distancia de cada uma separadamente fôr menor de 50 leguas, entretanto que a de ambas reunidas seja maior, a ajuda de custo será dada como se fosse uma só viagem de terra, ou de mar, conforme fôr mais extensa esta ou aquella.

§ 1º Quando cada uma dellas separadamente exceder de 50 leguas, a ajuda de custo será calculada até ao porto que mais encurte a viagem de terra, segundo a tabella n. 3, accumulando-se depois pelo restante da viagem a que lhe competir, segundo a tabella n. 2.

§ 2º O calculo para este acrescimo poderá descer abaixo dos 400\$000 estabelecidos como o minimo.

Art. 14. Na occasião de ordenar a remoção poderá o governo estabelecer a ajuda de custo, guardadas as regras acima declaradas.

Quando a ajuda de custo fôr marcada pelo presidente, o juiz de direito e o procurador fiscal poderão recorrer ao governo, se entenderem que as regras acima estabelecidas não fôrão guardadas.

Art. 15. Os juizes de direito removidos não serão obrigados a tirar nova carta, servindo-lhes de titulo a cópia dos decretos de remoção, que lhes será expedida isenta de direitos e emolumentos^{24 k}.

Art. 16. Os juizes de direito removidos devem entrar no exercicio effectivo dos novos lugares dentro de tres mezes, se a distancia a percorrer for de 50 ou menos leguas, por terra, dentro de quatro mezes sendo de 50 até 100.

Passando a distancia de 100 leguas até 200, o prazo será augmentado com um mez; com dous até 300, e assim por diante.

O modo de conhecer e arbitrar as distancias será o mesmo marcado para as ajudas de custo.

Art. 17. Sendo a viagem por mar, e entre portos em que toquem os paquetes a vapor, o prazo será de tres mezes para os que ficão entre S. Pedro e o Rio de Janeiro, e entre este e o Cabo de S. Roque, ou entre este Cabo e o Pará.

O prazo será de quatro mezes para os portos que ficão entre o Rio de Janeiro e o Pará, transpondo na viagem o Cabo de S. Roque, e para os que ficão ao Sul e ao Norte do Rio de Janeiro, de sorte que seja necessario transpô-lo na viagem.

Art. 18. Se para chegar aos portos em que tocão os paquetes a vapor fôr mister alguma viagem de mar, que exceda de 50 leguas, augmentar-se-ha um mez ao prazo do artigo antecedente.

§ 1º Outro mez será addicionado, se para chegar á comarca outra viagem semelhante se fizer necessaria.

§ 2º Se essas viagens addicionaes fôrem por terra, accrescentar-se-hão aos do artigo antecedente os prazos marcados no art. 16 com o abatimento de dous mezes.

Art. 19. O prazo será de tres mezes sendo a viagem por mar sem transpôr nenhum dos portos em que toquem os paquetes a vapor.

^{24 k} Por Av. do 1º de Fevereiro de 1871, publicado no *Diario Official* de 4, foi declarado ao presidente de Pernambuco que, parecendo ter-se extraviado o Decreto que designou a comarca tal, para nella ter exercicio o juiz de direito F., e sendo conveniente que esse magistrado entrasse logo em exercicio, podia servir-lhe de titulo para esse fim a cópia authentica, que se lhe remetteu com este Aviso.

Se a essa viagem tiver de addicionar-se alguma outra por terra, accrescentar-se-hão os prazos marcados no art. 16 com o abatimento de dous mezes.

Art. 20. Os prazos marcados nos artigos antecedentes poderão ser alterados por Decreto; no caso, porém, de diminuição, só começarão a ter vigor um anno depois de sua publicação.

Estes prazos serão contados do conhecimento official, o qual se deve considerar adquirido desde o dia em que o juiz de direito houver recebido a comunicação por qualquer dos modos marcados nos dous artigos seguintes, ou por qualquer outro meio official.

Art. 21. Decretada a remoção de qualquer juiz de direito, o official-maior da secretaria de Estado dos negocios da justiça dirigirá dentro de oito dias a cópia do Decreto ao juiz removido, declarando no subscripto que esse officio deve ser seguro na fôrma do Regulamento n. 399 de 21 de Dezembro de 1844, art. 149, e officiará ao administrador do correio para communicar a data em que fôr pelo juiz de direito recebido.

Art. 22. Na mesma occasião expedir-se-ha um aviso de comunicação ao presidente da provincia em que o juiz de direito se achar, para que lhe seja logo communicada directamente, e por intermedio do juiz municipal, que deverá certificar ao presidente o dia em que o juiz de direito tiver recebido a comunicação.

Art. 23 No acto de commnnicar a remoção, o presidente da provincia especificará qual o prazo marcado pelos artigos antecedentes para o juiz entrar em exercicio na sua nova comarca^{24 l}.

Se o juiz entender que nessa especificação houve erro, deverá logo no primeiro mez reclamar ante o ministerio da justiça e o presidente da provincia. Este, da reclamação e decisão que proferir, dará conta circumstanciada ao ministerio da justiça para se resolver definitivamente.

Art. 24. Recebida a comunicação, os juizes de direito deverão, dentro de um mez, declarar em officio dirigido ao official-maior da secretaria de Estado dos negocios da justiça, e ao secretario do governo da provincia em que estiverem a esse tempo, se aceitam ou não o lugar. Um e outro deverão immediatamente accusar o recebimento dessa declaração^{24 m}.

Art. 25. Declarando os juizes de direito que aceitam, perceberão logo a ajuda de custo, e sem interrupção o ordenado do novo lugar^{24 n}.

^{24 l} Sendo removido para a comarca de Aracaty, no Ceará, o juiz de direito da comarca de S. José de Mipibú, no Rio Grande do Norte, e achando-se o dito juiz de direito exercendo o cargo de vice-presidente da provincia do Ceará, entrou em duvida qual dos presidentes deveria marcar o prazo para que o juiz entrasse em exercicio, e o governo imperial por Av. de 26 de Maio de 1865 declarou que o prazo devia ser fixado pelo presidente do Ceará, onde estava o juiz e d'onde declarou que aceitava a remoção, por ser este presidente o mais habilitado para avaliar as circumstancias em que se achava o juiz removido, competindo-lhe também a fixação da ajuda de custo, que o referido Aviso nega, por distar a comarca da capital do Ceará, onde estava o juiz, sómente 30 leguas da de Aracaty para onde fôra removido, resultando d'ahi o principio que a distancia conta-se do lugar em que está o juiz removido e não daquelle de que é removido.

^{24 m} O juiz de direito removido de uma para outra comarca, ainda quando se não apresente o successor, deve passar a vara e exercicio do cargo ao juiz municipal, logo que receba participação official da remoção; procedendo de modo contrario incorre nas penas do art. 140 do Código Criminal.

^{24 n} O favor da lei que concede aos magistrados removidos o vencimento de seus ordenados sem interrupção até que se apresentem no exercicio dos seus novos lugares, dentro do prazo marcado em lei ou ordem do governo, só póde aproveitar aos juizes de direito e desembargadores, por não serem magistrados os juizes municipaes, segundo explicou a Circular do ministerio da justiça de 24 de Janeiro de 1844, devendo, portanto, contar-se aos ditos juizes municipaes para o vencimento dos seus ordenados, o tempo sómente que decorrer depois da posse e exercicio. — Prov. de 17 de Maio de 1852.

§ 1º Se, porém, não entrarem no exercicio durante o prazo marcado, ou sua prorrogação, serão obrigados a restituir o ordenado, e ajuda de custo, que tiverem recebido, e passarão a considerar-se avulsos^{24 o}.

§ 2º Declarando que não aceitam, ou não fazendo dentro do mez declaração alguma, receberão apenas por seis mezes metade do ordenado do lugar que deixarem, e passarão a considerar-se avulsos.

§ 3º Desde que um juiz de direito for considerado avulso, sua comarca reputar-se-ha vaga, e, ainda quando seja novamente nomeado para a mesma comarca, nem por isso adquire direito á ajuda de custo, ordenado, e antiguidade, que tiver deixado de vencer.

Art. 26. Os juizes de direito receberão dos cofres geraes, e sem distincção de comarcas, o ordenado de 1:600\$000, e a gratificação de 800\$000 annualmente.

A gratificação depende do effectivo exercicio, não podendo fóra d'elle receber-se, qualquer que seja o motivo do impedimento^{24 p}.

Art. 27. Os chefes de policia, que não fôrem desembargadores, receberão, além do ordenado dos demais juizes de direito, as respectivas gratificações de exercicio com o accrescimo seguinte:

§ 1º De 800\$000 na côrte.

§ 2º De 600\$000 nas provincias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Matto-Grosso.

§ 3º De 400\$000 nas do Maranhão, S. Pedro e Goyas.

§ 4º De 300\$000 nas do Pará, Ceará, Parahyba, Alagôas, Minas e S. Paulo.

§ 5º De 200\$000 nas do Piahy, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espirito-Santo e Santa Catharina^{24 q}.

Art. 28. Os juizes municipaes, quando substituirem os juizes de direito, ou os chefes de policia, perceberão os ordenados que como juizes municipaes percebião, e as gratificações de exercicios dos juizes de direito, ou chefes de policia substituidos, mas nunca o ordenado, ainda quando estes o não recebem^{24 r}.

^{24 o} O *Diario Official* de 24 de Agosto de 1871, no expediente de 26 publicou o seguinte:

"Circular n. 17 ás thesourarias, remettendo, para a devida execução, a cópia do Aviso do ministerio da justiça abaixo transcripto, determinando que a respeito dos juizes de direito removidos ou avulsos com ordenado, a quem se designão comarcas, seja observada a disposição do art. 3º do Decreto n. 560 de 28 de Junho de 1850."

Aviso a que se refere a circular supra.

"Ministerio dos negocios da justiça. — Rio de Janeiro, 8 de Julho de 1871.

Illm. e Exm. Sr. — Rogo a V. Ex. digne-se de expedir as convenientes ordens para que a respeito dos juizes de direito removidos ou avulsos com ordenado, a quem se designão comarcas, seja observada a disposição do art. 3º do Decreto n. 560 de 28 de Junho de 1850, segundo a qual os que dentro de um mez, contado do conhecimento official da remoção ou designação, rejeitam os novos lugares ou não declaram que os aceitam, § recebem durante os seis mezes metade do ordenado sómente; e os que, tendo aceitado, não entram no exercicio effectivo dos novos lugares dentro do prazo para isso marcado, restituem quanto houverem recebido em virtude da declaração, salvo o caso de prorrogação concedida por este ministerio; sendo que durante o tempo da prorrogação não têm direito a vencimento algum. Igualmente rogo á V. Ex. que providencie para que, nos termos especificados no art. 25, § 1º do Decreto n. 687 de 26 de Julho do mesmo anno, sejam tambem recolhidas aos cofres publicos as ajudas de custo que neste ultimo caso tiverem recebido os mesmos juizes.

Deos guarde V. Ex. — Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato. — A S. Ex. o Sr. Visconde do Rio Branco."

^{24 p} Vide nota 24 d.

^{24 q} Estas gratificações estão actualmente alteradas por diversos decretos do governo.

A gratificação devida aos desembargadores que exercem o cargo de chefes de policia, é a do Decreto de 15 de Maio de 1812, e não a do Decreto de 26 de Julho de 1850, especial, como da sua letra se vê, aos chefes de policia, que são juizes de direito. — Av. de 10 de Março de 1854.

Os desembargadores, servindo de chefes de policia, têm direito não só á gratificação de chefes de policia, pelo exercicio effectivo deste cargo, como tambem á de desembargadores, porque como taes e nessa qualidade são elles chamados para exercerem aquelle emprego; sendo que procede sem duvida e *simile* dos juizes de direito, os quaes accumulão as duas gratificações. — Av. de 10 de Março de 1854.

^{24 r} Á vista dos artigos da Lei n. 560 de 28 de Junho e Regulamento n. 687 de 26 de Julho de 1850, nenhum direito têm os supplentes dos juizes municipaes ao percebimento da gratificação dos juizes de direito, quando interinamente exercem este lugar, cabendo a dita gratificação unica e exclusivamente aos proprios juizes de direito. — Ords. de 15 de Janeiro de 1852, e de 17 de Setembro de 1853.

Art. 25. Aos juizes de direito das comarcas, além das attribuições que têm pelo Código do Processo Criminal, compete²⁵:

1º Formar culpa aos empregados publicos não privilegiados nos crimes de responsabilidade²⁶.

Os juizes municipaes que entrão em exercicio de juiz de direito de comarcas novamente creadas, percebem a gratificação do exercicio desde a data do decreto que declarar a classe a que pertence a comarca. — Ord. de 4 de Janeiro de 1853.

Ao juiz municipal que exerce as funções de chefe de policia, substituindo um juiz de direito, compete a gratificação de 800\$000, com o accrescimo designado no art. 27 do Decreto de 26 de Julho de 1850. — Av. de 4 de Agosto de 1853.

²⁵ Vide nota 13 ao Cod. do Proc.

Compete-lhes tambem: Pelo § 7º do art. 2º da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871, decidir as appellações que se interpuzerem dos julgamentos dos juizes de paz sobre infracções de posturas.

Aos do art. 1º da lei citada, pelo art. 4º da mesma, fica exclusivamente pertencendo a pronuncia dos culpados nos crimes communs; o julgamento nos crimes de que trata o art. 12, § 7º do Cod. do Proc. e o da infracção dos termos de segurança e bem-viver, podendo ser auxiliados pelos seus substitutos no preparo e organização dos respectivos processos até o julgamento e a pronuncia exclusivamente; e com a mesma limitação pelos delegados e subdelegados de policia quanto ao processo dos crimes do citado art. 12, § 7º do Cod. do Proc. Crim.

Pelo art. 5º da citada Lei n. 2033 aos mesmos juizes de direito tambem pertence:

§ 1º O processo e julgamento dos crimes de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2º A decisão das suspeições postas aos substitutos e juizes de paz.

§ 3º Em geral quaesquer outras attribuições conferidas aos juizes de 1ª instancia.

Pelo art. 9º da dita Lei n. 2033 o juiz de direito da capital de provincia onde não bouver Relação, tem a attribuição de conhecer do recurso interposto de pronuncia pelos chefes de policia quando obrarem em virtude do disposto no art. 60 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Pelo § 2º do art. 11 da dita lei têm tambem a attribuição de julgar a suspeição posta ao juiz de direito da comarca vizinha, quando esta não estiver no caso das comarcas do art. 1º da mesma lei.

Pelo § 2º do art. 12 são competentes para a execução do disposto nos arts. 132 e 133 do Cod. do Proc. Crim.

O art. 7º da dita Lei n. 2033 diz:

Aos juizes de direito em geral, além de suas actuaes attribuições, compete:

§ 1º o julgamento do crime de contrabando fóra de flagrante delicto.

§ 2º A decisão das suspeições postas aos juizes inferiores e aos mesmos juizes de direito na ordem designada.

§ 3º A concessão de fiança.

²⁶ Está neste caso o juiz de paz presidente da junta revisora da qualificação de votantes por abusos praticados durante os trabalhos da mesma junta: não assim os membros que devem responder perante o juizo commum. — Av. de 3 de Junho de 1861.

Vide art. 200, § 1º do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

As autoridades judiciais, sempre que reconhecerem casos de responsabilidade, formarão culpa a quem a tiver, sendo de sua competencia; e não sendo, remetterão ao promotor publico ou seu adjunto as provas que sirvão para fundamentar a denuncia, participando esta remessa á autoridade a quem competir a formação da culpa, etc., etc. — § 7º do art. 15 da referida Lei n. 2033.

É nullo o julgamento proferido em crime de responsabilidade pelo delegado, subdelegado, juiz municipal ou de orphãos contra seus subalternos. — Sup. Trib. de Justiça, na revista crime n. 1755.

Esta jurisdição será cumulativamente exercida pelas autoridades judiciais a respeito dos officiaes que perante as mesmas servirem.

2º Julgar as suspeições postas aos juizes municipaes e delegados²⁷.

3º Proceder ou mandar proceder ex-officio, quando lhe fôr presente por qualquer maneira algum processo crime em que tenha lugar a accusação por parte da justiça, a todas as diligencias necessarias, ou para sanar qualquer nullidade, ou para mais amplo conhecimento da verdade e circumstancias que possão influir no julgamento. Nos crimes em que não tiver lugar a accusação por parte da justiça, só o poderá fazer a requerimento da parte²⁸.

4º Correr os termos da comarca o numero de vezes que lhe marcar o Regulamento²⁹.

5º Julgar definitivamente os crimes de responsabilidade dos empregados publicos não privilegiados.

Art. 26. Os juizes de direito, nas correições que fizerem nos termos de suas comarcas, deverão examinar:

1º Todos os processos de formação de culpa, quer tenham sido processados perante delegados e subdelegados, quer perante o juiz municipal; para o que ordenarão que todos os escrivães dos referidos juizes lhe apresentem os processos dentro de tres dias, tenham ou não

²⁷ A jurisdição dada aos juizes de direito no § 2º, art. 25 da Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841, para conhecerem das suspeições dos juizes municipaes e delegados, limita-se ás causas crimes, subsistindo quanto ás outras a Ord. do Liv. 3º, Tit. 21, § 8º. — Av. de 14 de Novembro de 1843.

Vide citado em a nota 25 o § 2º do art. 5º da Lei n. 2033, e vide tambem Cod. do Proc., na parte em que trata das suspeições.

²⁸ Vid. notas aos arts. 198, § 1º, e 354 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Não deve ser annullado um processo, cujos vicios se podem sanar. — Av. de 9 de Julho de 1867.

Vide Ord. do L. 3º, T. 66 princ., verb. porém se...

²⁹ Vide nota 277 ao Cod. do Proc.

havido nelles pronuncia, e emendarão os erros que acharem, procedendo contra os juizes, escrivães e officiaes de justiça, como for de direito³⁰.

2º Todos os processos crimes que tiverem sido sentenciados pelos juizes municipaes, delegados e subdelegados, procedendo contra elles, se acharem que condemnarão ou absolvêrão os réos por prevaricação, peita ou suborno.

3º Os livros dos tabelliães e escrivães para conhecerem a maneira por que usão de seus officios, procedendo contra os que fôrem achados em culpa.

4º Se os juizes municipaes, de orphãos, delegados e subdelegados, fazem as audiencias e se são assiduos e diligentes no cumprimento dos seus deveres, procedendo contra os que acharem em culpa.

CAPITULO V.

Dos jurados.

Art. 27. São aptos para jurados os cidadãos que puderem ser eleitores, com excepção dos declarados no art. 23 do Codigo do Processo Criminal, e os clerigos de ordens sacras, comtanto que esses cidadãos saibão lêr e escrever, e tenham de rendimento annual por bens de raiz, ou emprego publico, 400\$000 nos termos das cidades do Rio de Janeiro, Bahia, Recife e S. Luiz do Maranhão; 300\$000 nos termos das outras cidades do Imperio, e 200\$000 em todos os mais termos.

Quando o rendimento provier de commercio ou industria deverão ter o duplo.

Art. 28. Os delegados de policia organisarão uma lista (que será annualmente revista) de todos os cidadãos que tiverem as qualidades

³⁰ O juiz de direito é obrigado a abrir correição na cabeça da comarca, ou no termo em que residir, afim de poder cumprir o disposto neste artigo. — Av. de 9 de Março de 1850.

exigidas no artigo antecedente e a farão affixar na porta da parochia ou capella, e publicar pela imprensa, onde a houver.

Art. 29. Estas listas serão enviadas ao juiz de direito, o qual, com o promotor publico e o presidente da camara municipal, formará uma junta de revisão, tomará conhecimento das reclamações que houverem, e formará a lista geral dos jurados, excluindo todos aquelles individuos que notoriamente forem conceituados de faltos de bom senso, integridade e bons costumes, os que estiverem pronunciados e os que tiverem soffrido alguma condemnação passada em julgado, por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, estellionato, falsidade ou moeda falsa³¹.

Art. 30. O delegado que não enviar a lista, ou o membro da junta que não comparecer no dia marcado, ficará sujeito á multa de 100\$000 a 400\$000 imposta pelo juiz de direito, sem mais formalidade que a simples audiencia, e com recurso para o governo na côrte, e presidentes nas provincias, que a imporão directa e immediatamente quando tiver de recahir sobre o juiz de direito. Emquanto se não organizar a lista geral, continuará em vigor a do anno antecedente.

Art. 31. Os termos em que se não apurarem pelo menos cincoenta jurados reunir-se-hão ao termo ou termos mais vizinhos para formarem um só conselho de jurados; e os presidentes das provincias designarão nesse caso o lugar da reunião do conselho e da junta revisora³².

³¹ Á junta revisora pertence o juizo sobre as inhabilitações que resultão da pronuncia ou condemnação por certos crimes. — Av. de 28 de Julho de 1843.

³² Nos municipios ou termos que se acharem ou forem reunidos outros por virtude do disposto no art. 31 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, continuar-se-ha a observar as disposições do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842, formando os ditos termos um só conselho de jurados com aquelles a que forem reunidos. — Dec. n. 276 de 24 de Março de 1843, art. 1º.

CAPITULO VI.

Da prescrição³³.

Art. 32. Os delictos em que tem lugar a fiança prescrevem no fim de vinte annos, estando os réos ausentes, fóra do Imperio, ou dentro, em lugar sabido.

Art. 33. Os delictos que não admittem fiança prescrevem no fim de vinte annos, estando os réos ausentes em lugar sabido dentro do Imperio; estando os réos ausentes em lugar não sabido, ou fóra do Imperio, não prescrevem em tempo algum.

Art. 34. O tempo para a prescrição conta-se do dia em que fôr commettido o delicto. Se, porém, houver pronuncia, interrompe-se e começa a contar-se da sua data.

Art. 35. A prescrição poderá allegar-se em qualquer tempo e acto do processo da formação da culpa ou da accusação, e sobre ella julgará summaria e definitivamente o juiz municipal ou de direito, com interrupção da causa principal.

Art. 36. A obrigação de indemnizar prescreve passados trinta annos, contados do dia em que o delicto fôr commettido.

³³ Diz o Av. n. 269 de 21 de Junho de 1865 que, sendo a prescrição a expiração do prazo em que a lei permite mover a acção criminal, o que importa a não existencia do crime, uma vez finalizado esse prazo, e tendo a nossa legislação consagrado tal principio, como o prova o art. 147 do Codigo do Processo, que só admittie formação de culpa enquanto o delicto não prescreve, é claro que o promotor publico póde allegar a prescrição, não como defesa da parte, mas como um obstaculo legal que o impede de mover a acção; accrescendo que essa prescrição póde ser julgada *ex officio*, por isso que, estando a acção e o crime prescriptos, não deve o juiz applicar pena illegitima, que por si só constitue acto nullo, praticado contra um obstaculo opposto pela lei, doutrina que já era deduzida de nossa antiga Ord. do L. 5º, T. 2º, § 4º.

CAPITULO VII

Das fianças³⁴.

Art. 37. Nos crimes mencionados no art. 12, § 7º do Código do Processo, os réos que não fôrem vagabundos ou sem domicilio se livrarão soltos.

Art. 38. Além dos crimes declarados no art. 101 do Código do Processo, não se concederá fiança:

1º Aos criminosos de que trata os arts. 107 e 116 na primeira parte, e 123 e 127 do Código Criminal.

2º Aos que fôrem pronunciados por dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada um delles sejam menores que as indicadas no mencionado art. 101 do Código do Processo, as igualemente ou excedão, consideradas conjuntamente³⁵.

3º Aos que uma vez quebrarem a fiança.

Art. 39. No termo da fiança os fiadores se obrigarão, além do mais contido no art. 103 do Código do Processo, a responderem pelo quebramento das fianças; e os afiançados antes de obterem contra-mandado ou mandado de soltura, assignarão termo de comparecimento perante o jury, independente de notificação, em todas as subsequentes

³⁴ Vide art. 100 e seguintes do Cod. do Proc. e suas notas.

³⁵ Não se póde ampliar a disposição deste paragrapho aos indiciados em dous ou mais crimes, cujas penas, posto que a respeito de cada um delles sejam maiores que as indicadas no art. 101 do Cod. do Proc., as igualemente ou excedão, consideradas conjuntamente, — para o fim ou de prendê-los ou de negar-lhes fiança antes da pronuncia, porquanto a disposição deste paragrapho é unicamente applicavel aos pronunciados e não aos simplesmente indiciados. — Av. de 2 de Janeiro de 1865.

A excepção deste artigo, § 2º desaparece e caduca, desde que um ou ambos os crimes conjuntos se extinguem pela desistencia da parte. — Av. de 4 de Agosto de 1865.

Fica revogado o § 2º do art. 38 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Dec. n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, art. 4º.

reuniões, até serem julgados afinal, quando não consigão dispensa de comparecimento³⁶.

Art. 40. Aos fiadores serão dados todos os auxilios necessarios para a prisão do réo, qualquer que seja o estado do seu livramento:

1º Se elle quebrar a fiança.

2º Se fugir depois de ter sido condemnado.

Art. 41. Querendo o fiador desistir da fiança, poderá notificar o afiançado para apresentar outro que o substitua dentro do prazo de quinze dias; e se elle o não satisfizer dentro deste prazo, poderá requerer mandado de prisão; porém só ficará desonerado depois que o réo fôr effectivamente preso ou tiver prestado novo fiador.

Art. 42. A fiança se julgará quebrada:

1º Quando o réo deixar de comparecer nas sessões do jury, não sendo dispensado pelo juiz de direito, por justa causa.

2º Quando o réo, depois de afiançado, commetter delicto de ferimento, offensa physica, ameaça, calumnia, injuria ou damno contra o queixoso ou denunciante, o presidente do jury ou promotor publico.

Art. 43. Pelo quebramento da fiança o réo perderá metade da multa substitutiva da pena, isto é, daquella quantia que o juiz acrescenta ao arbitramento dos peritos, na fórma do art. 109 do Codigo do Processo Criminal. O juiz que declarar o quebramento dará logo todas as providencias para que seja capturado o réo, o qual fica sujeito a ser julgado á revelia, se ao tempo do julgamento não tiver ainda sido preso.

³⁶ Os arts. 39 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 302 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, impondo aos réos afiançados a obrigação de assignarem termo de comparecimento perante o jury, se referem só aos crimes da competencia desse tribunal, e nos da competencia dos juizes de direito, ou de outra qualquer autoridade que também tenha a jurisdicção definitivamente, esse termo deve ser assignado nas audiencias dos respectivos juizos. — Av. de 10 de Junho de 1862.

Em todo o caso o resto da fiança fica sujeito ao que dispõem os artigos seguintes.

Art. 44. O réo perde a totalidade do valor da fiança quando, sendo condenado por sentença irrevogavel, fugir antes de ser preso. Neste caso o producto da fiança, depois de deduzida a indemnização da parte e custas, será applicado a favor da camara municipal, a quem tambem se applicarão os productos dos quebramentos de fianças³⁷.

Art. 45. Se o réo afiançado que fôr condemnado não fugir e puder soffrer a pena, mas não tiver a esse tempo meios para a indemnização da parte e custas, o fiador será obrigado a essa indemnização e custas, perdendo a parte do valor da fiança destinada a esse fim, mas não o que corresponde á multa substitutiva da pena³⁸.

Art. 46. Ficão supprimidas as palavras — ou que sejam conhecidamente abonados do art. 107 do Codigo do Processo.

CAPITULO VIII.

Da formação da culpa.

Art. 47. Nos crimes que não deixão vestigios, ou de que se tiver noticia quando os vestigios já não existão, e não se possão verificar ocularmente, por um ou mais peritos, poder-se-ha formar o processo independente de inquirição especial para corpo de delicto, sendo no summario inquiridas as testemunhas, não só a respeito da existencia do delicto e suas cricumstancias, como tambem acerca do delinquente³⁹.

Art. 48. No summario a que se proceder para a formação da culpa, e nos casos em que não houver lugar o procedimento official da justiça, poderão inquirir-se de duas até cinco testemunhas, além das

³⁷ Vide o § 4º do art. 14 da Lei n. 2033 em a nota 123 do Cod. do Proc.

³⁸ Este art. foi revogado pelo § 7º do art. 14 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

³⁹ Vide o Acc. transcripto em a nota 141 do Cod. do Proc.

referidas ou informantes. Nos casos de denuncia poderão ser inquiridas de cinco até oito. Quando, porém, houver mais de um indiciado delinquente, e as testemunhas inquiridas não depuzerem contra um ou outro de quem o juiz tiver vehementes suspeitas, poderá este inquirir duas ou tres testemunhas a respeito delle sómente. Se, findo o processo e remetido ao juiz competente para apresenta-lo ao jury, tiver o juiz conhecimento de que existem um ou mais criminosos, poderá formar-lhes novo processo, emquanto o crime não prescrever⁴⁰.

Art. 49. Os delegados e subdelegados que tiverem pronunciado ou não pronunciado algum réo, remetterão o processo ao juiz municipal para sustentar ou revogar a pronuncia ou despronuncia. No caso de não pronuncia e de estar o réo preso, não será solto antes da decisão do juiz municipal.

Art 50. Os juizes municipaes, quando lhes fôrem presentes os processos com as pronuncias para o sobredito fim, poderão proceder a todas as diligencias que julgarem precisas para a ratificação das queixas ou denuncias, para emenda de algumas faltas que induzão nullidade, e para esclarecimento da verdade do facto e suas circumstancias, ou seja ex-officio, ou a requerimento das partes, comtanto que tudo se faça o mais breve e summariamente que fôr possivel.

Art. 51. As testemunhas da formação da culpa se obrigarão por um termo a communicar ao juiz, dentro de um anno, qualquer mudança de residencia, sujeitando-se pela simples omissão a todas as penas do não comparecimento.

Art. 52. As notificações das testemunhas se farão por mandados dos juizes municipaes, que ficão substituindo os juizes de paz da cabeça do termo ou do districto onde se reunirem os jurados, para

⁴⁰ Vide nota aos arts. 149 e 329 do Cod. do Proc. e 266 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

cumprirem quanto a estes competia a respeito dos processos que tiverem de ser submettidos ao jury.

Art. 53. As testemunhas que, sendo notificadas, não comparecerem na sessão em que a causa deve ser julgada, poderão ser conduzidas debaixo de prisão para deporem, e punidas pelo juiz de direito com a pena de cinco a quinze dias de prisão. Além disto, se em razão de não comparecimento de alguma ou algumas testemunhas, a causa fôr adiada para outra sessão, todas as despesas das novas notificações e citações que se fizerem, e das indenizações ás outras testemunhas, serão pagas por aquella ou aquellas que faltarem, as quaes poderão ser a isso condemnadas pelo juiz de direito na decisão que tomar sobre o adiamento da causa, e poderão ser constrangidas a pagarem da cadêa⁴¹.

CAPITULO IX.

Do julgamento das causas perante o conselho de jurados.

Art. 54. As sentenças de pronuncia nos crimes individuaes, proferidas pelos chefes de policia, juizes municipaes, e as dos delegados e subdelegados que fôrem confir madas pelos juizes municipaes, sujeitão os réos á accusação e a serem julgados pelo jury, procedendo-se na fórma indicada no art. 254 e seguintes do Código do Processo Criminal.

Art. 55. Se, depois dos debates, o depoimento de uma ou mais testemunhas, ou um ou mais documentos, fôrem arguidos de falsos com fundamento razoavel, o juiz de direito examinará logo esta questão incidente, e a decidirá summaria e verbalmente, fazendo depois continuar o processo da causa principal; e no caso de entender, pelas averiguações a que proceder, que concorrem vehementes indicios de falsidade, proporá em primeiro quesito aos jurados, no mesmo acto em que fizer os outros, sobre a causa principal: — Se os jurados podem pronunciar alguma

⁴¹ Vide art. 212 § 2º do Cod. do Proc. e 322 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

decisão a respeito dessa causa principal, sem atenção ao depoimento ou documento arguido de falso.

Art. 56. Retirando-se os jurados, se decidirem affirmativamente esta questão, responderão aos outros quesitos sobre a causa principal; resolvendo-a, porém, negativamente, não decidirão a causa principal, que ficará suspensa, e dissolvido esse conselho. O juiz de direito em ambos os casos remetterá a cópia do documento ou depoimento arguido de falso, com os indiciados delinquentes, ao juiz competente, para formação da culpa.

Art. 57. Formada a culpa, no caso de que a decisão da causa principal tenha ficado suspensa, será ella decidida conjunctamente por novo conselho de jurados com a causa de falsidade arguida.

Art 58. O juiz de direito depois que tiver resumido a materia da accusação e defesa, proporá aos jurados sorteados para a decisão da causa as questões de facto necessarias, para poder fazer a applicação do direito⁴².

⁴² Vide art. 307 e seguintes do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

... pois aos jurados sómente compete conhecer e resolver sobre a existencia de factos e de suas circumstancias, sem atenção ao direito cuja apreciação e applicação pertence ao juiz presidente do jury. — Acc. do Sup. Trib. de 23 de Maio de 1863, recorrente Prudencio Rodrigues de Almeida e recorrida a justiça.

... pela nullidade manifesta em que se acha formulado o quesito relativo á cumplicidade, propondo-se nelle ao jury a questão vaga e indeterminada — se a ré concorreu directamente para a morte de Cecilia Maria Ignacia, quando, segundo os principios fundamentaes do processo e a expressa disposição dos arts. 58 e 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, devêra o juiz de direito propôr questões de facto necessarias para poder elle fazer applicação do direito, a saber: deveria ter submettido com precisão á decisão dos jurados os factos demonstrativos da cumplicidade, isto é, a existencia ou não existencia de tal ou taes factos positivos que particularisassem e demonstrassem a maneira por que diz-se ter a accusada concorrido directamente ou cooperado para a perpetração e consummação do crime. — Acc. do mesmo Tribunal, de 30 de Abril de 1864, recorrente Candida Ignez, recorrida a justiça.

Assim tambem já havia explicado o Trib. no Acc. de 3 de Junho de 1863, revista n. 1749, e no mesmo sentido expoz a Relação da Côrte, no Acc. de 15 de Junho de 1866, app. n. 5386.

O presidente do jury deve, nos quesitos que formular para o conselho, propôr as questões de facto e não a conclusão que elle deve deduzir das respostas do conselho. — Supr. Trib., Acc. de 17 de Agosto de 1870, revista n. 2032.

Art. 59. A primeira questão será de conformidade com o libello⁴³, assim o juiz de direito a proporá nos seguintes termos:

O réo praticou o facto (referindo-se ao libello) com tal e tal circumstancia?

Art. 60. Se resultar dos debates o conhecimento da existencia de alguma ou algumas circumstancias aggravantes, não mencionadas no libello, proporá tambem a seguinte questão:

O réo commetteu o crime com tal ou tal circumstancia aggravante?

Art 61. Se o réo apresentar em sua defesa, ou no debate allegar como escusa um facto que a lei reconhece como justificativo, e que o isente da pena, o juiz de direito proporá a seguinte questão:

O jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia?⁴⁴

Por Acc. de 15 de Setembro de 1871, na app. Crim. n. 7063, a Relação da côrte mandou os réos á novo jury por tê-los o juiz de direito comprehendido no mesmo quesito.

⁴³ E não sendo, é motivo de nullidade. Acc. da Relação da Côrte, de 16 de Outubro de 1868, app. n. 6208, de 7 de Dezembro de 1869, na app. n. 6272; ditos do Sup. Trib. de 9 de Maio de 1863 na revista n. 1762, de 22 de Agosto de 1866, na revista n. 1890, e de 13 de Novembro de 1867, revista n. 1933.

Vide o Acc. da Relação, de 22 de Maio de 1868, em nota ao art. 61.

⁴⁴ Accórdão em Relação, etc. Que julgão improcedentes as appellações de folhas e folhas quer a interposta pelos primeiros appellantes, quer a que interpuzerão os segundos appellantes, porquanto fôrão lavradas as sentenças appelladas sem preterição das formulas substanciaes do processo. Os appellantes não declararão nem constão os actos de parcialidade capazes de annullar o processo praticados pelo juiz no summario.

E no jury foi guardada a precisa separação dos jurados para o julgamento, não se devendo julgar quebrado o preceito de separação sómente pelo facto de ministrar-se alimento aos jurados. Propondo um só quesito para verificar as tres condições constitutivas do crime de rapto, o juiz de direito procedeu muito judiciosa e juridicamente.

O quesito foi proposto de conformidade com o libello, e ficárão os jurados livres para responderem negando ou alimiando a circumstancia do fim libidinoso conjuntamente questionada, sendo inutil a separação dos quesitos ou questões sobre as circumstancias da violencia ou do fim libidinoso, que o art. 226 do Código Criminal reunio para formar o crime de rapto como define-o, quanto mais que não podem as partes requerer, ou solicitar a proposta de quesitos, salvo quando se trata de meios justificativos, na fórmula do art. 61 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. Melhor fôra que tivesse o juiz de direito pelo menos ordenado o comparecimento da autora no jury, a sua ausencia porém não

traz nullidade, tendo a autora obtido licença para accusar por procuração, e não se tendo declarado positivamente o fim para que devia comparecer no tribunal.

Sobre a injustiça manifesta das sentenças appelladas na hypothse de não ter sido commettido o crime de rapto e nem qualquer outro, confundem os appellantes a injustiça da sentença com a sua nullidade por violação de formulas, e do fundo das sentenças ou do seu merecimento, como justas ou injustas não occupa-se o tribunal da Relação quando as partes appellão.

Subsistão, portanto, as sentenças appelladas e paguem os appellantes as custas em que os condemnão. — Rio, 22 de Maio de 1868. — *Costa Pinto*, presidente. — *Magalhães Castro*, vencido.

Apresentando-se em defesa do primeiro appellante e por consequencia em proveito de todos os appellantes o facto da coacção da autora appellada, que deu a sua queixa por procurador, e discutindo-se nos autos o facto ou circumstancia do constrangimento da autora, que contesta affirmando a fl. 136 ter procedido livremente, devendo servir este meio justificativo para todos os appellantes, porque reconhecido, isentaria a todos da pena, não observou-se o art. 61 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 em sua letra e salutar espirito, tanto mais quanto o crime por sua natureza especial, e vontade das partes, póde deixar de ser da competencia publica, e visto como o art. 61 citado refere-se não só aos crimes justificaveis como principalmente aos meios justificativos que tambem podem isentar de pena nas seguintes palavras finaes do art. 61: "*o jury reconhece a existencia de tal facto ou circumstancia.*" E o juiz de direito devia propôr, independentemente do comparecimento da autora, o quesito sobre o meio justificativo, para que o jury, tribunal popular e de consciencia, resolvesse a questão concernente ao facto ou circumstancia apresentada em defesa nos autos.

O juiz de direito, outrosim, não propôz os quesitos como mandão os arts. 58 e 63 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, tendo deixado de propor quesitos sobre o segundo ponto da accusação em artigo privativo contra o 1º appellante, como autor de offensas physicas, deixando de harmonisar os arts. 1º, 2º e 6º com a conclusão menos regular do mesmo libello para o que cumpria propôr os quesitos convenientes, na fórma do citado art. 63, e tudo afim de que não ficassem impunes os crimes de offensas physicas que os appellantes perpetrarão, quando commettêrão o crime de rapto, cujas penas não podião dispensar ou absolver quaesquer outras, posto que menores ou maiores, impostas a crimes concomitantes, ou accumulados e commettidos pelos appellantes, por occasião do rapto, ou para effectua-lo offendendo a raptada e a outras pessoas, arts. 61, 62, 116 e 145 do Codigo Criminal. — *Siqueira*. — *J. M. A. Camara*. — *Travassos*. — *Gomes Ribeiro*, vencido. — *Resende*. — *Azevedo*. — *Pereira Monteiro*. — *Tavares Bastos*. — *Gouvêa*, vencido; votei para que se annullasse o julgamento por me parecerem menos conformes á lei e offensivos dos direitos de defesa o despacho pelo qual foi a appellada admittida a fazer accusação por procurador, sem que previamente mostrasse que estava legalmente impedida, e que indeferio o requerimento feito pelo appellante para o fim de ser ella chamada ao jury e ahi dar esclarecimentos tendentes á defesa. A accusação, segundo dispõe o art. 62 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, só póde ser feita por procurador quando o autor tem impedimento legitimo que o prive de comparecer, e legitimo por certo não foi o impedimento allegado pelo appellante, visto que não provou; e quando o fôsse para o juiz *a quo*, não o era para mim, que, na qualidade de membro do tribunal superior, tinha o direito de conhecer da procedencia ou improcedencia dessa allegação, e para isso carecia das devidas provas.

Pensando assim é bem de vêr-se que, por maioria de razão, tambem devia ter como irregular o indeferimento dado ao requerimento do appellante; porquanto tendo este allegado em sua defesa, de accôrdo com a appellada, e não para fim libidinoso, senão para com ella casar, a havia tirado da casa onde a encontrou, e que a accusação lhe era feita, não por sua livre vontade, senão por estar ella sob a pressão de seus filhos; e constando, além disto, dos autos que a appellada nem uma só vez comparecera pessoalmente em juizo para contestar taes allegações, indispensavel era que comparecesse no jury, porque se as contestasse mas bem firmada ficaria a sentença appellada, se as confirmasse, outra por certo seria a decisão dos jurados, e em todo o

Art 62. Se o réo fôr menor de quatorze annos, o juiz de direito fará a seguinte questão:

O réo obrou com discernimento?

Art. 63. Quando os pontos da accusação fôrem diversos, o juiz de direito proporá ácerca de cada um delles todos os quesitos indispensaveis, e os mais que julgar convenientes⁴⁵.

caso ter-se-hia cumprido o preceito do art. 265 do Cod. do Proc. Crim., que na sua generalidade não pôde deixar de comprehender os accusadores, a menos que se queira que estejam sujeitos a serem dados como testemunhas todos os cidadãos e estrangeiros, e ainda mesmo aquelles que em nada concorrerem para os processos sobre os quaes são chamados a deporem, e não o estejam os accusadores, o que me parece absurdo, visto como, se estes têm por si a presumpção da boa fé, nem sempre o mostram no desenvolvimento da accusação.

Todas estas razões, pois, aconselhavão o comparecimento da appellada, e o despacho que as desprezou nem ao menos pôde encontrar a sua justificação no sexo, posição, estado e idade da appellada, ou no temor que, por ventura, tivesse ella de ser o seu pudor o offendido pelo appellante com perguntas indiscretas e inconvenientes, visto como para resguarda-la de qualquer perigo ahi estava o juiz de direito, assim como tambem não pôde ser explicado pela autorisação concedida anteriormente á appellada para comparecer por procurador, porque essa autorisação refere-se e prende-se a um direito seu e não a uma obrigação commum a todos.

Isto posto, e tendo como improcedente o argumento que se queira por ventura assentar na circumstancia de não haver disposição expressa, por via da qual possa o accusador ser chamado a dar esclarecimento a bem da defesa, visto como tambem não na disposição expressa que vêde esse recurso aos réos, e repugna á razão e á justiça que nas causas civeis, em que por via de regra só se trata da propriedade, tenham os réos esse direito e não o tenham nas causas crimes em que muitas vezes se disputa a honra e a vida: e parecendo-me igualmente improcedente o que se queira por ventura deduzir da possibilidade de estar a appellada effectivamente enferma, e de modo a não poder dar esclarecimentos exigidos, porque nesse caso é verificado o impedimento e delle *convencido* o réo appellante, ainda lhe restava o direito de requerer o adiamento do seu julgamento, entendi dever afastar-me da opinião, aliás muito illustrada, da maioria do tribunal.

Sou o primeiro a reconhecer que a paz domestica e a honra das familias devem encontrar a maior protecção na sociedade e nos tribunaes, mas para mim tambem é maxima invariavel que por mais horrorosos que sejam os crimes deve essa protecção ser dada de modo que o accusado por sua vez tambem encontre todas as enchanças para sua defesa. — *Almeida*, vencido, adoptei os fundamentos deste voto expresso do Sr. Gouvêa. — *Lisboa*.

... aquella (*a nullidade*) resultante da falta de observancia de formula substancial, porquanto, tendo-se dado como escusa do facto criminoso a circumstancia da alienação mental, além da irregularidade do exame a que se procedeu, por ter sido feito — não perante o jury, que era quem devia apreciar-lo para a decisão, não foi proposto aos jurados quesito nesse sentido, infringindo-se assim o art. 61 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e 369 do respectivo Regulamento. — Sup. Trib., Acc. de 3 de Dezembro de 1852, recorrente José Pinto Barreto e recorrida a justiça.

⁴⁵ Vide art. 284 do Cod. do Proc. e 339, 367 e seguintes do Reg. de 31 de Janeiro de 1842 e suas notas.

Art. 64. Em todo o caso o juiz de direito proporá sempre a seguinte questão:

Existem circumstancias attenuantes a favor do réo?⁴⁶

Art. 65. Todas as decisões do jury deverão ser dadas em escrutinio secreto; nem se poderá fazer declaração alguma no processo, por onde se conheça quaes os jurados vencidos e quaes os vencedores.

Art. 66. A decisão do jury para applicação da pena de morte será vencida por duas terças partes de votos; todas as mais decisões sobre as questões propostas serão por maioria absoluta; e, no caso do empate, se adoptará a opinião mais favoravel ao accusado⁴⁷.

O governo estabelecerá o modo pratico de proceder-se á votação no Regulamento que expedir para execução desta lei.

Art. 67. Ao juiz de direito pertence a applicação da pena, a qual deverá ser no gráo maximo, médio ou minimo, segundo as regras de direito, á vista das decisões sobre o facto proferidas pelos jurados.

Art. 68. A indemnização em todos os casos, será pedida por acção civil, ficando revogado o art. 31 do Código Criminal, e o § 5º do art. 269 do Código do Processo. Não se poderá porém, questionar mais

O juiz de direito tem a faculdade de afastar-se de qualquer classificação do delicto anteriormente feita, todas as vezes que não mude de natureza, e que do processo ou dos debates resultem circumstancias, que modifiquem os factos da accusação. — Av n. 53 de 28 de Julho de 1843 e Acc. da Relação da cõrte de 28 de Outubro de 1851. Vide o Form. á pag. 179.

Vide Nota 42.

⁴⁶ A pag. 178 diz o Form. (mandado seguir pelo governo), como extraindo do Accórdão da Relação da cõrte de 2 de Setembro de 1848, que o juiz de direito deve propôr quesitos sobre circumstancias attenuantes especiaes.

É nullidade tão declarar o conselho quaes as circumstancias attenuantes que entende haver a favor do réo. — App. n. 4257 e n. 4271 de 10 de Março de 1863.

⁴⁷ O § 1º do art 19 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 derugou este artigo, e estabeleceu o 332 do Cod. do Proc.

sobre a existencia do facto, e sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se achem decididas no crime⁴⁸.

CAPITULO X.

Dos recursos⁴⁹.

⁴⁸ O perdão ou minoração das penas impostas aos réos, com que os agraciar o poder moderador, não os eximirá da obrigação de satisfazer o mal causado em toda a sua plenitude. — Cod. Crim., art. 66.

E menos ainda as custas do processo. — Av. de 3 de Dezembro de 1835.

A jurisdição civil é competente para a execução da sua sentença sobre a indemnização, se o réo tem bens para serem executados; no caso, porém, de verificar-se ou que não ha bens, ou que são insufficientes, é incontestavel a competencia do juiz das execuções criminaes para reduzir a satisfação do damno a prisão, devendo para isso o juiz do civil remetter-lhe o processo. — Av. de 18 de Outubro de 1854.

A indemnização de prejuizos, perdas e danos, provenientes da detenção pessoal requerida no juizo especial do commercio deve ser pedida no juizo commum. — Acc. do Trib. do Comm. da Côrte de 17 de Outubro e 21 de Novembro de 1867.

Sendo o dote uma verdadeira satisfação do mal especial causado pelos delictos de que tratão os arts. 219 e seguintes do Cod. Crim., o meio de torna-lo effectivo é o deste artigo explicado pelo Av. de 18 de Outubro de 1854, recorrendo-se no caso de deficiencia do réo para pagamento do dote ao que estabeleceu o art. 32 do citado Codigo. — Av. de 17 de Junho de 1865.

Não estão de accôrdo estes Avisos com o de 23 de Outubro de 1860, que entende, quanto a nós, mais acertadamente, que o dote deve ser liquidado pelo processo estabelecido no Reg. n. 595 de 18 de Março de 1849.

⁴⁹ O recurso, de que trata o art. 281 do Cod. do Proc. Crim., fica convertido em agravo no auto do processo.

§ 1º Os recursos de pronuncia ou não pronuncia seguirão sempre nos proprios autos; podendo as partes arrazoar e juntar documentos nos prazos legais.

São voluntarios os que fôrem interpostos nas decisões dos juizes de direito do art. 1º desta lei em processo de formação de culpa nos crimes communs.

São, porém necessarios os mesmos recursos das decisões dos juizes municipaes que *ex-officio* os farão expedir sem suspensão das prisões decretadas.

§ 2º Do despacho que não aceitar a queixa ou denuncia, e bem assim da sentença de commutação da multa, haverá recurso voluntario para o juiz de direito ou para a Relação, conforme fôr a decisão proferida pelo juiz municipal ou de direito.

§ 3º Não são prejudicados os recursos interpostos *ex-officio* ou pelo promotor publico, quando expedidos ou apresentados fóra dos prazos fataes; serão, porém, responsabilisados o juiz, o promotor publico ou qualquer official do juizo pelas faltas ou inexactidões que occasionarem a demora.

Tambem em nenhum caso serão prejudicados os recursos interpostos pelas partes, quando por causa de falta, erro ou omissão do official do juizo ou de outrem não tiverem seguimento e apresentação em tempo no juizo *ad quem*.

§ 4º A appellação do § 1º do art. 79 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 só tem effeito suspensivo quando interposta da sentença absolutoria do accusado de crime inafiançavel e não sendo unanime a decisão do jury que a determinar. Faltando qualquer destas condições somente será recebida no effeito devolutorio.

§ 5º Tão sómente terá effeito suspensivo a appellação interposta, pelo promotor publico ou parte offendida, da sentença de absolvição, quando fôr esta proferida a respeito de réos accusados de crimes punidos no maximo com as penas de morte, galés ou prisão com trabalho por 20 ou mais annos, e prisão simples perpetua.

Art. 69. Dar-se-ha recurso:

1º Da decisão que obriga a termo de bem-viver e de segurança⁵⁰ e apresentar passaporte.

2º Da decisão que declara improcedente o corpo de delicto.

3º Da que pronuncia ou não pronuncia, e que sustenta ou revoga a pronuncia⁵¹.

4º Da concessão ou denegação da fiança, e do seu arbitramento.

5º Da decisão que julga perdida a quantia afiançada.

6º Da decisão contra a prescrição allegada.

7º Da decisão que concede soltura em consequencia de *habeas corpus*⁵²: este recurso será interposto *ex-officio*. É sómente competente para conceder *habeas corpus* o juiz superior ao que decretou a prisão.

Art. 70. Estes recursos serão interpostos para a Relação do districto, quando as decisões fôrem proferidas pelos juizes de direito ou

Nunca, porém, a mesma appellação terá effeito suspensivo, se fôr unanime a decisão do jury que determinou a respectiva sentença.

No prazo de dous dias deve ser interposta a appellação de que trata este paragrapho, e não sendo por-se-hão logo em liberdade os réos absolvidos; os sujeitos a penas menores, immediatamente depois de proferida a sentença absolutoria.

§ 6º Não havendo sessão do jury em algum termo poderá o réo ser julgado em outro mais vizinho da mesma comarca, se assim o requerer e o promotor publico ou a parte accusadora convier. E independente de convenção de partes, sempre que não fôr possivel effectuar o julgamento do réo no districto da culpa, terá lugar no juizo do termo mais vizinho, com preferencia o da mesma comarca.

Verificar-se-ha a impossibilidade se em tres sessões successivas do jury não puder ter lugar o julgamento. — Art. 17 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871.

⁵⁰ Á vista da disposição deste § em termos restrictos e do 1º do art. 438 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, não ha recurso da decisão que não obriga. — Av. n. 190 de 30 de Abril de 1860.

⁵¹ Vide o § 1º do art. 17 da Lei n. 2033 citada em a nota 49.

⁵² Sendo os recursos de natureza *stricti juris*, não são admissiveis os que fôrem interpostos da decisão denegativa de soltura em consequencia de *habeas corpus*, á vista deste artigo e do 438 do Reg. n. 120.

chefes de policia, nos casos em que lhes competirem. Dar-sehã, porém, para o juiz de direito, quando proferidas por outras autoridades judiciais inferiores. O recurso de não pronuncia, nos casos de responsabilidade, será interposto *ex-officio*.

Art. 71. O recurso dos despachos do juiz de direito, de que tratão os arts. 281 e 285 do Codigo do Processo, será interposto para a Relação.

Art. 72. Estes recursos não terão effeito suspensivo, e serão interpostos dentro de cinco dias, contados da intimação ou publicação, em presença das partes ou seus procuradores, por uma simples petição assignada na qual devem especificar-se todas as peças dos autos de que se pretenda traslado para documentar o recurso⁵³.

Terá, porém, effeito suspensivo o recurso no caso da pronuncia, afim de que o processo não seja remettido para o jury até á apresentação do mesmo recurso ao juiz *a quo* segundo o art. 74 desta lei⁵⁴.

Art. 73. Dentro de cinco dias, contados da interposição do recurso, deverá o recorrente ajuntar á sua petição todos os ditos traslados e razões: e se, dentro desse prazo, o recorrido pedir vista, ser-lhe-ha

⁵³ Vide arts. 293 e 445 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

⁵⁴ A Lei de 3 de Dezembro de 1841, nos arts. 72 até 77, não faz differença alguma sobre o que se deve praticar quando a justiça é ou não parte; e não determinando essa lei nem o Codigo do Processo diverso procedimento, quando os recursos são interpostos pelas partes ou pelo promotor publico, nenhuma força podem ter os argumentos dos jurisconsultos que sustentão não serem applicaveis ao promotor publico os citados artigos da Lei de 3 de Dezembro. — Av. de 17 de Julho de 1852.

O tempo fixado para a apresentação do recurso, tanto na superior como na inferior instancia, é fatal por força da lei; mas esta, prescrevendo o que é da obrigação das partes, não teve por fim impôr-lhes um procedimento impossivel, como seria o de fazerem seguir e apresentar um recurso quando houvesse impedimento do juizo. Provado este impedimento, não se deve levar em conta senão o tempo que elle tiver durado, evitando-se assim os abusos que no fôro poderião introduzir-se com o fim de obter-se o espaço e augmento do tempo marcado pela lei para o seguimento e apresentação dos recursos. — Av. de 17 de Julho de 1852.

O juiz municipal supplente que foi despronunciado pelo juiz de direito, póde exercer o cargo, não obstante o recurso *ex-officio*, porque este não tem effeito suspensivo. — Av. de 4 de Fevereiro de 1864.

concedida por cinco dias, contados daquelle em que findarem os do recorrente, e ser-lhe-ha permittido ajuntar as razões e traslados que quizer⁵⁵.

Art. 74. Com a resposta do recorrido, ou sem ella, será o recurso concluso ao juiz *a quo* e dentro de outros cinco dias, contados daquelle em que findar o prazo do recorrido ou do recorrente, se aquelle não tiver pedido vista, poderá o juiz reformar o despacho ou mandar ajuntar ao recurso os traslados dos autos que julgar convenientes, e fundamentar o seu despacho⁵⁶.

Art. 75. Os prazos concedidos ao recorrente e recorrido para ajuntar traslados e arrazoados poderão ser ampliados até o dobro pelo juiz, se entender que assim o exige a quantidade e qualidade dos traslados.

⁵⁵ Tendo o presidente da provincia do Maranhão declarado a um dos juizes municipaes, que o consultára, que o prazo da interposição do recurso de que trata este artigo, devia ser contado por dias ordinarios (*de die ad diem*), entendendo-se um dia civil de 24 horas contadas de meia noite a meia noite, embora estivesse já começado o primeiro dia do prazo; o governo imperial approvou a solução dada como instrucção ao juiz para a boa execução da lei, competindo porém ao poder judiciario conhecer da legalidade do acto para seus effeitos juridicos. — Av. de 30 de Novembro de 1869.

Vide o § 3º do art. 17 da Lei n. 2033 em a nota 49.

⁵⁶ Se o juiz de quem se recorreu reformou o seu despacho, não tem que subir o recurso ao juizo superior. — Av. n. 172 de 13 de Dezembro de 1847.

Quando o despacho reformado offender o direito da parte adversa, póde esta interpôr recurso, como de qualquer outro despacho. — Av. n. 172 de 13 de Dezembro de 1847.

Logo que o despacho de pronuncia fôr revogado pelo juiz *a quo*, nos termos deste artigo, deve o accusado ser relaxado da prisão sem embargo do recurso, que a parte contraria possa interpôr, ou haja interposto, por não serem estes recursos suspensivos, segundo a regra geral da Lei no art. 72, e art. 445 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842. — Av. de 14 de Setembro de 1850.

Sendo reformado em virtude do art. 74 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 pelo juiz *a quo* o despacho de que se recorreu, devem os autos de recurso ajuntar-se aos originaes para que o despacho de reforma surta seu effeito procedendo-se a respeito do recurso, que deste outro despacho se interpuzer, do mesmo modo e como se procedeu a respeito do primeiro, guardadas exactamente as formalidades estabelecidas pelos arts. 72 seguintes da dita lei, sendo que fôra contrario aos ditos artigos que o novo recurso, com prejuizo ou suspensão do primeiro, corresse nos autos d'elle, e incurial que desses autos do primeiro recurso fossem extrahidos os traslados do segundo. — Av. de 31 de Janeiro de 1854.

Á face do art. 74 da Lei e do Av. de 13 de Dezembro de 1847, não é licito duvidar que póde o juiz *a quo* reformar o segundo despacho, como reformou o primeiro, não sendo admissivel, por gratuita, a hypothese de não subirem nunca os autos ao juiz superior, uma vez que o juiz *a quo* vá reformando os seus despachos, á proporção que delles recorrerem. — Idem.

Art. 76. O recurso deve ser apresentado na superior instancia dentro dos cinco dias seguintes, além dos de viagem, na razão de quatro leguas por dia, ou entregue na administração do correio dentro de cinco dias⁵⁷. Nas Relações serão julgados esses recursos pelo modo estabelecido no art. 14 do seu Regulamento.

Art. 77. Para a apresentação do provimento do recurso ao juiz *a quo* é concedido o mesmo tempo que se gasta para a sua apresentação na superior instancia, contando-se da publicação do mesmo provimento.

CAPITULO XI.

Das apellações e revistas⁵⁸.

Art. 78. É permittido appellar:

⁵⁷ Os autos crimes, que fôrem remettidos de uns a outros juizes, ou tribunaes, pelos correios de mar e terra, ou seja ex-officio, ou por virtude de qualquer recurso de réos condemnados, notoriamente pobres, serão recebidos nas respectivas administrações e agencias dos correios, e por ellas enviados aos seus destinos, ainda que não se tenha feito o pagamento adiantado dos portes, os quaes serão taxados nas mesmas administrações e agencias, e lançados nos sobrescriptos*. — Dec. n. 314 de 12 de Julho de 1843, art. 1º.

Para este fim os escrivães e secretarios dos juizos e tribunaes d'onde forem expedidos os autos sobreditos, farão nos sobrescriptos uma declaração por elles assignada, de que não pagão o porte adiantado em virtude da disposição deste Decreto. — Dec. n. 314 de 12 de Julho de 1843, art. 2º.

Os escrivães e secretarios dos juizes e tribunaes, a quem fôrem dirigidos os autos de que tratão os artigos antecedentes, immediatamente, em seguida ao termo de apresentação e recebimento delles, averbarão a importancia dos portes em que tiverem vindo taxados, para que afinal seja contemplada em regra de custas, e satisfeita pelos que ao pagamento destas fôrem obrigados. — Dec. n. 314 de 12 de Julho de 1843, art. 3º.

Os escrivães e secretarios dos juizos e tribunaes, em que se terminarem os processos, não extrahirão delles sentenças a favor de partes, nem delles darão quaesquer documentos exigidos pelas mesmas partes, sem que por conhecimento authenticico se mostre haver-se pago toda a importancia dos portes nas administrações ou agencias dos correios do lugar. — Dec. n. 314 de 12 de Julho de 1843, art. 4º.

* O art. 1º do Dec. de 12 de Julho de 1843 comprehende não só os processos de réos notoriamente pobres, mas também quaesquer outros ex-officio, em que as partes se não prestem ao pagamento adiantado dos portes. — Dec. de 10 de Fevereiro de 1844.

⁵⁸ Vide o § 3º do art. 17 da Lei n. 2033 em a nota 49.

1º Para os juizes de direito, das sentenças dos juizes municipaes, delegados e subdelegados, nos casos em que lhes compete o julgamento final⁵⁹.

2º Para as Relações, das decisões definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito, nos casos em que lhes compete haver por findo o processo⁶⁰.

3º Das sentenças dos juizes de direito que absolverem ou condemnarem nos crimes de responsabilidade.

4º Nos casos do art. 301 do Código do Processo Criminal.

Art. 79. O juiz de direito appellará ex-officio:

1º Se entender que o jury proferio decisão sobre o ponto principal da causa, contraria á evidencia resultante dos debates, depoimentos e provas perante elle apresentadas; devendo em tal caso escrever no processo os fundamentos de sua convicção contraria, para que a Relação, á vista delles, decida se a causa deve ou não ser submettida a novo jury. Nem o réo, nem o accusador ou promotor terão direito de solicitar este procedimento da parte do juiz de direito, o qual não o poderá ter, se, immediatamente que as decisões do jury fôrem lidas em publico elle não declarar que appellará ex-officio, o que será declarado pelo escrivão do jury⁶¹.

⁵⁹ Vide nota ao art. 450, § 1º do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Allegada a prescripção perante o juiz municipal ha lugar a appellação para o juiz de direito, conforme o art. 78, § 1º da Lei de 3 de Dezembro de 1841, e o art. 450, § 1º do Reg. de 31 de Janeiro de 1842. — Av. de 25 de Janeiro de 1856.

⁶⁰ Ha appellação da sentença do juiz de direito, que, decidindo um feito em gráo de appellação, condemna o juiz da 1ª instancia no pagamento de custas. — Acc. do Sup. Trib., de 25 de Abril de 1863, recorrente o juiz municipal da 2ª vara da côrte, recorrido o juizo.

⁶¹ Interposta esta appellação, o réo absolvido não será admittido a afiançar-se. — Vide art. 2º do Dec. n. 1696 de 15 de Setembro de 1869 em a nota ao art. 100 do Código do Processo Criminal.

Vide o § 4º do art. 17 da Lei n. 2033 em a nota 49.

O escrivão do jury deve certificar, na fôrma deste artigo, que o juiz de direito appellou logo que fôrão lidas as decisões do jury; a falta desta declaração em certidão só póde ser

2º Se a pena applicada fôr a de morte ou galés perpetuas⁶².

Art. 80. Das sentenças proferidas nos crimes de que trata a Lei de 10 de Junho de 1835 não haverá recurso algum, nem mesmo o de revista⁶³.

Art. 81. A Relação, no caso do § 1º do artigo antecedente, examinará as razões da appellação; e, se as achar procedentes, ordenará que a causa seja submettida a novo jury, no qual não poderão entrar nem os mesmos jurados que proferirão a primeira decisão, nem o mesmo juiz de direito que interpôz a appellação, devendo este novo jury ser presidido pelo substituto do juiz de direito⁶⁴.

supprida se houver na sentença do dito juiz declaração a este respeito. — Acc. da Relação da côrte de 3 de Setembro de 1847.

Os promotores publicos não podem appellar das sentenças do jury, quando entendão que não fôrão attendidas as provas dos autos, nem mesmo podem solicitar do juiz de direito semelhante procedimento. — Av. de 6 de Agosto de 1859.

⁶² O formulario, mandado observar pelo governo, citando um Av. de 7 de Abril de 1852 (a pag. 197), diz o seguinte: Quando por attenção ao sexo ou á idade, ou por qualquer outra disposição da lei, o juiz de direito não applicar a pena de morte ou de galés perpetuas, em taes casos não ha lugar a appellação *ex-officio* do § 2º do art. 79 da Lei n. 261, que só deve ser interposta quando aquellas penas fôrem effectivamente impostas.

Em contrario a doutrina deste Aviso julgárão, como refere o Dr. Olegario a pag. 160 da Praxe das Correições, a Relação da côrte em 14 de Novembro de 1843 e em 4 de Junho de 1861, decidindo a App. n 3647, e o Sup. Trib. em 7 de Novembro de 1851, Rev. n. 1386.

Entretanto um dos fundamentos do Acc. da Relação da côrte de 20 de Outubro de 1871, decidindo a App. n. 7177, no qual se declarou não tomar conhecimento da appellação, foi o ter sido interposta de sentença *condemnatoria a prisão perpetua por commutuação da pena* de galés perpetuas.

⁶³ A Lei de 10 de Junho de 1835 deve ser executada sem recurso algum nos casos de sentença condemnatoria contra escravos, não só pelos crimes mencionados no art. 1º, mas tambem pela de insurreição e quaesquer outros em que caiba a pena de morte, como determinão os seguintes artigos da mesma lei. — Av. de 27 de Novembro de 1852.

A Lei de 10 de Junho de 1835 deve ser executada sem recurso algum (salvo o do Poder Moderador) no caso de sentença condemnatoria contra escravos, não só pelos crimes mencionados no art. 1º, mas tambem pelo de insurreição, e quaesquer outros em que caiba a pena de morte, como determina o art. 4º, cuja disposição é generica, e comprehende não só os crimes de que trata o art. 1º, mas tambem os do art. 2º della. — Dec. n. 1310 de 2 de Janeiro de 1854.

⁶⁴ O juiz de direito que sómente arrazôa a appellação interposta por outro na decisão absolutoria do jury, emittindo nas razões a sua opinião sobre o merecimento das provas, fica inhibido de presidir ao 2º julgamento, porque basta reflectir nos prudentes motivos que aconselhárão a disposição deste artigo, para vêr que o legislador não quer que no 2º julgamento fique juiz ou jurado, que tenha emittido opinião na primeira decisão. No caso de impedimento ou morte, o successor representa o juiz appellante na hypothese dada. — Av. de 14 de Setembro de 1865.

Art. 82. Se a Relação mandar proceder a novo jury, da decisão deste não competirá a appellação de que trata o art. 79⁶⁵.

Art. 83. A appellação interposta da sentença condemnatoria produz effeito suspensivo, excepto:

1º Quando o appellante estiver preso, e a pena imposta fôr a de prisão simples, ou mesmo com trabalho, havendo casa de correcção com systema penitenciario⁶⁶.

2º Quando a pena fôr pecuniaria, mas neste caso deverá a sua importancia ser recolhida a deposito; e, enquanto não fôr decidida a appellação, não poderá o réo soffrer prisão, a pretexto de pagamento de multa.

Art. 84. A appellação interposta da sentença de absolvição não suspende a execução, excepto no caso do art. 79 desta Lei, e nos crimes inafiançaveis⁶⁷.

Vide notas ao § 7º do art. 17.

⁶⁵ V. nota ao art. 46 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842.

Na revista n. 1925, Acc. de 14 de Setembro de 1867, diz o Sup. Trib.:

“Concedem a revista pedida por nullidade manifesta do Acc. á fl., que não tomou conhecimento da appellação por ser ella 2ª: porquanto, tratando-se aqui de appellação interposta pelo juiz por ser a pena applicada a de morte, na conformidade do § 2º do art. 79 da lei da reforma Crim., não podia a Relação deixar de conhecer dessa appellação, que tinha todo o lugar, por isso que a disposição do art. 82 da mesma lei se refere só ao § 1º do cit. art. 79, e se vê da leitura da mesma disposição que ella é complementar da do art. 81. Além de ser essa a intelligencia, que se deve dar ao referido art. 82, serve de garantia aos réos, muitas vezes condemnados em penas as mais afflictivas, contra a disposição legal, como no caso presente, em que foi o recorrente condemnado á morte sem ser ao menos por duas terças partes dos votos como determina a dita lei no seu art. 66.”

Da mesma fórma supra decidio a revista n. 1868 de 19 de Dezembro de 1866.

⁶⁶ O réo preso, que fôr condemnado á pena de prisão com trabalho, não será obrigado a este, pendente a appellação.

Confirmada, porém, a sentença será levado em conta, no cumprimento da pena, o tempo de prisão simples que o réo tiver soffrido desde a sentença da 1ª instancia, descontada a 5ª parte. O disposto neste artigo não terá lugar se o réo preferir o cumprimento da pena de prisão com trabalho, não obstante a appellação. — Dec n. 1696 de 15 de Setembro de 1869, art. 7º.

⁶⁷ Sendo appellaveis com effeito suspensivo as sentenças de absolvição do jury em crimes inafiançaveis, na fórma do art. 84 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, é evidente que não devem ser executadas taes sentenças, sem que tenha decorrido o prazo que o

220

Art. 85. Para o julgamento da appellação só subirá o processo original quando nelle não houverem mais réos para serem julgados, aliás subirá traslado.

Art. 86. Nas causas crimes, de que trata esta Lei, não se admittirão embargos ás decisões e sentenças da primeira e segunda instancia.

Art 87. O protesto por novo julgamento, permittido pelo art. 308 do Codigo do Processo Criminal, sómente tem lugar, nos casos em que fôr imposta a pena de morte ou de galés perpetuas; e para outro jury no mesmo lugar, ou no mais vizinho, quando haja impossibilidade naquelle⁶⁸.

Art. 88. Usando o condemnado deste recurso, ficarão sem effeito os do art. 79 e quaesquer outros.

Art. 89. É permittida revista para o tribunal competente:

1º Das sentenças do juiz de direito proferidas em gráo de appellação sobre crime de contrabando, segundo o art. 17, § 1º desta Lei, e sobre a prescripção de que trata o art. 35, quando se julgar procedente.

2º Das decisões das Relações, nos casos do art. 78, §§ 2º, 3º e 4º desta Lei.

Art. 90. Não é permittida a revista⁶⁹:

Cod. do Proc. no art. 310 faculta para a interposição da appellação. — Av. de 5 de Agosto de 1853. Idem de 5 de Dezembro de 1853.

Vid Av. de 3 de Junho de 1862, nota ao art. 174 do Cod. do Proc.

Vide o § 5 do art. 17 da Lei n. 2033 cit. em a nota (49).

⁶⁸ Vid. nota ao art. 308 do Cod. do Proc.

Não se reunindo no mesmo lagar o numero preciso de jurados para o conhecimento de processos mandados submeter a novo jury por Accórdãos da Relação, devem os mesmos ser julgados no termo mais vizinho. — Av. de 27 de Agosto de 1868.

Vide o § 6º do art. 17 da Lei n. 2033 em a nota 49.

⁶⁹ Das sentenças proferidas pelos juizes municipaes e autoridades policiaes nos crimes que cabem na alçada, não se dá recurso de revista; em face do art. 89, § 1º da Lei de 3

1º Das sentenças de pronuncia, concessão ou denegação de fiança, e de quaesquer interlocutorias.

2º Das sentenças proferidas no fôro militar e no ecclesiastico.

CAPITULO XII.

Disposições geraes.

Art. 91. A jurisdição policial e criminal dos juizes de paz fica limitada á que lhes é conferida pelos §§ 4º 5º, 6º, 7º, 9º e 14º do art. 5º da Lei de 15 de Outubro de 1827. No exercicio de suas attribuições servir-se-hão dos inspectores, dos subdelegados, e terão escrivães, que poderão ser os destes⁷⁰.

Art. 92. A denuncia, queixa e accusação poderão ser feitas por procurador, precedendo⁷¹ licença do juiz, quando o autor tiver impedimento que o prive de comparecer.

Art. 93. Se em um termo, ou em uma comarca, ou em uma provincia, tiver apparecido sedição ou rebellião, o delinquente será julgado, ou no termo ou na comarca, ou na provincia mais vizinha.

Art. 94. A pronuncia não suspende o exercicio dos direitos politicos senão depois de sustentada competentemente⁷².

de Dezembro e art. 464 do resp. Reg. — Sup. Trib. Acc. de 24 de Abril de 1861 no feito 1676, e de 9 de Novembro de 1864 no feito n. 1815, e tambem a revista n. 1892.

⁷⁰ Os juizes de paz não podem formar o processo e impôr as penas comminadas aos bebados por vicio, turbulentos e meretrizes escandalosas; porquanto, competindo aos juizes de paz uma jurisdição policial mui expressa e restrictamente limitada pelo art. 91 da Lei de 3 de Dezembro de 1841, nada mais lhes é licito fazer do que o explicado pelo art. 65 do Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842. — Av. de 14 de Junho de 1842.

⁷¹ Se não preceder é nullo o processo. Sup. Trib. de Justiça, Acc. de 14 de Setembro de 1840, recorrente José Fernandes da Silva e recorridos José Soares Ferreira e outros.

Não pôde o juiz municipal, quando despacha o recurso ex-officio do delegado ou subdelegado, julgar nullo o processo, nem mesmo com o fundamento de ser a queixa dada por falso procurador e sem ter precedido licença. — Av. n. 241 de 3 de Junho de 1862.

⁷² Vid. Av. de 12 de Maio de 1862, nota ao art. 165, § 2º do Cod. do Proc. Crim.

Vide nota 170 ao Cod. do Proc.

Art. 95. Ficão abolidas as juntas de paz e o primeiro conselho de jurados. As suas attribuições serão exercidas pelas autoridades policiaes, creadas por esta Lei, e na fórma por ella determinada.

Art. 96. A fórma do processo será a mesma determinada pelo Codigo do Processo Criminal, que não estiver em opposição com a presente Lei.

Art. 97. As suspeições postas aos subdelegados, delegados e juizes municipaes, serão processadas e julgadas na fórma dos Regulamentos do governo, conformando-se nesta parte com a disposição da Ord. Liv. 3º, Tit. 21. A caução nas suspeições interpostas aos primeiros será de 12\$000, e para os segundos de 16\$000.

Art. 98. A expedição dos autos e traslados não poderá ser retardada pela falta de pagamento das custas, as quaes poderão ser cobradas executivamente⁷³.

Art. 99. Sendo o réo tão pobre que não possa pagar as custas, perceberá o escrivão a metade dellas do cofre da camara municipal da cabeça do termo, guardado o seu direito contra o réo, quanto á outra metade⁷⁴.

Art. 100. Os julgamentos nos processos criminaes terão lugar independentemente do sêllo e preparo, que poderão ser pagos depois⁷⁵.

⁷³ Vid. nota ao art. 307 do Cod. do Proc.

⁷⁴ Vide arts. 467 e seguintes do Reg. n. 120 e suas notas.

Mas os bens das Camaras Municipaes não estão por custas sujeitos á penhora. — Av. n. 120 de 24 de Março de 1863.

⁷⁵ É inadmissivel paralyzar-se o andamento de processos crimes por falta de pagamento de sêllo e preparo, porquanto este artigo expressamente determina que o julgamento tenha lugar independente desses requisitos, permittindo que tal pagamento se possa verificar depois do sobredito julgamento. — Av. de 27 de Fevereiro de 1849.

Os autos crimes são sellados depois de julgados em ultima instancia, e com guia do escrivão. Esta é a pratica seguida na côrte, de conformidade com o Av. de 14 de Agosto de 1851, e por consequinte com o art. 100 da Lei de 3 de Dezembro de 1841. — Av. de 12 de Janeiro de 1861.

Os escrivães, quando passarem mandados, certidões, precatorias e outros papeis avulsos, relativos a processos por queixa ou denuncia particular devem, de conformidade

Art. 101. Da indevida inscripção ou omissão na lista geral dos jurados, segundo o art. 27 desta Lei, haverá recurso para o governo na côrte, e para os presidentes nas provincias, os quaes, procedendo ás necessarias informações, decidirão como fôr justo⁷⁶.

Art. 102. Este recurso será apresentado na secretaria da presidencia ou na de Estado dos negocios da justiça, dentro de um mez, contado do dia em que se tiverem affixado as listas, e será acompanhado da certidão desse affixamento, passada por um escrivão do juiz municipal.

Art. 103. Os jurados que faltarem ás sessões, ou que, tendo comparecido, se retirarem antes de ultimadas, serão multados pelo juiz de direito com a multa de 10\$000 a 20\$000 por cada dia de sessão.

Art. 104. Aos juizes de direito fica competindo o conhecimento das escusas dos jurados, quer sejam produzidas antes, quer depois de multados⁷⁷.

com o art. 60 do Regul. de 26 de Dezembro de 1860, proceder ao averbamento do sêllo para ser pago depois, considerando-se applicavel aos mesmos papeis o que dispõe o art. 88 do citado Regul., cujo espirito é que, por falta de sêllo, não soffra de modo algum a administração da justiça. — Circ. de 29 de Agosto de 1862.

Á vista da disposição generica do art. 59 do Reg. n. 4505 de 9 de Abril de 1870 deve cobrar-se o sêllo tanto dos processos policiaes, por queixa ou denuncia particular, como até nos de responsabilidade instaurados *ex-officio* em que houver appellação da parte, depois de findos os mesmos processos na 1ª ou 2ª instancia; sendo que o pagamento do imposto fica garantido com a providencia contida na 2ª parte do art. 37 do dito Reg., que fez dependentes daquelle pagamento os effeitos dos despachos, etc., não influindo a circumstancia de não serem pobres os réos condemnados appellantes. — Av. n. 224 de 28 de Julho de 1870.

⁷⁶ Haverá recurso ainda que o recorrente não tenha reclamado perante o delegado. — Av. de 18 de Agosto de 1842, citado pelo Dr. Olegario á pag. 142 da sua *Pratica das Correições*.

Resultando da injusta decisão da junta revisora dos jurados não só offensa ao individuo excluido indevidamente da lista, mas a todo o cidadão brasileiro, a quem tal decisão não póde ser indifferente; e se em tal hypotbese a lei não concede expressamente ao promotor ou a qualquer do povo a interposição do recurso, tambem não o nega; e pelo contrario os termos genericos em que é concebido este artigo, favorecem esta intelligencia, — é competente para interpôr o mencionado recurso não sómente o proprio individuo incluído ou omittido indevidamente, mas tambem, por elle, o promotor publico, ou qualquer cidadão brasileiro. — Av. de 10 de Maio de 1869.

⁷⁷ Não ha prazo além do qual o jurado não possa reclamar, diz o Av. 163 de 20 de Junho de 1849. Este Av. foi confirmado pelo de 5 de Outubro de 1871, publicado no *Diario Official* n. 10.

Art. 105. Fica revogado o art. 321 do Código do Processo Criminal.

Art. 106. Os jurados que fôrem dispensados pelos juizes de direito de comparecer em toda uma sessão por terem motivo legitimo, e bem assim os que deixarem de comparecer sem escusa legitima e fôrem multados, não ficarão isentos de ser sorteados para a segunda sessão.

Art. 107. O conselho de jurados constará de 48 membros, e tantos serão os sorteados, na fórmula do art. 320 do Código do Processo; todavia poderá haver sessão uma vez que compareção 36 membros⁷⁸.

Art. 108. Haverá perante cada um conselho de jurados um escrivão privativo para o jury e execuções criminaes⁷⁹.

⁷⁸ O dizer simplesmente o escrivão que se *achava numero legal de jurados* não satisfaz este artigo.

Acc. da Relação da côrte de 19 de Julho de 1851.

No termo deve constar ter-se feito a chamada dos jurados. — Acc. da mesma em 1852.

É nullidade não constar que se haja feito a chamada dos jurados. — App. n. 3383. Acc. da mesma Rel. de 27 de Julho de 1860.

N. 1923. — Vistos, expostos e relatados estes autos de revista crime, entre partes: recorrentes, Manoel Francisco Esteves Coutinho e Ismael Francisco Esteves Coutinho, recorrido, o juiz de direito da comarca de Breves; Concedem a revista por nullidade manifesta, proveniente de não se terem guardado formulas substanciaes do processo, relativas á convocação do conselho de jurados, e formação do jury; porquanto, determinando a Lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 107 e as instrucções de 31 de Janeiro de 1842, art. 329 e 344, que o conselho dos jurados constará de 48 membros, que tantos serão convocados nomeadamente e todos os seus nomes encerrados na urna, d'onde tem de extrahir-se os 12, que hão de compôr o jury de sentença, vê-se do edital, fl. 73 e dos termos fls. 80 e 83, que sómente fôrão convocados 45 jurados, e que a urna continha unicamente 38 nomes, preterindo-se assim disposições legaes, cuja observancia era indispensavel para poder legitimamente constituir-se o tribunal. Remettão-se, portanto, os autos á Relação da Bahia, que designão para revisão e novo julgamento.

Rio de Janeiro, 27 de Novembro de 1867.

É nullidade não ter havido numero legal para funcçãoar o tribunal, desde que, tendo-se aberto com 39 jurados, retirárão-se 3 como testemunhas e servio 1 de defensor, o que reduzio o numero dos desimpedidos a 35. App. n. 6231, Acc. de 9 de Outubro de 1868.

⁷⁹ Pertencem ao escrivão do jury as execuções criminaes que tem de correr perante o juiz municipal e delegado. — Av. de 21 de Junho de 1843.

Á vista da natureza do officio de escrivão do jury e das complicações que resultarião de passarem ao conhecimento do tribunal dos jurados os processos organizados pelo mesmo escrivão na qualidade de subdelegado de policia é manifesta a incompatibilidade do dito officio com este cargo. — Av. de 4 de Outubro de 1843.

Á vista do art. 108 da Lei de 3 de Dezembro, o qual estabeleceu em cada conselho de jurados um escrivão privativo para o jury e execuções criminaes, ficarão revogadas

quaesquer disposições em contrario, e assim não póde ter lugar a accumulção das execuções civeis. — Av. de 20 de Junho de 1844, n. 38.

O escrivão privativo do jury não percebe salario algum pelas actas das sessões das juntas revisoras e do tribunal do jury, por não estar estabelecido em Lei. — Av. de 30 de Setembro de 1844, n. 86.

Os escrivães do jury, e não as camaras municipaes, devem sellar os livros de que se servem, dos quaes extrahem certidões de que percebem emolumentos. — Av. de 4 de Janeiro de 1850.

Os escrivães do jury e execuções criminaes não são competentes para escrever em processos diversos dos que lhes são privativos, salvo tendo mercê para accumular, e portanto é abusiva a pratica de fazê-los escrever em recursos e appellações interpostas para os juizes de direito. — Av. de 3 de Setembro de 1850.

O Aviso de 3 de Setembro de 1850 refere-se unicamente ás appellações e recursos intentados para os juizes de direito, e não aos submettidos a julgamento perante o jury, aos de alçada dos juizes de direito, e aos que estes conhecem em correição, porque são escriptos pelos escrivães do jury. — Av. de 25 de Novembro de 1861.

Vide art. 21 e seguintes do Reg. n. 707 de 9 de Outubro de 1850.

Av. de 20 de Setembro de 1860 e n. 396 de 11 de igual mez de 1865.

Não deve haver divisão no officio de escrivão do jury.

O § 7º do art. 29 da Lei n. 2033 de 20 de Setembro de 1871 creou para a côrte mais 1 escrivão do jury e execuções criminaes.

O officio de escrivão do jury e execuções criminaes é incompativel com o de solicitador de causas civeis perante os juizes municipal e de orphãos. — Av. do 1º de Maio de 1851.

Representando o juiz de direito da 2ª vara criminal da côrte que, por ser excessivo o trabalho do escrivão do jury e não poder por isso dar regular andamento aos negocios que correm por seu cartorio, convinha crear outro officio, respondeu o governo que, emquanto o poder competente não resolver convenientemente, póde e deve o juiz que presidir o jury nomear um dos escrivães do seu juizo ou de qualquer outro que mais livre se considere, para com elle servir nessa sessão, sob o juramento já prestado por seu officio, faculdade esta que não foi jámais negada a qualquer julgador, na falta ou impedimento temporario dos officiaes que perante elle servem, e disposição e pratica antiquissima, que não vai de encontro á legislação vigente, tanto no fôro criminal como no civil, visto fundar-se na razão capital de se não dever sobre estar nos actos judiciaes, nem interrompê-los pelo fortuito impedimento de um official do juizo, que bem póde ser substituido por outro, sem offensa das formalidades substanciaes do mesmo juizo. — Av. de 9 de Dezembro de 1857.

É incompativel com o emprego de collecter das mesas de rendas provinciaes e agente do correio, visto resultar da accumulção de suas funcções impossibilidade de serem desempenhadas satisfactoriamente. — Av. de 6 de Fevereiro de 1865.

Este officio não é da classe dos que a Lei declara obrigatorio, e consequentemente ninguem póde ser compellido a servi-lo. — Idem.

2ª Secção. — Ministerio dos negocios da justiça. — Rio de Janeiro 19 de Janeiro de 1872.

Illm. e Exm. Sr. — Em officio n. 66 de 3 de Novembro do anno passado consultou V. Ex. se á vista do Aviso de 30 de Janeiro de 1857 e da resolução provincial n. 1328 de 7 de Outubro do anno passado, que remetteu por cópia, podia o tabellião do publico judicial e notas do termo do Aracaty accumular o officio de escrivão do jury, que elle servirá por titulo vitalicio.

E Sua Alteza a Princeza Imperial Regente, em nome do Imperador, manda declarar que nos termos da citada resolução, que tornou privativo o segundo daquelles officios, por meio de desannexação, para a qual é competente a assembléa legislativa provincial, não póde realizar-se accumulção, ainda no caso previsto pelo Aviso de 4 de Outubro do anno passado.

Deos guarde a V. Ex. — *Francisco de Paula de Negreiros Soyão Lobato*. — Sr. presidente da provincia do Ceará.

Art. 109. Quando nas rebelliões ou sedições entrarem militares, serão estes julgados pelas leis e tribunaes militares.

Art. 110. No art. 145 do Codigo do Processo ficão eliminadas as palavras do parenthesis — *não se tratando de crimes politicos*.

Art. 111. No art. 351 antes da palavra — identidade — accrescente-se a palavra — não —, e ficão supprimidas as seguintes — e justificação de conducta⁸⁰.

Art. 112. As infracções dos Regulamentos que o governo organizar para a execução da presente lei serão punidas, guardado o respectivo processo, com pena de prisão, que não poderá exceder a tres mezes, e de multa até 200\$000.

O mesmo governo especificará nos ditos Regulamentos qual a pena que deverá caber a cada uma infracção.

Art. 113. As autoridades de que trata esta lei continuarão a perceber os emolumentos marcados nas leis em vigor, salva a disposição do art. 21.

TITULO II.

Disposições geraes.

CAPITULO UNICO.

Dos juizes municipaes e recursos⁸¹.

Art. 114. Aos juizes municipaes compete:

⁸⁰ *Nova redacção do artigo 351.* — Nenhum motivo escusará o detentor ou carcereiro de levar o paciente que estiver sob o seu poder perante o juiz ou tribunal; salvo: 1º, doença grave (neste caso o juiz irá ao lugar vêr a pessoa); 2º, fallecimento, não identidade de pessoa provada evidentemente; 3º, resposta jurada de que não tem, nem jamais teve tal pessoa em seu poder.

⁸¹ Vide notas á parte correspondente no Reg. de 15. de Marco de 1842.

1º Conhecer e julgar definitivamente todas as causas civis, ordinarias ou summarias, que se moverem no seu termo, proferindo suas sentenças sem recurso, mesmo de revista, nas causas que couberem em sua alçada, que será de 32\$000 nos bens de raiz, e de 64\$000 nos moveis.

2º Conhecer e julgar da mesma fórma, contenciosa e administrativamente, todas as causas da competencia da provedoria dos residuos.

3º Conhecer e julgar definitivamente todas as causas de almotaçaria que excederem á alçada dos juizes de paz.

4º Executar no seu termo todos os mandados e sentenças civeis, tanto as que fôrem por elle proferidas, como as que o fôrem por outros juizes ou tribunaes, com excepção unicamente das que couberem na alçada dos juizes de paz.

5º Toda a mais jurisdicção civil que exercerem os actuaes juizes do civel.

Art. 115. Ficão abolidos os juizes do civel, conservados, porem, os actuaes, emquanto não fôrem empregados em outros lugares⁸².

Art. 116. No impedimento dos actuaes juizes do civel servirão os municipaes.

⁸² Emquanto existirem os juizes do civel, os municipaes sómente poderão exercer as suas funnções em materia civil, despachando processando e julgando nas causas de almotaçaria que excederem á alçada dos juizes de paz, salvo o caso de substituirem os ditos juizes do civel. — Av. de 9 de Julho de 1842.

A respeito das suspeições dos juizes do civel deve-se observar a legislação anterior, que não está revogada, mas antes em seu inteiro vigor. — Av. de 9 de Julho de 1842.

Com excepção das causas de almotaçaria, compete aos juizes do civel a execução das sentenças civeis, salvo o caso de estarem substituidos pelos juizes municipaes. — Av. de 9 de Julho de 1842.

Porquanto, diz este Aviso, a Lei de 3 de Dezembro de 1841, conservando os actuaes juizes do civel emquanto não fôrem empregados em outros lugares, conservou-lhes tambem a jurisdicção que até então exercião, visto que não a coarctou por disposição alguma peculiar.

Art. 117. Nas grandes povoações onde a administração dos orphãos puder occupar um ou mais magistrados, haverá um ou mais juizes de orphãos.

Estes juizes serão escolhidos pelo Imperador d'entre os bachareis formados, habilitados para serem juizes municipaes; servirão pelo mesmo tempo que os juizes municipaes, e serão substituidos da mesma maneira.

Vencerão o ordenado e emolumentos, e terão a mesma alçada dos juizes municipaes⁸³.

Art. 118. Nos termos em que não houver juiz de orphãos especial, se houver juiz de direito civil, exercerá este toda a jurisdição que compete ao de orphãos. Não havendo juiz de direito civil, compete toda a jurisdição do juiz de orphãos ao juiz municipal⁸⁴.

Art. 119. O juiz de direito da comarca terá a jurisdição que tinham os provedores das comarcas, para nas correições que fizer, conforme fôr determinado em Regulamento, revêr as contas dos tutores, curadores, testamenteiros, administradores judiciaes, depositarios publicos e thesoureiros dos cofres de orphãos e ausentes, tomando as que não achar tomadas pelos juizes a quem compete, e procedendo civil e criminalmente na fórmula de direito.

⁸³ Dous irmãos não podem servir conjunctamente, um de juiz de orphãos supplente e outro de escrivão do juizo, porquanto, ainda que as Ords. Liv. 1º, Tit. 69 *in princ.*, Tit. 79, § 45 e Tit. 48, § 29, não fallem expressamente dos juizes, e sim de pessoas empregadas na justiça, comtudo, como bem decidido foi por Avisos de 28 de Julho de 1843; e 3 de Dezembro de 1853 deve-se entender por maioria de razão que não póde um juiz servir com empregados seus parentes dentro dos grãos prohibidos, estando o irmão no numero destes. — Av. de 14 de novembro de 1861.

⁸⁴ Naquelles termos, nos quaes, por serem populosos, estão separados os lugares de juiz de orphãos e municipal, na conformidade dos arts. 117 e 118 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 e arts. 473 e 474 do Reg. de 31 de Janeiro de 1842, tambem separadas e distinctas devem ser as substituições, no caso de se acharem ao mesmo tempo impedidos ambos os juizes, de orphãos e municipal, occupando-se nellas os respectivos supplentes. — Av. de 14 de Outubro de 1844, n. 93.

Art. 120. Fica revogado o art. 14 da disposição provisoria tanto na parte que supprimio as réplicas e tréplicas, como naquella que reduzio os aggravos de petição e instrumentos e aggravos no auto do processo, ficando em vigor a legislação anterior que não fôr opposta a esta lei.

Os districtos dentro dos quaes se poderão dar os de petição, e o tempo e maneira em que poderão apresentar-se nas instancias superiores, serão determinados em Regulamento do governo.

Art. 121. Compete á Relação do districto conhecer dos recursos restabelecidos pelo artigo antecedente; nos termos, porém, que distarem da Relação do districto mais de quinze leguas, os mesmos recursos serão interpostos para o juiz de direito da comarca dos despachos proferidos pelos juizes municipaes ou de orphãos.

Art. 122. Os despachos dos ditos recursos na Relação serão proferidos por um relator e dous adjuntos, e não poderão ser embargados nem sujeitos a qualquer outro recurso⁸⁵.

Art. 123. Á Relação do districto compete o conhecimento de todas as appellações das sentenças civeis definitivas, ou interlocutorias com força de definitivas, proferidas pelos juizes de direito especiaes do civil, pelos juizes dos orphãos ou municipaes. As Relações terão alçada nas causas civeis ate 150\$000 em bens de raiz, e 300\$000 em bens moveis⁸⁶.

Art. 124. Ficão revogadas todas as leis geraes ou provinciaes que se oppuzerem á presente, como se de cada uma dellas se fizesse expressa menção.

⁸⁵ Vide notas ao art. 31 do Reg. de 15 de Março de 1842.

⁸⁶ A alçada das Relações foi elevada a 2:000\$000 pelo Dec. de 30 de Novembro de 1853.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e a fação cumprir e guardar tão inteiramente como nelle contém. O secretario de Estado dos negocios da justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 3 de Dezembro de 1841, vigesimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR, com rubrica e guarda.

Paulino José Soares de Souza.

(Com os registros competentes.)

FIM DO PRIMEIRO VOLUME.